

Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde – AESA
Centro de Ensino Superior de Arcoverde – CESA

CONGRESSO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO - COEPE



COEPE
Congresso de Ensino,
Pesquisa e Extensão **2022**

**100 anos de Darcy Ribeiro: a
formação e o sentido do Brasil**

**O cinquentenário da AESA e os
desafios do Ensino Superior e da
sociedade brasileira**

**Darcy
Ribeiro 100**
Anos

ANAIS
21 e 25 de novembro de 2022
ISSN: 2965-257X

 **CESA**
CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE ARCOVERDE

 **NÚCLEO DE
PESQUISA E
EXTENSÃO
DA AESA**

 **AESA**
AUTARQUIA DE ENSINO SUPERIOR DE ARCOVERDE

Arcoverde – PE
2022

Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde - AESA
Centro de Ensino Superior de Arcoverde - CESA

Presidente da AESA: Alexandre Ferreira Paes de Lira
Diretora do CESA: Izabel Cristina Izidoro de Souza
Vice-diretora do CESA: M^a das Dores Ramos
Diretora da ESSA: Luciene Maria Ferreira do Nascimento
Vice-diretor da ESSA: Alfredo Telino Leal de Lacerda
Coordenação de Pesquisa e Extensão CESA: Maurício de Siqueira Silva
Coordenação de Pesquisa e Extensão ESSA: Ana Zélia Alves Vieira Belo
Chefe do Departamento Pedagógico: Roseli Maria Gonçalves Monteiro de Britto
Coordenadora de Estágios - CESA: M^a Rejane C. P. Freitas
Coordenadora de Pós-graduação do CESA: Rosenilda V. de Freitas Amariz
Coordenadora do Núcleo de Estudos de Gênero e Enfrentamento da Violência contra a Mulher: Simone Salvador de Carvalho

Coordenações de Cursos:

Biologia: Euda Clelia Torres Costa
Direito: Adriano Fabio Cordeiro da Silva
Educação Física: Ruy Bandeira de Vasconcelos Júnior
Enfermagem: Elismar de Souza Cavalcante
Engenharia Civil: Manoel Milton Barros Pereira
Farmácia: Ísis Cavalcante Amaral de Siqueira
Fisioterapia: Julyanna Almeida Naque Mergulhão
Gestão Comercial: Thiago Maciel Ferreira
História: Augusto César Acioly Paz Silva
Letras: Austricínio B. de Andrade Neto
Matemática: Paulo de Almeida Neves
Pedagogia: Franklin Santos Freire
Psicologia: Danielle Campos Vaz

Endereço: Av. Gumercindo Cavalcante, 420 - São Cristóvão, Arcoverde - PE, 56512-200

Site <http://www.aesa-cesa.br>

Instagram <https://www.instagram.com/aesaoficial/>

Facebook <https://www.facebook.com/aesaoficial/>

É proibida a reprodução total ou parcial desta obra sem a devida citação.

Esta é uma obra coletiva construída com trabalhos enviados e apresentados no Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão – COEPE / Vigésima segunda edição - 2022, promovido pelo Centro de Ensino Superior de Arcoverde (CESA), no período de 21 a 25 de novembro de 2022. Os direitos e responsabilidades sobre os artigos, resumos expandidos e relatos de experiências e suas opiniões são dos(as) autores(as) que os enviaram para publicação nesta obra.



FICHA CATALOGRÁFICA

C749d	<p>Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE): 100 anos de Darcy Ribeiro: A formação e o sentido do Brasil – O cinquentenário da AESA e os desafios do Ensino Superior na Sociedade Brasileira. (1.: 2022): (Arcoverde, PE).</p> <p>Anais [recurso eletrônico] / Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão (COEPE). Arcoverde, 21 a 25 de novembro de 2022; Maurício de Siqueira Silva; Simone Salvador de Carvalho (Organizadores).</p> <p>216 p.: il. 21 cm</p> <p>ISSN 2965-257X</p> <p>1. Educação. 2. Formação de Professores. 3. Inclusão. 4. Movimentos Sociais 5. Ensino, Pesquisa e Extensão em Direito e Saúde.</p> <p>CDU- 37: 050.8</p>
-------	--

Ficha catalográfica elaborada por Rosângela Inojosa de Farias - CRB 4 /1475.
AES A -Biblioteca Maria Osita de Menezes.

COMISSÃO ORGANIZADORA

Profa. Dra. Izabel Cristina Izidoro de Souza Barbosa
Profa. Dra. Roseli Maria Gonçalves Monteiro de Britto
Prof. Dr. Augusto César Acioly Paz Silva
Prof. Dr. Adriano Fabio Cordeiro da Silva
Prof. Dr. Franklin Santos Freire
Prof. Me. Maurício de Siqueira Silva
Prof. Me. Thiago Maciel Ferreira
Prof. Me. Austriclínio B. de Andrade Neto
Profa. Ma. Simone Salvador de Carvalho
Profa. Esp. M^a das Dores Ramos
Profa. Me. Manoel Milton Barros Pereira
Profa. Esp. Euda Clelia Torres Costa
Prof. Esp. Paulo de Almeida Neves

COMISSÃO CIENTÍFICA

Prof. Dra. Izabel Cristina Izidoro de Souza Barbosa
Prof. Dra. Roseli Maria Gonçalves Monteiro de Britto
Prof. Dr. Augusto César Acioly Paz Silva
Prof. Dr. Adriano Fabio Cordeiro da Silva
Prof. Dr. Franklin Santos Freire
Prof. Me. Maurício de Siqueira Silva
Prof. Me. Thiago Maciel Ferreira
Prof. Me. Austriclínio B. de Andrade Neto
Profa. Esp. M^a das Dores Ramos
Profa. Me. Manoel Milton Barros Pereira
Profa. Esp. Euda Clelia Torres Costa
Prof. Esp. Paulo de Almeida Neves

COMUNICAÇÃO E MARKETING

Clayton Pacheco Albuquerque Filho
Marcelo de Souza Rezende

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	6
ARTIGOS COMPLETOS	7
OS FULNIÔS E O ENSINO SUPERIOR: PENSANDO A TRAJETÓRIA DE ALUNOS INDÍGENAS NO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE ARCOVERDE (AES A-CESA).....	8
O ENSINO TRADICIONAL DA LÍNGUA PORTUGUESA ATUALIZADO PELA DINÂMICA DOS RECURSOS LINGÜÍSTICOS	24
PARTICIPAÇÃO FEMININA NA MAGISTRATURA: ANÁLISE A PARTIR DAS MULHERES APROVADAS EM CONCURSOS PÚBLICOS PARA O CARGO DE JUÍZA DO TJPE (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO)	35
A UMBANDA EM PERNAMBUCO: TERREIROS DE ARCOVERDE	50
A IMPORTÂNCIA DA COPIPE NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR INDÍGENA EM PERNAMBUCO.....	65
GARANTIAS CONSTITUCIONAIS: A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, O DIREITO DE IR E VIR E AS REPERCUSSÕES DO ISOLAMENTO SOCIAL PARA SAÚDE MENTAL ..	74
RESUMOS EXPANDIDOS	84
A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A SUA RELAÇÃO COM A GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	85
O MANDACARU COMO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA PARA OS RUMINANTES NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO O SEU POTENCIAL NO USO MEDICINAL E ALIMENTÍCIO, (<i>CEREUS JAMACARU E CEREUS HILDEMANNIANUS</i>)	89
UMBUZEIRO (SPONDIAS TUBEROSA): O SEU POTENCIAL NO USO MEDICINAL E ALIMENTÍCIO	95
A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ENSINO DA MATEMÁTICA PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL	101
A IMPORTANCIA DA UTILIZAÇÃO DE JOGOS COMO RECURSO METODOLOGICO PARA O ENSINO DA MATEMÁTICA	106
TANGRAM: ESTUDO DE RELAÇÕES DE ÁREAS	110
AS MULHERES NA HISTÓRIA: PARTICIPAÇÃO, FEITO E IMPORTÂNCIA	114
PLURALIDADE CULTURAL: A CONVIVÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR E NO MEIO SOCIAL	117
A INFLUÊNCIA DA MÚSICA NO DESENVOLVIMENTO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO JOVEM	121

A LITERATURA BRASILEIRA NO SÉCULO XX: RECORTES NA OBRA DE MANUEL BANDEIRA	125
REFORMA AGRÁRIA E MST: A NECESSIDADE DA REFORMA AGRÁRIA PARA A DIMINUIÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL	134
O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO PROCESSO EDUCACIONAL DO ENSINO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE ARCOVERDE-PE.....	137
O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO PROCESSO EDUCACIONAL DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS EM BUIQUE/PE	143
O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO PROCESSO EDUCACIONAL DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS NA CIDADE DE VENTUROSOSA/ PE.	148
EDUCAÇÃO FÍSICA E APREDIZAGEM: OPERACIONALIZAÇÃO DE ATIVIDADES NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS EM ÁGUAS BELAS/PE	152
AVALIAÇÃO MOTORA FUNDAMENTANDO A NECESSIDADE DA ATUAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO PROCESSO EDUCACIONAL DO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS	158
ESCOLA E FAMÍLIA COMO BASE NA PREVENÇÃO: DISCUTINDO SOBRE DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS NA ADOLESCÊNCIA	163
O PAPEL DO ENFERMEIRO NO SERVIÇO DA FARMÁCIA HOSPITALAR	166
ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA	169
ESTUDO DA DESMATITE ATÓPICA EM ADULTOS – A PATOLOGIA NA ATUALIDADE BRASILEIRA.....	175
GASTRONOMIA HOSPITALAR	179
LAVANDEIRA HOSPITALAR	182
A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO CENTRO DE MATERIAIS E ESTERILIZAÇÃO	186
TRANSTORNOS ALIMENTARES: ANOREXIA E A NÃO ACEITAÇÃO DO PRÓPRIO CORPO	190
O PAPEL DA ENFERMAGEM NO CUIDAR DA SAÚDE MENTAL DOS ADOLESCENTES (CIÊNCIAS DA SAÚDE)	193
O LIXO HOSPITALAR: IMPORTÂNCIA DO SEU CORRETO DESCARTE.....	198
ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NA ESCOLA	201
AS CONTRIBUIÇÕES DA ENFERMAGEM NO CENTRO CIRÚRGICO.....	205
DISCUTIR AS DIFICULDADES DOS PACIENTES DE DIÁLISE	212

APRESENTAÇÃO

O Congresso de Ensino, Pesquisa e Extensão - COEPE 2022 é um evento acadêmico/científico realizado pela Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde (AES A), Centro de Ensino Superior de Arcoverde (CESA). Em sua vigésima segunda edição, realizada entre os dias 21 e 25 de novembro de 2022, homenageou Darcy Ribeiro, grande sociólogo e historiador brasileiro, referência no indigenismo latino-americano.

O evento contou com participação de 917 (novecentas e dezessete) pessoas inscritas, às quais foram ofertadas 61 (sessenta e uma) atividades que aconteceram nos diversos espaços da AESA, com apresentações culturais, palestras, roda de conversas, oficinas, exposição de arte, comunicações orais, entre outras. Além disso, tivemos 46 (quarenta e seis) submissões de trabalhos nos formatos de artigo científico e resumos expandidos das mais diversas áreas, contemplando temas da Educação, com foco nas licenciaturas do CESA, Direito, Saúde e Meio Ambiente.

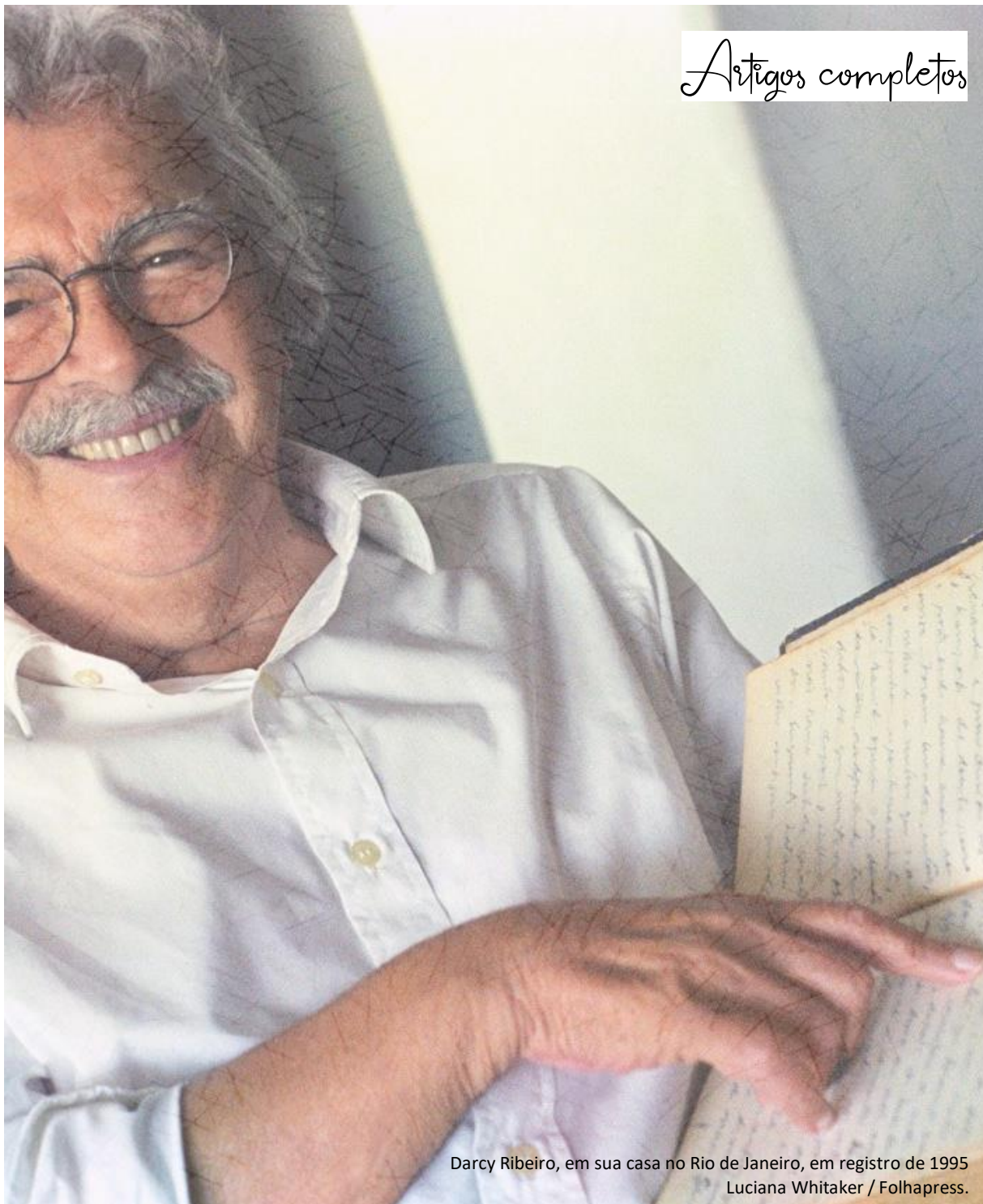
Cada vez mais, nota-se uma maior adesão e um crescimento constante do evento. Assim, cumprindo o seu papel institucional e social, a AESA-CESA investe na qualidade da formação em Arcoverde-PE e região, por meio da articulação indissociável entre ensino, pesquisa e extensão, para que tenhamos um currículo mais integrado e integrativo aos estudantes, professores(as) e as comunidades acadêmica e local.

Arcoverde, 20 de abril de 2023.

Maurício de Siqueira Silva

Simone Salvador de Carvalho

(Organizadores)



OS FULNIÔS E O ENSINO SUPERIOR: PENSANDO A TRAJETÓRIA DE ALUNOS INDÍGENAS NO CENTRO DE ENSINO SUPERIOR DE ARCOVERDE (AES A-CES A)

José André Ferreira Salú¹
Augusto Cesar Acioly Paz Silva²

RESUMO

Ao pensar o processo de entrada para o ensino superior de pessoas pertencentes aos povos indígenas constitui-se numa importante tarefa que este trabalho apresenta uma compreensão de como a educação superior colabora no processo de transformação na vida destes povos, para podermos analisar qual o papel que AES A/CES A, desempenha ou desempenhou na construção das trajetórias deste povo, no processo de qualificação intelectual, da ressignificação das suas identidades e de acesso ao mercado de trabalho. Dentro desta compreensão, uma vez que, ao compreendermos, as trajetórias de indígenas no espaço de formação superior e os impactos gerados por tal acesso, nos ajuda a pensar a importância da diversidade no interior das Instituições de Ensino Superior, elemento central no processo de formação intelectual que dialogue de maneira concreta com os desafios impostos por uma sociedade democrática e uma educação que se pretenda de qualidade. Diante disto, a proposta pretende lançar questões, a respeito desta relação entre o curso de História do CES A e a trajetória de estudantes Fulni-ô que tiveram acesso a esta graduação e a IES, para que possamos colaborar, no sentido de pensar os processos de formação junto as populações indígenas, a importância histórica que as Autarquias de Ensino Superior possuíram na assistência educacional no interior do Estado, inclusive, as populações indígenas num contexto no qual as políticas públicas de acesso ao ensino superior a estas populações eram escassas. Além destas questões, este trabalho colaborará para que possamos refletir sobre a formação educacional e as suas relações com o ensino superior no semiárido pernambucano, a partir disso, foram coletados quatro relatos orais por meio de entrevistas semiestruturadas de ex-alunos do curso de História da AES A-CES A.

Palavras-chave: Fulni-ô. Educação Superior. AES A-CES A.

1. INTRODUÇÃO

A nossa proposta de pesquisa tem como temática central, o processo de acesso dos povos indígenas, mais especificamente, os Fulni-ô ao ensino superior e de maneira particular, ao curso de história do Centro de Ensino Superior de Arcoverde (CES A), faculdade mantida pela Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde (AES A-

¹ Graduando em Licenciatura em História no Centro de Ensino Superior de Arcoverde (CES A). E-mail: andresaluh@hotmail.com

² Orientador. Professor no Centro de Ensino Superior de Arcoverde (CES A). E-mail: cesar_historia@hotmail.com

CESA), e que desde o final da década de 1960, mais precisamente, o ano de 1969, colabora no processo de formação em nível superior de um grande contingente populacional que se localiza nos municípios próximos a cidade de Arcoverde, cidade que possui no seu entorno um conjunto de povos indígenas que são compostos pelos Xukuru do Ororubá (Pesqueira e Poção); os Xukuru de Cimbres (Alagoinha, Pedra, Pesqueira e Venturosa); os Kapinawá (Buíque, Tupanatinga e Ibimirim), os Kambiwá (Ibimirim e Inajá) e os Tuxá (Inajá).

Antes de se desenvolverem políticas públicas de acesso ao ensino superior, para determinados segmentos socioculturais, como os que vão ganhar espaço a partir da primeira década do século XXI, muitos destes povos encontravam espaços de formação em nível superior, em nossos cursos de formação de professores. Diante disto, mesmo que a IES ainda careça de construção do ponto de vista oficial, de políticas que construam visibilidades sobre os povos tradicionais de nossa região, tem em alguma medida oportunizado, a formação em nível superior, num primeiro momento nas licenciaturas e, com o processo de expansão dos nossos cursos, em outras áreas de graduação.

Diante, destes aspectos, o que pretendemos com o nosso projeto é de procurar compreender quais os impactos provocados através do acesso de pessoas da etnia Fulni-ô, no curso de História do Centro de Ensino Superior, procurando observar através da trajetória de alguns estudantes, como foi se construindo a experiência em acessar uma graduação, em qual medida, tal formação colabora ou colaborou na reafirmação da sua identidade; quais as possibilidades abertas a partir, do momento que os indígenas e as indígenas, ingressam numa graduação. Para podermos observar como se dá tal processo, num primeiro momento, entraremos em contato com a discussão no campo do ensino que destaque o processo de acesso dos indígenas ao ensino superior, além de procurarmos pensar orientados pela literatura especializada, a respeito das relações entre ensino de história indígena, as trajetórias históricas do povo Fulni-ô e a discussão sobre as políticas públicas que tem pensado tal questão no Brasil.

A partir, deste conjunto de questões, esperamos através deste projeto colaborar para compreendermos as populações indígenas da região, de maneira mais específica a nação Fulni-ô, além de compreender como a educação superior colabora no processo de transformação na vida destes povos e, analisar qual o papel que o



Centro de Ensino Superior de Arcoverde, desempenha ou desempenhou na construção das trajetórias das indígenas e dos indígenas deste povo, no processo de qualificação intelectual, da ressignificação das suas identidades e de acesso ao mercado de trabalho

2. AESA PARA FORMAÇÃO SUPERIOR INDÍGENA

As instituições de ensino superior localizadas no sertão pernambucano, até as primeiras décadas do século XXI em sua maioria, constituíram-se através da experiência das Autarquias Municipais, faculdades em sua maioria voltadas a formação de professores, que foram criadas no contexto da Ditadura Militar, momento no qual se fazia necessário a formação de professores, dentro de uma concepção de curta duração, como exigência à formação de mão-de-obra num tempo menor para exercerem as funções nas escolas secundárias que expandiram-se em o final da década de 1950 e os anos 1970. Por mais que a concepção de educação e ensino, fossem construídas numa perspectiva tradicional e tecnicista, tais espaços, foram locais importantes no processo de qualificação de uma mão-de-obra que com a formação em nível superior passava a ter tal possibilidade, uma vez que a História da interiorização do ensino superior em Pernambuco ocorreu de maneira tardia, somente efetivando-se a partir da segunda metade do século XX, realizada de maneira tímida e em grande medida através da iniciativa privada, seja ela de caráter confessional ou não, ou da educação pública não gratuita, como se apresentava a partir das Autarquias Municipais de Ensino e da Fundação de Ensino Superior de Pernambuco, instituição embrião da Universidade de Pernambuco, que mesmo sendo estadual, até o governo de Eduardo Campos, no ano de 2009 cobrava mensalidades nos seus cursos de Graduação.

Diante, desta realidade é importante observar que da década de 1970 às primeiras décadas do século XXI, com a expansão da Universidades Federais, o espaço de formação acadêmica teve nas Autarquias de Ensino Superior, um lócus importante, inclusive de promoção junto as populações indígenas, no caso específico do Centro de Ensino Superior de Arcoverde (AES A-CESA).

Com a AES A, o surgimento de oportunidade para formação superior no interior, além de proporcionar uma formação intelectual a esses povos, transformou e

transforma em grande medida a realidade social ao qual estes indígenas estão inseridos, seja através da busca por uma melhoria na condição de vida financeira ou nas relações entre as organizações de suas comunidades dialogando com o conhecimento histórico, buscando pensar e reavivar os seus conhecimentos tradicionais.

Com isso, as escolas nas aldeias, sobretudo do povo Fulni-ô, têm majoritariamente seu corpo docente formado por integrantes do seu próprio povo, dentre eles, professores, coordenadores pedagógicos, gestores e demais componentes que fazem parte da gestão escolar. Possibilitando que os alunos se sintam mais confortáveis dentro da sua realidade e garantam uma melhor formação educacional através dos conhecimentos tradicionais da sua comunidade, como também os conteúdos que compõem os outros componentes curriculares desenvolvidos conforme às competências esperadas na BNCC.

A AESA tem contribuído de forma significativa na busca por qualificação profissional que é apresentada como parte do interesse indígena pela formação no ensino superior para que houvesse essa mudança de cenário nas escolas indígenas. Na prática, a necessidade de conhecer mais a respeito da história, reflete principalmente no processo de transformação na vida do seu povo, e a educação superior colabora para que haja a partir da trajetória de vida enquanto indígena, uma nova perspectiva com a sua inserção no ensino superior, especialmente no curso de História, que com a análise e o estudo crítico do processo histórico da sociedade, colabora para o seu entendimento enquanto povo indígena considerando os aspectos sociais.

Dessa maneira, os cursos de licenciaturas ofertados pela AESA/CESA, se torna uma grande vantagem, fazendo com que o sonho de cursar uma formação superior se torne realidade. Apesar de não possuir ações afirmativas em seu processo de ingresso, a AESA conta com alguns benéficos que podem ser adquiridos durante a formação, como o desconto de 50% nos cursos de Letras, Educação Física e História, e também auxílio de bolsas de estudos, Federais mantidas pela CAPES (PIBID e Residência Pedagógica), Estaduais (PROUNI-PE e PROUPE), além de alguns cursos possuir o financiamento estudantil através do FIES (Caixa Econômica Federal). No caso dos indígenas que vivem na região, a AESA, de alguma forma, supri a demanda de busca pela formação profissional, além de possibilitar que essa formação seja

umas das maneiras para resistir e continuar sobrevivendo para poderem ir em luta e defesa dos direitos constitucionais dos povos indígenas.

3. DA ALDEIA AO ACESSO À UNIVERSIDADE PELOS INDÍGENAS

O Brasil tem realizado significativas reformas em todos níveis de ensino, dentre essas reformas a atual Constituição Federal Brasileira, reconhece aos povos indígenas e suas formas próprias de organização e assegura às comunidades indígenas o direito à educação diferenciada, específica e bilíngüe. Dessa forma o artigo 78 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996 estabelece que:

[...]desenvolverá programas integrados de ensino e pesquisa, para oferta de educação escolar bilíngüe e intercultural aos povos indígenas, com os objetivos de: I. Proporcionar aos índios, suas comunidades e povos, a recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas; a valorização de suas línguas e ciências; e II. Garantir aos índios, suas comunidades e povos o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não indígenas (Brasil, 1996).

É notório que cada vez mais políticas públicas estão sendo criadas voltadas especificamente para essa parcela da população, bem como determina a Lei nº 11.645/2008 a obrigatoriedade do estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. A partir disso, a inclusão da história e culturas indígenas nos currículos da Educação Básica, abre caminhos para que haja novas reflexões e abordagens para que provoque questionamentos sobre uma visão genérica e equivocada as respeito dos povos indígenas como é vista tradicionalmente pela falta de conhecimento de como esses povos foram explorados, perseguidos e massacrados ao longo da história, fato esse, que resulta justamente desse escasso conhecimento imposto ao longo de todo processo colonizador.

Dessa forma, sobre a ensino de História no Brasil é possível afirmar que:

O ensino de História sempre esteve presente nas escolas elementares ou escolas primárias brasileiras, variando, no entanto, de importância no período que vai do século XIX ao atual. Inicialmente foi objeto de poucos estudos nas escolas encarregadas de alfabetizar, mas, à medida que se organizava e se ampliava esse nível de escolarização, a partir da década de 70 do século XIX, sua importância foi ampliada como conteúdo encarregado de veicular uma “história nacional” e como instrumento pedagógico significativo na constituição de uma “identidade nacional”. Esse objetivo sempre permeou o ensino da História para os alunos de “primeiras letras” e ainda está presente na

organização curricular do século XXI. Métodos e conteúdos foram sendo organizados e reelaborados a fim de atingir esse objetivo maior (BITTENCOURT, 2009, p.60).

Portanto, sendo esse o caminho devido para pensar que a partir dos relevantes avanços do ensino básico, onde se dá a primeira formação integral do cidadão, haja a possibilidade ainda que os indígenas almejem ingressar no ensino superior. Apesar de muitos avanços, ainda são encontradas muitas dificuldades que vão desde o ingresso a formação no ensino superior.

Sancionada em 2012 a Lei de Cotas 12.711, contempla os estudantes de escolas públicas, de baixa renda, garantindo que universidades e institutos federais reservem uma porcentagem de suas vagas para candidatos pretos, pardos e indígenas em seus processos seletivos. É importante ressaltar que a lei de cotas não é, e está longe de ser uma solução única para todos os problemas de desigualdade e discriminação racial enfrentados por essa parcela da população. Contudo, em 10 anos da lei de cotas se percebe nitidamente que seu o impacto modificou a história do ensino superior público no Brasil.

Segundo dados do censo do IBGE realizado em 2010, a população brasileira somava 190.755.799 milhões de pessoas, desse total 817.963 mil são indígenas, representando 305 diferentes etnias e 274 línguas indígenas registradas no país. O Nordeste concentra 106.150 mil indígenas que, ainda segundo o censo 2010, só em Pernambuco foram 60.995 pessoas que se autodeclararam indígenas. O percentual é um dos maiores do Nordeste e do país. Só em Águas Belas, situada no agreste de pernambucano, 3.675 pessoas, equivalente a 9,1% da população, se declararam indígenas, os Fulni-ô.

A partir desses dados, com a alta presença de indígenas em Pernambuco, é possível perceber a carência das políticas indigenistas, principalmente em relação à educação superior. Uma dessas carências é percebida quando levado em consideração as políticas de ações afirmativas da única instituição pública estadual de ensino superior, a UPE, pois não possui o sistema de cotas raciais.

Em contrapartida, o processo de interiorização de ações educacionais em nível superior voltada principalmente aos sertões nordestinos que careciam deste nível de ensino, para formar os profissionais da educação básica, surge a FAFOPA – Faculdade de Formação de Professores de Arcoverde – que nos mais tardar veio a

se tornar a que conhecemos hoje como AESA, proporcionando acesso a formação superior. Mesmo que a IES ainda necessite da construção do ponto de vista oficial, de políticas de ações afirmativas que construam visibilidades sobre os povos tradicionais, principalmente, os povos da região, tem em alguma medida oportunizado, a formação em nível superior de muitos indígenas da região do vale do Ipanema-Moxotó, colaborando assim, no processo de transformação na vida destes povos, sobretudo, do povo Fulni-ô e da ressignificação das suas identidades e de acesso ao mercado de trabalho através das licenciaturas, especialmente no curso de História.

Sistematizar essa temática é, em grande medida, analisar de forma crítica o impacto que as ações afirmativas poderiam ter sobre os cursos de História por meio das licenciaturas, capacitando a formação de professores indígenas para que eles atuem na organização de suas comunidades através de diálogos com o conhecimento histórico e os embasamentos provindos dos seus conhecimentos tradicionais, assim:

A formação de índios como professores das escolas localizadas em terras indígenas é, hoje, um dos principais desafios e prioridades para a consolidação de uma Educação Escolar Indígena pautada pelos princípios da diferença, da especificidade, do bilinguismo e da interculturalidade (GRUPIONI, 2006, p.50).

Portanto, também se torna mensurável os elementos da Educação Escolar indígena ao encontro por meio da organização curricular do ensino, novas respostas a reafirmação de suas identidades étnicas e a valorização de suas memórias históricas como é assegurada na Constituição Federal Brasileira de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96).

Nesse sentido, é importante considerar a AESA uma propulsora da formação dos indígenas existentes na região, são eles: Xukuru do Ororubá (Pesqueira e Poção); os Xukuru de Cimbres (Alagoinha, Pedra, Pesqueira e Venturosa); os Kapinawá (Buíque, Tupanatinga e Ibimirim), os Kambiwá (Ibimirim e Inajá); os Tuxá (Inajá), assim como os Fulni-ô (Águas Belas) afinal, refere-se recorrentemente neste trabalho.

4. O POVO FULNI-Ô

Distante aproximadamente 313 km da capital Recife, a cidade de Águas Belas está situada no agreste pernambucano, nela é possível encontrar o primeiro povo

indígena reconhecido oficialmente na década de 1920 no estado de Pernambuco pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI), os Fulni-ô.

Com o bilinguismo, os Fulni-ô por meio da prática da língua materna yathê, foram os únicos povos do Nordeste, que conseguiram preservar e manter viva sua própria língua – À exceção das línguas indígenas do Maranhão, devido à inclusão do estado no território compreendido pela Amazônia Legal, critérios esses definidos pela Funai (Fundação Nacional do Índio). E os Pataxós do sul da Bahia que se esforçam para avivar sua língua Patxohã –. Os Fulni-ô, além de ser um povo reconhecido nacionalmente pela preservação de uma língua original – verdadeiros “guardiões de um tesouro linguístico” –, possuem uma cultura rica em habilidades artísticas e manuais, que ainda guardam muitos mistérios, como o sigilo do seu ritual sagrado Ouricuri.

Segundo Schröder (2012) “É fácil escrever alguma coisa sobre os Fulni-ô”. Isso se dá ao fato dos muitos trabalhos já realizados sobre esse povo. Contudo, apesar do leque de materiais disponíveis sobre os diferentes traços de sua cultura, os Fulni-ô é, certamente, o centro de atenção de muitos estudiosos, por justamente serem exemplos de preservação cultural, de resistência e força.

Dessa forma, sobre o conhecimento da história desse povo indígena é possível enfatizar que:

Então, não é novidade e muito original escrever alguma coisa sobre os Fulni-ô. É difícil escrever sobre os Fulni-ô. Esta declaração não só se refere à política de diversos segredos culturais e linguísticos praticada pelos Fulni-ô, uma verdadeira barreira bastante eficiente para impedir conhecer muitos aspectos da vida indígena em Águas Belas, no Agreste pernambucano. (SCHRÖDER, 2012, p.03).

Assim, tendo o seu valor histórico e social, os Fulni-ô é um povo que tem por característica principal a sua resistência cultural como é o caso do yathê, o toré, a cafurna e o Ouricuri, pois são símbolos dessa resistência e fruto de sua preservação cultural secular.

Os Fulni-ô – em Yathê significa “povo a beira do rio ou povo que vive ao lado do rio” – embora por muito tempo se pensasse que eram descendentes dos Kariri, eles surgiram da reorganização dos povos indígenas da região. O povo Fulni-ô carrega em sua história dois momentos de massacres que marcaram fortemente a vida do seu povo: o primeiro momento pelos portugueses colonizadores que foi

marcada pela brutalidade, escravidão e violência, e no segundo momento, pelos coronéis e jagunços, sendo proibidos, inclusive de praticar de seus rituais e de se comunicar em sua língua materna. Isso gerou um grande impacto na cultura Fulni-ô e está marcado em seu processo histórico que até hoje influencia em sua cultura.

Durante muito tempo, a historiografia dos Fulni-ô se limitou a encarar os inúmeros conflitos pela posse de terra e por situações que os envolviam diretamente. Tal convergência possibilitou um olhar além de uma convivência com os não indígenas de bastante preconceito e desconfiança que envolve tanto a sua diversidade étnica e cultural, quanto o papel de sujeitos de sua própria história.

Contudo, é importante considerar o a solidificação das características de resistência cultural Fulni-ô como seu papel e a participação entre os diferentes espaços sociais envolvidos na construção identitária. Em particular, convém destacar, o Catolicismo e sua influência no processo de dominação destes povos, que é percebido, por exemplo, na figura de Nossa Senhora da Conceição, que para os Fulni-ô representa Yasaklane – em sua língua materna o Yathê, Yasá significa ‘nossa mãe’ e Klane quer dizer ‘grandiosa’ – que para os Fulni-ô, sua aparição é associada a uma imagem de madeira que afirmam ter sido encontrada por seus antepassados em uma lagoa, e conduzida para uma capelinha construída na aldeia naquele período.

Outro aspecto do catolicismo, é visto principalmente quando é realizada a celebração de uma missa campal em dos momentos mais importantes para os Fulni-ô que é o Ouricuri, o ritual sagrado e secreto, embora, a missa é realizada apenas no primeiro dia, ainda durante a abertura do ritual, geralmente, neste momento é aberto para o não indígena visitar. O período de Ouricuri é um momento em que os Fulni-ô passam cerca de 3 meses reclusos, que corresponde, geralmente entre final de agosto e início de dezembro. Em relação a estes aspectos, que mereceu grande destaque, ainda se pode perceber que a influência da igreja católica continua presente na cultura Fulni-ô.

Devido a esta perspectiva, o catolicismo representou e representa um marco quanto ao assunto, pois a trajetória ao qual estão inseridos neste processo da cultura ou crença, tem inspirado especificamente nesta mesma linha e contribuído decisivamente para difundir a referida perspectiva interpretada e reconstruída mediante os seus próprios valores e referenciais culturais

Na atual conjuntura sociopolítica em que os Fulni-ô se encontram, é reconhecida a divisão de lideranças dentro da aldeia, que acarreta na divisão – ou até na rivalidade – do próprio povo.

Como se não bastasse as desigualdades sociais herdadas desde do regime colonial aos coronéis e jagunços da cidade em outrora, eles vivem hoje esse processo de divisão interna desde 2018, após a morte da maior autoridade do povo Fulni-ô, o cacique João Pontes, iniciando assim, o processo de escolha para o novo cacique. Naquela ocasião, outro cacique foi escolhido como sucessor de João Pontes, entretanto um grupo de pessoas questionaram os critérios desta escolha, acarretando assim, em sua divisão sociopolítica e religiosa.

Os papéis tradicionais do cacique e do pajé como líderes político e religioso, respectivamente, começaram ser contestados, a partir dos anos 90, por facções oposicionistas e insatisfeitas com a situação econômica e territorial. O faccionalismo Fulni-ô foi bem analisado no relatório de Fialho & Secundino (1999). (SCHRÖDER, 2012, p.10).

Os critérios de escolha tanto para cacique, quanto para o pajé é realizada em seu ritual sagrado Ouricuri e, portanto, secreto, sabe-se apenas que esses cargos são mantidos de forma vitalícia. Com isso, o povo Fulni-ô passou por esse processo de ruptura em sua herança ancestral, resultando na atual conjuntura sociopolítica e religiosa e por isso, possui hoje 2 caciques e 2 pajés, dentre outras figuras de lideranças.

Antes os Fulni-ô transcorria em três aldeias, (Principal, Xixiaklá e Ouricuri) hoje, fruto dessa atual conjuntura sociopolítica e religiosa, um novo aldeamento Ouricuri foi criado para a prática do ritual sagrado e secreto, pois com divisão de lideranças eles preferem ou evitam frequentar os mesmos espaços, ainda que sigam os mesmos costumes e tradições. Entretanto, o convívio entre eles na Aldeia principal é tido de forma harmoniosa, mesmo que possuam suas divergências, não fica tão evidente suas “desavenças” para o não-indígena, sendo bem discretos no que se diz respeito ao seu povo. Conseqüentemente, isso é refletido na educação escolar indígena, pois houve também uma divisão de escolas na aldeia, onde “seguidores das lideranças A, estudam em uma escola, e seguidores das lideranças B, estudam em outra escola.

Considerando todo o processo de resistência, a participação dos Fulni-ôs nas lutas e movimentos em defesa do seu povo, esse embate interno é também um dos maiores desafios enfrentado.

5. RELATOS ORAIS DE INDÍGENAS FULNI-Ô EX-ALUNOS DA AESA

Ao recorrer a pesquisa qualitativa por meio dos relatos orais de ex-alunos indígenas Fulni-ô, buscou-se compreender o processo de inserção e a trajetória desses estudantes no curso de História do Centro de Ensino Superior de Arcoverde. A partir disso, foram coletados quatro relatos orais por meio de entrevistas semi-estruturadas de ex-alunos do curso de História da AESA-CESA que hoje, fazem parte do corpo docente da Escola Indígena Marechal Rondon, situada no município de Águas Belas/PE.

Considera-se que a AESA-CESA, além de relevante no processo de formação profissional, coloca o povo Fulni-ô como protagonistas que reelaboraram a sua compreensão de História e a importância de repensar e recontar as experiências do seu povo, possibilitando que atuem no processo de formação educacional na própria aldeia. Através dos relatos orais é possível observar que mesmo com as dificuldades enfrentadas ao longo da vida, principalmente por serem indígenas, existem uma necessidade de formação profissional para voltada especialmente para área da educação, nessa perspectiva a AESA é inserida como uma das principais responsáveis por esse papel. Além disso, o curso de História tem a tarefa de contemplar os próprios conhecimentos tradicionais e conhecimento relevante as culturas indígenas, compete assim, não somente atuarem em suas comunidades, mas também nas secretarias de educação responsáveis por tal atribuição.

A partir dos relatos orais coletados foi possível observar dados importantes sobre o processo de inserção no ensino superior e os que motivou a escolher o curso de História e por que estudar na AESA:

Primeiramente, o curso de história, eu tinha um interesse desde o Ensino Médio, mas eu vi que o curso de História era uma ferramenta fundamental para eu poder mobilizar as pessoas com ideias, transformar as pessoas por meio das boas ideias e também especificamente por conta que através do curso de história eu conseguia ter uma noção da história dos povos indígenas e até em certo momento, refazer uma história que foi mal contada, um dos motivos também de eu querer estudar e fazer história, era para um dia eu chegar

defender a luta do nossos povos indígenas. E também escolhi estudar em Arcoverde por conta que era a cidade mais próxima que oferece curso de História (SÁ, 19 de setembro de 2022).

Ao abordarmos o relato oral de Tawan Leite de Sá, é possível notar que nele já havia uma certa preocupação em reafirmar sua identidade enquanto povo Fulni-ô, para que assim ele pudesse estabelecer novas relações de buscar novos saberes e as possibilidades de defender a luta do seu povo, que é essencial diante da atual conjuntura sociopolítica em que se encontram. Uma preocupação semelhante é vista quando analisamos o relato oral de Vanderlan de Freitas:

A necessidade de esclarecer para o meu povo um pouco da sua trajetória como grupo étnico. Então eu entendi que era necessário nós preenchermos algumas lacunas que estavam faltando para que nós pudéssemos entender realmente a história do povo Fulni-ô. Então esse foi um dos motivos e com relação à disponibilidade também de transporte que fornecido pela prefeitura. (FREITAS, 27 de outubro de 2022).

Como parte integrante das preocupações observadas nos dois relatos, evidencia-se cada vez mais a importância da busca do conhecimento, sobretudo no curso de História, para que possam através das lutas sociais garantir uma melhoria para sua comunidade. Além disso, um dos aspectos em comum presente nos dois relatos é a questão da acessibilidade a instituição. Enquanto Tawan aponta a AESA como a IES que fornece o curso mais próximo da sua cidade, Vanderlan justifica com a disponibilidade gratuita do transporte da sua cidade até Arcoverde.

Na perspectiva de oferecer uma nova prática reflexiva sobre a história do povo Fulni-ô, a educação superior colabora nesse processo de transformação, pois qualifica profissionalmente os indígenas a atuarem especialmente na sua aldeia na construção desse processo de melhorias da educação escolar indígena.

Deste modo, Araújo (2002) “o meu sonho era ter uma formação e voltar para minha aldeia e fazer com que essa formação desse frutos, e hoje já tenho alunos que hoje são colegas de trabalho”. Maria Alzira Araújo evidencia seu desejo de poder contribuir na vida do seu povo através da sua formação, essa concepção torna-se um importante passo na construção e reconstrução de conhecimentos tradicionais dentro da sua comunidade. Todavia, faz-se necessário compreender a importância da sua cultura e a compreensão de valores levando em conta a ver com a realidade local.

Assim, de um modo geral, a educação superior, contribui para a preservação da cultura do povo Fulni-ô. Como afirma José Leite Machado:

20

A educação ela tem assim, uma contribuição muito importante para nós indígenas, né? Digo isso assim, dando como exemplo como eu. A partir do momento que eu passei a ter mais conhecimento, melhores conhecimentos, ingressei na faculdade, eu comecei a ver a história do meu povo de uma forma diferente. (MACHADO, 03 de outubro de 2022).

Além da visão de Machado, ao tomarmos conhecimento do significado desse processo de formação superior, principalmente nos cursos de licenciaturas, em especial, os ofertados pela AESA, causam impactos significativos para os povos indígenas.

Eu vejo que assim, que nós Fulni-ô, nós somos iguais a qualquer outro cidadão, então a independente se eu faço o curso de Letras, eu vou buscar entender da estrutura da nossa língua, se eu faço o curso de História, eu vou buscar a entender nossos processos históricos no passado e na atualidade, os conflitos, as histórias de nossos anciãos, se eu faço biologia, eu vou buscar entender um pouco sobre a medicina tradicional. Eu creio que o conhecimento, e o conhecimento especialmente desses cursos oferecidos da AESA, não só eu, mas muitos outros Fulni-ô que foram formados lá, eles sempre estão contribuindo para o desenvolvimento do povo Fulni-ô. (SÁ, 19 de setembro de 2022).

Neste sentido, Tawan Leite de Sá, deixa claro o protagonismo da AESA para o povo Fulni-ô, quando lhes apresenta a importância da formação nas diversas áreas, sendo assim é considerada uma ampla e indispensável aplicabilidade dos conteúdos aprendidos na faculdade quando relacionados aos conhecimentos tradicionais adquiridos por meio de sua vivência. Dessa forma, a AESA atinge um papel importantíssimo que garante o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos aos povos indígenas da região.

Apesar de ter sido destacados acima a importância dessas formações, um dos temas que precisa de mais destaque é o Yathê:

O Yathê está presente desde o ensino fundamental, tem o ensino infantil, ensino fundamental até o ensino médio. No ensino infantil e fundamental é muita aula no campo, muita aula de cânticos, de confecção de artesanato, de passeio, quando chega mais para o ensino médio, quando os adolescentes estão com a cabeça mais prontas e você vai começar a estudar língua de fato, começa a estudar a língua, por que disso, por que daquilo, entender como ela é falada, entender o que mudou e o que está em transformação, é desse jeito. (SÁ, 19 de setembro de 2022).

Como podemos observar no relato de Tawan a forma de ensinar a língua materna está presente desde o ensino fundamental até o ensino médio, tornando o yathê como componente curricular. O Yathê por ser a língua materna dos Fulni-ô é uma oralidade presente no cotidiano da aldeia. Em meio a vivência com a sociedade não indígena, a língua que se torna predominante é a línguas portuguesa.

A língua Yathê, para nós, que é a nossa língua mãe, ela estava sofrendo um retrocesso, né? Fomos obrigados, por exemplo, se dedicar mais à língua portuguesa para a gente ter acesso às escolas normal da cidade e hoje a gente vê a necessidade de a gente ter de volta ao ensino da língua Yathê. (MACHADO, 03 de outubro de 2022).

Dessa forma, com sua história de lutas e resistência, a língua materna foi perdendo espaço para o português, hoje há uma necessidade de fortalecimento dessa língua, visto que na aldeia existem outras formas do yathê ser ensinado. Além dos ensinamentos tradicionais que de certa forma, é responsabilidade da família, há o ensino da língua nas escolas da aldeia. Diante disso, Maria Alzira de Araújo em seu relato, afirma:

Existem duas formas de se estudar a língua materna aqui na Aldeia. Existem as turmas específicas, variando pela idade. À noite é mais jovens e adultos, à tarde é mais adolescentes, crianças, e de manhã também mais adolescentes e crianças. E existe a disciplina como um componente curricular como outro qualquer. (ARAÚJO, 29 de outubro de 2022).

Diante do exposto, os interesses e as preocupações voltados para o processo de fortalecimento da língua materna, a educação escolar indígena é uma grande responsável por garantir que esse conhecimento de tradição oral, não se perca. Em vista disso, o Yathê por não possuir uma gramática oficial, cada família tem um jeito próprio de se expressar e de escrever em Yathê, levando isso em consideração e também para, de certa forma, facilitar o ensino como disciplina escolar, foi elaborada uma cartilha para servir, a princípio, de instrumento pedagógico, como afirma Tawan:

Foi criado um livro, onde se chegou no consenso de que tais palavras, era expressa desse jeito, então o ensino da língua se baseia numa cartilha que foi feita por alguns professores e na maioria das vezes a gente tenta adaptar um pouco a gramática também, porque não existe na questão, uma gramática oficial da língua Yathê, mas a gente tá sempre tentando buscar forma de tentar repassar da melhor forma possível. (ARAÚJO, 19 de setembro de 2022).

Nota-se que há uma preocupação quanto ao ensino da língua materna, pois o desafio de descobrirem caminhos próprios em âmbito escolar faz com que busquem uma metodologia de ensino que na prática sua cultura seja repassada de forma que valorize e preserve suas identidades étnicas. De tal modo, na perspectiva de oferecer uma nova proposta metodológica, foi criada a cartilha para auxiliar o ensino da língua materna na sala de aula.

Tendo em vista, então, as demandas históricas que marcam esse percurso da inserção do Yathê como componente curricular, a escola indígena torna-se responsável por registrar e repassar os conhecimentos tradicionais de um povo, que através da educação, demanda que tenham domínio de uma habilidade que se dar por meio do ensino superior. Assim, como parte de sua colaboração é importante observar que este povo passou a buscar uma formação em nível superior. Com efeito, a AESA se coloca como contribuinte para fomentar esta procura. Nesse sentido, com as dificuldades e experiências inerentes a esse processo de ingresso ao ensino superior, levando em consideração a realidade do seu povo, são essenciais.

De modo que, a partir dos relatos orais mostrarem a trajetória de inserção no ensino superior, as políticas de ações de auxílio permanência se fizeram importantes.

Eu fui beneficiado pelo PROUPE e entrei no PIBID. Então eram dois programas, um do governo do estado e outro do governo federal, o qual eu fui beneficiado e ajudou muito. Porque quando a gente vai estudar fora, justamente nós precisamos desses incentivos para que nós possamos sobressair. Porque para quem é minoria, mais uma vez, esses benefícios assistencialistas são essenciais para que se possa obter êxito numa possível graduação, numa possível pós. Essa foi a realidade. (FREITAS, 27 de outubro de 2022).

Ao abordamos o relato de Vanderlan de Freitas, percebe-se que é fundamental tais políticas de ações afirmativas para que haja uma possibilidade concreta de permanência na graduação e, em alguma medida, um incentivo a pensar numa possível continuidade de fazer pós-graduação, para ter um conhecimento mais especializado e mais chances de agregar valor a sua comunidade, bem como uma melhor condições de vida. Ademais, ainda é possível ressaltar que além das bolsas ofertadas pela própria IES, Maria Alzira (2022) de Araújo afirma em seu relato “Eu fui bolsista da Funai. Eu entrei na AESA com meu próprio bolso. Quando eu entrei, passei, pronto, agora eu quero uma bolsa. Corri atrás da bolsa e consegui. A Funai era quem pagava para mim.” Chama atenção o fato de que na época em que Maria

Alzira foi bolsista da Funai, havia uma intermediação das lideranças e do chefe do posto de sua aldeia, para que fosse concedido este benéfico para ela.

Ainda em seu relato Maria Alzira (2022) afirma: “a minha bolsa foi 100% da FUNAI, mas ela só pagava realmente a mensalidade, o resto eu que tirasse, alimentação, essas outras coisas, era do meu próprio bolso”. De acordo com seu relato, ela só possuía a bolsa concedida pela Funai, que ao final de cada semestre, fazia o repasse do valor total correspondente ao período cursado.

De acordo com os relatos orais, fica claro que AESA contribui e direcionados aos acadêmicos indígenas a uma formação que está em conjunto com as representações sociais inseridas em sua realidade, principalmente no que diz respeito à sua formação indígena e relação da construção profissional em benefício de sua comunidade e à maneira de, através do conhecimento, saber como garantir os seus direitos. Apesar de que, ainda um dos desafios que a IES precisa enfrentar é justamente uma melhoria nas políticas de ações afirmativas. Não obstante, a tarefa que a IES ampara, é destacar os aspectos pertinentes os saberes dos povos indígenas da região e à maneira de enxergar suas próprias culturas.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do uso da metodologia da História Oral, foi possível traçar as trajetórias dos indígenas Fulni-ô e refletir a respeito do papel e do lugar que a AESA/CESA e o curso de História ocuparam no processo de formação, procurando, desta forma, refletir a respeito da importância do acesso destas populações ao ensino superior. Além disso, foi possível compreender e destacar o papel que a Autarquia possui no processo de qualificação e formação destas populações e colaborar para construir mais visibilidade a respeito desta temática e do ensino da história indígena. Portanto, por meio da formação em História, os estudantes indígenas, reelaboram a sua compreensão de História e importância de repensar e recontar as experiências do seu povo.

7. REFERÊNCIAS

ABREU, Aurélio M.G. **Culturas indígenas do Brasil**. São Paulo, Traço, 1987.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004.

BITTENCOURT, Circe M. F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. BRASIL.

GRUPIONI, Luís Donisete. **Formação de Professores indígenas**: repensando trajetórias. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Brasília: 2006.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

MARTINS, Ana Luiza; LUCA, Tânia Regina de. **História da Imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2008.

MONTENEGRO, Antonio Torres. **História oral e memória**: a cultura popular revisitada. 3ª Ed., São Paulo: Contexto, 2001.

MOTA, Thiago. **Ensino antirracista na Educação Básica: da formação de professores às práticas escolares** [recurso eletrônico]. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2021.

SCHRÖDER, Peter (Org.). **Cultura, identidade e território no Nordeste indígena**: os Fulni-ô. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2012.

SILVA, Edson. **Os índios na História e a História Ambiental no semiárido Pernambucano**, Nordeste do Brasil. Revista Mutirão, v. II, nº II, 2021, p. 87-104.

SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha da. (orgs.). **Ensino da temática indígena e educação para as relações étnico-raciais**. Maceió, AL: Editora Olyver, 2021.

O ENSINO TRADICIONAL DA LÍNGUA PORTUGUESA ATUALIZADO PELA DINÂMICA DOS RECURSOS LINGUÍSTICOS

Ana Darc Balbino da Silva

RESUMO

Esta pesquisa apresenta, como tema central, um recorte comparativo entre o formato tradicional de ensino da Língua Portuguesa no Fundamental II e as alternativas propostas pelo aporte da contribuição da Linguística como alternativa de ampliação

efetiva dos horizontes didáticos e resultados pedagógicos facilitadores da aprendizagem em relação à oralidade e à escrita. Dentro dessa perspectiva, o ensino de Língua Portuguesa estaria num patamar mais atraente entre as partes envolvidas, ou seja, docente e discente. Daí que, através de estratégias eficazes, é possível manter a interação educativa que promova o aprendizado mais dinâmico e abrangente que facilite a capacitação do alunado para o enfrentamento da vida, seja na qualificação escolar através dos conhecimentos vivenciados no ambiente pedagógico, seja na utilização desses conhecimentos na vida comunitária de uma forma geral. A ideia é motivar a inserção dos recursos oferecidos pelos estudos linguísticos na releitura das prescrições gramaticais comuns nos livros didáticos e nas gramáticas em uso no meio pedagógico tendo em vista ampliar a visão do aluno sobre os aspectos pertinentes à oralidade e à escrita em Língua Portuguesa em uso no Brasil, para que, não só no recinto escolar mas também no exercício da vida social para além da escola, o aluno faça uso da expressividade comunicacional de forma ampla, sem que preconceitos gerados por distorções culturais sobre a dinâmica da Língua venha travar a liberdade comunicativa. Para esse fim, a pesquisa se apoia em autores que estão afinados com essa abordagem em suas obras e são referenciados com frequência em trabalhos cujo tema gira em torno dessa expectativa. Quanto à Metodologia, numa abordagem qualitativa, os dados coletados foram feitos através das Tecnologias Digitais de Informação e da Comunicação (TDIC). Para isso, foi aplicado um questionário no Google Formulário que foi respondido por docentes. Desse modo, portanto, é de se encontrar, no tocante à educação, soluções efetivas que visem preservar o rendimento do ensino-aprendizagem de uma forma geral.

Palavras-Chaves: Gramática normativa. Linguística. Ensino de Língua Portuguesa.

INTRODUÇÃO

Este trabalho objetiva efetivar uma comparação entre a modalidade de ensino da Língua Portuguesa em uso nas escolas da rede pública, tomado como recorte o Fundamental II, onde a fundamentação didática decorre das instruções inseridas na Gramática Tradicional e as alternativas decorrentes dos estudos linguísticos que, em sua maioria, reza pela cartilha da NGB (Nomenclatura Gramatical Brasileira), cuja pauta se mantém à base de decreto oficial e, desse modo, avessa ao entendimento crítico dos estudos linguísticos que, desde o início do século XX, já sinalizam em direção a outros horizontes dos estudos da Linguagem, oferecendo ampla contribuição atualizadora desses estudos e, por isso, mais capacitadora quanto a ampliar a competência do uso dos recursos da Língua, tanto pela oralidade – quanto pela escrita, seja na abordagem da leitura do texto verbal ou não-verbal, seja na leitura da arte em geral. Ao que se sabe, há uma tradição gramatical que se adequa à grande maioria dos livros didáticos destinados às escolas públicas, a qual se torna reprodutora de prescrições herdadas de fontes anteriores ao século XX, de modo que,

apesar da modernidade gráfica das publicações atuais, o conteúdo, no entanto, ainda reza pela cartilha dita oficial da NGB, o que finda criando um fosso entre as séries que preparam os alunos para o ingresso no Ensino Superior e a chegada a essa etapa da vida acadêmica, haja vista o impacto resultante da lacuna em relação aos aspectos contemplados pela Linguística no estudo de assuntos pertinentes que, por alguma razão, deixaram de ser apreciados na dosagem certa durante essas séries que antecedem o Vestibular.

Sendo assim, com a consulta a obras pertinentes ao tema, a exemplo de considerações de estudiosos da área e também de algumas propostas já contempladas pela BNCC, quanto ao assunto, e que refletem a coerência dos proponentes quanto à efetivação de mudanças no perfil de ensino da Língua Portuguesa na direção dessa atualização, a presente pesquisa tem em vista realizar um estudo capaz de apontar alguma contribuição para a implementação dessa prática já no Fundamental II, a partir de uma consulta aos docentes e discentes sobre a prática atual e a prática atrelada à visão Linguística, no sentido de que a transição de um modelo para o outro se dê sem ocasionar arestas pedagógicas, mas causando um bem-estar para as partes envolvidas, pelo ganho que representa em relação ao progresso no trato e no zelo pela “última flor do Lácio”.

OBJETIVOS

Gerais: Compreender formas de ensino da Língua Portuguesa que aliem ao estudo gramatical os recursos desenvolvidos pela visão Linguística; implementar essa prática já nas séries do Fundamental II, para melhor ambientar os alunos com esse conhecimento.

Específicos: Adotar uma postura crítica atualizadora do estudo da Língua Portuguesa aliada à Linguística e sua visão ampla da comunicação oral e escrita; apontar caminhos possíveis para a adoção de uma prática de estudos da Língua Portuguesa sem se ater meramente às prescrições ditadas pela NGB.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A BNCC prevê que o ensino de língua portuguesa deve ser um ensino onde o aluno desenvolva uma aprendizagem de êxito sobre a língua, algo que se faz com um

ensino onde não se tenha apenas uso da Gramática normativa, mas também com o uso da Sociolinguística. No entanto, tal prerrogativa não tem se reverberado com ênfase na prática, visto que o ensino de Língua Portuguesa na maioria dos centros educacionais se atém ao que propõe a Gramática normativa.

Atualmente o ensino de Língua Portuguesa que é transmitido nas escolas do Brasil é um ensino que faz muito uso da Gramática normativa. E, como consequência, não se tem uma aprendizagem produtiva, uma vez que acaba deixando um pouco de lado a questão da sociolinguística, que entende a língua portuguesa como um processo vivo. De acordo com a sociolinguística a Língua Portuguesa é um processo heterogêneo que sofre variações linguísticas por fatores regionais, econômicos, classe social etc.

Na verdade, como costume dizer, o que habitualmente chamamos de português é um grande "balaio de gatos", onde há gatos dos mais diversos tipos: machos, fêmeas, brancos, pretos, malhados, grandes, pequenos, adultos, idosos, recém-nascidos, gordos, magros, bem-nutridos, famintos etc. Cada um desses "gatos" é uma variedade de português brasileiro, com sua gramática específica, coerente, lógica e funcional. (BAGNO,1999, p.18).

Decorrente dessas múltiplas variantes, a Linguística tanto estuda como aponta as mazelas sociais implícitas nessa fauna cheia de miados distintos que traz ao conhecimento público as carências mais evidentes nas camadas sociais periféricas, bem como torna claro os guetos sociais inevitáveis que se manifestam através da comunicação oral mais do que da escrita.

Felizmente, essa realidade linguística marcada pela diversidade já é reconhecida pelas instituições oficiais encarregadas de planejar a educação no Brasil. Assim, nos Parâmetros curriculares nacionais, publicados pelo Ministério da Educação e do Desporto de 1998, podemos ler que a variação é constituída das línguas humanas, ocorrendo em todos os níveis. (BAGNO,1999, p.18).

Considerando que nos últimos 50 anos há registros de estudos críticos dessa conduta monolítica sobre a abordagem da Língua, conforme se lê na citação logo acima, o presente trabalho coloca em evidência a criação e o uso eficaz de ferramentas, situações didáticas, como forma de tornar o ensino de língua portuguesa mais didático e atrativo para os discentes, fazendo uso não só da Gramática normativa mas também dos estudos sociolinguísticos.

Resultante dessa preocupação em alinhar os estudos gramaticais da Língua Portuguesa com os fatos que são apontados pela Linguística e que, sem dúvida, abrem os horizontes da compreensão de aspectos muitas vezes omitidos nos livros escolares, essa pesquisa se propõe a apontar alguns pontos relevantes que se tornam indispensáveis serem adotados já nessas séries do Fundamental tendo em vista acelerar os mecanismos de abordagem adequada da Língua em todas as suas nuances, com o apoio da Linguística, para que os estudos gramaticais se tornem atraentes e relevantes no contexto da vida dos alunos.

É claro que é preciso ensinar a escrever de acordo com a ortografia oficial, mas não se pode fazer isso tentando criar uma língua falada "artificial" e reprovando como "erradas" as pronúncias que são resultados natural das forças que governam o idioma. (BAGNO,1999, p.52).

O contexto do ensino tradicional com base numa Gramática “castiça”, recheada de citações clássicas da Literatura, tanto ignora os miados acima referidos como também se enclausura num grunhido que ecoa só em salas confortáveis de academias ou locais específicos dos “bons falantes” da Língua. A dita Ortografia Oficial mais parece um soneto parnasiano onde a arte pela arte abafa a visão de mundo.

Como o nosso ensino da língua sempre se baseou na norma gramatical de Portugal, as regras que aprendemos na escola em boa parte não correspondem à língua que realmente falamos e escrevemos no Brasil. Por isso achamos que "português é uma língua difícil": porque temos de decorar conceitos e fixar regras que não significa nada para nós (BAGNO,1999, p.34).

Os Linguistas brasileiros, ao longo do século XX, se debruçaram sobre o estudo desse aspecto crucial da convivência social, tendo em vista a eliminação desse distanciamento que ainda mais contribui para fragmentar a já estilhaçada sociedade brasileira. Faz-se necessário, portanto, que para a necessidade de se combater os obstáculos que interferem no processo educacional, políticas governamentais mais eficazes sejam adotadas tanto em relação à melhoria da vida das camadas da sociedade que sofrem com a falta de programas sociais de fato efetivos e sistemáticos – e não eleitoreiros – de modo a proporcionar a integração dessas pessoas com o mundo educacional, fonte segura de alforria desses males seculares.

É preciso garantir, sim, a todos os brasileiros o reconhecimento (sem o tradicional julgamento de valor) da variação linguística, porque o mero domínio da norma culta não é uma fórmula mágica que, de um momento para outro, vai resolver todos os problemas de um indivíduo carente. (BAGNO, 1999, p.70).

Segundo (BAGNO, 1999) os falantes cujas variedades são desprestigiadas pelo meio dito culto deixam de ter acesso a direitos assegurados pela Lei simplesmente por não “compreenderem a linguagem empregada pelos órgãos públicos”.

Diante disso, convém fazer uso de práticas de ensino onde os estudos da Gramática normativa não sejam exclusivos no ensino da Língua Portuguesa, mas que a Sociolinguística tenha seu devido espaço na produção desses estudos, de modo a desfazer esse modelo secular de abordagem gramatical com um viés discriminatório que coloca em evidência o contraste “certo” e “errado” sem que haja uma discussão adequada e fundamentada na Ciência da Linguagem e não no regramento oficializado pela gramática.

Por isso tantas pessoas terminam seus estudos, depois de onze anos de ensino fundamental e médio, seguindo-se incompetentes para redigir o que quer que seja. E não é à toa: se durante todos esses anos os professores tivessem chamado a atenção dos alunos para o que é realmente interessante e importante, se tivessem desenvolvido as habilidades de expressão dos alunos, em vez de entupir suas aulas com regras ilógicas e nomenclaturas incoerentes, as pessoas sentiriam muito mais confiança e prazer no momento de usar os recursos de seu idioma, que no final é um instrumento maravilhoso e que pertence a todos! (BAGNO, 1999, p.37).

Portanto, faz-se necessário a reflexão e análise de métodos, estratégias que possam tornar o processo de ensino da Língua Portuguesa uma junção de Gramática normativa e os estudos Linguísticos pertinentes a um entendimento mais amplo da Língua e de sua utilização no meio social escolar ou fora dele. Assim, teremos um ensino de Língua Portuguesa onde os alunos tenham uma aprendizagem efetiva sobre toda a língua.

Ora, se o domínio da norma culta fosse realmente um instrumento da ascensão na sociedade, os professores de português ocupariam o topo da pirâmide social, econômica, e política do país. Não é mesmo? Afinal, supostamente, ninguém melhor do que eles dominam a norma culta (BAGNO, 1999, p.69).

Uma vez que é de extrema importância mostrar aos alunos as diversas variações linguísticas que ocorrem ao longo da história da Língua Portuguesa, há que se entender que para além da Gramática a Linguística refaz as distorções que fundamentam uma prática tradicionalista onde o “certo” e o “errado” são parâmetros. Como afirma Bagno, “nenhuma língua é falada do mesmo jeito em todos os lugares, assim como nem todas as pessoas falam a própria língua de modo idêntico” (BAGNO, 1999, p.52). Assim pondera Luís Antônio Marcuschi, quando afirma:

Desde a época do Império até meados do século XX, predominavam, no ensino de língua, os modelos da boa escrita sedimentados em Seletas ou Antologias com excertos de obras literárias ou textos tidos como “clássicos”. Dos anos 60 para cá, foram entrando, aos poucos, na escola, textos da imprensa diária. Atualmente, já é possível encontrar até mesmo manuais que incentivam o estudo da língua falada em sala de aula (MARCUSCHI, 1996).

É preciso que o ensino da Língua Portuguesa seja um ensino onde a Gramática e a Linguística tenham seu devido lugar em defesa da qualificação dos falantes sem se ater a aspectos meramente conflitivos ou excludentes, para que esse cenário de manipulação da Língua como instrumento discricionário não continue a perdurar no ensino ofertado nas escolas do Brasil. “Falar da língua é falar de política, e em nenhum momento esta reflexão política pode estar ausente de nossas posturas teóricas e de nossas atitudes práticas de cidadão, de professor e de cientista” (BAGNO, 1999, p.71).

Na visão de Marcuschi (1996), não são excludentes, no contexto escolar, o estudo do dialeto padrão para uso na escrita por alunos que eventualmente vêm de um contexto social onde tal dialeto padrão não se fala. Sendo assim, afirma Marcuschi (1996): “os indivíduos podem, em casos específicos, por exemplo, em suas cartas pessoais ou em bilhetes, usar uma escrita num dialeto não-padrão, de modo que a escrita no dialeto padrão não deve ser imposta em todas as circunstâncias com o mesmo grau de exigência”. Claro que, quando se trata de textos acadêmicos, jornalísticos e correspondência oficial haverá de se fazer uso da norma padrão.

Marcuschi explica que compete à escola promover a ambientação pacífica entre as variações inevitáveis por conta da heterogeneidade da clientela escolar, de modo a não cair num modelo de ensino tendenciosamente burocrático e ineficiente e, o que é pior, capaz de inibir o desenvolvimento do alunado quanto ao conhecimento

das multiplicidades comunicacionais que o estudo dinâmico da Língua Portuguesa pode oferecer tanto para a escrita quanto para a oralidade.

METODOLOGIA DO TRABALHO

Os dados coletados foram feitos através das Tecnologias Digitais de Informação e da Comunicação (TDIC). Para isso, foi aplicado um questionário no Google Formulário respondido por docentes, a fim de relatar suas ideias e contribuições a respeito de metodologias mais didáticas e atrativas, fazendo uso da Gramática normativa e estudos Sociolinguísticos, com a finalidade de gerar um ensino de língua portuguesa eficaz na aprendizagem dos discentes.

São apresentados métodos, ferramentas, que podem facilitar o ensino-aprendizagem dos alunos em relação ao ensino da Língua Portuguesa. Muitos alunos se sentem desmotivados com o ensino da língua portuguesa, o que resulta um baixo rendimento escolar e até mesmo no aumento da evasão numa espécie de auto reprovação. Mas, com o uso de uma metodologia que possui uma didática mais atrativa, isso pode mudar, tornando o ensino mais leve, mais divertido e conseqüentemente mais motivador, o que garante a permanência dos alunos na escola.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Pretendeu-se, por meio deste trabalho, refletir sobre a o ensino atual de Língua Portuguesa ofertado nas escolas num contexto em que se supere entraves entre o modelo tradicional e as atualizações decorrentes dos estudos linguísticos tendo em vista promover um ensino mais eficaz, onde os discentes tenham uma aprendizagem sobre toda a língua e não um ensino focado apenas em Gramática normativa.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelecem que o ensino de Língua Portuguesa deve não apenas focar em Gramática normativa, mas também assegurar a interação com o suporte Linguístico.

Daí, espera-se através de medidas imediatas por parte dos órgãos governamentais e dos responsáveis diretamente ligados às instituições de ensino, uma reavaliação do processo posto em prática pelo modelo tradicionalista e assim, no

tocante à educação, soluções efetivas sejam tomadas tendo em vista preservar o rendimento do ensino-aprendizagem de uma forma geral.

Para a coleta de dados foi realizado um questionário através do Google Forms, onde professores da rede pública de ensino responderam algumas perguntas a respeito do ensino de língua portuguesa. Foram feitos os seguintes questionamentos aos professores:

1- Na sua visão, o ensino de língua portuguesa que atualmente é ofertado nas escolas do Brasil consegue gerar uma boa aprendizagem para os discentes?

2- Em relação ao ensino de língua portuguesa que atualmente é ofertado nas escolas, você acha que é um ensino que faz uso quase que exclusivo da gramática normativa durante as aulas de língua portuguesa?

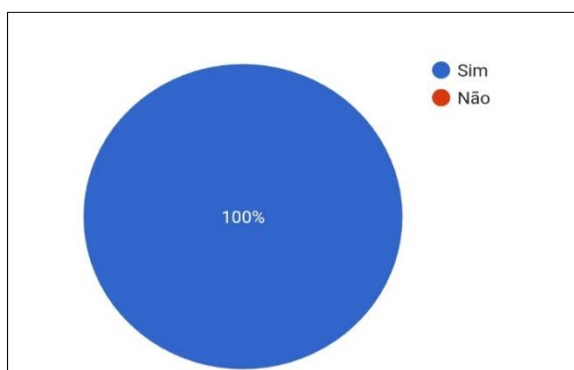
3- Na sua visão, um ensino de língua portuguesa baseado quase que exclusivamente na gramática normativa, gera uma aprendizagem de êxito sobre toda a língua portuguesa para os discentes?

4- Você acha que o ensino atual de língua portuguesa está muito voltado a questões gramaticais, deixando de fazer uso de recursos linguísticos?

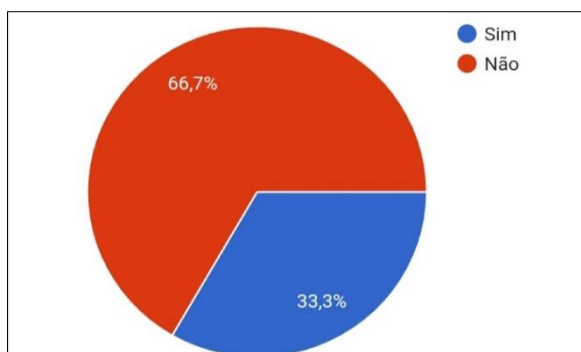
5- Você acha que o que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) prevê em relação ao ensino de língua portuguesa, tem se reverberado com ênfase na prática?

Segue anexo gráficos com os resultados das respostas que os professores deram diante do questionário que foi realizado.

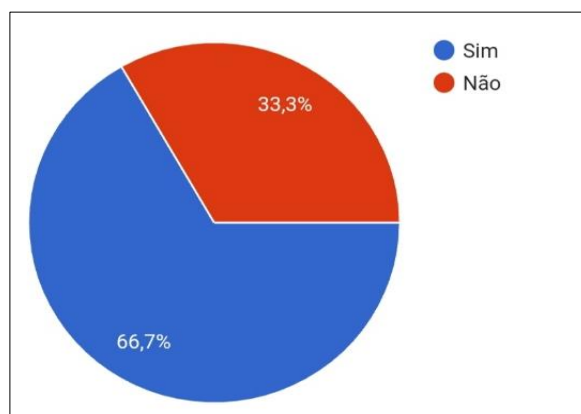
Na sua visão, o ensino de língua portuguesa que atualmente é ofertado nas escolas do Brasil consegue gerar uma boa aprendizagem para os discentes?



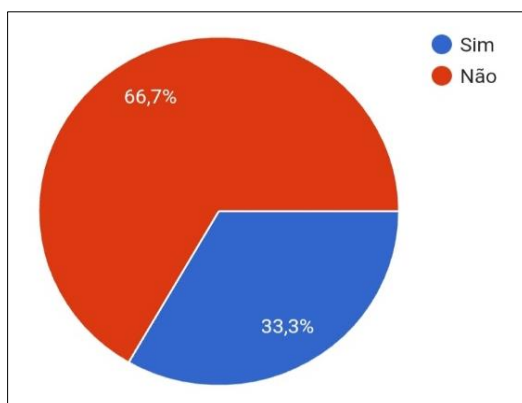
Em relação ao ensino de língua portuguesa que atualmente é ofertado nas escolas, você acha que é um ensino que faz uso quase que exclusivo da gramática normativa durante as aulas de língua portuguesa?



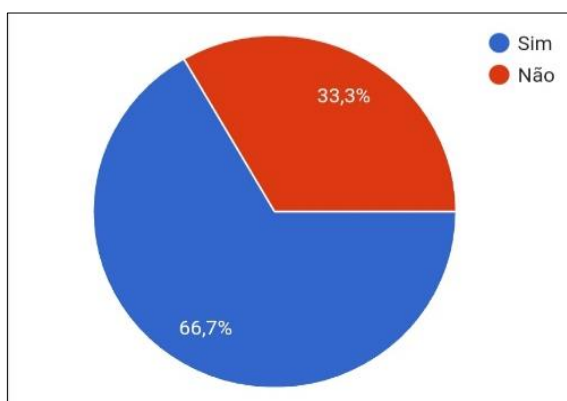
Na sua visão, um ensino de língua portuguesa baseado quase que exclusivamente na gramática normativa, gera uma aprendizagem de êxito sobre toda a língua portuguesa para os discentes?



Você acha que o ensino atual de língua portuguesa está muito voltado a questões gramaticais, deixando de fazer uso de recursos linguísticos?



Você acha que o que a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) prevê em relação ao ensino de língua portuguesa, tem se reverberado com ênfase na prática?



CONCLUSÕES

O estudo intencionou analisar, refletir, compreender, relatar meios de tornar o ensino de Língua Portuguesa mais eficaz, mediado por estudos que contemplem a visão divulgada pelas pesquisas aliadas à Linguística.

Faz-se necessário dinamizar a conjunção Língua-Linguística já nos Ensino Fundamental, posto que é o caminho para assegurar a preparação do discente rumo ao Ensino Médio e a outros níveis de estudo, de sorte que a base estabelecida lhe renda a devida segurança para ampliar os conhecimentos e atuar no contexto social e profissional que venha a concorrer. Para tanto, a partir das alternativas operacionais na sala de aula com o devido apoio de opções atualizadas de livros didáticos e obras técnicas de consulta, tais deficiências serão melhor enfrentadas pelo corpo docente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Brasília: MEC. 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_20dez_site.pdf> Acesso em: 17 ago. 2022.

BAGNO, Marcos. Gramática Pedagógica do Português Brasileiro. São Paulo. Parábola, 2021.

BAGNO, Marcos. Preconceito linguístico: O que é, como se faz. São Paulo. Loyola, 1999.

MARCUSCHI, Luís Antônio. A LÍNGUA FALADA E O ENSINO DE PORTUGUÊS. 1996. Disponível em: <https://www2.ufjf.br/labor/files/2018/06/OLE-A-I-%C3%ADngua-falada-e-o-ensino-de-portugu%C3%AAs-L.-A.-Marcuschi-UFPE.pdf> Acesso em: 13/10/2022.

PARTICIPAÇÃO FEMININA NA MAGISTRATURA: ANÁLISE A PARTIR DAS MULHERES APROVADAS EM CONCURSOS PÚBLICOS PARA O CARGO DE JUÍZA DO TJPE (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO)

Elba Ravane Alves Amorim³

Sofia Alexandre Lopes⁴

RESUMO

O presente artigo científico tem por escopo analisar a participação feminina na magistratura, com enfoque na composição do Tribunal de Justiça de Pernambuco (TJPE) nos últimos 10 anos (2012-2022) refletindo criticamente a partir das epistemologias feministas os possíveis impactos do gênero no Poder Judiciário, observando o paradigma do patriarcalismo intrínseco à sociedade. Para tanto, será realizada uma pesquisa descritiva e exploratória, através da análise bibliográfica e documental, com vistas a identificar e relatar o fenômeno sócio-jurídico-político da participação das mulheres na magistratura, mediante abordagem quanti-qualitativa. Ao final, verificou-se que nos últimos dez anos houve um decréscimo da participação feminina na magistratura em Pernambuco, e, em paralelo, há apenas uma mulher ocupando a cúpula do TJPE. Concluiu-se que apesar do processo de feminização, a magistratura está inserida em um sistema de gênero, ou seja, um sistema socialmente

³ Elba Ravane Alves Amorim, professora no Centro de Ensino Superior de Arcoverde (CESA) e Associação Caruaruense de Ensino Superior (ASCES-UNITA). E-mail: elbaamorim@asc.es.edu.br

⁴ Sofia Alexandre Lopes, graduanda em Direito pela Associação Caruaruense de Ensino Superior (ASCES-UNITA). E-mail: sofiaalexandree28@gmail.com

construído, que coloca mulheres e homens em lugares bem determinados nas instituições e na sociedade. Assim, percebe-se a necessidade de políticas públicas do Estado que tenham como objetivo a paridade de gênero na composição do judiciário brasileiro, para que as demandas das mulheres possam ser julgadas de uma maneira mais próxima e adequada para suas realidades. Quando os espaços públicos são ocupados de maneira representativa e diversificada a democracia é reafirmada.

Palavras-chave: Gênero. Magistratura. Tribunal de Justiça de Pernambuco.

1. INTRODUÇÃO

A construção de um ideal de feminilidade, calcada em padrões e funções objetivas a serem impostos à mulher, como a maternidade, passividade ao desejo masculino e, especialmente, a docilidade, surge com o início da humanidade e passa a vigorar ferrenhamente na Europa a partir dos séculos XVIII e XIX.

Na obra grega *Odisséia*, de Homero, Telêmaco, filho do heroico Ulisses, determina a Penélope, sua mãe, que “volte para seus aposentos e retome seu próprio trabalho, o tear e a roca... Discursos são coisas de homens, de todos os homens, e meu mais de que qualquer outro, pois meu é o poder nesta casa” (BEARD, 2018, p. 16). Tal padrão de gênero deriva da imposição de normas sociais e refletem no direito patriarcal, e como afirma Safiotti (2004, p. 54), perpassa não apenas as instituições da sociedade civil, “mas impregna também o Estado”.

O perfil feminino firmado estava ancorado, portanto, em justificativas que tomavam o corpo da mulher para explicar o seu lugar na sociedade, em uma espécie de materialização e objetificação. Sob esta égide, a psicanalista Maria Rita Kehl (2008, p. 48), expõe:

A feminilidade aparece aqui como o conjunto de atributos próprios a todas as mulheres, em função das particularidades de seus corpos e de sua capacidade procriadora; a partir daí atribui-se às mulheres um pendor definido para ocupar um único lugar social – a família e o espaço doméstico –, a partir do qual se traça um único destino para todas: a maternidade.

Como afirma Benhabib e Cornell (1987, p. 13): “Além de estar submetida às ordens do chefe da família, o espaço ocupado pela mulher – privado – não é visto como espaço econômico, político e jurídico. Ele é visto tão somente como “uma esfera fechada e exclusiva da intimidade, sexualidade e afeição”.

Neste íterim, a luta feminista provocou rupturas à concepção político-jurídico que condenava a mulher à exclusividade do espaço doméstico e ao silêncio, sem possibilidade de escolha quanto ao seu próprio lugar no mundo. Com a conquista do direito à educação, as mulheres passaram a ocupar espaços sociais de poder e de decisão antes reservados exclusivamente aos homens, a exemplo de Ana Amélia Carneiro de Mendonça, primeira mulher a integrar o Tribunal Superior Eleitoral, fazendo parte da mesa apuradora das eleições de 1934 (FGV, 2021).

Sob esta égide, a literatura tem apontado para uma crescente participação feminina nas profissões jurídicas, tanto no Brasil quanto em outros países. Esse fenômeno tem sido caracterizado como um processo de feminização das carreiras jurídicas, especialmente no que concerne à composição do Poder Judiciário, que estaria tendo um incremento feminino em seus quadros nos últimos anos, sendo de suma importância realizar estudos em Pernambuco sobre o tema, bem como refletir acerca das assimetrias de gênero na composição das cúpulas do Poder Judiciário, que apontam para a necessidade de investigações que explorem as possíveis desigualdades no Poder Judiciário.

O estudo desenvolvido tem por objeto principal investigar se Pernambuco segue o cenário nacional de crescente participação feminina na magistratura refletindo criticamente a partir das epistemologias feministas os possíveis impactos do gênero no Poder Judiciário, observando o paradigma do patriarcalismo intrínseco à sociedade. Assim, busca-se responder a seguinte questão: Nos últimos 10 anos houve aumento do número de mulheres aprovadas em concursos públicos para o cargo de juíza do TJPE (Tribunal de Justiça de Pernambuco)? O que o possível aumento da participação feminina na magistratura pode representar?

Quanto aos objetivos, trata-se de estudo descritivo e exploratório, uma vez que serão identificados e relatados o fenômeno sócio-jurídico-político da participação das mulheres na magistratura.

Para a coleta de dados, utilizou-se a técnica da pesquisa documental a partir dos seguintes documentos escritos: 1. Editais de concurso para o cargo de juiz(a) do TJPE nos últimos 10 anos, disponíveis nos sites do TJPE, Diário Oficial de Pernambuco e empresas contratadas para realizar o certame. 2. Lista de pessoas aprovadas nos concursos para o cargo de juiz(a) do TJPE nos últimos 10 anos, disponíveis nos sites do TJPE, Diário Oficial de Pernambuco e empresas contratadas

para realizar o certame e 3. Lista de convocados e empossados no cargo concurso de juiz(a) do TJPE nos últimos 10 anos, disponíveis nos sites do TJPE e Diário Oficial de Pernambuco. Por tratar-se de concurso público, todos os dados são de livre acesso a qualquer pessoa, não havendo obstáculos para realização da pesquisa.

Por fim, adotar-se-á a abordagem quanti-qualitativa, a qual consiste na combinação das duas abordagens, qualitativa e quantitativa, também chamada de abordagem mista: “[...] reúne estratégias das pesquisas quantitativa e qualitativa para análise do objeto estudado” (ASCES, 2020), visto que além das técnicas estatísticas para avaliar a participação das mulheres na magistratura pernambucana, também será interpretado o fenômeno social do patriarcado e da luta das mulheres para ingressar nos espaços de poder para entender os limites e avanço dessa participação e da atribuição de significados da experiência das mulheres no judiciário.

2. MULHERES APROVADAS E CONVOCADAS EM CONCURSOS PÚBLICOS PARA O CARGO DE JUÍZA DO TJPE (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO) NOS ÚLTIMOS 10 ANOS

De acordo com uma pesquisa da Associação de Magistrados Brasileiros (AMB) coordenada pela cientista política e professora Maria Tereza Sadek, até o final da década de 1960, apenas 2,3% dos magistrados eram mulheres – nos tribunais superiores, era zero. (AMB, 2015).

Em significativo avanço, segundo o Censo do Poder Judiciário, realizado em 2014, publicado pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias, 35,9% dos magistrados e 56,2% dos servidores eram mulheres, em contrapartida, os magistrados homens totalizam 64,1%. Outrossim, identificou-se que quanto maior o nível da carreira na Magistratura, menor era a participação feminina, sendo ela representada por 44% dos juízes substitutos, 39% dos juízes titulares, 23% dos desembargadores e apenas 16% dos ministros de tribunais superiores (CNJ, 2014).

No mesmo sentido, o relatório “Diagnóstico da Participação Feminina no Poder Judiciário”, promovida e divulgada pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em março de 2019, contemplou juízas e servidoras de todo o Brasil, com recortes por ramo da Justiça, tribunal, cargo e nível na carreira, mediante análise da evolução nos últimos dez anos. A pesquisa revelou a sub-representação das mulheres em vários

Tribunais e inclusive nos Tribunais Superiores, referendando a tese exposta da feminização da subalternidade, apontando, ainda, que a magistratura brasileira é composta predominantemente por homens e possui apenas 38,8% de juízas em atividade (CNJ, 2019).

Sob a égide da pesquisa realizada pelo CNJ, referida anteriormente, no âmbito da Justiça Estadual, o percentual de atuação de magistradas vem aumentando desde 1988 (21,9%), atingindo 37,4% ao final de 2018, ao considerar somente os magistrados em atividade. Com relação à participação feminina na ocupação de cargos de presidente, vice-presidente e corregedor, a média dos últimos 10 anos ficou abaixo de 23% e a ocupação desses cargos pelas magistradas em 2018 foi abaixo de 34%. Em relação à ocupação de cargos de Juízes Substitutos e Titulares, a proporção de mulheres aproximou-se de 40,4% e subiu para 42,4% ao considerar somente os ativos em 2018 (CNJ, 2019).

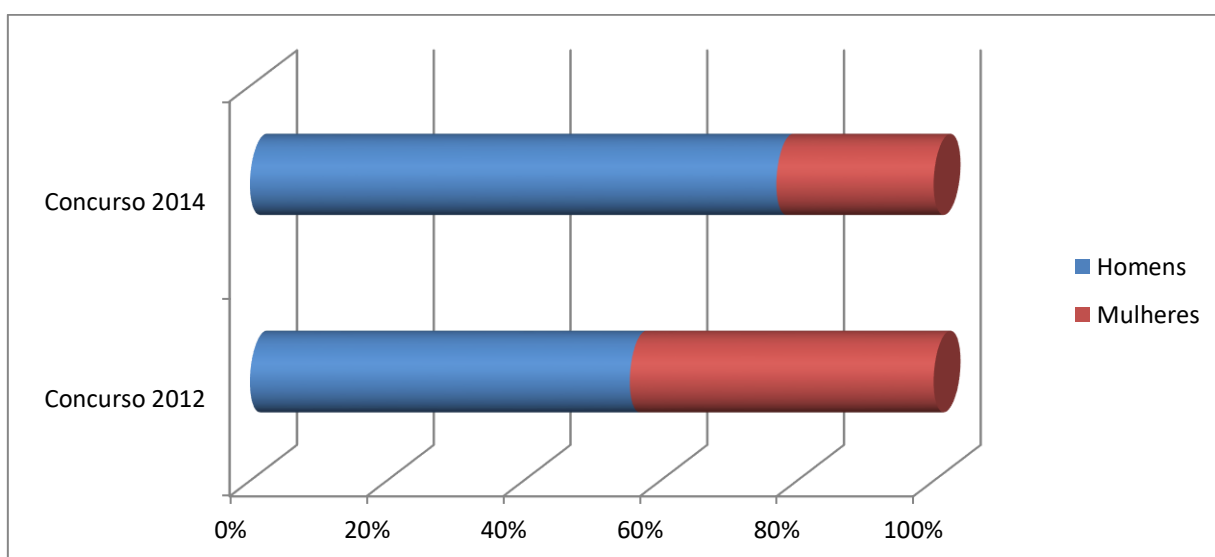
Na Justiça Federal houve a redução no percentual de participação de magistradas quando comparados os últimos 30 anos - de 34,6% em 2008 para 31,2% em 2018. O maior contingente na Justiça Federal é de juízas federais substitutas, 37,1% em comparação a 29,5% das juízas federais titulares, o que reproduz o padrão, a estagnação da representação feminina nos níveis mais baixos da carreira, em uma reprodução subjetiva dos padrões de feminilidade impostos. Entre as desembargadoras federais, a porcentagem atual de 20,3% é menor do que a média da participação feminina neste seguimento hierárquico nos últimos dez anos, que é de 24,5% (CNJ, 2019).

No âmbito dos Tribunais Regionais Federais, os TRT5 (58%), TRT2 (57%) e TRT6 (55%) foram os Tribunais com maior representatividade de mulheres no ingresso da magistratura. Por outro lado, os TRE-AL (8%), TRE-PI (6%) e TJM-SP (0%) foram os de menores percentuais nos últimos 10 anos (CNJ, 2019).

O TRF5, que antes de agosto de 2022 não contava com nenhuma magistrada de carreira entre os 15 cargos de desembargador federal na história da Corte, agora possui a juíza federal titular da 9ª Vara Federal do Ceará, Germana de Oliveira Moraes, que ingressou pelo critério da antiguidade, e a juíza titular da 12ª Vara Federal de Pernambuco, Joana Carolina Lins Pereira, a qual ocupa uma das vagas pelo critério de merecimento, como integrantes do órgão de cúpula do Tribunal.

Ao analisar os concursos para provimento do cargo de juiz substituto do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco (2012/2022) verificou-se que em 2012 das 72 pessoas aprovadas, apenas 32 eram mulheres, já em 2014 de 100 aprovados, apenas 23 eram mulheres:

ANO	BANCA	Nº DE VAGAS	Nº DE APROVADOS
2012	Fundação Carlos Chagas (FCC)	55 cargos + formação de cadastro reserva	72 aprovados - (32 mulheres)
2014	Fundação Carlos Chagas (FCC)	50 cargos + formação de cadastro reserva	100 aprovados - (23 mulheres)



Segundo os dados colhidos no site oficial do Tribunal de Justiça de Pernambuco (2021) acerca dos concursos para magistratura, realizados entre o período de 2012-2022, a participação feminina diminuiu, especialmente no último concurso público, tendo apenas 19% de aprovação feminina, fato que vai de encontro aos dados gerais nacionais referentes ao tema em debate.

De outro modo, ao analisar o número de desembargadores(as) do TJPE, tem-se apenas a desembargadora Daisy Maria de Andrade Costa Pereira em um universo de 51 homens. Ela tomou posse no Tribunal de Justiça de Pernambuco em 16 de maio de 2014, após nomeação pelo governador do Estado, João Lyra. Assumiu o cargo através do Quinto Constitucional, compondo o quadro do Ministério Público, não havendo, pois, nenhuma magistrada de carreira no referido Tribunal.

Imagem 1: Foto da composição da Corte Especial do Tribunal de Justiça de Pernambuco.



Fonte: <https://www.tjpe.jus.br/en/-/corte-especial-do-tjpe-com-nova-composicao>

Segundo Fabiana Cristina Severi (2016, p. 86-87):

Esses percentuais exprimem a persistência de barreiras, muitas delas invisíveis, na carreira da Magistratura para a progressão das mulheres e para que elas ocupem posições de prestígio ou poder: os chamados tetos de vidro, com contornos específicos para cada um dos ramos do Poder Judiciário.

Portanto, a grande problemática se torna identificar quais as razões para tal decréscimo, bem como entender as razões da baixa representatividade de magistradas.

2.1 OBSTÁCULOS PARA O INGRESSO DAS MULHERES NAS CARREIRAS JURÍDICAS: ANÁLISE A PARTIR DAS TEORIAS DE GÊNERO

A terceira geração do feminismo conceitua gênero como uma categoria relacional e política (Scott, 1986), sendo, portanto, uma construção social (Nogueira, 2001). Trata-se de processos individuais, sociais, institucionais, nunca finalizados, fixos e lineares, pelos quais os sujeitos vão se constituindo como masculinos e/ou femininos, em meio à cultura e às relações de poder (MEYER, 2003). Gênero passa

a ser entendido, portanto, como uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado.

Nesse sentido, válidas são as lições de Noemia Porto (2018, p. 16):

Falar de gênero ou das desigualdades persistentes no âmbito do próprio poder judiciário, significa expor e assumir que estruturas injustas podem não estar dando trato suficiente às demandas externas, vindas dos próprios cidadãos. O compromisso democrático de realização dos direitos fundamentais se fortalece na medida em que o Judiciário o assume internamente e o reafirma externamente.

Na lição de Bonelli (2013), mesmo sem plena consciência, as juízas sofrem os impactos de gênero, tendendo a demorar mais para ascender na magistratura por conta da priorização da vida familiar, do casamento ou união estável e dos filhos, já que a cobrança social por alta performance na esfera privada é maior em relação às mulheres. Raciocínio semelhante deve ser aplicado em relação às candidatas que estão se preparando para entrada na carreira da magistratura.

Como afirmam Firmino e Silva (2015, p. 89), os efeitos perversos de tal processo de diferenciação, desde o nascimento, podem ser percebidos na concentração de mulheres nas profissões relacionadas ao cuidado, na baixa presença de mulheres nos espaços de poder de decisão, nas já observadas diferenças salariais entre homens e mulheres, na maior taxa de desocupação das mulheres, na invisibilidade da violência doméstica, na jornada dupla de trabalho feminino, entre outros

Em verdade, a apropriação pelas mulheres de espaços de poder rompe com um discurso antropológico e andrógono engendrado através da história. Segundo Gessé Marques Jr. (2014, p. 294):

Seja como imposição de gênero, construção de liberdade ou desprendimento de vínculos, os homens apresentam maior facilidade de mobilidade e deslocamento, enquanto algumas mulheres ficam limitadas e não progredem rapidamente às entrâncias finais e aos tribunais de segunda instância. O deslocamento e a permanência pelo espaço e por lugares são simbólicos e hierárquicos, pois implicam distribuição de poder mediada por construções de gênero.

Na extensa obra “Emílio”, Jean-Jacques Rousseau (1762) trata da educação como égide e pilar da formação do homem, centrando-se, especialmente, na figura masculina de Emílio. Prescreveu, a partir de um modelo filosófico no qual a natureza

possui caráter normativo de valor, as funções que os sujeitos devem e estão condicionados a desempenhar em razão da natureza do gênero, estando os atores umbilicalmente vinculados às regras valorativas naturais da existência.

Apenas no livro V, último, da obra, surge a figura de Sofia. A obra não pretende tematizar a educação das mulheres, em princípio, mas sim, exteriorizar a descrição da figura feminina adequada para Emílio. A mulher é a outra na leitura crítica de Simone Beauvoir (1970, p. 10), ou seja, sua construção social e existência ocorre em razão do homem e para o homem, em uma sociedade marcada pela desigualdade de gênero: “A mulher determina-se e diferencia-se em relação ao homem e não este em relação a ela; a fêmea é o inessencial perante o essencial. O homem é o Sujeito, o Absoluto; ela é o Outro”.

Sofia é o ícone da subordinação feminina, derivada de injustiças e condenações. Sua herança se manifesta numa educação pautada por papéis de gênero delimitados canonicamente, a qual carrega no argumento da destinação natural a justificativa para castrar as potencialidades da mulher, bem como mantê-la reclusa na esfera da domesticidade. Indiscutivelmente, as atividades intelectuais não são aptidões pertencentes à Sofia.

Escreve Rousseau (1762/1973, p. 415):

[...] Um deve ser ativo e forte, o outro passivo e fraco: é necessário que um queira e possa, basta que o outro resista pouco. Estabelecido este princípio, segue-se que a mulher é feita especialmente para agradar ao homem. Se o homem deve agradar-lhe por sua vez, é necessidade menos direta: seu mérito está na sua força; agrada, já pela simples razão de ser forte.

Diante dessa descrição da feminilidade, Rousseau “[...] inaugurou todo um discurso sobre a diferença entre os sexos e suas consequências morais e sociais, acoplando diferença sexual e diferença de gênero” (NUNES, 2000, p. 38). Desse modo, conclui-se que um dos obstáculos para as mulheres ingressarem nas carreiras é a educação a elas impostas na sociedade patriarcal.

O padrão de gênero descrito por Rousseau fez escola, e o século XVIII viu nascer o desenho de um perfil feminino que, ainda no século XXI é perpetuado através dos estereótipos de gênero, que compreendem os papéis específicos atribuídos aos sujeitos, ignorando-se as características singulares de cada pessoa e criando uma

espécie de constitucionalização simbólica da participação feminina no Poder Judiciário.

É visível, portanto, que a cultura patriarcal que impõe padrões de gênero e coloca a mulher no lugar de submissão impedem a chegada das mulheres nos altos cargos judiciais, aliadas à imposição de níveis de produtividade e expectativas maiores em comparação à atuação masculina, como afirma a ministra Cristina Peduzzi, do Tribunal Superior do Trabalho, em entrevista realizada pelo *site* UOL, que a sua chegada ao Tribunal deu-se pela combinação de muito estudo, dedicação e uma cota de sacrifício pessoal. (CNJ, 2019).

Para os Tribunais Superiores, as indicações são políticas – os ministros são nomeados pelo Presidente da República – criando-se, assim, uma perspectiva de nomeação mais estreita, e evidenciando a masculinização do poder perante os percentuais indicadores da presença feminina nestes Tribunais, de modo que o percentual de 25,7% de mulheres nos tribunais é semelhante com a média dos últimos dez anos, que é de 24,9%, indo de encontro às teses que reverberam que a ocupação dos altos cargos judiciais é uma questão somente de tempo.

Evidencia-se, em verdade, o fenômeno conhecido como “teto de vidro”, caracterizado “pela menor velocidade com que as mulheres ascendem na carreira, o que resulta em sua sub-representação nos cargos de comando das organizações e, conseqüentemente, nas altas esferas do poder, do prestígio e das remunerações”, mesmo quando as mulheres possuem níveis de produtividade superiores às de seus congêneres do sexo masculino (Vaz, 2013, p. 765-766). Há, portanto, uma estagnação da participação das mulheres nos cargos de segunda instância, quando a ascensão na carreira e acesso a cargos ocorrem por critérios subjetivos.

Em síntese última, reconhecer que, apesar do processo de feminização, a magistratura está inserida em um sistema de gênero, ou seja, um sistema socialmente construído, que coloca mulheres e homens em lugares bem determinados nas instituições e na sociedade. A percepção através dos percentuais expostos da sub-representação das mulheres nos altos cargos judiciais, ainda que a chegada a tais posições seja majoritariamente determinada por questões objetivas de antiguidade, é uma oportunidade que se abre para desconstituir a competência subjetiva concatenada aos papéis de gênero, na forma como estes têm sido produzidos na carreira judicial.

2.2 EFEITOS DO POSSÍVEL AUMENTO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NO PODER JUDICIÁRIO

André Pachá, ex-conselheira do Conselho Nacional de Justiça (2007-2009), em entrevista realizada em março de 2015 para o artigo “Magistratura e gênero: um olhar sobre as mulheres nas cúpulas do judiciário brasileiro” de **Roberto Fragale Filho, Rafaela Selem Moreira e Ana Paula de O. Sciammarella**, ao ser questionada sobre a participação feminina na magistratura, expõe:

Eu acho que tem um olhar diferente, eu não tenho dúvidas de que tem um olhar diferente, quando o olhar é feminino e quando a preocupação é feminina. Na vara de família, isso é super nítido, assim a tentativa de compreensão. Eu acho que veem diferente, ouvem diferente. Mas eu sempre insisto nisso, eu acho que é natural. Mas é o que eu te falei não é o fato de ser mulher é o fato de você estar preocupada como um olhar feminino, porque nem todas as mulheres são preocupadas com isso e, às vezes, repetem um modelo que é absolutamente masculino e acham normal. [...] A pauta da mediação, a pauta da conciliação, tem até presença de homens mas majoritariamente esse espaço interessa às mulheres, eu acho. Tenho esse dado pelas reuniões que a gente fazia sobre projetos de conciliação. Eu não sei se tem com avaliar isso pelas inscrições no prêmio Inovare de práticas colaborativas de justiça e de conciliação. A maioria desses projetos são projetos de mulheres.

O aumento da participação de mulheres no Poder Judiciário brasileiro, sobretudo nos órgãos de cúpula, representa justiça, democracia e inclusão social, ao passo que permite que grupos sociais diversos participem do processo de criação e aplicação das leis, além de proporcionar a construção de espaços de autodeterminação e diálogos democráticos, rompendo com os estereótipos criados e perpetuados para estruturação dos quadros da justiça brasileira.

Segundo Rudimar Chichowski (2013), os efeitos da presença de mulheres no Poder Judiciário concentram-se em quatro aspectos: i) diferença, ao passo que as decisões proferidas por juízas carregam a forma distinta pela qual as mulheres veem o mundo; ii) representacional, pois as juízas representam mulheres como uma classe e tendem a ser progressistas em temas sensíveis às mulheres, como discriminação e assédio; iv) informacional, no sentido de que as juízas tendem a atuar em favor e como mulheres; e v) organizacional, na medida em que há pouca margem para

variação do comportamento de magistrados(as) segundo sexo, devido à configuração do sistema Judiciário.

Entretanto, é necessário garantir a qualidade da presença feminina na participação efetiva nas decisões dos Tribunais para alcançar a igualdade de gênero material. Como aponta Nancy Fraser ((2011, p. 624), a paridade não é apenas uma questão de números: “Trata-se, sobretudo, de um estado qualitativo: ser igual, estar em igualdade com os outros, interagir com os outros em pé de igualdade; algo que os números não podem garantir”.

Conforme os objetivos estratégicos e ações da IV conferência mundial sobre a mulher, “A participação das mulheres em condições de igualdade na tomada de decisões constitui não só uma exigência básica de justiça ou democracia, mas pode ser também considerada uma condição necessária para que os interesses das mulheres sejam levados em conta” (Pequim, 2006).

A inclusão das mulheres no processo decisório, enquanto segmento marginalizado, amplia a expressão e o reconhecimento de pontos de vista diversos no sistema político democrático, “potencializando dessa forma, a adoção de políticas voltadas para as necessidades e interesses de grupos mais amplos da sociedade; o efeito disso afetaria a legitimidade do regime democrático e sua qualidade”. (SANCHEZ e MOISES, 2014, p. 105) Para além da mera figuração em números, imperioso a conquista de espaços de fala e contribuição para a construção da justiça, independentemente dos efeitos em que sua presença possa implicar.

3. **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A luta feminista provocou rupturas à concepção político-jurídico que condenava a mulher à exclusividade do espaço doméstico e ao silêncio. Com a conquista do direito à educação, as mulheres passaram a ocupar espaços sociais de poder e de decisão antes reservados exclusivamente aos homens.

No entanto, apesar do processo de feminização, a magistratura está inserida em um sistema de gênero que coloca mulheres e homens em lugares bem determinados nas instituições e na sociedade, fato verificado na sub-representação das mulheres nos altos cargos judiciais, bem como as dificuldades que são enraizadas na manutenção da posição nestes órgãos.

O artigo partiu de dados recentes sobre o Judiciário brasileiro para refletir sobre a ocupação feminina na magistratura, sobretudo no estado de Pernambuco. Verificase que nos últimos dez anos houve um decréscimo da participação feminina na magistratura em Pernambuco, e, em paralelo, há apenas uma mulher ocupando o Tribunal de Justiça de Pernambuco.

Conclui-se que o passar do tempo, por si só, não tem sido um fator a gerar equidade na carreira. Ademais, ao analisar a representatividade feminina nos órgãos de cúpula nacionais, ainda que a chegada a tais posições seja majoritariamente determinada por questões objetivas de antiguidade, observa-se os critérios políticos que encobrem o ideário do profissionalismo que se quer acreditar como plural e igualitário, uma via que se abre para desconstituir a competência subjetiva concatenada aos papéis de gênero, na forma como estes têm sido produzidos na carreira judicial.

De outro modo, para que sejam alcançados os efeitos da participação feminina no Poder Judiciário é necessário não apenas a apropriação efetiva de cargos no Poder Judiciário, mas também a sua qualificação e, através da educação, a desconstrução de estereótipos de gênero que maculam a autodeterminação das mulheres. Para além da mera figuração em números, imperioso a conquista de espaços de fala e contribuição para a construção da justiça, independentemente dos efeitos em que sua presença possa implicar.

Assim, de acordo com o estudo realizado, percebe-se a necessidade de políticas públicas do Estado que tenham como objetivo a paridade de gênero na composição do judiciário brasileiro, para que as demandas das mulheres possam ser julgadas de uma maneira mais próxima e adequada para suas realidades. Quando os espaços públicos são ocupados de maneira representativa e diversificada a democracia é reafirmada.

4. REFERÊNCIAS

Ajufe Mulheres. Conhecendo as Juízas Federais, v. 1. Brasília: Ajufe, 2019a. “Nota técnica 02/2019”. Brasília: Ajufe, 2019b. Disponível em: <https://www.ajufe.org.br/comissao-ajufe-mulheres>. Acesso em: 06 de maio de 2021.

ASCES UNITA. Manual para elaboração de projetos / Adrya Lúcia Peres Bezerra de Medeiros (organizador). – Caruaru/PE: Ascens, 2019. 926 kb; e-book.

Ashmore, R. A. e Del Boca, F. K. (1986) Toward a social psychology of female-male relations. Em R. A. Ashmore & F. K. Del Boca (Eds.). *The social psychology of female-male relations. A critical analysis of central concepts*. New York: Academic press, 1-17.

BEARD, Mary. Mulheres e poder: um manifesto. São Paulo: Planeta do Brasil, 2018

BEAUVOIR, Simone de. (1970) O Segundo Sexo. Livro 1: Fatos e Mitos. 4ª Edição. São Paulo: Difusão Europeia do Livro.

BENHABIB, Seyla; CORNELL, Drucilla. Feminismo como Crítica da Modernidade. Trad. Nathanael da Costa Caixeiro. Rio de Janeiro: Editora Rosa dos Tempos, 1987

BONELLI, Maria da Gloria. OLIVEIRA, Fabiana Luci de. Mulheres Magistradas e a Construção de Gênero na Carreira Judicial. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/nec/v39n1/1980-5403-nec-39-01-143.pdf>. Acesso em: 30 de julho de 2022.

CICHOWSKI, R. Legal mobilization, transnational activism, and gender equality in the EU. *Canadian Journal of Law and Society/Revue Canadienne Droit Et Société*, v. 28, n. 2.

Concurso Juiz Substituto. Tribunal de Justiça de Pernambuco. Disponível em: <https://www.tjpe.jus.br/web/concursos-e-selecoes/juiz-substituto-2012>. Acesso em 23 de maio de 2022.

Concurso Juiz Substituto. Tribunal de Justiça de Pernambuco. Disponível em: <https://www.tjpe.jus.br/web/concursos-e-selecoes/juiz-substituto-2014>. Acesso em 23 de maio de 2022.

Des. Daisy Maria de Andrade Costa Pereira. Tribunal de Justiça de Pernambuco. Disponível em: <http://www.tjpe.jus.br/web/tribunal-de-justica/dmacp>. Acesso em 30 de maio de 2022.

Diagnóstico de participação feminina do Poder Judiciário, CNJ. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/wpcontent/uploads/conteudo/arquivo/2019/05/cae277dd017bb4d4457755febf5eed9f.pdf>. Acesso em: 04 de maio de 2021.

FRASER, NANCY. Mercantilização, Proteção Social e Emancipação: as Ambivalências do Feminismo na Crise do Capitalismo. Tradução Natália Luchini. *Revista Direito GV-São Paulo*, p. 617-634. Jul-Dez 2011

FGV. Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/guia/detalhesfundo.aspx?sigla=AACM>. Acessado em 17/06/2021

FRAGALE FILHO, Roberto. MOREIRA, Rafaela Selem; SCIAMMARELLA, Ana Paula de O. Magistratura e gênero: um olhar sobre as mulheres nas cúpulas do judiciário brasileiro. 2015. Disponível em: <http://journals.openedition.org/eces/1968>. Acesso em: 16 de setembro de 2022.

KEHL, M. R (2008). Deslocamentos do feminino. Rio de Janeiro: Imago.

LIMA, Jordana de Calaça. Democracia e representação: o lugar da mulher no judiciário brasileiro. 2019.

LOPES, Jorge. O Fazer do Trabalho Científico em Ciências Sociais Aplicadas. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2006.

MARQUES JR, GESSÉ. Espaço, profissão e gênero: mobilidade e carreira entre juízes e juízas no Estado de São Paulo. Cadernos Pagu, janeiro-junho de 2014, p. 265-297.

MENESES, Clara Marcelle Alves; DE MELO LACERDA, Natalia. Representatividade de gênero e composição dos Tribunais no cenário internacional. Publicações da Escola da AGU, v. 10, n. 1, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 11. ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

Mulher. Pequim, 1995. In: FROSSARD, H. Instrumentos internacionais de direitos das mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. p. 15-25. 2006.

MOISÉS, José Álvaro; SANCHEZ, Beatriz. Representação política das mulheres e Qualidade da Democracia: o caso do Brasil. In: O Congresso Nacional, os partidos políticos e o sistema de integridade: representação, participação e controle interinstitucional no Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer. 2014. p. 89-115

NARVAZ, Martha Giudice. Submissão e resistência: explodindo o discurso patriarcal da dominação feminina. 2005. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul: 2005. Disponível em: <http://www.msmedia.com/ceprua/diss_marta.pdf>. Acesso em: 30 de julho de 2022.

NUNES, M. S. (2000). O corpo do diabo entre a cruz e a caldeirinha: um estudo sobre a mulher, o masoquismo e a feminilidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Participação feminina no Poder Judiciário Federal. Disponível em: [Participação feminina no Poder Judiciário Federal - Editora JC](#). Acesso em: 05 de maio de 2021.

Por que há tão poucas mulheres na cúpula do Judiciário? Disponível em: [Por que há tão poucas mulheres na cúpula do Judiciário? - 08/03/2016 - UOL Notícias](#). Acesso em: 05 de maio de 2021.

PORTO, Noemia. Igualdade de gênero no poder judiciário: desafios para um sistema verdadeiramente de justiça. In SOUZA, Carlos Eduardo Silva e;

ROUSSEAU, J. J. (1973). Emílio ou da Educação. Trad. Roberto Leal Ferreira. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SAFIOTTI, Heleieth Iara Bongiovani. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SAMPAIO, R. (2010). Do universal ao particular: uma discussão sobre o masculino na psicanálise (Tese de doutorado). Programa de pós-graduação em psicologia do departamento de psicologia, Pontifícia Universidade Católica, Rio de Janeiro.

SCOTT, JOAN. Gênero: uma Categoria Útil para Análise Histórica. Tradução de Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. Em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%AAnero-Joan%20Scott.pdf. Acesso em 04 de outubro de 2022.

SEVERI, Fabiana Cristina. O gênero da justiça e a problemática da efetivação dos direitos humanos das mulheres. Revista Direito & Práxis, Rio de Janeiro, vol. 07, n. 13, 2016, p. 81-115.

THEODORO, Marcelo Antonio. Direitos humanos e fundamentais: debates e reflexões contemporâneos. Curitiba: CRV, 2018.

A UMBANDA EM PERNAMBUCO: TERREIROS DE ARCOVERDE

Edilson João Barbosa⁵

Jaelson Gomes de Andrade Pereira⁶.

RESUMO

O presente artigo buscou resgatar a história da umbanda em Arcoverde - PE. Partindo da premissa de qual o lugar de Zélio Fernandino de Moraes, fundador dessa religião de terreiro, nos espaços de umbanda nessa cidade. Além do seu deslocamento até se estabelecer no município Portal do Sertão. Nesse sentido buscamos apresentar conceitos e influências dessa religião de terreiro, partindo de análises bibliográficas a luz de autores como Alexandre Cumino (2010) entre outros, como também apoiamos em documentos apresentados por a Associação Espiritual de Pai Tajubim. Para o complemento, construímos uma pesquisa de campo, a base de observação participante e entrevistas semiestruturadas. Dividimos o nosso trabalho em três seções, onde em primeiro momento apresentamos uma pequena história conceitual da umbanda. Na sequência apresentamos de forma resumida, o que chamamos de “As encruzilhadas de Zélio” onde se narrou a passagens de sua vida até a fundação da umbanda. No terceiro espaço, apresentamos a umbanda em Pernambuco, partindo-se da capital do Estado. Analisamos os caminhos percorridos pela religião. Por fim procuramos encontrar o lugar do fundador da religião no espaço pesquisado.

⁵ Graduando do curso de Licenciatura em História, no Centro de Ensino Superior de Arcoverde (CESA). Edilsonbarbosa1959@hotmail.com

⁶ Mestre em Culturas Africanas, da Diáspora e dos Povos Indígenas – UPE. Professor do CESA – Centro de Ensino Superior de Arcoverde. Email: profjaelsongap@gmail.com

Provocamos com a pergunta: “E Zélio, baixou em Arcoverde?” Ficou evidente a importância de Zélio Fernandino de Moraes para os terreiros existentes nessa cidade, bem como, parte resgatada dessa história, onde paradigmas foram quebrados, ao mesmo tempo que e se percebeu a necessidade de mais investigações.



Palavras-chave: História, Religião, Umbanda, adeptos, Zélio.

1. INTRODUÇÃO

A presente composição textual surge da necessidade de apresentar fatos históricos e religiosos relativos à umbanda. Assim para compreender esses segmentos, precisa-se conhecer sobre sua fundação, geografia e cronologia, assim como seu fundador. Seguindo os caminhos pelos quais trilhou a umbanda até chegar à Arcoverde, o município conhecido como “O Portal do Sertão pernambucano” que conta com um expressivo número de terreiros de umbanda e segmentos religiosos afrodescendente.

Buscamos informações bibliográficas para desenvolvimento textual e análises através das pesquisas de campo, a partir da observação participante como salienta o professor Wander de Lara Proença,

[...] observação participante, se apresenta como um caminho metodológico fértil ao pesquisador de segmentos religiosos no Brasil contemporâneo, por permitir maior inserção no imaginário da crença, revelando mais profundamente os mecanismos e as lógicas que regem seu funcionamento, atenuando desta forma a margem de interpretações precipitadas ou superficiais no trabalho investigativo. (PROENÇA, p 8, 2007)

Complementando com entrevistas semiestruturadas, onde questionamos os conhecimentos dos fiéis sobre a história da umbanda, bem como, a importância de Zélio dentro desse segmento religioso. Tendo como objetivo, analisar qual a importância da história de Zélio para os terreiros/adeptos da umbanda desse espaço sertanejo. Concomitantemente, apresentamos os principais terreiros que deram início a essa religião de terreiro: A umbanda.

O artigo foi dividido em três seções, e serão desenvolvidas: “Uma pequena história conceitual da umbanda”, em que se apresentam fatos relevantes sobre a fundação dessa religião, “As encruzilhadas de Zélio”, nessa seção relatamos fatos da vida de Zélio e seus feitos amparados pelo Caboclo das Sete Encruzilhadas. Na terceira seção “Na capital pernambucana: Os terreiros de umbanda”, onde fizemos

um resgate da história da umbanda em Recife, para podermos adentrar no nosso objetivo final “E Zélio, baixou em Arcoverde?” Nessa seção se buscou informações históricas, através de entrevistas com Pais, Mães e Filhos de Santos, visando registrar a história da umbanda em Arcoverde.

2. UMA PEQUENA HISTÓRIA CONCEITUAL DA UMBANDA.

“A umbanda formou-se de maneira predominantemente empírica, ou seja, baseada nas experiências de seus praticantes”. (TAJUBIM, 2009, p. 19). Sendo uma religião ainda nova, referindo-se ao tempo histórico, a sua trajetória é escrita de forma que contemplam relatos de amor e dor, alegrias e sofrimentos e perseguições dos mais incrédulos aos que conhecem o seu poder e procuram-na demonizar, escarnecer, bem como, manipular aqueles que não conhecem a riqueza dessa fé. A umbanda tem em sua essência e através dos seus fiéis, o atributo de fornecer a quem a procura, alento, curas e recursos para ajudar ao próximo.

Trata-se de uma religião monoteísta, com características: afro, indígena e europeia, fundada no Rio de Janeiro no início do século XX. Tais raízes lhe permitem navegar no mundo espiritual abrangendo originalmente imagens dos santos católicos, dos pretos velhos das religiões africanas, “bantu”⁷ e dos “caboclos” dos povos indígenas brasileiros.

Essas características étnico-religiosas diversificadas pertencem a todos que a honre e que a ela recorram com o intuito de praticar a caridade, a humildade e o respeito. Podemos destacar que não é a cor dos seus adeptos que a define e nem a origem de cada povo, mas a sua filosofia, na forma de respeitar as diversidades, principalmente, no âmbito social e religioso. Como nos afirma Culmino:

A Umbanda é herdeira das experiências religiosas de três raças (branca, negra e vermelha) e muitas culturas. Ela amadurece com capacidade ímpar e recicla-se o tempo todo em busca de uma identidade. Tem a vantagem de aprender com os acertos e os erros das outras religiões, buscando uma visão mais universalista para explicar a realidade que nos cerca. (CUMINO, 2011, p. 29).

⁷ É um termo utilizado para se referir a um tronco linguístico, ou seja, é uma língua que deu origem a diversas outras línguas no centro e sul do continente africano e relativo a povos de uma determinada região.

Além das características próprias a umbanda traz a teológica dos caboclos, que são espíritos indígenas, que buscam aliviar o fardo espiritual através de seus passes, bem como os conselhos acatados aos consulentes.

Já o seguimento que absorve os espíritos de pessoas que foram trazidos da África para serem escravizados no Brasil, com todo sofrimento que os europeus lhes causaram, esses espíritos evoluíram, passaram a dar conselhos a quem os procurasse, sistematizados nos mestres, pretos e pretas velhas, ainda destacando os orixás. Esses mesmos europeus introduziram forçosamente o catolicismo e seus símbolos.

Religiosamente a umbanda permite uma relação entre os santos católicos e suas entidades, explicando uma relação direta com a chegada dos portugueses ao Brasil e dos escravizados trazidos da África, de origem ioruba principalmente. Essa mescla religiosa dá origem ao nosso candomblé, religião tipicamente brasileira. Esse sincretismo religioso também foi proibido no Brasil, os portugueses eram extremamente católicos. Porém, a maneira dos negros, na resistência, exercerem a sua religiosidade, foi concatenando os orixás aos santos da igreja católica para poder saudar seus sagrados.

Nos terreiros, espaços sagrados para os umbandistas, em pleno altar central se cultuam a imagem de Jesus Cristo, tendo em vista que ele exerceu influência nas religiões principalmente a católica. A AEUPT⁸ acrescenta se referindo à umbanda, que:

[...] ela recebeu a contribuição de crença e valores de toda ancestralidade do povo brasileiro, incluindo não apenas os índios, negros e portugueses do período colonial, mas também povos que imigraram mais recentemente, como os europeus não católicos, que trouxeram o kardecismo no século XIX, e povos orientais. Por essa razão, a Umbanda difere das religiões afro-brasileiras que se preocuparam em conservar sua tradição religiosa originária dos rituais praticados na África, (AEUPT, 2009, p. 28).

O principal valor presente na umbanda está relacionado a essa miscigenação imigratória e religiosa que é evidente e herdada do cristianismo, do espiritismo kardecista que é a prática da caridade e está bem defendida pelos líderes umbandistas. Dentro dessa religiosidade caritativa, foi disseminada a teoria umbandista

⁸ Associação Espiritual de Umbanda Pai Tajubim.

que somente quem pratica a caridade incondicionalmente é capaz de evoluir o seu espírito.

Na umbanda é visível à imagem de Jesus Cristo, tal qual nas igrejas católicas, fazendo alusão a Olorum⁹ que geralmente encontra-se em lugar de destaque nos altares centrais dos terreiros. Os pretos velhos são entidades que têm as características da bondade e generosidade, são espíritos de luz, comedidos pela ética, justiça, perdão e imbuídos dos sentimentos da caridade, amor e humildade.

Já aos caboclos, nas histórias religiosas umbandistas, são entidades de poderosos guerreiros indígenas brasileiros e ao mesmo tempo modestos, estão sempre prontos para ajudar quem lhes procuram. Esses, constantemente, ao incorporarem soltam um brado, tal expressão é considerada como mantra para uns e até mesmo grito de guerra para outros.

Ainda nesse panteão de entidades da umbanda, podemos destacar uma originalmente brasileira: os “erês”, segundo Parizi,

Os Erês são considerados sábios, pois ligados diretamente aos Orixás; transmitem mensagens importantes; podem dar consultas sobre problemas e trazer receitas de ebós. É importante lembrar que o Erê, tal como acontece no Candomblé (e Umbanda) é figura inteiramente desconhecida na África. Os africanos não conhecem nenhuma manifestação espiritual de comportamento infantil, chupando o dedo, falando tatibitate, usando brinquedos. (PARIZI, 2020, p. 176).

Na mesma ideia estão os “ibejis”¹⁰, que são entidades africanas infantis, não incorporam no mesmo formato que os erês da umbanda brasileira. Parizi se refere aos comportamentos quando os erês são incorporados por seus “cavalos ou aparelhos”¹¹. Mesmo sendo crianças, os ibejis se comportam diferentes. Por isso, a afirmação de Parizi de não ser conhecida nenhuma entidade com manifestação semelhante ao comportamento infantil visto no Brasil, lá na África. Ainda sobre essas entidades, os erês são guias que agem entre as pessoas e os orixás quando são incorporados. Sua origem etológica é iorubá (língua nigero-congolesa falada em alguns países africanos, situados na região sul saariana). A palavra erê, não significa

⁹ Deus criador do universo; segundo a mitologia Yorubá e algumas religiões de matriz africana, dono do Orum (firmamento) ou criador do Orum e do Aiyê (céu e terra); Deus onipotente, criador de tudo e de todos.

¹⁰ Etim. Ioruba ibi - nascimento e eji – dois. (tradução não literária - gêmeos). Entidades espirituais de criança.

¹¹ Pessoas que incorporam um espírito e que transmite uma mensagem a pessoas.

“criança”, mas sim “diversão” e “brincadeiras”, comportamento que é tipicamente relacionado à criança.

Segundo CUMNO (2011) historicamente e ainda que num passado próximo, alguns adeptos e frequentadores da umbanda escondiam que pertenciam ou não a religião e assim não se autodeclaravam umbandistas. O problema estava no medo das intolerâncias advinda do cristianismo existente no Brasil e a falta de conhecimento dos indivíduos sobre a religião umbanda.

Todavia, a igreja fazia pressão sobre seus fiéis contra a propagação de qualquer religião considerada por ela pagã ou seita. Em 1945 os padres se referiam à umbanda como uma dessas seitas. Antes eles já haviam execrado o espiritismo e seus seguidores foram considerados hereges. Interessante quando lembramos que o próprio cristianismo fora considerado seita, como afirma a própria Bíblia Sagrada, quando diz que: “Temos achado que este homem é uma peste, e promotor de sedições entre todos os judeus, por todo o mundo; e o principal defensor da seita dos nazarenos”¹² ALMEIDA (1997, p. 167). O texto se refere à acusação sobre o apóstolo Paulo de Tarso como líder dos nazarenos, por Tértulo, orador e advogado, perante o governador Felix. Portanto, antes mesmo do cristianismo se tomar uma religião e por ter suas raízes entre os judeus, consideravam a igreja primitiva uma seita judaica e não uma religião.

A umbanda já nasce como religião e passou por um processo evolutivo e ressurgiu mediante fatores que desentrevaram a consciência religiosa, o autoconhecimento da natureza da própria religião, atribuindo-lhe liberdade de expressão, de atividade e pensamento de seus adeptos.

Todavia, as religiões de terreiro ainda sofrem o processo de intolerância religiosa, principalmente pelas religiões neopentecostais, que a consideram como coisa do “mal” em comparação as demais religiões “cristãs”. Em determinados momentos, essas que se dizem cristãs, partem para agressões físicas, bem como, praticam vandalismo aos terreiros esquecendo os direitos constitucionais.

Ao longo dos anos são muitas hostilidades praticadas contra as religiões afro-brasileiras, sejam agressões por meio das mídias televisas nos programas de denominações pentecostais, seja dentro dos próprios cultos neopentecostais,

¹² Livro dos Atos, Cap.24, vr.5. Novo Testamento. Versão traduzida.

em combate aos eventos religiosos públicos das pessoas adeptas do candomblé, umbanda dentre outras (SILVA, 2007, p. 14).

A garantia às expressões de cultos religiosos está prevista na Constituição Brasileira de 1988, conforme transcrição dos: Título II Dos Direitos e Garantias Fundamentais e Capítulo I Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos. O inciso VI aponta que “é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias. (BRASIL, 1988, p.9).

A umbanda surge em 1908 com Zélio Fernandino de Moraes, mesmo o Estado se colocando como laico, e legalmente protegendo a diversidade religiosa e de pensamento, na prática o que se via era um país de maioria católica, que determinava o que era ou não era bom para todos, enquanto sagrado.

3. AS ENCRUZILHADAS DE ZÉLIO

“O que destrói a humanidade: A Política, sem princípios; o Prazer, sem compromisso; a Riqueza, sem trabalho; a Sabedoria, sem caráter; os negócios, sem moral; a Ciência, sem humanidade; a Oração, sem caridade” (GANDHI)

Parece até que Gandhi falava de Zélio Fernandino de Moraes, ele não foi apenas o fundador da umbanda, pode-se considerá-lo um “apóstolo”, pois ele teve a missão imperiosa de propagar esse então, novo fundamento religioso e difundir seus mistérios através de seus ensinamentos e frescor espirituais auxiliado pelo espírito do Caboclo das Sete Encruzilhadas, às pessoas que o procurava.

Mas ele, além da religião, se dedicava a sua família, passou de filho a pai numa trajetória que marcou todos que o cercava, um ser humano ímpar e por sua benevolência, foi usado pelo mundo espiritual, pelos espíritos missionários.

Em 1908, então com 17 anos, ele se preparava para servir as Forças Armadas (Marinha), mas essa obrigatoriedade cívica não pode ser realizada. Ele ficara acometido por uma paralisia que o deixou prostrado em seu leito. Quando ainda afetado por essa situação de imobilidade, de súbito, Zélio se senta em sua cama e declara que: “no dia seguinte estaria curado” CUMINO (2010, p.124). Os fatos históricos apontam que no dia 15 de novembro de 1908, Ele é levado a Federação Espírita kardecista de Niterói, ao iniciar a reunião ele se levantou, foi até o jardim e pegou uma rosa branca, o que gerou um enorme desconforto.

Zélio toma conhecimento do sagrado em sua plenitude, quando foi imbuído pelo espírito que se manifesta como algo absolutamente diferente dos que estavam ao seu redor. Um espírito que lhe deixava com a voz de um senhor idoso, tranquilo. Diversos médiuns recebem a dádiva simultaneamente de outros espíritos. Não concordando e não entendendo o que estava acontecendo, o dirigente da reunião chamou sua atenção e pergunta quem é o espírito. Zélio incorpora pela primeira vez Gabriel Malagrida que nessa manifestação espiritual teria dito: “Se é que preciso de um nome, seja então Caboclo de Sete Encruzilhadas, porque não haverá caminhos fechados para mim”. (CUMINO, 2011, p.47).

Assim como: Sidarta Gautama “Buda”, Jesus de Nazaré e outros líderes religiosos, que ficaram conhecidos pela prática da caridade e seus ensinamentos, Zélio Fernandino trilhou o mesmo caminho, disseminando seus ensinamentos com a mesma serenidade. O pai da “umbanda brasileira”, apelido carinhoso pelo qual também ficou conhecido, encantava as pessoas com sua simplicidade e carisma e elas tinham uma grande admiração, gratidão e afeto por ele.

Zélio em sua fé atendia todas as pessoas que o procurasse, visando aliviar, curar a dor espiritual ou física que atormentava o consulente. Dentro da prática espiritual, a cura de enfermidade era muito procurada. Em sua Tenda – Nossa Senhora da Piedade, ele recebia pessoas das diversas classes sociais. Seu carisma e sua credibilidade eram marcas arraigadas, um ser humano que nasceu predestinado a se posicionar empaticamente. Com tantas qualidades, porém segundo Cumino, “Existem muitas histórias sobre o “Pai da Umbanda”; no entanto, a maioria delas é desconhecida no meio umbandista”. (CUMINO. 2011, p.319).

Fernandino disseminava a umbanda não apenas baseado nos dogmas religiosos, uma vez que ela perpassava ao campo filosófico e cultural. As transcrições de alguns pronunciamentos do Caboclo das Sete Encruzilhadas, ou reportagens que evidenciam seus grandes feitos na umbanda, sua história como líder religioso e como pessoa. Não obstante de sua importância, mantinha resiliente a sua fé, seus ensinamentos transformavam experiências negativas em aprendizado, superando as adversidades. Destacamos que a umbanda tem formação empírica, e não tem regras escritas. Ela tem por base as experiências que são compartilhadas pelos adeptos, o que a diferencia dos seguimentos básicos do cristianismo, onde Deus ditou regras para que o homem vivesse.

Segundo a Associação Espírita de Umbanda Pai Tajubim (2009, p. 16) “A umbanda carrega dentro de si um pouco da história cultural e religiosa de toda a humanidade. [...] sob uma nova interpretação”. Tendo em vista a carga religiosa e cultural que a umbanda traz em sua essência, essa “religião de terreiro” deveria estar situada na atualidade em outro patamar, dado sua historicidade no campo religioso.

A umbanda começa a ser propagada por outros Estados, partindo do universo carioca e se disseminando por todo Brasil. Em Pernambuco ela se instala em Recife, pouco depois, num processo de resistência acaba aportando em Arcoverde - PE, também conhecida como Terra do Cardeal, seja por a perspectiva do primeiro Cardeal da América latina ter nascido nesse território, seja pela característica católico conservadora que impera na cidade.

4. NA CAPITAL PERNAMBUCANA: Os terreiros de umbanda

O Ilê Obá Ogunté é um terreiro de ritos Nagô/Yorubá fundado em 1875 pela Afro-nigeriana Ifatinuké. “[...] é a primeira casa de culto oficialmente declarado na cidade do Recife, uma vez que não se encontram registros de nenhum outro grupo em atuação na época de sua fundação”. LIMA (2019, p. 12) Quando ela “pisa” no território brasileiro, adota o nome Inês Joaquina da Costa e posteriormente fica conhecida como Tia Inês, que se encontrou a frente do Ilê Obá Ogunté até seu falecimento em 1905. Tendo o bastão da direção do terreiro passado para Felipe Sabino da Costa “Pai Adão” que assume o terreiro nas primeiras décadas do século XX. Pai Adão fundamentou e desempenhou importante serviço na construção da integridade desse terreiro e desencarnou em 1936. O terreiro foi herdado pelos seus descendentes, o babalorixá Manoel Papai que é descendente direto de Pai Adão e dirige o Ilê Obá Ogunté.

Durante a década de 30 acreditava-se que o estado de transe das pessoas era provocado por um distúrbio mental e os terreiros precisavam da autorização do Serviço de Higiene Mental que tinha como seu principal responsável o Professor Ulisses Pernambucano para funcionar. Comprovado que não e logo após o primeiro congresso Afro-brasileiro organizado por Gilberto Freire foi criada a Federação dos cultos afro e terreiros de umbanda do estado de Pernambuco, passando então, essa licença a ser concedida pela própria federação que a partir de 1950 transformando a “seita” em religião pela lei N° 7669. Nessa licença continha os dias e os meses do ano em que a casa funcionaria. (BARROS, 2004, p.7).

Cruzando as informações de LIMA (2010) com BARROS (2004), infere-se que a umbanda chega à Recife entre as décadas de 1920 e 1930, depois de ter passado por Salvador. Ainda na década de 1920, segundo Mariana Moura (2017) existiam indícios da presença de umbandistas em Salvador/BA e a existência de Centros de Umbanda. O que vem corroborar que a umbanda chega a Pernambuco provavelmente em meados da década de 1920 e a década de 1930, de onde se instalou principalmente no Recife na região norte metropolitana.

Em contraponto, a jurema, conhecida como Catimbó Jurema, mais antiga que a umbanda, onde, Elson Barbosa (2018) cita que: o Catimbó Jurema nasceu da junção ocorrida entre as espiritualidades indígenas, europeia e africana no século XVI. Se especula que por terem as mesmas origens, a jurema se utiliza de algumas características existentes na umbanda, contudo, tal afirmação não remete a uma cronologia anterior à década de 1920 à chegada da umbanda em Pernambuco.

Já o candomblé que por sua vez é mais antigo que a umbanda em Pernambuco, surgiu através da diáspora negra, ou seja, com a chegada dos negros escravizados, oriundos do Continente Africano. Ressalta-se que ambas as religiões caminharam lado a lado durante o século XX, período em que sofreram as mesmas pressões e rejeições por parte da sociedade cristã. Apesar de tudo, a umbanda hoje ocupa um lugar de destaque entre as demais religiões de raiz afro-euro-ameríndia.

Ao pesquisarmos a umbanda no Recife, descobrimos que essa capital abriga diversos terreiros de umbanda. Um dos mais antigos encontra-se no bairro do IPSEP, é tido como o maior terreiro de umbanda da capital pernambucana, também, conhecido como: "A Casa do Amigo Pai Oxoce". As religiões afro-brasileiras em Pernambuco sempre foram conhecidas pelo apego às tradições. CAMPOS (2011), não se referindo diretamente à umbanda, mas, as crenças africanas trazidas pelos negros a partir do século XVI, baseando-se nos estudos, na serenidade e respeito dos fiéis do seguimento umbandístico, acredita-se que este mesmo apego às tradições se estenda a umbanda.

Ao galgar espaço em Recife, serenamente ela chega à Arcoverde que historicamente já teve vários nomes desde a sua fundação. Analisaremos historicamente a umbanda em Arcoverde, sua chegada e como se disseminou, a partir de relatos de Pais e Mães de Santo locais, bem como, respectivos adeptos dessa religião.

4.1. E ZÉLIO, BAIXOU EM ARCOVERDE?

Para se analisar tal questionamento, se fez necessário adentrar no cenário religioso onde foram entrevistados vários Babalorixás, ogã e filhos de santos, no intuito de obter dados concernentes a Zélio e a história da umbanda em Arcoverde.

A presença do nome de Zélio Fernandino de Moraes foi percebida em momentos de ensinamento que antecedeu uma “reunião” no Centro Espírita de Umbanda São Cosmo e São Damiano, assim como, ficou igualmente registrada a passagem dos aprendizados das características fundamentais da umbanda que são: o amor, a caridade e a humildade. O Pai de santo Erenaldo Rezador diz que “provavelmente, Zélio nunca tenha baixado nos terreiros de Arcoverde, não que ele não seja um espírito de luz, mas porque os médiuns da casa talvez não estejam totalmente preparados espiritualmente para incorporá-lo”. (Erenaldo Rezador - entrevista).

Por outro lado, a umbanda de Zélio foi quem baixou no sentido de se estabelecer em Arcoverde, num espaço que era majoritariamente ocupado pelas religiões de estrutura judaica cristã, o catolicismo e o protestantismo. A partir da chegada da umbanda em Arcoverde e sua disseminação pelos bairros da cidade, se pode compreender a importância da religião nesse universo sertanejo, bem como, o lugar de Zélio Fernandino para essa doutrina e o respeito dos adeptos desse segmento religioso. Analisar e registrar a história dos terreiros na Terra do Cardeal é saber que Zélio tem um significado muito forte dentro desses espaços sagrado e entre seus fiéis.

Atualmente, o município conta com mais de 10 centros espíritas de umbanda, segundo relatos dos entrevistados, uma vez que nem todos os terreiros da cidade são cadastrados na SECULT (Secretaria de Cultura) de Arcoverde, alguns ainda não foram catalogados. Mesmo assim, a figura de Zélio Fernandino é o ícone da representatividade da umbanda, quando se fala da fundação dessa religião, tanto quanto para difundir a crença. A partir da análise e entrevistas percebemos que a maioria dos fiéis desse seguimento religioso sabe que foi Zélio o fundador da umbanda, contudo, essa mesma maioria não sabe quando e onde ela foi fundada

Se constatou ainda que predominantemente, os entrevistados alegam que as características da umbanda sofreram variações, principalmente pela passagem do tempo e as formas como estão sendo praticadas. O que diverge em parte da forma de sua fundação. Se buscou ainda nessa fração pesquisada, dados sobre a chegada da umbanda em Arcoverde, seu primeiro terreiro e quem é Mãe Maria Rosa a primeira mãe de santo ou lalorixá¹³.

Partindo da premissa que o Centro Espírita São Cosme e São Damião que é o terreiro mais antigo em atividade e foi fundado na década de 1960, conforme seu fundador¹⁴, se pode fazer uma retrospectiva cronológica sobre o deslocamento da umbanda até Arcoverde.

O Ogã¹⁵ Irasson de Oxóssi (Bibi)¹⁶ que carinhosamente chamava Mãe Maria Rosa de “minha tia”, relatou que ela, não era Arcoverdense, era oriunda de outra cidade, da qual não se lembra no nome. Segundo ele, quando ela chegou à Arcoverde, já existia a umbanda, todavia, não sabe se eram terreiros ou apenas “assentamentos”¹⁷, ele lembra o nome do terreiro de Mãe Maria Rosa, o Terreiro de Umbanda Caboclo Flecheiro¹⁸, e que foi um dos primeiros de Arcoverde e ela ficou talvez conhecida como a “primeira mãe de santo da cidade” por esse motivo.

De acordo com Irasson de Oxóssi, os pais e mães de santos que compõe o agrupamento dos personagens mais antigos e conhecidos da umbanda da Terra do Cardeal são: Mãe Maria Rosa, Dona Dora, Dona Severina Preta, Sibiu, Pedro Bigodão, Dona Helena, Madrinha Socorro, Dona Fátima, Dionísio e Zé da Terra. Sobre o último Jornal Abibiman apresenta como¹⁹.

¹³ Mãe de Santo ou lalorixá – é a pessoa que gerencia o terreiro, sua liturgia e exerce autoridade sobre todos os membros do terreiro.

¹⁴ Em entrevista cedida no dia 02/08/2022, por Erinaldo Soares da Silva (Erinaldo Rezador), fiscal da umbanda na região. Data de nascimento: 08/12/1955, filho de Antonio Soares da Silva e Josefa Rita da Silva, em São Paulo/SP. Arquivo do autor.

¹⁵ Ogã – Palavra de origem Yoruba, tem como significado, O senhor de minha casa. Mas é o responsável pelos cantos e toques do terreiro, exerce um cargo de suma importância e responsabilidade no terreiro, nos rituais de umbanda e outras religiões de terreiro.

¹⁶ Entrevista cedida em 15/09/2022 pelo Ogã Irasson de Oxóssi, nome de batismo: Sebastião Irasson Alves da Silva, nascido Prazeres – Jaboatão do Guararapes/PE. em 1972.

¹⁷ Assentamento – É o lugar no Pegi onde se coloca as representações dos orixás e seus fetiches. (casa com apenas o Pegi).

¹⁸ Entrevista cedida em 15/09/2022 pelo Ogã Irasson de Oxóssi, afirma que a lalorixá Mãe Maria Rosa, foi a fundadora do Terreiro de Umbanda Caboclo Flecheiro. Arquivo do autor

¹⁹ Abibiman – Arcoverde, janeiro 1999 - Ano 4 – nº 45 – folha 3 - Um jornal da ARCA.

José Cristóvão da Silva Neto, 65, é natural de Campina Grande-PB. Começou a frequentar terreiros de Umbanda aos 12 anos. Aos 16 já era dono do terreiro de umbanda-Centro espírita Caboclo Antônio da Jurema, na rua da Serra – São Geraldo, Arcoverde-PE, permanecendo ali durante 8 anos, transferindo-se para o bairro de São Cristóvão [...] na rua Cristóvão Colombo 660.

Cruzando as informações coletadas, José Cristóvão da Silva Neto, (Zé da Terra), nasceu em 1934 e em 1950 fundou seu primeiro terreiro, conforme o Jornal Abibiman, então ele tinha 65 anos na data de publicação. Zé da Terra, embora já tenha desencarnado, também é um dos mais citados babalorixá de Arcoverde, assim como é Erenaldo Rezador e o Ogã Irasson de Oxóssi (Bibi).

Segundo Cumino (2010, p.34) "Na Tenda Espírita Nossa Senhora da Piedade (TENSP), sempre havia uma mesa branca, posta para as comunicações do "Chefe" Caboclo das Sete Encruzilhadas". Outro aspecto que existente, diz respeito as palmas e toques em macumbas²⁰,

Atualmente, não se pode afirmar que a umbanda cultuada em Arcoverde preserve as mesmas características da época de sua fundação, uma vez que 80% dos entrevistados alegam que ela absorveu características do candomblé e da jurema.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se nesse trabalho, resgatar e registrar fatos sobre a história da umbanda em Arcoverde, onde muito pouco foi escrito e divulgado, ainda mais, quando consideramos que vários protagonistas dessa história já desencarnaram.

Após analisar a importância de Zélio Fernandino em terreiros de Arcoverde, ficou evidenciado que ainda hoje não é possível falar da umbanda, sejam nas perspectivas religiosa ou histórica sem que se depare com presença do seu fundador.

Durante o percurso trabalhado, percebeu-se que características da umbanda fundada em 1908, ainda são encontradas nas práticas de ensinamento nesses espaços sagrados. A proposta foi resgatar a história, ampliar os conhecimentos sobre a religião de umbanda e outras religiões de origem afro-indígena, quebrando paradigmas através da difusão dessa parte integrante e religiosa em Arcoverde.

Ao fim dessa caminhada, ficou evidenciada a importância de Zélio Fernandino de Moraes para os terreiros existentes nessa cidade, bem como, os dados trazidos

²⁰ Macumba – instrumento musical utilizado para marcar os ritmos das religiões de terreiro.

pelas pesquisas apontaram a necessidade de mais investigações, uma vez que, parte dos protagonistas já desencarnaram, impossibilitando o fechamento dessa investigação.

REFERÊNCIAS

BARROS, Juliana de Lima. **A História do terreiro de candomblé Senhor do Bonfim – Nação Nagô (1947 A 1999)**. Disponível em:

<<http://snh2011.anpuh.org/resources/pe/anais/encontro5/03-politica/Artigo%20de%20Juliane%20Barros.pdf>> Acesso em 19/12/2020.

BERNARDO, André. **Umbanda completa 110 anos em meio a ataques e queda no número de devotos**. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44297088>.> Acesso em 12/12/2020.

BÍBLIA, português. **Bíblia Sagrada: Novo testamento**. Tradução João Ferreira de Almeida. Rio de Janeiro. Edição 87ª. Editora Vida. 1997.

BRASIL. **Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.**

CAMARGO, Adriano; CAMARGO, Andreia. **Entrevista Com Mãe Zilmeia de Moraes**. Disponível em: <<https://fuep.org.br/historia-da-umbanda/entrevista-com-mae-zilmeia-de-moraes/>> Acesso em 15/12/2020.

CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. **Religiões afrodescendentes no Recife: uma trajetória de modernização e reinvidicação de tradições da história**. Disponível em: https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposios/pdf/2019-01/1548858767_9cddb01b6a18f0d90f0f6a30887543.pdf > Acesso em 21/03/2021.

CUMINO, Alexandre. **História da Umbanda: Uma Religião Brasileira**, 2ª Edição. São Paulo: Editora, IDE, 2010

ELIADE, Mircea. **O Sagrado e o Profano**, 1ª Edição, São Paulo, Martins Fontes Editora Ltda, 1992.

GANHI, Mahatma. **Frases de Mahatma Gandhi**. Disponível em: <<https://www.frasesfamosas.com.br/frases-de/mahatma-gandhi/>> Acessado em 20/03/2022.

GRANJA, Bartô. **Erês, os porta-vozes entre nós e os orixás**. Disponível em: <<https://www.notibras.com/site/eres-os-porta-vozes-entre-nos-e-os-orixas>>. Acesso em 13/12/2020

JARDIM, Tatiane. **Umbanda: história, cultura e resistência**. Disponível em: <<http://www.unirio.br/cchs/ess/tccs/tcc-tatiana-jardim-1>> Acesso em 25/09/2021.

JR, Joseph Smith, . **O Livro de Mórmon: outro testamento de Jesus Cristo**, 5ª Edição. Salt Lake City, Utah, EUA. Editora, A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, 2013.

KARDEC, Allan. **O Evangelho Segundo Espiritismo**, 349ª Edição. São Paulo. Editora, Federação Espírita Brasileira – Departamento Editorial e Gráfico, 2002.

LIMA, Cláudia Maria de Assis Rocha. **IFATINUKÉ ENTRE-LUGARES, EMBARQUE E DESEMBARQUES EM COSTAS BRASILEIRAS E AFRICANAS: um estudo sobre representação identitária na religião de matriz ioruba/nagô em Pernambuco**. Disponível em: <<http://ted.unicap.br:8080/handle/tede/1259>> acessado em 20/03/2022.

MARASCIULO, Marília. **Umbanda: 5 pontos para conhecer a religião brasileira**. Disponível em: <<https://revistagalileu.globo.com/Sociedade/noticia/2020/11/umbanda-5-pontos-para-conhecer-religiao-brasileira.html>> Acesso em 19/01/2021.

NEIVA, Ana Paula. **Umbanda: a sabedoria que vem dos espíritos**. Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/vidaurbana/2016/12/a-sabedoria-que-vem-dos-espirtos.html>> Acesso em 02/02/2021.

RAINHO, Douglas. **Os caboclos na umbanda**. Disponível em: <[https://perdido.co/2014/01/os-caboclos-na-umbanda/#:~:text=Usualmente%2C%20os%20caboclos%20chegam%20\(incorporam,grito%20de%20guerra%20para%20outros](https://perdido.co/2014/01/os-caboclos-na-umbanda/#:~:text=Usualmente%2C%20os%20caboclos%20chegam%20(incorporam,grito%20de%20guerra%20para%20outros)>. Acesso em 06/01/2021.

SANTOS, Murilo Silva; FILHO, José Carlos Almeida Silva. **O Neopentecostalismo e a intolerância religiosa praticada contra as religiões afro-brasileiras**. UNITAS – Revista Eletrônica de Teologia e Ciências das Religiões, Vitória-ES, v. 5, n.2, Ago-dez, 2017. Disponível em: <<http://revista.fuv.edu.br/index.php/unitas/article/viewFile/576/497>> Acesso em 26/09/2021.

PEREIRA, J. G. A. **Os Filhos de Santo e o espaço escolar: uma discussão sobre a (re)construção das identidades religiosas de terreiro**. Dissertação (Mestrado profissional em Culturas Africanas) – Universidade de Pernambuco, Programa de Pós-graduação Profissional em Culturas Africanas, Da Diáspora e dos Povos Indígenas - PROCADI, Garanhuns, 2022. p. 102. Disponível em: https://w2files.solucaoatrio.net.br/atrio/upe-ga-cadpi_upl//THESIS/30/dissertao_filhos_de_santo_e_a_escola__procadi__jaelson_gomes_202205211241263.pdf Acesso: 01 Jul 2022.

PROENÇA, W. L. **O Método da Observação Participante: Contribuições e aplicabilidade para pesquisas no campo religioso brasileiro**. In: BELLOTTI, Karina K. VALÉRIO, M. E. Revista Aulas – Dossiê Religião. N.4 – abril 2007/julho 2007. Disponível em: https://www.unicamp.br/~aulas/Conjunto%20III/4_23.pdf. Acesso 20 de Ago de 2019.

TAJUBIM, Associação Espiritual de Umbanda Pai. **Umbanda sem fronteira**, 1ª Edição. Campinas. Editora, Pegasus, 2009.

URÂNTIA, Fundação. **O Livro de Urântia**. 6ª edição, Chicago/USA. Editora, Fundação Urântia. 2015.

A IMPORTÂNCIA DA COPIPE NA FORMAÇÃO DO PROFESSOR INDÍGENA EM PERNAMBUCO

Geisiely da Silva Neto
Juliana Rodrigues Souza
Rafael Leal Dourado Torres
Joseildo Cavalcante Ferreira

RESUMO

Este artigo resulta em mostrar um pouco sobre a trajetória da escolaridade Indígena até a modalidade de professor Indígena destacando o percurso que foi percorrido. Visando assim destacar a importância da COPIPE na formação de professores indígenas em Pernambuco e suas lutas que veem sendo traçadas ao longo dos anos por direitos para esses grupos indígenas. A partir de então esses Povos das Comunidades Indígenas buscam apoios para que juntos possam lutarem por seus direitos diante a sociedade e o governo, porém, essas lutas não tem sido caminhos fáceis e cada Lei conquistada ao longo desses anos só garante mais aos povos indígenas uma educação melhor e direitos iguais. Visto que , eles precisavam de uma Educação , na qual pudessem manter seus costumes , tradições e suas línguas maternas vivas, como também que sejam professores Indígenas para que esteja tudo coerente, pois um professor não Indígena não seria ideal para se trabalhar em uma escola totalmente Indígena, foi então que surgiu a necessidade e ideia de criar a COPIPE Comissão de Professores Indígenas em Pernambuco, criada em 1999 e que tem como objetivo desenvolver ações coordenadas em prol da garantia do direito à educação escolar específica, diferenciada e intercultural no estado. A criação dessa comissão fortifica mais ainda a luta dos professores indígenas, para que eles não se sintam sozinhos nas suas lutas e também empolga futuros novos professores indígenas a seguirem a área e lutar pela uma educação melhor para os povos indígenas de Pernambuco. Para retirarmos as conclusões a seguir nos baseamos em pesquisas teóricas, a partir de artigos explicando sobre toda a formação e processo da COPIPE e dos professores indígenas.

Palavras-chave: Educação Escolar. COPIPE. Formação do Professor Indígena.

1. INTRODUÇÃO

Nossa pesquisa surgiu através de queremos conhecermos processos vividos pela a Educação Escolar Indígena que desde o ano de 1500 até os dias atuais passam por dificuldades e transformações que estão sempre em lutas para que possam ter uma Educação com igualdade e serem reconhecidos. A partir de então esses Povos das Comunidades Indígenas buscam apoios para que juntos possam lutarem por seus direitos diante a sociedade e o governo, porém, essas lutas não tem sido caminhos fáceis e cada Lei conquistada ao longo desses anos só garante mais aos povos indígenas uma educação melhor e direitos iguais.

A Educação Escolar indígena é uma modalidade da educação básica que permite aos indígenas, suas comunidades e povos a recuperação de suas memórias históricas, reafirmação de suas identidades étnicas, a valorização de suas línguas e ciências, bem como o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e demais sociedades indígenas e não indígenas. Visto que , eles precisavam de uma Educação , na qual pudessem manter seus costumes , tradições e suas línguas maternas vivas, como também que sejam professores Indígenas para que esteja tudo coerente, pois um professor não Indígena não seria ideal para se trabalhar em uma escola totalmente Indígena, foi então que surgiu a necessidade e ideia de criar a COPIPE Comissão de Professores Indígenas em Pernambuco, criada em 1999 e que tem como objetivo desenvolver ações coordenadas em prol da garantia do direito à educação escolar específica, diferenciada e intercultural no estado.

Dessa maneira, abordamos como problema de pesquisa: Compreender qual a importância da COPIPE na formação de professores indígenas em Pernambuco? Mostrando assim, qual a sua importância e em que ela tem contribuído nas conquistas dos povos indígenas. A criação dessa comissão fortifica mais ainda a luta dos professores indígenas, para que eles não se sintam sozinhos nas suas lutas e também empolga futuros novos professores indígenas a seguirem a área e lutar por uma educação melhor para os povos indígenas de Pernambuco.

Deste modo, nisso objetivos visam compreender a importância da COPIPE na formação de professores Indígenas em Pernambuco, entender a formação da COPIPE para a educação indígena, compreender a educação escolar indígena, identificar as lutas traçados ao longo dos anos. Dessa maneira, essa pesquisa visa

mostrar toda a importância que esse tema possui o quanto ele deveria ser reconhecido e abordado em diversas unidades governamentais e da própria sociedade, esperamos que com a mesma venhamos a conseguir mostrar e destacar as principais lutas e conquistas conseguidas por todos que lutam e vão atrás de melhorias para essas comunidades, ainda há muita coisa a ser mudada, e conquistada

2. EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA

Antes de falarmos diretamente da COPIPE, sua história e importância é necessário abordarmos e compreendermos o percurso que antecede a criação da COPIPE. Com a chegada dos portugueses as terras brasileiras em 1500, os mesmos se depararam com as comunidades Indígenas e uma cultura totalmente diferente da deles, os portugueses desenvolveram então uma visão ambígua sobre esses povos, considerando os mesmos animais e “gente bestial e de pouco saber”, os colonizadores trouxeram para o Brasil a educação escolar para os indígenas com o intuito de catequizá-los, civilizá-los, e torná-los submissos a sociedade portuguesa. Sendo assim uma invenção do colonizador a educação escolar indígena, já que a única educação que esses povos tinham era a educação indígena, ou seja, aquela educação baseada em vivências, que era repassada de uma geração a outra.

Com a colonização as comunidades indígena começaram a sofrer diversos prejuízos em suas culturas, formas de viver e também nos seus modos educativos, porém, esses povos aprenderam e recriaram, começando assim, a conviver com a cultura, e a educação portuguesa mas, sem esquecer o seu próprio modo de vida, e tentando ao máximo manter suas culturas e crenças vivas, com o contínuo aprendizado, mantendo um modo próprio de educação, com o desenvolvimento de uma educação própria notamos o quanto eles foram persistentes, e sábios para assim manterem os seus costumes e a sua identidade.

A Educação Indígena é o processo amplo, pelo qual se forma o tipo de homem e de Mulher que, segundo os ideais de cada etnia, corresponde à verdadeira expressão da natureza Humana, envolvendo todos os passos e conhecimentos necessários à formação de indivíduos plenos nestas sociedades (BRASIL, 1998, 1999). É a partir desse processo educativo que as sociedades indígenas transmitem seus conhecimentos e assim formam novas gerações em sua sociedade, esse

processo de compartilhamento de conhecimentos e cultura, para os mesmos são fundamentais. Almeida (2017, p. 84) afirma que: “Mesmo sem a Formalização de sistemas educacionais, os povos indígenas têm sua educação. Para realizar os processos de socialização e formação de pessoas, os grupos indígenas dispõem de Comunidades Educativas”.

Os indígenas mostraram e superaram a capacidade do colonizador e apesar dos mesmos não possuírem escolas eles possuíam sua própria forma de educação, maneira essa que era realizada de diferentes formas de acordo com cada sociedade indígena.

Após alguns anos e muita luta por parte dos povos indígenas por uma educação e um reconhecimento na sociedade “branca”, essa educação escolar é introduzida nas comunidades Indígenas. O serviço de proteção aos Índios (SPI) um novo agente nas ações educativas junto aos povos indígenas implantando escolas e oficinas nas sedes construídas no aldeamento. Porém em meados da década de 1960, esse serviço vivenciou uma crise devido acusações de maus tratos aos indígenas, e corrupção. Em 1967 o governo colocou fim na SPI e criou um novo órgão: a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) porém, a instituição não trouxe mudanças significativas para os povos indígenas, e manteve as mesmas políticas e formas de pensar da população para com os indígenas, mantendo a ideia de integrar esses povos a nação.

Contudo, dessa vez de uma forma ressignificativa progredindo no interesse dos indígenas, a partir de um movimento que se iniciou na década de 70 e veio a ficar ainda mais forte com a constituição Federal de 1988 que assegurou direitos importantes as suas sociedades, entre eles o direito a uma educação diferenciada. Após a Constituição a nova legislação que passou a amparar a educação escolar indígena e com a propagação de escolas em terras indígena propostas para uma educação escolar caracterizada pelos próprios indígenas e que a diferenciava. Uma educação mista, e essa conquista foi o resultado de diversas lutas.

As políticas públicas educacionais voltadas para os povos indígenas têm revelado significativos avanços desde a Constituição Federal Brasileira de 1988, a qual dispõe de Artigos específicos que garantem à educação escolar indígena o respeito a língua materna e ao modo próprio de aprender das comunidades. Foram formuladas a partir da promulgação da Constituição Federal que legitimou novos paradigmas para as relações entre Estado brasileiro e povos indígenas, pautados pelo

reconhecimento, valorização e manutenção da sociodiversidade indígena, os Sistemas de Ensino, ao implementarem essas políticas, se referenciam em um conjunto de princípios, ideias e práticas educativas. Observamos nas últimas décadas, por meio de movimentos de afirmação étnica, que a educação escolar indígena começou a receber um outro cenário educacional, amparado em leis que constituem um modelo diferenciado e específico de educação escolar.

E apesar do modelo escolar mais comum nas comunidades ainda seja de uma modernidade ocidental, busca se cada vez mais a inovação por outras referências para essas práticas escolares, contudo, podemos notar que, aos poucos, escolas específicas e diferenciadas vão sendo construídas e formadas a partir das leis educacionais do nosso país. Contudo, devemos sempre levar em consideração que nem tudo que está no papel é feito da maneira correta e seguindo a lei. GRUPIONI afirma que:

(...) Da colônia ao Estado republicano, a escola foi o instrumento privilegiado para promover a “domesticação” dos povos indígenas, alcançar sua submissão, promover seu aniquilamento cultural e linguístico e negar suas identidades, integrando-os, desprovidos de seus atributos étnicos e culturais, à idealizada “comunhão nacional”. Ainda que se possa configurar períodos e características específicas a determinados momentos, reconhecendo iniciativas, práticas, intenções, agentes e agências distintas conduzindo a oferta de escolarização aos povos indígenas ao longo da história, é inegável a constância do impacto negativo da escola para esses povos. (GRUPIONI, 2004, p.70)

Mesmo com todas as lutas, esforços ainda acontece muitos descasos nessa educação, por falta de comprometimento e respeito para com os indígenas. Portanto, devemos manter na mente que ainda existem muitas lutas e metas a serem conquistadas por esse povo. É possível mesmo na atualidade e com tantas leis em vigor ainda nos depararmos com impasses, tais como o distanciamento cultural no que refere-se ao currículo, a estrutura física das escolas indígenas, a formação de professores e professoras indígenas voltada para a interculturalidade, a ausência de materiais didáticos que expressem a realidade e as necessidades de cada povo indígena.

Em 1999 com a criação da COPIPE os indígenas de Pernambuco conseguem a participação no Núcleo de Educação Escolar Indígena, e tudo isso só foi possível por causa da união e das lutas dos povos indígenas para conseguirem um lugar, e uma melhor qualidade de educação. Essa conquista para esses povos é algo

inexplicável, simbólico e que eles festejam, sendo esse momento um Marco na história das lutas indígenas, com a criação da COPIPE essas comunidades Indígenas conseguiram direitos, e oportunidades jamais alcançadas foi possível conquistarem uma educação escolar indígena específica, suas lutas também atingem outros direitos indígenas como a retomada das terras e diversos outros direitos conquistados.

Ao longo dos anos essa educação escolar indígena passou por diversas outras alterações, modificando a sua forma e através de lutas e resistência dos povos indígenas muitas conquistas e direitos foram alcançados, novas Leis defendendo os mesmos foram criadas. O fato é que podemos observar que a partir da implementação da COPIPE e dos anos 200 é que notamos um avanço maior, e Leis que defendem esses povos .

3. A COPIPE

A COPIPE é a Comissão de Professores Indígenas de Pernambuco. Um grupo no qual se reúnem professores Indígenas de Pernambuco que foi formado com o intuito de garantir a educação escolar específica intercultural do Estado, que se trata da Educação Escolar Indígena. Pois, com a educação Indígena viva nas escolas indígenas que são localizadas dentro das próprias comunidades Indígenas, também é possível manter tanto a língua materna como também os costumes de cada povo.

A COPIPE foi criada em 1999, através de um encontro que ocorreu contando com os povos Indígenas do Estado de Pernambuco, totalizando nove povos. Este encontro aconteceu no município de Pesqueira, nas terras do povo indígena Xukurus de Ororuba. Esta Comissão de Professores , notaram o quanto a educação específica estava com dificuldades , então viram a necessidade de criar-se um núcleo onde pudessem discutir meios e achar soluções para os problemas que existem diante da “sociedade” em relação a escola Indígena , e assim continuar as lutas em busca dos direitos eles, como a estadualização das escolas em Pernambuco, e o reconhecimento do “professor indígena”, pois é necessário um professor indígena para a escola indígena , para que pudesse ter “sentido” e não professores contratados prestando serviços que não fossem , nesse aspecto, votados para a sua área profissional como também pessoal, para que pudesse se ter uma educação de

qualidade realmente. Ferreira ressalta a importância da COPIPE durante o processo de estadualização das escolas indígenas.

Os povos indígenas em Pernambuco conseguiram retomar suas escolas, as quais foram estadualizadas. Essas e outras conquistas só foram efetivadas através das lutas do movimento indígena e indigenista, e de intensos debates com os representantes do estado. Nesse processo, a COPIPE desempenhou função de extrema relevância, tendo contribuído continuamente para o fortalecimento da identidade étnica dos povos indígenas no Estado. (FERREIRA, 2018, p. 17).

A COPIPE tem efetivamente ajudado os povos indígenas na organização, e reivindicação de seus direitos e construção de uma educação indígena. Com essa Comissão de professores, a educação indígena foi cada vez mais tendo força e fazendo sua voz ter vez, para que pudesse tornar sua educação específica uma educação de qualidade, onde pudessem manter vivos os seus conhecimentos empíricos, seus costumes e suas línguas maternas.

Contudo, podemos perceber o quão importante para a escolarização indígena é a COPIPE. Pois, a educação indígena já andou um bom percurso desde então o surgimento da mesma, logo, ela preza pela melhoria, reconhecimento e aceitação tanto das escolas e educação indígenas, como também do professor indígena.

4. FORMAÇÃO DO PROFESSOR INDÍGENA

Houve a necessidade de uma formação de professores indígenas, com fatores de que havia esquecimento e descaso com a educação indígena por parte de políticas públicas e o pouco empenho dos órgãos competentes em proporcionar uma educação diferenciada e bilíngue. A formação indígena é constituída com base em dois campos principais.

Os professores indígenas, são os principais responsáveis por essa parte da formação, que envolve as relações sociais no cotidiano da aldeia. No segundo campo, a formação ocorre por meio de um ensino que requer uma mediação mais verbal, isto é, um desenvolvimento de competências que estão ligadas ao letramento.

Uma proposta para a formação de professores indígenas em contexto intercultural é construída com a co-participação de índios e não-índios, por meio de uma equipe de profissionais sensíveis às demandas políticas das

comunidades e com experiência acumulada com o ensino e a formação de professores em situações de diversidade cultural (BRASIL, 2005, p. 33).

A década de 1990 marcou um período em que foram desenvolvidos projetos sobre a educação do índio e sobre a formação de professores indígenas. Amparados pelas políticas governamentais, esses projetos vêm se desenvolvendo de forma mais significativa em algumas regiões do país e trazem em si suas especificidades.

Que tienen que ver com lacosmología de la vida em general, incluyendolos conocimientos y saberes, la memoria ancestral, y la relación com la madre naturaleza y la espiritualidad, entre otras. Por sí, parte del problema de las relaciones y condiciones históricas y actuales, de la dominación, exclusión, desigualdad e inequidad como también de la conflictividad que estas relaciones y condiciones engendran, es decir la «colonialidad» com sus cuatro ejes o potestades ya señalados (2008, p. 141).

O professor atuante na modalidade de Educação Escolar Indígena deve ter como princípio norteador do seu trabalho o fortalecimento e a valorização das diferentes identidades indígenas e sentimentos de pertencimento étnico de seus povos, das práticas culturais e das línguas faladas em suas comunidades. O professor ideal para a escola indígena é o professor indígena. Ele enfatiza a necessidade de uma construção curricular liberta das formalidades rígidas de planos e programas estatísticos, e pautada na dinâmica da realidade concreta e na sua experiência educativa vivida pelos alunos e professores.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas questões até então apresentadas é possível perceber que, a partir de então esses Povos das Comunidades Indígenas buscam apoios para que juntos possam lutarem por seus direitos diante da sociedade e do governo, porém, essas lutas não tem sido caminhos fáceis e cada Lei conquistada ao longo desses anos só garante mais aos povos indígenas uma educação melhor e direitos iguais. Visto que eles precisavam de uma Educação, na qual pudessem manter seus costumes, tradições e suas línguas maternas vivas.

Notamos que eles são um grupo que reúne representantes de todos os povos indígenas de Pernambuco e tem como objetivo desenvolver ações coordenadas em prol da garantia do direito à educação escolar específica, diferenciada e intercultural

no estado. Como também que sejam professores Indígenas para que esteja tudo coerente, pois um professor não Indígena não seria ideal para se trabalhar em uma escola totalmente Indígena, foi então que surgiu a necessidade e ideia de criar a COPIPE Comissão de Professores Indígenas em Pernambuco, criada em 1999 e que tem como objetivo desenvolver ações coordenadas em prol da garantia do direito à educação escolar específica, diferenciada e intercultural no estado.

Apesar do modelo escolar mais comum nas comunidades ainda seja de uma modernidade ocidental, busca se cada vez mais a inovação por outras referências para essas práticas escolares, contudo, podemos notar que aos poucos escolas específicas e diferenciadas vão sendo construídas e formadas a partir das leis educacionais do nosso país. Com essa Comissão de professores, a educação indígena foi cada vez mais tendo força e fazendo sua voz ter vez, para que pudesse tornar sua educação específica uma educação de qualidade, onde pudessem manter vivos os seus conhecimentos empíricos, seus costumes e suas línguas maternas.

6. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Eliene A. **A Política de Educação Escolar Indígena: limites e possibilidades da escola indígena**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

BRASIL. **Referencial Curricular Nacional para Escolas Indígenas (RCNEI)**. Brasília, 1998.

COPIPE. **Comissão de Professores Indígenas em Pernambuco**
<https://www.copipeedu.com/>

Educação escolar indígena-Secretaria da Educação-Seduc
<https://www.seduc.ce.gov.br/educacao-escolar-indigena/> Acesso em 29 de agosto de 2022

GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. **Das leis para a prática: impasses e persistências no campo da educação escolar indígena no país**. Cadernos de educação escolar indígena, p. 69-77, 2004.

JÚNIOR, José Lopes da Cunha. **Educação Escolar Indígena em Pernambuco: Interculturalidade, retomadas e sujeitos Indígenas**, p. 94, 2016.

MELIÀ, Bartomeu. **Educação indígena na escola**. Cadernos Cedes, v. 19, p. 11-17, 1999.

MENEZES, Maria de Fátima. **A Copipe e a luta pela efetivação da educação escolar indígena específica e diferenciada em Pernambuco**. 2020.

MENEZES, Maria de Fátima. **A Copipe e a luta pela efetivação da educação escolar indígena específica e diferenciada em Pernambuco**. 2020. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco.

RIBEIRO, Berta Gleizer. **O índio na história do Brasil**. 2. Ed. São Paulo: Global, 1984. P.12

GARANTIAS CONSTITUCIONAIS: A DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, O DIREITO DE IR E VIR E AS REPERCUSSÕES DO ISOLAMENTO SOCIAL PARA SAÚDE MENTAL

Natalia Ipoema Lima Anjos de Barros²¹

Tatiana Carneiro de Albuquerque Soares de Santana²²

Givanilson Bezerra de Lima²³

RESUMO

No Brasil, o Centro de Operações de Emergência (COE) do Ministério da Saúde, coordenado pela Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS), foi acionado para traçar o planejamento e a organização das atividades para a intensificação de monitoramento da situação epidemiológica, sendo traçado ainda um plano de contingenciamento para a ameaça iminente. Doenças infecciosas com a Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus denominado SARS-CoV-2, mostrou-se bastante contagiosa, o que se denota na rapidez em que elevou os alertas emitidos em relação ao seu risco para saúde pública. Por tanto, a problemática deste volta-se em: Pode o Brasil ter uma garantia constitucional como o de ir e vir e a dignidade da pessoa humana definido como cláusula pétrea ser ferido diante uma epidemia mundial? Atrelando-a junto a problemática, o objetivo geral de: Estudar a necessidade do isolamento social como uma ferramenta utilizada para o bem da coletividade. A partir deste primeiro ponto de vista, foram desenvolvidos três objetivos específicos: entender a importância do isolamento social; conceituar o direito constitucional de ir e vir; o da dignidade da pessoa humana e compreender a viabilidade da restrição do direito de ir e vir para manter a saúde da coletividade como um bem maior para o País. Considerações finais: a viabilidade da restrição de direitos como o de ir e vir e a dignidade da pessoa humana, mesmo diante da complexidade de ferir a CF e ainda

²¹ Aluna do Curso de Direito da AESA. E-mail: nataliaipoema@hotmail.com

²² Aluna do Curso de Direito da AESA. E-mail: thatyanasoaes@hotmail.com

²³ Professor do curso de Direito Constitucional III do Centro de Ensino Superior de Arcoverde.

assim, ter apoio de legislações complementares como a Lei nº 8.080/90, para manutenção de um bem maior, como a vida de toda a população brasileira.

Palavras-chave: Garantia constitucional. Covid-19. Restrição de direitos.

1 INTRODUÇÃO

Doenças infecciosas são desafios para a saúde pública mundial. Recentemente, casos de pneumonia de causa desconhecida ocorridos em Wuhan, China, chamaram atenção à descoberta da Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus denominado SARS-CoV-2. A doença se mostrou bastante contagiosa, o que se denota na rapidez em que elevou os alertas emitidos em relação ao seu risco para saúde pública. Identificado pela primeira vez em dezembro de 2019 (ZHU, 2019), em 30 de janeiro de 2020 foi classificado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) como epidemia de Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII) e, em 11 de março de 2020, como pandemia, no que se refere a sua capacidade de afetar diferentes partes do globo de forma simultânea (WHO, 2020).

No Brasil, o Centro de Operações de Emergência (COE) do Ministério da Saúde, coordenado pela Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS/MS), foi acionado para traçar o planejamento e a organização das atividades para a intensificação de monitoramento da situação epidemiológica, sendo traçado ainda um plano de contingenciamento para a ameaça iminente (MS 1, 2020).

Nesse contexto, foi recomendada a adoção de medidas que contribuíssem para achatar a curva epidêmica e assim evitar o colapso do sistema de saúde. Tais se destinam restrições ao funcionamento de locais onde há aglomeração de pessoas (comércios, escolas, lojas, praças, parques etc.), que não sejam caracterizados como prestadores de serviços essenciais (QUALLS, 2017). A adoção de tais medidas é recomendada pela OMS com base na experiência dos países afetados pela COVID-19. Vale ressaltar que o momento da adoção dessas medidas e o tempo de duração são fundamentais para seu sucesso, a intervenção precisa ocorrer suficientemente cedo para impedir o crescimento intenso do número de casos, e ser longa o bastante para abranger o pico da curva epidêmica prevista (BRASIL, 2020).

Por tanto, a problemática deste volta-se em: *Pode o Brasil ter um direito constitucional como o de ir e vir e a dignidade da pessoa humana definido como*

cláusula pétrea ser ferido diante uma epidemia mundial? Atrelando-a junto a problemática, o objetivo geral de: Estudar a necessidade do isolamento social como uma ferramenta utilizada para o bem da coletividade. A partir deste primeiro ponto de vista, foram desenvolvidos três objetivos específicos: entender a importância do isolamento social; conceituar o direito constitucional de ir e vir; o da dignidade da pessoa humana e compreender a viabilidade da restrição do direito de ir e vir para manter a saúde da coletividade como um bem maior para o país.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No presente tópico, serão abordados de forma sintética questões voltadas para um melhor entendimento do que é o isolamento social, Covid-19 e as garantias constitucionais como o direito de ir e vir e dignidade da pessoa humana frente a repercussão mundial da pandemia.

2.1 O ISOLAMENTO SOCIAL – BREVES CONSIDERAÇÕES

O isolamento social é o ato de separar um indivíduo ou um grupo do convívio com o restante da sociedade. Esse isolamento pode ser voluntário ou não. Quando existe há uma força maior, seja esta imposta pelo governo, seja por uma situação de guerra ou pandemia, ou até mesmo um toque de recolher provocado pela violência urbana, o isolamento é caracterizado como forçado. Quando o próprio indivíduo ou grupo se isola voluntariamente, por questões de saúde mental (em consequência de depressão, por exemplo), por questões pessoais, religiosas, ou em caso de pandemia existe um isolamento social voluntário (PROFIRIO, 2020).

2.1.1 Isolamento social frente a pandemia

Para compreender esse contexto de isolamento social, é necessário saber o que se passa, como se passa para que a população identifique as causas e os motivos de se isolar socialmente. Muito se fala da necessidade do isolamento por conta da epidemia, mas, poucas são as informações repassadas sobre tal acontecimento.

Portanto, como visto de forma breve o conceito do isolamento, aqui se faz a necessidade de explorar um pouco sobre o que vem a caracterizar a pandemia.

Os termos epidemia e endemia são dos mais antigos na medicina e sua distinção não pode ser feita com base apenas na maior ou menor incidência de determinada enfermidade em uma população (REZENDE,1998). No caso da pandemia, é atribuído a qualquer acontecimento capaz de alcançar toda a população, e o seu conceito moderno é o de uma “epidemia de grandes proporções”, que se espalha a vários países, em mais de dois continentes, aproximadamente ao mesmo tempo, como foi a Gripe Espanhola, a Influenza H1N1, como relatou José Gomes Temporão (2009).

No entanto, ambas as doenças citadas anteriormente foram tratadas tendo a principal base o isolamento, que este deve ser mantido até se descartado o diagnóstico desde o início de seus sintomas, até o fim do período de transmissibilidade, desta forma, devem ser mantidos medida de precauções e isolamento (WHO, 2005).

2.1.2 Isolamento social e seus impactos a saúde mental

Durante uma situação de pandemia é possível observar repercussões psíquicas de exacerbação de emoções como medo e raiva. O medo é um mecanismo de defesa fundamental para a sobrevivência e envolve vários processos biológicos de resposta a eventos ameaçadores, quando desproporcional, torna-se prejudicial e pode levar ao desenvolvimento de vários transtornos psiquiátricos (GARCIA, 2017).

À medida que o medo aumenta os níveis de ansiedade em indivíduos saudáveis se intensifica, e os sintomas daqueles com transtornos psiquiátricos pré-existent tende a se manifestar de forma intensa, o que requer atenção das autoridades de saúde (SHIGEMURA J, et al.,2020).

Assim, o Brasil enfrenta não somente uma doença nova, mas também uma situação que abala profundamente os modos de vida, produção e crenças da população, exigindo mudanças radicais em seu comportamento. Diante desse cenário faz-se necessário atentar a saúde mental, como alerta a OMS (2020) onde destaca que as incertezas provocadas pela pandemia, os riscos de contaminação e a recomendação de isolamento social podem agravar ou gerar sofrimento mental população. Nesse contexto Bao et al. (2020) apontam que as intervenções psicológicas desempenham um papel central para lidar com os impactos na saúde mental em decorrência da pandemia do novo Coronavírus.

Avaliando o contexto brasileiro, um dado importante é revelado pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que traça o perfil epidemiológico nacional, destacando a prevalência do Transtorno de Ansiedade que ocorre em cerca de 9,3% da população, o que classifica o país como o mais ansioso do mundo (OMS, 2017). A ansiedade é um sentimento de medo, se manifesta como um desconforto decorrente de uma antecipação do perigo, de algo desconhecido (GUIMARÃES et. Al., 2015).

Os Transtornos de Ansiedade se caracterizam por medo e ansiedade excessiva, diferencia-se da Ansiedade por serem mais intensos e ocorrerem de forma desproporcional, podendo ser acompanhado por sintomas físicos, como taquicardia, dificuldade de respirar e tremores (APA, 2014). Essa consequência mental pode ocorrer devido ao isolamento social, por privação das garantias constitucionais.

2.1.3 A quarentena humana como instrumento de combate ao Covid-19

“A quarentena humana é uma medida de saúde pública destinada a conter surtos epidêmicos ou a evitar que um determinado agente infeccioso atinja um território ou grupo social” (SANTOS, 2009, p.174). As práticas de quarentena humana são: impedir o desembarque de passageiros, colocar em prisão domiciliar os doentes e/ou os familiares de pessoas que manifestem determinado quadro clínico ou a internação hospitalar forçada de doentes (SANTOS, 2009).

Desta maneira, a CF/88 dita:

Art. 196. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.

Art. 197. São de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado.

Art. 198. As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes:

I - Descentralização, com direção única em cada esfera de governo;

II - Atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais;

III - Participação da comunidade (BRASIL, 1988, art.196, 197,198).

Perceptível que, é dever do Estado garantir a cidadão o direito a serviços de saúde, e que cabe a ele, regulamentar, fiscalizar tanto a pessoa jurídica, quanto a

pessoa física. Além dos serviços públicos, a CF/88 garante a promoção de ações públicas voltadas para a saúde, que tem como um dos principais elementos, a colaboração e participação da comunidade.

Uma das ações de promoção a saúde pública em caso de pandemia, implica no controle de fronteiras, na forma de vigilância constante do fluxo de entrada e saída de pessoas do país, levando em consideração a possibilidade de risco epidêmico, potencializado pelos meios de locomoção (SANTOS, 2014).

Medidas tais como: isolamento ou quarentena, que, baseia-se na exclusão de indivíduos ou grupos dentro de uma população em nome da proteção em saúde, ou da ameaça de possíveis catástrofes que atingem proporções numéricas de difícil controle que representam ameaças à estabilidade do viver. As ações de quarentena humana nem sempre são do mesmo tipo em diferentes países do mundo, que contemplam diferentes realidades socioeconômicas e culturais abrangendo diversas questões para além da saúde pública (PEREIRA, 2020).

2.2 DIREITOS CONSTITUCIONAIS E O COVID-19

2.2.1 *Direito de ir e vir*

A princípio, o direito de locomoção é garantido no art. 5º, XV, que prevê: “é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens” (BRASIL, 1988). Trata-se de um direito de primeira dimensão que trouxe obrigações negativas para o Estado, ou seja, obrigação de não intervir, a fim de proteger a esfera da autonomia pessoal frente às eventuais arbitrariedades cometidas pelo Estado.

No entanto, devido ao cenário atual da propagação da pandemia do COVID-19, são medidas que impulsionam o debate sobre os limites da interferência do Estado nas liberdades dos indivíduos em contrapartida com o dever estabelecido na Constituição Federal de cuidar da saúde, garantindo medidas que visem a redução do risco de doença (BRASIL, 1988).

Cita-se também o art. 139, I da Constituição Federativa Brasileira de 1988 que estabelece que:

Durante o estado de sítio poderá haver obrigação de permanência em determinada localidade e o art. 27 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos

que estabelece que em caso de guerra, de perigo público ou de outra emergência que ameace a independência ou segurança do Estado parte, este poderá adotar disposições que, na medida e pelo tempo estritamente limitado às exigências da situação, suspensão as obrigações contraídas na referida Convenção (BRASIL, 1988).

Importante ressaltar que a saúde é um direito social, expressamente resguardado pela Constituição em seus artigos 6º e 196, tratando-se de direito de segunda dimensão, que estabelece uma prestação positiva do Estado, se relacionando diretamente com os objetivos de justiça social e com o direito à vida (BRASIL, 1988).

Além disso, tendo em vista o federalismo cooperativo, em que se tem como uma das características a repartição de competências, a saúde surge como competência comum dos entes federativos (MOURA, 2020).

2.1.2 Dignidade da pessoa humana

Analisando-se os acontecimentos da COVID-19 e as normatizações que ela ocasionou no Brasil, pode-se confluir com o que Giorgio Agamben narra sobre o direito numa “tendência normativa em sentido estrito, que visa a cristalizar-se num sistema rígido de normas cuja conexão com a vida é porém, problemática, senão impossível (o estado perfeito de direito, em que tudo é regulado por normas)” (2004).

Essa impossibilidade de conexão com a vida de que fala o autor certamente se infere pelo fato que há um ferimento dos direitos constitucionais emanados da dignidade da pessoa humana e positivadas na constituição, como a de liberdade de ir e vir garantida no artigo 5º, inciso XV da Constituição Federal de 1988, mas retirada nos decretos municipais e estaduais para livre circulação, mormente com imposições de penalidades que transpassam a liberdade dos sujeitos; se se concedeu o exercício de atividades e expressão religiosa (art. 5º, VI da CF/88) seu gozo foi tolhido em função da proibição de aglomeração, e assim sucessivamente, com a associação e reunião e quejandos

É garantia constitucional o exercício do trabalho para seu sustento, a manutenção da saúde, o acesso ao lazer e transporte – todos previstos no art.6º da CF/88 – mas que não são possíveis pelo conjunto de fatores instaurados na sociedade brasileira. Na educação, o pleno desenvolvimento é garantido no artigo 205 da CF/88,

mas muitos estudantes da rede estadual e municipal não têm acesso a tecnologias, o livre comércio com a ordem econômica para valorização da venda e prestação de serviços está calçada no artigo 170 da CF/88, mas por outro lado o governo solda as portas dos empresários e concreta acessos as suas próprias mercadorias.

Enfim, medidas portentosas de restrição se lançam à deriva da dignidade, pela via de decretos estatais e municipais, boa parte delas são exacerbadas, outras podem ser razoáveis, mas o que se mostra às escancaras é que a COVID-19 pode ser um motivo imediato para algumas decisões tomadas pelo governo, mas que certamente não podem detrair a existência humana pelos decretos no regime de exceção, da maneira que acontecem justamente porque há substancial perda da dignidade do ser humano na contenção pandêmica.

Com efeito, a pandemia evidencia um modelo de humanidade já normalizada e conformada ao convívio na exceção, submetida e sujeitada ao poder político que governa pela decisão política e conta com o direito para cimentar suas escolhas soberanas. A democracia perde força – não somente por estes motivos – e nestes tempos oportunos nenhum sacrifício pela democracia brasileira é exagerado, menos ainda o sacrifício temporário dela mesma.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O isolamento social nesse momento é imprescindível para conter a escalada da COVID-19 no Brasil e, assim, minimizar a morbidade e a mortalidade associadas à doença. O Estado e a sociedade devem ser mobilizados para garantir o direito a sobreviver da população em massa. Mesmo que boa parcela da população se sinta lesada com a restrição do direito de ir e vir, a União, Estados e Municípios, tem a autonomia de promover medidas de segurança que sejam eficazes no combate a pandemia. E nesta situação em que população brasileira tem seu “direito violado”, não pode o Estado renunciar à saúde coletiva e prevenção de manter a sobrevivência massiva da população.

Sobre a dignidade da pessoa humana como instrumento normativo, princípio angular de valorização do homem em si mesmo e regulador das relações sociais garantidas na Constituição amadurece com as necessidades de acolher e nutrir direitos humanos, da personalidade, em defesa das minorias e vulneráveis. As leis,

súmulas e tantos outros atos normativos solidificaram a dignidade do homem, seja no contexto nacional ou internacional, trazendo cenário de estabilidade e segurança à humanidade. As ramificações dos direitos humanos e garantias fundamentais são visíveis na sociedade antes da corona vírus, ao passo que a vontade social pública buscou valorizar o homem na sua personalidade, na sua vida e desenvolvimento.

Com essa doença mundial, há aqui um passo a ser dado na evolução dos princípios norteadores constitucionais, porque mesmo com garantias reduzidas pela via dos decretos sob invólucro do estado de necessidade, fundamental que se tome ciência de que há reserva mínimo a ser garantida e respeitada pelo Estado, não em nome de suposto interesse público, senão que todos os seres são pessoas, por serem humanos, e há limites marcados nas decisões políticas do soberano que age em nome da instituição. A pandemia somente escancara um problema que já vinha evoluindo embrionariamente, de que a vida, com o controle, vai dia a dia sendo reduzida a mera existência biológica e, no mais das vezes, em nome dessa nudez, renunciaram-se valores inalienáveis, murchando-se o sentido de pessoa humana na colisão de interesses positivados

Por fim, concordamos com a viabilidade da restrição de direitos como o de ir e vir e a dignidade da pessoa humana, mesmo diante da complexidade de ferir a CF e ainda assim, ter apoio de legislações complementares como a Lei nº 8.080/90, para manutenção de um bem maior, como a vida de toda a população brasileira.

3 REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Saúde Secretaria de Vigilância em Saúde. **Especial: doença pelo coronavírus 2019**. Bol Epidemiol [Internet]. 2020

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria MS/GM n. 356**, de 11 de março de 2020.

GARCIA R. **Neurobiology of fear and specific phobias**. Learn Mem. v.24:462-71.10. 2017.

GUIMARÃES A.M.V., SILVA NETO A.C., VILAR A.T.S., ALMEIDA B.G.C., ALBUQUERQUE C.M.F., FERMOSELI A.F.O. **Transtornos de ansiedade: um estudo de prevalência sobre as fobias específicas e a importância da ajuda psicológica**. Semina. 2015.

MOURA, LRL. **Covid-19 e o embate entre o direito de ir e vir e o direito à saúde análise do limite da restrição dos direitos fundamentais**. 2020.

QUALLS N., LEVITT A., KANADE N., WRIGHT-JEGEDE N., DOPSON S., BIGGERSTAFF M., et al. **Community mitigation guidelines to prevent pandemic influenza — United States, 2017**. MMWR Recomm Rep [Internet]. 2017.

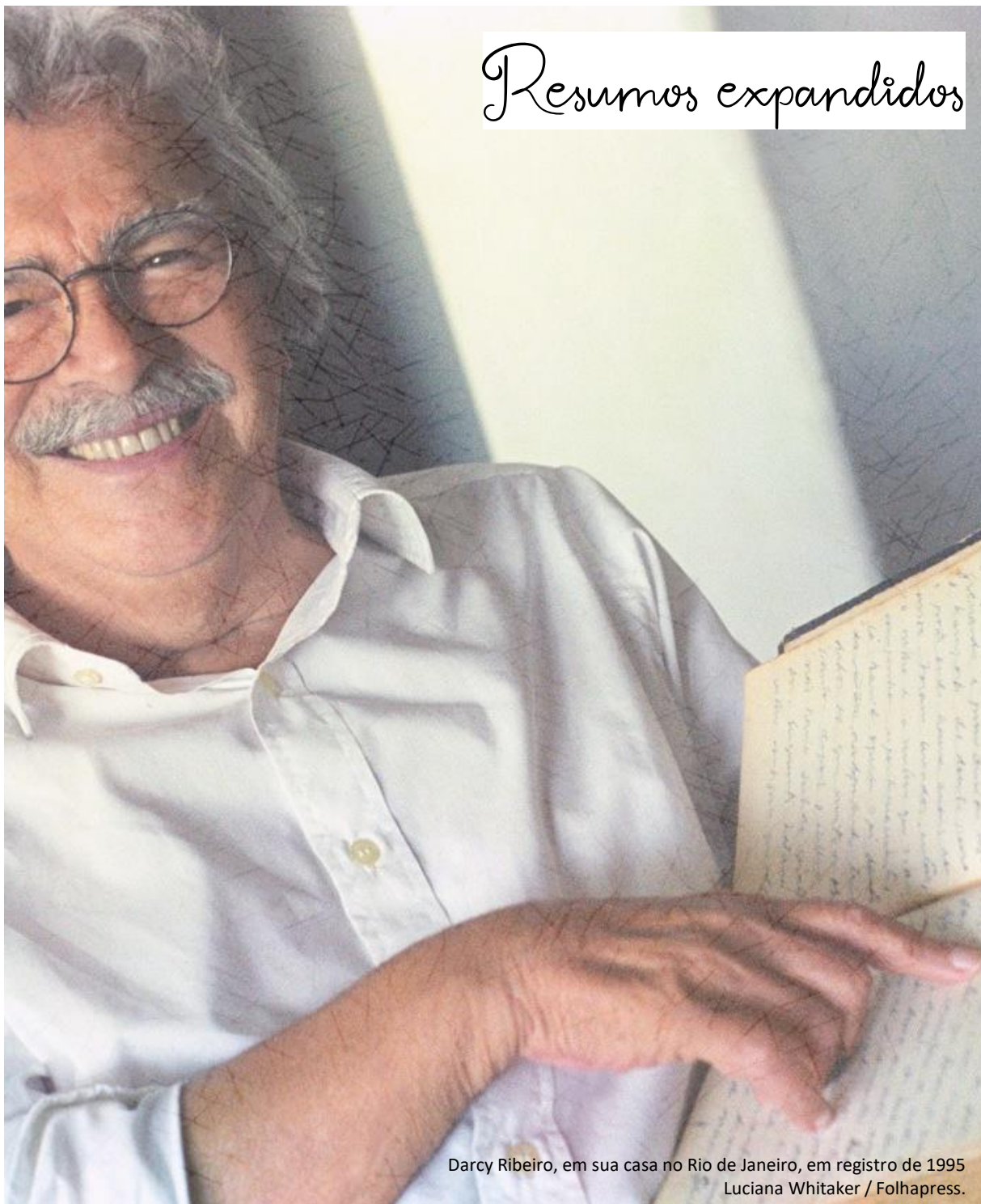
SANTOS, IA. **Conflitos bioéticos na quarentena humana**. [dissertação]. Universidade de Brasília. 2014.

SHIGEMURA J, URSANO RJ, MORGANSTEIN JC, KUROSAWA M, BENEDEK DM. **Public responses to the novel 2019 coronavirus (2019-nCoV) in Japan: mental health consequences and target populations**. Psychiatry Clin Neurosci. 2020.

TEMPORÃO, JG. **O enfrentamento do Brasil diante do risco de uma pandemia de influenza pelo vírus A (H1N1)**. Epidemiol. Serv. Saúde, Brasília, 18(3): 201-204, jul-set, 2009.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Statement on the second meeting of the international health regulations (2005) emergency committee regarding the outbreak of novel coronavirus (2019-nCoV)** [Internet]. Geneva: World Health Organization; 2020

ZHU N., ZHANG D., WANG W., LI X., YANG B., SONG J., et al. **A novel coronavirus from patients with pneumonia in China, 2019**. N Engl J Med [Internet]. 382:727-33. 2020.



A IMPORTÂNCIA DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E A SUA RELAÇÃO COM A GESTÃO DEMOCRÁTICA

Jadilson Marinho da Silva²⁴.

RESUMO

O presente estudo analisa a importância do projeto político pedagógico e sua relação com a gestão democrática. Essa pesquisa fundamenta-se nas ideias de vários teóricos que abordam a relevância desse documento e sua construção coletiva em parceria com a comunidade escolar. O PPP deve estimular os membros da escola a compreender e reconhecer os problemas e pensar em possíveis soluções, lembrando a responsabilidade de todos os envolvidos. Essa proposta não deve ser elaborada apenas para cumprir uma determinação legal, muito menos ficar escondido ou fora do cotidiano escolar. É imprescindível que o Projeto Político Pedagógico seja atualizado, pois é a partir dos indicadores apresentados por ele que a instituição vai determinar um plano de ação. Entretanto, infelizmente, há muitos projetos desatualizados ou engavetados por alguns gestores escolares somente para cumprir o pedido burocrático da secretaria de educação.

Palavras-chave: Gestão Democrática. PPP. Escola.

1. INTRODUÇÃO

O Projeto Político Pedagógico é o principal documento que há nas escolas públicas, pois ele reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo. Além disso, ele considera a escola como um espaço de formação de cidadãos críticos e responsáveis.

Toda escola deve ter estabelecido e atualizado o PPP, porque é um documento que define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem dos estudantes. Ele deve ser construído com o envolvimento de toda comunidade escolar (pais, alunos, professores e funcionários), pois unir forças em busca de consolidar esse documento contribui para a construção da identidade da escola a partir da tomada de decisões.

Esse estudo surge das seguintes indagações: qual a importância do PPP na escola? Qual a relação do PPP e a gestão democrática? O PPP das unidades escolares municipais é atualizado?

²⁴ Doutor em Ciências da Educação. E-mail: jadilson.marinho@gmail.com

A pesquisa foi elaborada à luz de alguns teóricos e autores: LIBÂNEO (2015), VASCONCELLOS (1995), VEIGA (2015) dentre outros, os quais possibilitaram ir a campo com conhecimento da temática, tecer análises mais consistentes e argumentar as inferências de modo mais convincente.

O Projeto Político Pedagógico (abreviado simbolicamente nessa pesquisa por PPP) está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a obrigatoriedade de uma proposta pedagógica para as escolas da educação básica.

2. METODOLOGIA

Foi proposta para este trabalho uma pesquisa descritiva, com o intuito de “conhecer em profundidade o como e o porquê de uma determinada situação que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico” (FONSECA, 2002, p. 33).

Por isso, a pesquisa descritiva é mais adequada para conhecer características de determinado grupo, conhecer e estabelecer relações existentes entre variáveis, bem como avaliar os impactos causados pela intervenção familiar aqui abordada. Além disso, os resultados provenientes de uma pesquisa descritiva fornecem importantes direções a serem acompanhadas em estudos vindouros, principalmente quando indicam a presença de relação entre variáveis e quer compreender a dimensão dessa relação.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na década de 1980, o Brasil vivia o movimento de democratização, após um longo período de ditadura. A centralização do governo militar passou a ser criticada e, na elaboração da Constituição de 1988, o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública foi um dos grandes batalhadores pela "gestão democrática do ensino público", cujo conceito apresentava uma alternativa ao planejamento centralizador estatal. Nesse período, a escola brasileira passou a incluir pessoas antes excluídas do sistema público de ensino. Ela ficou, assim, mais diversificada e teve de adequar suas práticas à nova realidade.

Nesse contexto, o PPP surgiu após a Constituição de 1988, com o intuito de dar autonomia às unidades escolares. Regido pela LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação), sancionada em dezembro do mesmo ano possui 92 artigos voltados para a educação. Ou seja, o marco desse documento é a LDB, que intensifica a elaboração e autonomia da construção de projetos diferenciados de acordo com as necessidades de cada unidade escolar.

O artigo 12 da LDB diz: "Os estabelecimentos de ensino respeitando as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica".

Essa proposta não deve ser elaborada apenas para cumprir uma determinação legal, muito menos ficar engavetado ou fora do cotidiano escolar. A proposta pedagógica é muito mais que isso, pois é a ponte que liga a escola e a sociedade, propondo meios para desconstruir paradigmas e concepções pré-formadas, tentando restaurar princípios e construindo novos conhecimentos. "O projeto é um documento que propõe uma direção política e pedagógica para o trabalho escolar, formula metas, prevê as ações, institui procedimentos e instrumentos de ação." LIBÂNEO (2015, p.345).

O PPP deve estimular os membros da escola a compreender e reconhecer os problemas e pensar em possíveis soluções, lembrando a responsabilidade de todos os envolvidos. Na visão de Veiga (2015 p. 14).

O projeto político pedagógico tem a ver com a organização do trabalho pedagógico em dois níveis: com organização da escola como um todo e como organização da sala de aula, incluindo sua relação com o contexto social imediato, procurando preservar a visão de totalidade [...] A principal possibilidade de construção do projeto político pedagógico passa pela autonomia da escola, de sua capacidade de delinear sua própria identidade. Isto significa resgatar a escola como espaço público, lugar de debate, do diálogo, findado na reflexão coletiva [...]. Buscar uma nova organização para a escola constitui uma ousadia para educadores, pais, alunos e funcionários.

O autor destaca a contribuição do projeto pedagógico na organização do trabalho pedagógico da escola de modo geral em busca de desenhar a sua identidade, ou seja, possibilita no contexto escolar o debate e o diálogo entre todos que a compõem em busca de novas possibilidades de resolução dos problemas em parceria com toda a comunidade escolar. Dessa forma, elaborar, efetivar e reelaborar o PPP

na escola é assumir o compromisso para a construção da identidade do espaço educacional.

Logo, ao ser construído coletivamente, permite que os diversos autores expressem suas concepções e seus pontos de vista sobre o cotidiano escolar, observando tanto o que a escola já é quanto o que ela poderá vir a ser, com base na definição de objetivos comum.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho possibilitou o maior entendimento da importância do PPP no contexto escolar, a participação coletiva e efetiva da comunidade escolar para alcançar os objetivos inseridos no projeto. É importante ressaltar que ele é o documento norteador das ações pedagógicas das unidades escolares que a partir disso assume o compromisso de construir uma proposta baseada na gestão escolar participativa,

É fundamental que o PPP seja atualizado e que possa ser mantido na escola, pois é a partir dos indicadores apresentados por ele que a instituição terá a necessidade de determinar um plano de ação. Entretanto, infelizmente, há muitos projetos desatualizados ou jogados nas gavetas dos gestores escolares somente para cumprir o pedido burocrático da secretaria de educação.

Percebe-se que em muitas escolas municipais há dificuldades que devem ser sanadas, tais como: a falta da participação dos pais e demais representantes da comunidade escolar, a falta de divulgação e estudo do documento nas aulas complementares, reuniões do Conselho Escolar para que todos possam se apropriar das propostas e avaliar o que está dando certo e o que precisa melhorar.

O PPP por ser um instrumento imprescindível na escola, deve ser visto sempre como um processo permanente, reflexivo, de discussão de todos os problemas que permeiam a escola.

Portanto, a escola deve organizar o trabalho pedagógico na escola pública possibilitando a participação efetiva de todos que compõem a comunidade escolar e promovendo uma formação de boa qualidade para estes membros na construção coletiva de uma escola participativa e democrática.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**: nº 9394/96. Brasília: 1996.

GADOTTI M. & ROMÃO, J. E. (orgs.) **Autonomia da escola: princípios e propostas**. São Paulo: Cortez, 1997.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J.F de; TOSCHI. **Educação escolar: política, estrutura e organização**. 2. Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: Teoria e prática. 4 ed. Goiânia: Editora Alternativa, 2015.

_____. **Didática**, São Paulo: Cortez, 1994.

VASCONCELLOS, C. S. **Planejamento: plano de ensino-aprendizagem e projeto educativo**. São Paulo: Libertad, 1995.

VEIGA, Ilma P. de Alencastro. **Projeto político-pedagógico**: uma construção possível. 29 ed., Campinas: Papirus, 2015.

O MANDACARU COMO ESTRATÉGIA DE SOBREVIVÊNCIA PARA OS RUMINANTES NO SEMIÁRIDO BRASILEIRO O SEU POTENCIAL NO USO MEDICINAL E ALIMENTÍCIO, (*CEREUS JAMACARU* E *CEREUS HILDEMANNIANUS*)

Phillip Moab Duarte de Amorim²⁵

Mozart Duarte Barbosa²⁶

Marcelino José da Silva²⁷

RESUMO

O mandacaru (*Cereus jamacaru* e *Cereus hildemannianus*), da família das cactáceas é um cacto do Semiárido brasileiro, sendo de grande importância na alimentação de bovino, ovino e caprino, principalmente nos períodos críticos de seca como também é um fitoterápico, capaz de tratar problemas inflamatórios, usado para problemas renais, a parte interna do mandacaru pode ser usada para o tratamento de gastrites, mantém

²⁵ Graduando do curso de Licenciatura em Biologia – Centro de Ensino Superior de Arcoverde (CESA), philipmoab@gmail.com

²⁶ Professor de Graduação do curso de Licenciatura em Biologia – Centro de Ensino Superior de Arcoverde (CESA), barbosamd@ig.com.br

²⁷ Graduando do curso de Licenciatura em Biologia – Centro de Ensino Superior de Arcoverde (CESA), marcelinojosedasilva123@gmail.com

a saúde do aparelho digestivo, a raiz pode ser usada para o tratamento de cálculo renal. Deste modo, este estudo tem como objetivo disseminar nas escolas a utilização do mandacaru, como também suas diversas vantagens, identificar adequadas técnicas de cultivo para a o mandacaru no Sertão Pernambucano, bem como, realizar atividades que alimentem um possível Programa de Melhoramento de Mandacaru na AESA-CESA em Arcoverde – PE, Os efeitos esperado com esse trabalho proporcionar uma ampliação do conhecimento da diversidade biológica acerca do assunto em discussão, baseando-se na análise teórica de vários tipos e métodos de plantio e o desenvolvimento do mesmo para a comunidade acadêmica, como também para a região em geral, sendo muitos dos alunos dessa instituição da zona rural, criadores e filhos de criadores, além da valorização de uma espécie nativa, sendo também um cunho de sustentabilidade.

Palavras-chave: alimentação; fitoterápico; cultivo.

1. INTRODUÇÃO

A vegetação do bioma Caatinga constitui a espinha dorsal que sustenta a pecuária no semiárido brasileiro. Entretanto, em que pese a importância das pastagens nativas para alimentação dos ruminantes nos sertões nordestinos, durante a época seca, o pasto nativo apresenta-se aquém das necessidades dos animais, tanto do ponto de vista quantitativo, quanto qualitativo. Em seguidos anos de seca, a situação se torna tão crítica, que os animais morrem de fome. Diante desse cenário, o mandacaru (*Cereus jamacaru P.*) é uma das cactáceas nativas de predominância na Caatinga nordestina e de grande importância na alimentação do bovino, ovino e caprino, principalmente nos períodos críticos de seca. O mandacaru tem sido utilizado nos períodos de seca prolongada, como um dos principais suportes forrageiros dos ruminantes, pois além de suprir parte da demanda nutricional dos animais, também atende parte dos requerimentos de água dos mesmos (Cavalcanti; Resende, 2006a)

Em Tupi o nome mandacaru quer dizer feixe cheio de espinhos, em alusão aos espinhos que recobrem o caule. Está cactácea chega a atingir 10m de altura. O caule tem vários lados, semelhante a um polígono, com ramificações e apresenta longos espinhos amarelos. As flores são grandes, brancas, numerosas e só se abrem durante a noite, quando são polinizadas por mariposas da família Sphingidae. Os frutos têm forma de baga espinhosa, de cor vermelha intensa com sementes pretas e miúdas.

A floração ocorre nos meses de outubro e dezembro. Entre os meses de dezembro e janeiro acontece a frutificação, e a propagação da planta pode ser realizada por sementes ou por estacas do caule.

O caule contém fécula, com a qual se preparam pães, biscoitos, broas e mingaus utilizados na alimentação humana e os ramos, depois de queimados os espinhos, servem de alimento para os animais (bovinos, ovinos e caprinos). Em sua composição foram registrados 15,84% de água, 10,72% de proteína bruta, 1,04% de extrato etéreo, 45,52% de extrativos não nitrogenados, 16,22% de fibra bruta e 10,66% de resíduo mineral.

Dentre os benefícios que podem ser extraídos do mandacaru estão: é um fitoterápico; capaz de tratar problemas inflamatórios, usado para problemas renais; a parte interna do mandacaru pode ser usada para o tratamento de gastrites; mantém a saúde do aparelho digestivo; a raiz pode ser usada para o tratamento de cálculo renal; é utilizado na composição da alimentação dos Ruminantes.

Nesse sentido, a Autarquia de Ensino Superior de Arcoverde e o Centro de Ensino Superior de Arcoverde – AESA-CESA, através de estudos bibliográficos sobre o mandacaru é possível identificar diversas vantagens no mandacaru como estratégia de alimento para os ruminantes no Semiárido brasileiro.

Neste contexto, as ações desenvolvidas durante a vigência da bolsa objetivam disseminar nas escolas a utilização do mandacaru, como também suas diversas vantagens, identificar adequadas técnicas de cultivo para a o mandacaru no Sertão Pernambucano, bem como, realizar atividades que alimentem um possível Programa de Melhoramento de Mandacaru na AESA-CESA.

2. DESENVOLVIMENTO

Os efeitos esperados com esse trabalho proporcionar uma ampliação do conhecimento da diversidade biológica acerca do assunto em discussão, baseando-se na análise teórica de vários tipos e métodos de plantio e o desenvolvimento do mesmo para a comunidade acadêmica, como também para a região em geral, sendo muitos dos alunos dessa instituição da zona rural, criadores e filhos de criadores, além da valorização de uma espécie nativa, sendo também um cunho de sustentabilidade.

Contextualização: Este estudo tem como objetivo disseminar nas escolas a utilização do mandacaru, como também suas diversas vantagens, identificar adequadas técnicas de cultivo para a o mandacaru no Sertão Pernambucano, bem como, realizar

atividades que alimentem um possível Programa de Melhoramento de Mandacaru na AESA-CESA em Arcoverde –PE.

Discussão: O mandacaru (*Cereus jamacaru* P.) é uma espécie nativa da vegetação da caatinga, pertencendo à família Cactaceae. Cresce em solos pedregosos e junto a outras espécies de cactáceas, forma a paisagem típica da região Semiárida do Nordeste, sendo encontrado nos Estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e norte de Minas Gerais.

O mandacaru é um cacto colunar abundantemente ramificado e com flores brancas. Os frutos são grandes, avermelhados com polpa branca provida de muitas sementes insípidas, porém, comestíveis (GOMES, 1973 apud RODRIGUES, 2009.).

A família das cactáceas está adaptada às condições de intenso xerofitismo e caracteriza a paisagem vegetal das regiões mais secas da América Intertropical. As espécies desta família são plantas suculentas com talos carnosos, roliços ou aplanados, de folhas caducas ou completamente ausentes.

Algumas variedades sem espinhos são usadas como forragem e os frutos de algumas espécies constituem um agradável alimento (GOLA, 1965 apud RODRIGUES, 2009).

Segundo Rocha e Agra (2002 apud RODRIGUES, 2009) o mandacaru atinge de 3 a 7 m de altura e possui caule cheio de espinhos rígidos, com grande quantidade de água. É utilizada como planta ornamental e ainda serve para alimentação de bovinos, caprinos e ovinos, principalmente na época de estiagem. De acordo com Braga (1960 apud RODRIGUES, 2009), os artúculos novos do mandacaru, depois de queimados, servem de alimento para o gado. O fruto é uma baga, ovoide, com aproximadamente 12 cm de comprimento, vermelho, carnosos, de polpa branca, com inúmeras sementes pretas e bem pequenas. As flores, que abrem apenas no período noturno, são visitadas por mariposas e morcegos, de janeiro a agosto (BRAGA, 1960 apud RODRIGUES, 2009).

O combate à fome nas populações carentes tem merecido estudos em inúmeros países, inclusive no Brasil, direcionados ao aproveitamento dos recursos obtidos nas próprias regiões, os quais, além de prescindir de transporte a longas distâncias, se beneficiam do princípio da vantagem comparativa.

Esta prática vem se disseminando no Brasil a partir do início da década de 80, principalmente para grupos considerados biossocialmente vulneráveis, como crianças e gestantes (SANTOS et al., 2001 apud RODRIGUES, 2009).

Alguns estudos sobre a composição química e a digestibilidade in vitro do mandacaru (fonte forrageira) foram realizados por Araújo (2004); no entanto, poucos são os estudos encontrados na literatura sobre os frutos desta planta, que apesar de serem encontrados em grandes quantidades de fevereiro a setembro, não são explorados comercialmente, ocorrendo seu desperdício ou, então, sendo utilizados, quando muito, na elaboração de doces e geleias.

Segundo Chitarra (1990), o grau de maturação adequado para a colheita é decisivo para a qualidade pós-colheita e a conservação de produtos hortifrutícolas. Nesse sentido a determinação do estágio de maturação para a colheita de frutos de cactáceas se faz necessário, visto que não há registro de informações sobre o conhecimento da fisiologia de frutos de mandacaru. Neste sentido, Awad (1993) afirma que o conhecimento de algumas características físicas e físico-químicas de frutos é indispensável para a determinação do estágio de maturação mais adequado para a colheita desses produtos, como o mandacaru.

De acordo com Barbosa e Duarte (2021), além da utilização do mandacaru como alimento para animais e utilização para ingestão humana, existe a utilização do mandacaru como método farmacológico, estes variam de acordo com a indicação terapêutica, podendo ser administrada por meio de banhos de assento, raspas em molho com água, polpa misturada com açúcar, infuso ou decocto (chás), macerado com açúcar e molho em água.

A utilização de plantas para fins medicinais nos sistemas médicos é resultado de um complexo processo de experimentações e validação no contexto dos povos tradicionais, ocorrendo quando as pessoas escolhem espécies vegetais naturalmente disponíveis em seus ambientes (Araújo et al., 2014). Esta validação é influenciada por fatores ambientais e socioeconômicos (Arruda et al., 2019; Kujawska et al., 2018; Quinlan e Quinlan, 2007). Em alguns locais, a aceitação do uso medicinal de plantas para cuidados primários já foi validada a ponto de ser recomendada por profissionais de saúde (Alonso-Castro et al., 2017).

Para NARAYANA (2003), muitos aspectos importantes devem ser considerados para o desenvolvimento de qualquer bioprocessamento em fermentação em

meio semi-sólido. Estes incluem a seleção adequada de microrganismos, substratos e a otimização dos parâmetros para realização do processo. Pela classificação teórica baseada na atividade de água, principalmente os fungos e as leveduras foram considerados adequados para a fermentação em meio semissólido.

Resultados: A obtenção de informações, que irão colaborar com a determinação de métodos da utilização do mandacaru cultivar “Mandacaru com e sem espinhos”.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As atividades propostas, permitirão assim a obtenção de informações, que irão colaborar com a determinação de métodos da utilização do mandacaru cultivar “Mandacaru com e sem espinhos”.

A condução de projetos e a participação nas demais atividades técnico-científicas mencionadas têm sido uma constante de alta relevância para atuação na área, tanto no desenvolver de atividades exclusivas de pesquisa com o professor, pesquisador e alunos, quanto na divulgação e troca de experiências.

4. REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L. F. **Enriquecimento protéico do Mandacaru sem espinhos (Cereus jamacaru P.DC.) e da Palma Forrageira (Opuntia Ficus-índica Mill) em meio semi-sólido por processo biotecnológico.** 2004. 175 f. Tese (Doutorado em Engenharia Agrícola) – Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2004. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/11390>. Acesso em: Abril 2022.

AWAD, M. **Fisiologia pós-colheita de frutos.** São Paulo: Nobel, 1993.

CAVALCANTI, N. de B.; RESENDE, G. M. de. **Consumo do mandacaru (Cereus jamacaru P. DC.) por caprinos na época da seca no Semi-Árido de Pernambuco.** Revista Caatinga, v. 19, n. 4, p. 402- 408, out./dez. 2006a. Disponível em: <<http://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/130268/1/Nilton.pdf>>. Acesso em: abril 2022.

CHITARRA, M. I. F.; CHITARRA, A. B. Pós-colheita de frutos e hortaliças: fisiologia e Manuseio. Lavras: ESAL/FAEP, 1990. p. 132, 320.

MOREIRA, José Nilton; DRUMOND, Marcos Antônio. **Árvore do conhecimento** - bioma caatinga. Disponível em: <https://www.agencia.cnptia.embrapa.br/gestor/bioma_caatinga/arvore/CONT000g79856tg02wx5ok0wtedt39zqb403.htm>. Acesso em: Maio 2022.

NARAYANA, T.; PRATHAKAR, V ; SRINIVASULU, M. RAO.; A. LAKSHMI, J.P.; ELLAIAH, P. **Otimization of processs parameters for cephalosporin C production under solid state fermentation from**. *Acremonium chrysogenum*. *Procers Biochemistr*, p. 6, 2003.

Relatório parcial do bolsista Philip Moab Duarte de Amorim entregue ao PROUNI em maio de 2022.

RODRIGUES DA SILVA, L.; ELESBÃO ALVES, R. CARACTERIZAÇÃO FÍSICO-QUÍMICA DE FRUTOS DE “MANDACARU”. **Revista Acadêmica Ciência Animal**, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 199–205, 2009. DOI: 10.7213/cienciaanimal.v7i2.9894. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/cienciaanimal/article/view/9894>. Acesso em: 20 maio. 2022.

SANTOS, L. A. S.; LIMA, A. M. P.; PASSOS, I. V. et al. **Use and perceptions of alternative food in the state of Bahia**: a preliminary study. *Rev. de Nut. Campinas*, v. 14, suppl, p. 35-40, 2001.

UMBUZEIRO (SPONDIAS TUBEROSA): O SEU POTENCIAL NO USO MEDICINAL E ALIMENTÍCIO

Marcelino José da Silva²⁸
Mozart Duarte Barbosa²⁹
Phillip Moab Duarte de Amorim³⁰

RESUMO

O umbuzeiro (*Spondias tuberosa*), pertencente à família Anacardiaceae, é uma das espécies nativas do bioma Caatinga de maior importância para o semiárido brasileiro, essa planta pode ser usada como fonte de alimento: in natura, doce em massa, barra de cereal, farinha, umbuzada, suco, picolé, sorvete, bolo, cocada, rapadura, doce e também podendo ser usado para alimentação de caprinos e ovinos as folhas; já na medicina pode ser usado no enjôo na gravidez, calmante, inflamação, diarreia, tosse, cicatrizante, tratamento de escorbuto, prevenção de doenças coronárias, diminuir doença cancerígena. O presente estudo tem como objetivo de explicar os usos do

²⁸ Graduando do curso de Licenciatura em Biologia – Centro de Ensino Superior de Arcoverde (CESA), marcelinojosedasilva123@gmail.com

²⁹ Professor de Graduação do curso de Licenciatura em Biologia – Centro de Ensino Superior de Arcoverde (CESA), barbosamd@ig.com.br

³⁰ Graduando do curso de Licenciatura em Biologia – Centro de Ensino Superior de Arcoverde (CESA), philipmoab@gmail.com

umbuzeiro como planta medicinal e como fonte de alimentos, foi desenvolvida na Escola Estadual; Joel Pedro da Silva, no Município de Inajá - PE, na turma do 7^a ano, 8^a ano e 9^a ano, do ensino fundamental, na disciplina de Ciências da Natureza, nos turnos da manhã e tarde, foram usados como matéria didática um pré-teste para um levantamento do conhecimento prévio dos alunos, e para exposição oral do conteúdo usei cartazes e apresentei alguns produtos feitos do umbuzeiro que são eles, suco de umbu, doce de xilopodio e casa externa do caule da planta e no final da apresentação distribuirá para os alunos esses produtos, a discussão ser está baseando-se no levantamento do pré-teste, conclui-se que os resultados obtidos dos conhecimentos prévios dos alunos possibilita a elaborar uma sequência didática a ser utilizada para realização do estudo dos usos do umbuzeiro; a) a importância do umbuzeiro para meio ambiente; b) conhece os órgãos da planta; c) conhece as uso do umbuzeiro; d) morfologia da planta, essa sequência didática, é de extrema importância que o professor faz mais de uma estratégia didática, para facilita o processo de ensino-aprendizagem, porque cada aluno possui uma maneira diferente de aprendizagem.

Palavras-chave: alimentação; medicinal; aprendizagem.

1. INTRODUÇÃO

O umbuzeiro (*Spondias tuberosa*) é uma planta nativa do bioma Caatinga, e pertence à família Anacardiaceae, está presente nas regiões do Agreste (Piauí), Cariris (Paraíba), Caatinga (Pernambuco e Bahia) e Norte e Nordeste de Minas Gerais; o significado do seu nome em tupi-guarani é "y-mb-u", que significava "árvore que dá de beber". Esse vegetal é conhecido popularmente como umbu, imbu, ambu e ombu, o escritor Euclídes da Cunha chamou da importante raiz "árvore sagrada do Sertão". As características morfológicas umbuzeiro (*Spondias tuberosa*) de apresentar um tronco curto, com galhos desiguais, distanciados e retorcidos. Tem crescimento de forma lenta, podendo atingem de 3 a 6 metros de altitude e de largura da copa medir de 10 a 15 metros de comprimento. Apresenta um sistema radicular podendo perfura o solo um metro de fundura e é composta por raízes tuberosas (xilopódios), o amido e água são armazenados nelas, seve para sustentar a planta nas épocas de seca (BARRETO, 2011).

Os frutos do umbuzeiro, tem uma drupa glabra ou pilosa, e superfície lisa ou com pequenas protuberâncias de 4 a 5 na parte distal, apresenta uma estrutura circular, podemos mede de 3-4 cm de comprimento entre, 2-4 cm de diâmetro e 8-28 g do peso da sua massa, a pele pesa 22%, polpa 68% e a semente 10%. A sua polpa possui substancia ácida com pH em volta de 2,5, acidez de 1,4% (ácido cítrico),

pectina 1,0% e vitamina C 24,97 mg/100 g de polpa (SANTOS, 2021). A semente possui 8,92% lipídios e 60% em ácidos graxos insaturados (RIBEIRO, 2019).

A floração e frutificação do umbuzeiro ocorrem uma vez ao ano, correspondendo com o período que tem ausência de chuvas. No verão o umbuzeiro perde suas folhas, fazendo com que diminuir a perda de água e armazenado nas suas raízes. A floração começa em dezembro após a primeira chuva, e em fevereiro é o período de frutificação, para concluir a maturação dos frutos pode passar 125 em média (BARRETO, 2011)

O umbuzeiro *Spondias tuberosa* possui dois tipos de flores hermafroditas e masculinas em que caracteriza pela mesma inflorescência. As flores são de cor branca e tem dois grupos de estames; as flores hermafroditas apresentam gineceu pentacarpelar com um óvulo, já as flores masculinas possuem pistilódio. A abertura das flores poderá ocorrer uma variação relacionada com o desenvolvimento da inflorescência, abertura das flores hermafroditas pode ter durabilidade de dois dias e as masculinas ter a durabilidade de um dia (NADIA et al, 2007).

A polinização é feita pelas abelhas sem ferrão, colaborando para o desenvolvimento de frutos e de sementes. A germinação e produção de muda por semente de umbuzeiro: As sementes desta planta possuem um processo chamado de dormência, quer dizer, só germinam em ambientes ideais de umidade, luz e temperatura. O tempo de germinação das sementes é de 12 a 90 dias depois de disseminada, o percentual das sementes que germina é de 30% a 40%, e apresenta desenvolvimento de forma lenta e desuniforme (BARRETO, 2011).

O uso do umbuzeiro *S. tuberosa* pode ser usado tanto para alimentação e também para usos medicinais. A fruta pode ser utilizada na preparação de suco, doce, geléia e sorvete, o prato mais formoso do nordestino é a umbuzada, feita com polpa de fruta cozida com leite e açúcar, não podemos esquecer que o fruto pode ser consumido in natura (NETO, 2009); na medicina popular essa planta possui utilidade para tratamento de inflamação, problemas nos sistemas digestivos, infecções virais e doenças bacterianas (SIQUEIRA, 2015); já nas revistas científicas apresenta estudo comprovado que a semente pode ser usada na prevenção de doenças coronárias (RIBEIRO; 2019) e o extrato hexânico da folha possui atividade contra células tumorais (GUEDES; 2020).

2. DESENVOLVIMENTO

Contextualização: foi desenvolvido em uma Escola Estadual; Joel Pedro da Silva, no Município de Inajá - PE, selecionar uma turma por cada ano do 7^a ano, 8^a ano e 9^a ano do ensino fundamental, na disciplina de Ciências da Natureza. Foi aplicado um pré – teste com questão aberta: 1^a) Você conhece uma planta chamado umbuzeiro? 2^a) Explique com sua palavra, o que você entenda sobre umbuzeiro 3^a) Qual é o fruto que é produzido pelo umbuzeiro? 4^a) Você já fez algum uso do umbuzeiro em forma de remédio ou alimentação: justifique? 5^a) Porque no período de seca as folhas do umbuzeiro cai?. Na explanação oral do conteúdo foi usado como matéria didática: cartazes e apresentei alguns produtos feitos do umbuzeiro que são eles, suco de umbu, doce de xilopodio e casa externa do caule da planta.

Discussão: A experiência desta pesquisa foi de extrema importante, porque possibilita a entende a importância do umbuzeiro e os seus usos na medicina e na alimentação, diante do desenvolvimento deste projeto, o conhecimento adquirido foi repassado para os alunos do ensino fundamental para que eles aprendam a utilidade desse vegetal e os seus benefícios para o meio ambiente. Portanto foi muito prazeroso realizar esse estudo contribuído para nossa carreira acadêmica.

Resultados: Os resultados obtidos do pré-teste avaliativo, da turma do 7^a ano, tendo como primeira questão perguntava, se eles conheciam uma planta chamado umbuzeiro; 23 alunos conhecia e 4 alunos não conheciam, na segunda pedia para eles explicar com sua palavras, o que eles entendia sobre umbuzeiro, 22 alunos apresentou um ótimo entendimento e 5 alunos não possuía um bom entendimento, tendo como terceira questão a pergunta qual é o fruto que é produzido pelo umbuzeiro, 14 alunos respondeu o nome correto do fruto e 13 alunos respondeu de forma popular que é conhecido aqui no Nordeste como embu e imbu, na quarta questão perguntava se eles já tinha feito algum uso do umbuzeiro em forma de remédios ou na alimentação e pedia para justificar, 12 alunos responderam sim que utilizou em forma de alimento, os alimentos mais citado foi umbuzada e in natura e 3 alunos respondeu sim em forma de remédio, na preparação chá, usando a casca externa do caule para dor gengiva e 12 respondeu que não fez nenhum uso, na quinta questão perguntava porque no

período de seca as folhas do umbuzeiro caem, todos os 27 alunos respondeu de forma incorreta.

Os resultados obtidos do pré-teste avaliativo, da turma do 8^a ano, na primeira questão que perguntava se eles conheciam uma planta chamado umbuzeiro, todos respondeu que conhecia, na segunda questão pedia para eles explicar com sua palavra o que eles entendia sobre umbuzeiro, 28 alunos apresentou ótimo entendimento e 5 alunos não apresentou um bom entendimento, na terceira questão perguntava qual é o fruto que é produzido pelo umbuzeiro, 23 alunos respondeu o nome correto do fruto e 10 alunos respondeu de forma popular que é conhecido aqui no Nordeste como embu e imbu, na quarta questão que perguntava se eles já fez algum uso do umbuzeiro em forma de remédios ou na alimentação, 26 alunos respondeu sim em forma de alimentos, os alimentos mais citado foi umbuzada, doce e in natura, e 2 alunos respondeu sim em forma de remédio, mais não justificou a resposta e 5 alunos respondeu que não fez nenhum uso, na quinta questão perguntava porque no período de seca as folhas do umbuzeiro cai, 15 alunos apresento um bom conhecimento e 18 alunos respondeu de forma incorreto.

Os resultados obtidos do pré-teste avaliativo, da turma do 9^a ano, do turno da tarde, na primeira questão que perguntava se eles conhecia uma planta chamado umbuzeiro, todos respondeu que conhecia, na segunda questão pedia para explicar com a sua palavra o que eles entendia sobre umbuzeiro, os 23 alunos apresentou um ótimo entendimento, na terceira questão perguntava qual é o fruto que é produzido pelo umbuzeiro, 16 alunos respondeu de forma correto o nome do fruto e 7 alunos respondeu de forma popular que conhecido aqui no Nordeste como embu e imbu, na quarta questão perguntava se eles já fez algum uso do umbuzeiro em forma de remédios ou na alimentação e pedia para justificar, 19 alunos respondeu sim em forma de alimentos, os alimentos mais citado foi umbuzada, picolé e in natura, 2 alunos respondeu na forma de alimentos e remédios, alimentos foi na preparação de umbuzada e in natura, já em remédios foi na preparação de chá usando a casca externa do caule da planta, mais na falou a finalidade do uso, na quinta questão perguntava porque no período de seca as folhas do umbuzeiro cai, 10 alunos apresento um bom conhecimento e 13 alunos respondeu de forma incorreto.

Tabela1 – Conhecimento dos alunos sobre o umbuzeiro no Uso Medicinal e Alimentício

Tratamentos	Conhecimento favorável	Conhecimento não favorável
7º Ano	10,40 b	13,20 b
8º Ano	13,60 ab	12,60 b
9º Ano	18,40 a	8,20 b

Médias seguidas pela mesma letra maiúscula na coluna e minúscula na linha, não diferem entre si pelo teste de Tukey a 5% de probabilidade. CV = 30,55%.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados obtidos dos conhecimentos prévios dos alunos possibilitam a elaborar uma sequência didática a ser utilizada para realização do estudo dos usos do umbuzeiro; a) a importância do umbuzeiro para meio ambiente; b) conhece os órgãos da planta; c) conhece o uso do umbuzeiro; d) morfologia da planta. É muito importante para que o professor usa mais de uma estratégia didática, para facilitar o processo de ensino-aprendizagem, porque cada aluno possui uma maneira diferente de aprendizagem. O levantamento dos conhecimentos prévios dos alunos, servir de instrumento para ajuda melhora o planejamento das aulas a serem ministradas, é um ponto fundamental na aprendizagem significativa.

4. REFERÊNCIAS

- BARRETO, L. S. CASTRO M. S. Boas práticas de manejo para o extrativismo sustentável do umbu. **Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia**; p 64. 2010.
- GUEDES J. A. C. FILHO E. G. A. SILVA M. F. S. et al. GC-MS-Based Metabolomic Profiles Combined with Chemometric Tools and Cytotoxic Activities of Non-Polar Leaf Extracts of *Spondias mombin* L. and *Spondias tuberosa* Arr. Cam. **Article**; Vol. 31, n. 2, 331-340, 2020.
- NADIA. T. L. MACHADO I. C. LOPES. A V. Polinização de *Spondias tuberosa* Arruda (Anacardiaceae) e análise da partilha de polinizadores com *Ziziphus joazeiro* Mart. (Rhamnaceae), espécies frutíferas e endêmicas da caatinga. **Revista Brasil. Bot**; V. 30, n.1, p.89-100, 2007.
- NETO. E. M. F. L. PERONI N. P. ALBUQUERQU. A. P. Traditional Knowledge and Management of Umbu (*Spondias tuberosa*, Anacardiaceae): An Endemic Species from the Semi-Arid Region of Northeastern Brazil 1. [Economic Botany](#); V. 64, 2010.
- RIBEIRO. L. O. VIANA. E. S. GODOY. R. L. O. et al. Nutrients and bioactive compounds of pulp, peel and seed from umbu fruit. **Ciência Rural**; v.49:04, e20180806, 2019.

SANTOS. R .T D. S. SANTOS C. A. F. OLIVEIRA V. R. O. et al. The potential of “umbuzeiro” genotypes for the development of preserves. **Ciência Rural**; V.51:2, e20191008, 2021.

SIQUEIRA. E. M. S. Spondias tuberosa Arr. (umbu): estudo fitoquímico e avaliação do potencial anti-inflamatório. [Elsevier](#); n. 120, 2015.

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ENSINO DA MATEMÁTICA PARA ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA VISUAL

Maria José Galindo Ferreira

RESUMO

O presente trabalho tem como proposta apresentar a experiência vivenciada no Programa Pernambuco na Universidade (Prouni-PE), onde foi realizado uma pesquisa que teve como objetivo mostrar que a matemática pode trabalhar com educação inclusiva e como o professor de matemática pode trabalhar com estudantes com deficiência visual. E para que o mesmo fosse alcançado o estudo foi desenvolvido a partir de um caráter exploratório que é por meio de pesquisas bibliográficas, uma abordagem qualitativa e um estudo de caso. O estudo de caso foi realizado na Escola Municipal Manoel Lumba de Oliveira, no município de Arcoverde-PE, e contou com a participação de dois estudantes com baixa visão, os mesmos eram de turmas diferentes, um cursando o 8º ano e o outro 9º ano do ensino fundamental, e tendo como principal material didático para a realização do estudo de caso o geoplano. Como a matemática é uma disciplina que está presente na escolarização em todos os graus do ensino, essa pesquisa buscou trabalhar sobre como podemos relacionar a matemática com a educação inclusiva tendo como o foco o ensino e aprendizagem dos estudantes com deficiência visual. E foi constatado que com o professor buscando trazer para sala de aula materiais didáticos que os alunos possam manipular ajuda bastante o ensino e aprendizagem dos estudantes com deficiência visual.

Palavras-chave: Educação inclusiva. Matemática. Material didático.

1. INTRODUÇÃO

Levando em consideração a importância da educação inclusiva, devemos pensar sobre como a matemática pode ser relacionada com a educação inclusiva dando ênfase no ensino e aprendizagem dos estudantes com deficiência visual.

Portanto, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos: desenvolver

um estudo de caso, e que por meio dele seja possível analisar: a aceitação dos estudantes com o material didático; o desempenho da utilização do material geoplano com relação a utilização do multiplano; a realização de um jogo, sendo utilizado como base para sua realização o material didático.

Onde o mesmo foi realizado na Escola Municipal Manoel Lumba de Oliveira, no município de Arcoverde-PE, e contou com a participação de dois estudantes com baixa visão.

2. DESENVOLVIMENTO

A atividade foi desenvolvida por meio de um estudo de caso, que foi realizado na Escola Municipal Manoel Lumba de Oliveira, com a participação de dois estudantes onde um está cursando o 9º ano e o outro no 8º ano, e os dois estudantes tendo baixa visão. A atividade foi realizada no dia 10 de outubro de 2022, em que foi aplicada uma revisão sobre perímetro e área de polígonos, que teve como auxílio o material didático do geoplano.

A atividade foi dividida em 4 (quatro) etapas. Na primeira foi apresentado o conteúdo a ser trabalhado que foi perímetro e área de polígonos, e logo após se deu início a segunda etapa, em que foi mostrado e explicado como funciona o geoplano, o mesmo foi levado em dois materiais diferentes um em madeira e o outro feito de plástico. E depois foi resolvido exemplos juntamente com os estudantes utilizando o material didático.

Na terceira, foi realizada a lista de exercícios em que ela foi dividida em duas atividades, em que na primeira eles utilizaram o geoplano e na segunda utilizará o multiplano. Na quarta etapa foi aplicado um jogo que teve como base para sua realização o material didático que estava sendo trabalhado. Para a realização do jogo foi utilizado cartas de 1 á 6 como fonte arial black e tamanho 160 e o geoplano (a escolha do material didático ficou a critério dos estudantes). Os estudantes escolhiam duas cartas, depois construíam no geoplano um polígono com o perímetro cuja soma, subtração ou o produto fosse o resultado obtido pela escolha das cartas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Durante o estudo de caso foi possível perceber situações que ressaltaram a importância de trabalhar a inclusão dentro da disciplina de matemática. Onde o mesmo foi trabalhado com 2 (dois) estudantes com baixa visão, sendo utilizando o geoplano como o principal material didático durante a aplicação do estudo de caso.

No primeiro momento, foi possível perceber uma certa resistência por parte de um dos estudantes para participar da aula utilizando o material proposto. Mas, no decorrer da aula essa situação foi mudando, o aluno aos poucos foi participando cada vez mais. Esse tipo de situação pode acontecer por diversos fatores, como por exemplo, por timidez, por o aluno não ter tido experiências em sala de aula que envolvesse este tipo de material e entre outros, pois isso vai depender bastante do estudante e do contexto escolar em que ele está inserido.

No segundo momento, com apresentação e explicação do conteúdo, material didático e da atividade. Foi levado como material didático o geoplano em dois materiais diferentes sendo um em madeira e outro feito de plástico, e também o multiplano. Ao longo deste segundo momento foi possível analisar que houve uma preferência dos alunos pelo geoplano feito de madeira, pois de acordo com os estudantes esse material tinha mais estabilidade ao colocar as ligas, já com relação ao geoplano ou multiplano, a preferência ainda continua sendo do geoplano, ainda de acordo com os estudantes, eles acharam difícil no multiplano fazer a contagem de um espaço para o outro. No entanto é importante ressaltar que o tempo da aplicação deste estudo de caso foi de aproximadamente de duas horas aulas, e o multiplano é um material que precisa de mais tempo para ser trabalhado e para os alunos ficarem confortáveis durante a sua utilização.

Em um terceiro momento, com a aplicação do jogo tendo o mesmo como base para a sua realização o geoplano. Foi possível perceber que os estudantes ficaram empolgados com a proposta do jogo, pois além de estimular o raciocínio lógico do aluno também provoca a sua curiosidade.

No decorrer deste estudo de caso foi possível perceber que com a utilização do material didático adaptado que todos podem utilizar a aula fica mais dinâmica e como os estudantes estavam manuseando o material ficava mais fácil a explicação e o entendimento do conteúdo.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em mente que a matemática é uma disciplina que é fundamental para a escolarização em todos os graus do ensino, essa pesquisa buscou trabalhar sobre como podemos relacionar a matemática com a educação inclusiva tendo como o foco o ensino e aprendizagem dos estudantes com deficiência visual.

E nesse cenário a participação do professor assume um papel muito importante para que ocorra da melhor forma essa relação da matemática com a educação inclusiva, pois cada aluno vai ter necessidades diferentes como já foi citado anteriormente que basicamente há dois tipos de deficientes visuais e deste modo as necessidades serão diferentes. Desta maneira o professor tem que buscar trabalhar de uma forma que atendam o máximo possível as necessidades dos estudantes, para que isso seja possível é necessário que o professor trabalhe com materiais didáticos adaptação como, por exemplo, materiais no sistema Braille ou para os com baixa visão o aumento do tamanho da fonte da letra para que desta forma os estudantes possam entender melhor o que está sendo apresentado na aula.

Além dessa adaptação do material é importante também que o professor trabalhe com materiais mais lúdicos, dinâmicos e que o aluno possa manipular, esse contato direto com o material é muito importante para o estudante com deficiência visual, pois através do tato o aluno vai poder compreender melhor o conteúdo que está sendo trabalhado.

Foi traçado como objetivo geral desta pesquisa, mostrar que a matemática pode trabalhar com educação inclusiva e como o professor de matemática pode trabalhar com estudantes com deficiência visual.

Ao longo do desenvolvimento desta pesquisa foi possível alcançar o objetivo geral assim como também os objetivos específicos e isso foi possível por conta dos métodos metodológicos escolhidos. Pois a pesquisa foi feita tendo como base em um caráter exploratório e a realização de um estudo de caso. Onde foi possível ter um contato direto com dois estudantes com baixa visão, por meio da realização de uma aula tendo como base para a aplicação o geoplano que foi um dos materiais didáticos que foi apresentado no decorrer desta pesquisa como uma das proposta de material viável para ser trabalhado na sala de aula de forma inclusiva, pois além de ser um material que vai ajudar para uma melhor compreensão do conteúdo para os

estudantes como deficiência visual, ele também é um material que pode ser trabalhado com toda a turma.

E a partir do desenvolvimento da pesquisa bibliográfica e a experiência vivida no estudo de caso, ficou claro a importância do professor levar para sala de aula esses materiais didáticos manipuláveis, pois esses tipos de materiais facilitam o ensino e aprendizagem dos estudantes com deficiência visual. E também foi possível perceber o quanto é importante a presença da educação inclusiva em todos os graus da educação, e tendo a matemática como uma das disciplinas que está presente em todos os graus da educação, ficando assim evidente a importância de haver essa relação da matemática com a educação inclusiva.

4. REFERÊNCIAS

ABREU, Thaís Elisa Barcelos. **O ensino de matemática para alunos com deficiência visual**. 2013.

BRASIL, Senado Federal. **Constituição** de 1988. Brasília (DF), 1988.

DA SILVEIRA, Marisa Rosâni Abreu. **A dificuldade da matemática no dizer do aluno**: ressonâncias de sentido de um discurso. *Educação & Realidade*, v. 36, n. 3, 2011. Disponível em:
<https://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/18480/14340> Acesso em 08 de maio de 2022.

DE MELLO MOTTA, Livia Maria Villela. **Deficiência Visual**: Raízes Históricas e Linguagem do Preconceito. *BengalaLegal*, 2008. Disponível em
<http://www.bengalalegal.com/deficiencia-visual> Acesso em 15 de maio de 2022.

GRANDI, C. S. **O uso de recursos didáticos como ferramenta no ensino da Matemática para deficientes visuais**: a sua importância. *Revista da Graduação*, Porto Alegre, v. 5, n.2, p.1-17, 2012. Disponível em
<https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/graduacao/article/view/12426>
Acesso em 25 junho de 2022.

KAUARK, Fabiana; MANHÃES, Fernanda; MEDEIROS, Carlos. **Metodologia da Pesquisa**: Um guia prático. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

SÁNCHEZ, Pilar Arnaiz. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. **Revista da Educação Especial**, v. 1, n. 1, p. 7-18, 2005.

A IMPORTANCIA DA UTILIZAÇÃO DE JOGOS COMO RECURSO METODOLOGICO PARA O ENSINO DA MATEMÁTICA

Matheus Lima da Silva³¹.

RESUMO

Essa pesquisa tem como objetivo mostrar a importância dos jogos matemáticos para o desenvolvimento social e cultural do indivíduo, sendo que a sua aprendizagem deve incentivar a curiosidade e desenvolver a capacidade da criança de formar e resolver problemas que contribuam para a compreensão, auxílio e intervenção no mundo que as rodeia. O estudo foi elaborado a partir de pesquisas bibliográficas, e uma abordagem qualitativa. Apesar do jogo ser um recurso importante no ramo da matemática, ainda apresenta problemas no ensino didático-pedagógico. Sendo assim, poucos docentes utilizam este recurso, e entre os que utilizam, alguns não exploram as potencialidades pedagógicas do jogo, assim esquecendo que são essas que contribuem para aprendizagem dos conceitos matemáticos.

Palavras-chave: Jogos matemáticos. Crianças. Desenvolvimento social.

1. INTRODUÇÃO

O jogo desempenha um papel importantíssimo na Educação Matemática. "ao permitir a manifestação do imaginário infantil, por meio de objetos simbólicos dispostos intencionalmente, a função pedagógica subsidia o desenvolvimento integral da criança" (Kishimoto, citado por Souza, 2010, p.22). O jogo é facilitador da aprendizagem devido ao seu carácter motivador e é um dos recursos didáticos que podem levar as crianças a gostarem mais de Matemática.

Essa nova configuração também traz consigo um novo perfil de aluno, e desafios para os profissionais da área educacional, estes devem investir para resgatar as brincadeiras livres e permitam a interação social, como também atualizar sua prática pedagógica dentro das novas perspectivas no trabalho com o lúdico, e as ferramentas tecnológicas existentes. Já existe uma conformidade geral entre os autores sobre como as atividades lúdicas são eficazes no processo de ensino-aprendizagem, então, por que não aliar este recurso a disciplina de matemática?

³¹ Graduando do sexto período do curso de Licenciatura em Matemática, no Centro de Ensino Superior de Arcoverde (CESA). E-mail: 2021124014@aesa-cesa.br

A disciplina de matemática é temida pela maioria dos alunos, talvez pela maneira como é ensinada. Normalmente em nossas escolas nos deparamos com o ensino tradicional de matemática, onde o professor escreve no quadro os conteúdos que julga importante para cada série de ensino. Mas, isso não faz com que os alunos fiquem estimulados a apreender esta disciplina, pois o que é ensinado a eles dificilmente é direcionado à prática em seu cotidiano. Nos últimos anos, começaram a ser utilizadas outras metodologias de ensino de matemática, onde o aluno deixa de ser um “depósito” de conteúdo, passando a ser um dos construtores do conhecimento. Neste trabalho, mostro a importância da utilização de jogos como recurso metodológico para o ensino de matemática.

2. DESENVOLVIMENTO

Foi a pesquisa bibliográfica, baseando-se em artigos e livros, que trazem contribuições teóricas de diversos autores, com o intuito de aprofundar os conhecimentos matemáticos por meio de jogos. Nesta perspectiva, este modelo de pesquisa foi escolhido, com o propósito de analisar e elucidar os fatos, para um possível debate que pode determinar novas maneiras de construir novas maneiras de lucidar a aula, proporcionando um melhor desenvolvimento da aprendizagem dos estudantes. Além de realçar a importância das ações didáticas educativas do docente mediados pelos jogos, visando dessa forma, promover uma melhor perspectiva em relação ao ensino e aprendizagem de matemática.

A introdução de jogos torna-se essencial, não só como forma de transmissão de conteúdos matemáticos, mas também como um método para desenvolver nas crianças o gosto pela matemática. Diversos investigadores da área de Educação Matemática têm aplicado estudos sobre as potencialidades do jogo no processo ensino aprendizagem da Matemática e alegam sobre a importância deste recurso metodológico na sala de aula.

Numa investigação realizada por Mota (2009) com o objetivo de desenvolver o domínio da matemática nas crianças através da aplicação de jogos, refere que Moura (1994) aconselha que o jogo seja utilizado como recurso metodológico na sala de aula, pois: O jogo na educação matemática parece justificar-se ao introduzir uma linguagem matemática que pouco a pouco será incorporada aos conceitos matemáticos formais,

ao desenvolver a capacidade de lidar com informações e ao criar significados culturais para os conceitos matemáticos e o estudo de novos conteúdos. (Moura, 1994, p. 24 citado por Mota, 2009).

No resultado da investigação de Mota (2009) a utilização dos jogos no ensino da Matemática são um bom recurso pois são facilitadores da transmissão de conceitos, servem de motivação para os alunos, contribuindo para o sucesso escolar. Tendo sido constatada a importância da utilização dos jogos para o ensino da matemática, foi desenvolvido este estudo com o objetivo de enfatizar a importância e eficácia da aplicabilidade de jogos para o desenvolvimento do sentido do número nas crianças.

Ao final desta pesquisa os objetivos foram alcançados com sucessão, e dessa forma foi possível apresentar a importância da utilização dos jogos como recurso metodológico no ensino da matemática. E deste modo, foi demonstrado a importância da introdução dos jogos na matemática, para um melhor entendimento dos conteúdos, facilitando a aprendizagem.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com os dados parciais desta análise observou-se que embora os jogos matemáticos contribuam para o processo de ensino e aprendizagem, o mau uso desta ferramenta faz com que não desempenhe o seu verdadeiro objetivo.

Assim foi percebido que os jogos são uma forma interessante e atraente de ensinar e aprender matemática, pois os alunos aprendem errar e acertar, de uma forma positiva, fazendo com que os alunos se tornem pessoas autônomas dos seus próprios pensamentos, o que acerta de acordo com o PCN (1998, p.46) de matemática: “Os jogos consistem de uma forma interessante de propor problemas, pois permitem que estes sejam apresentados de modo atrativo e favorecem a criatividade na elaboração de estratégias de resolução e busca de solução”.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, E. P. de. NASCIMENTO, L. C. de. **Jogos didáticos como recurso metodológico para o ensino da matemática**. Disponível em https://www.editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_M D1_SA13_ID640_19052019201758.pdf

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) de Matemática**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

MOTA, P. **Jogos no Ensino da Matemática**. (Tese de mestrado). Universidade Portucalense. Infante D. Henrique: Porto. Acedido. 2009. Disponível em <http://repositorio.uportu.pt/dspace/bitstream/123456789/198/1/TMMAT%20108.pdf>

ALVES, R. BRITO, R. **A importância do jogo no ensino da matemática**. Disponível em <https://comum.rcaap.pt/bitstream/10400.26/4701/1/Importanciadojogoeninomatematica.pdf>

4. APÊNDICE



TANGRAM: ESTUDO DE RELAÇÕES DE ÁREAS

Yasmin Tyanne Moreira Ramos

RESUMO

Motivada pela vontade de despertar o interesse e a curiosidade de cada um dos alunos e buscar mudar a rotina e aperfeiçoar o método de ensino na EJA- Educação de Jovens e Adultos, vir que muitos educadores tem buscado inserir em suas práticas docentes diferentes recursos didáticos, mas com o pouco recursos que os professora tem, para que pudesse fugir do tradicional “quadro e lápis”, é quase impossível. Nesta direção, o objetivo principal deste trabalho consiste em elaborar e aplicar um projeto que, além de conduzir o processo de iniciação de aprendizagem dos conteúdos geométricos: área de figuras planas, seja também capaz de identificar a eficácia da utilização de diferentes recursos e os graus de interesse despertados nos alunos. A metodologia deste trabalho foi baseada principalmente na utilização da técnica como a utilização e a construção do Tangram. As atividades desenvolvidas tinham por objetivos: relacionar os conceitos geométricos com o cotidiano dos alunos avaliar a eficácia da utilização de diferentes recursos didáticos nas aulas de Matemática. A avaliação das atividades executadas, bem como o desempenho dos alunos durante o processo do aprendizado, que me permitiu identificar os diferentes benefícios da inserção de mídias digitais, no ensino da geometria básica na modalidade EJA.

Palavras-chave: Geometria. Tangram. Aprendizagem.

1. INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) se faz notável no Brasil desde a época de sua colonização com os Jesuítas que se dedicavam a alfabetizar (catequizar) tanto crianças indígenas como índios adultos em uma intensa ação cultural e educacional, a fim de propagar a fé católica juntamente com o trabalho educativo, constitui-se como direito de todos os cidadãos e dever do Estado que administra o excedente econômico. O foco principal desses acordos é, portanto, buscar a garantia do direito à educação ao longo da vida àquelas pessoas que não tiveram a oportunidade de fazê-lo na idade mais apropriada, durante a infância e a adolescência, com vistas à elevação do nível de escolaridade da população, em especial, nos países em desenvolvimento.

A matemática é um conhecimento que está presente em muitos aspectos desse desenvolvimento humano e, segundo Vygotski (1995), permite a percepção do mundo em suas diferentes formas operacionais de quantificação e organização diante dos conflitos que se apresentam no processo de apreensão, conhecimento e desenvolvimento do ser humano. A representação desses processos se dá por meio de signos e símbolos que são apreendidos no contexto social pela mediação oral e semiótica e, posteriormente, são sistematizados, durante o processo de escolarização possibilitando as operações com desenvolvimento de cálculos

Nesse sentido, a exposição mediada de diferentes formas e figuras em um dado momento do processo de apreensão do conhecimento do ser humano, oferece condições para a formação de conceitos básicos de matemática que serão posteriormente sistematizados, de acordo com o contexto sociohistórico e cultural, durante o processo sistematizado pela escola.

Assim, nas turmas da EJA o conhecimento subjetivo de cada estudante deve ser considerado, pois todos têm contribuições relevantes que compartilhadas, auxiliam no planejamento e direcionamento metodológico a ser considerado para se inserir o conhecimento sistematizado conforme proposto pelo sistema educacional.

O Tangram realizando uma atividade semiótica no intuito de promover a exploração e compreensão de conceitos matemáticos, compreensão essa que, segundo Bakhtin (2012), ocorre à medida que se aproxima o signo apreendido de outros signos já conhecidos, ou seja, “a consciência só se torna consciência quando se impregna de conteúdo ideológico (semiótico) e, conseqüentemente, somente no processo de interação social” (BAKHTIN, 2012. p.34).

Sob a nossa óptica, no que tange ao desenvolvimento de conceitos geométricos elementares, uma forma de promover essa intersubjetividade no contexto da sala de aula pode ser o Tangram que consiste em um quebra-cabeça com formas geométricas planas contendo sete polígonos, sendo dois triângulos grandes, um triângulo médio, dois triângulos pequenos, um quadrado e um paralelogramo e o objetivo do jogo é montar figuras, tais como animais, plantas, pessoas, objetos, entre outros, sempre utilizando todas as peças justapostas.

O Tangram possibilita a contextualização de algumas propriedades das figuras com identificação e comparação, classificação, área, frações, entre outras, que podem

aprimorar a percepção na leitura do entorno, corroborando para a transposição desses conceitos para o contexto social intra e extraescolar.

2. DESENVOLVIMENTO

Esse projeto é de natureza qualitativa para o ensino do EJA- Educação de Jovens e Adultos, de modo como podemos compreender como podemos trabalhar o uso do Tangram em sala de aula com o ensino básico da matemática. Por meio deste estudo também nos propomos a verificar quais são as dificuldades apresentadas pelos alunos ao se depararem com problemas que exijam a matemática básica seja na modalidade EJA., foi desenvolvido na Escola Cícero Franklin Cordeiro, ocorreu durante o mês de novembro de 2022, na o proceder metodológico, foi construído o Tangram sendo utilizados os seguintes materiais: folha de papel A4, lápis e régua. No momento de construção através do uso da régua os alunos tiveram o momento de explorar os numerais e o sistema de medidas de comprimento. A construção do Tangram teve as orientações, também foram propostas atividades relacionada com Áreas das figuras do Tangram e dando continuidade as propostas dessa intervenção na sequência foram desafiadas a construir algumas figuras, usando o raciocínio lógico.

Diante todo o conteúdo abordado observamos o estudo da matemática básica na EJA com o uso de métodos como uma atividade simples para ser aplicado nas aulas de Matemática e, ao mesmo tempo, trabalhar o cotidiano do aluno, significando a aplicação de novos métodos na vida dele.

A aplicação do Tangram é algo simples, com outros jogos pode causar muita dificuldade se não for bem abordado e aplicado durante seu ensino. Quando algo tem significado e importância no seu uso, o aluno automaticamente aplica e assim compreende o contexto de uma forma mais simples. O professor, entra como o facilitador da aprendizagem, e para isso ele deve fugir do tradicional e buscar oferecer ao aluno um aprendizado inovador e significativo. Para isso, o mesmo, deve buscar estratégias de ensino e aprendizagem, principalmente no EJA, relacionadas tanto ao currículo escolar como a realidade do aluno fora do âmbito escolar. Portanto, utiliza-se com bastante frequência o Tangram, que além de divertido é muito útil ao ensino da Área e perímetro de figuras planas, como também em outras atividades lúdicas.

Ele entra como um facilitador de Aprendizagem e compreensão, já que, o aluno além das formas geométricas, dimensões e diferenças, o educando observa que pode criar figuras e imagens, e assim o aprendizado se torna fácil e rápido.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como estudantes de Matemática, esse projeto tem como proposta bibliográfica, abordar e procurar estratégias de ensino para facilitar o ensino do professor, como também, o Aprendizado dos alunos de modo geral. E para tal objetivo, apresentamos o Tangram, Como um meio, do qual podemos aplicar diversos outros usos e comparações, bem utilizado abre um leque de opções para o ensino fundamental, EJA e tanto no ensino médio, no eixo da Geometria, tornando o ensino Inovador, motivador, criativo e divertido.

Concluindo que o ensino, seja ele qual área for, deve ser baseada em inovação, pois cada aluno, cada turma e cada comunidade, tem sua realidade, e baseada nela que o educador deve sempre se nortear, para assim, alcançar o sucesso no aprendizado do aluno e do seu ensino. Analisando o Tangram, observa-se que além da parte geométrica, o professor pode inovar e encaixar diversos conteúdos e assim chegar aos resultados esperados.

4. REFERÊNCIAS

FERREIRA, A. B. H. **Aurélio**: Minidicionário da língua portuguesa. 7ª edição. Curitiba: Editora Positivo. 2008.

HOUAISS, A. **Houaiss**: Minidicionário da Língua Portuguesa. 4ª edição. Rio de Janeiro: Objetiva. 2010.

PERROTA, R. C.; PERROTA, S. G. M. Considerações sobre o ensino de área e perímetro. Dialogia, São Paulo, v. 4, p. 81-88, 2005.

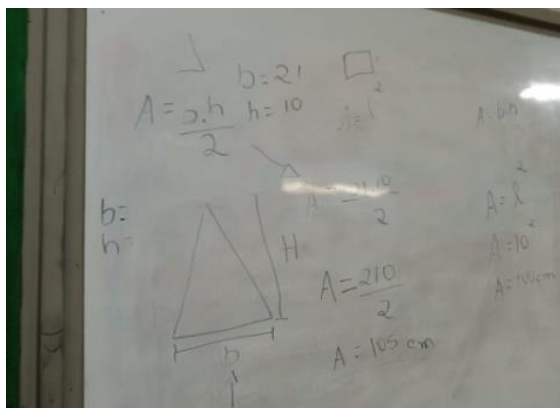
RIBEIRO, Aline da Silva. A geometria na educação infantil: concepções e Práticas de Professores. Dissertação (Mestrado em Educação) Faculdade de Ciências e Tecnologia, UNESP/Campus de Presidente Prudente, 2010.

<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=25696>
<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=25696>

<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/matematica/area-perimetro.htm>perímetro. Definição de área e perímetro - Mundo Educação». Mundo Educação. Consultado em 2 de setembro de 2018

https://www.ufjf.br/ebrapem2015/files/2015/10/gd2_gabriel_quevedo.pdf<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/matematica/area-perimetro.htm>

5. APÊNDICE



AS MULHERES NA HISTÓRIA: PARTICIPAÇÃO, FEITO E IMPORTÂNCIA

Thaís Emanuelle Ramos Gomes³².

RESUMO

³² Granduanda no curso de História, no Centro de Ensino Superior de Arcoverde (CESA). E-mail: thaisemanuelle.terg@gmail.com

O presente projeto de pesquisa e ação do ProUni tem como objetivo apresentar, para as turmas de ensino fundamental (nesse caso especificamente para as turmas do 1º e 6º ano), a importância da participação das mulheres no contexto histórico. Fundamenta-se em abordar e conscientizar as crianças e os jovens em ver o papel feminino por uma nova ótica, tirando o valor fêmeo do campo masculino/machista e colocando em destaque para grandes e diversos feitos que marcaram e permeiam até hoje a História. Para que o propósito do projeto fosse alcançado, foi apresentado para o 1º Ano D a história de vida de Malala (grande ativista na luta pelo direito à educação, principalmente feminino), e para o 6º Ano B a metodologia foi diferente, retendo-se a história mesopotâmica. Os resultados obtidos foram positivos em relação a ideia planejada, embora os alunos do 1º Ano tenham sido mais participativos do que os alunos do 6º Ano.

Palavras-chave: Mulheres. Direitos. Educação.

1. INTRODUÇÃO

O projeto prevê introduzir na sala de aula as grandes e importantes realizações femininas no campo historiográfico, abrangendo sua valorização e necessidade de espaço no campo educacional.

O objetivo do tema é apresentar aos alunos, desde o infantil até o ensino médio (embora no momento nossas ações estejam voltadas para o ensino fundamental) o ofício que a mulher possui na construção da História, da memória e da identidade.

2. METODOLOGIA

O projeto, em prática, ocorreu da seguinte maneira:

A primeira oficina aconteceu na quarta-feira (26/10/2022) na Escola Municipal Presidente Emílio Garrastazu Médici, com a turma do 6º Ano B do ensino fundamental, a qual tem como professora titular de História Maria Cícera Bezerra. Em conversa com a professora para a permissão de apresentação da oficina, fiz questão de questionar qual o planejamento dela para as próximas aulas para que eu pudesse usar de base na exposição da oficina. Ela me relatou que pretendia fechar o assunto do III bimestre (Mesopotâmia) e já iniciar o assunto do IV bimestre (Grécia). Diante disso, planejei minha oficina de modo que não atrapalhasse o plano bimestral da professora, tendo em vista que a escola está em final de ano letivo e a turma, em especial, possui apenas duas aulas de História, não contínuas, semanalmente, ou seja, uma aula de 50 minutos na quarta-feira e uma aula de 50 minutos na sexta-feira.

Para um melhor aproveitamento de tempo e com o intuito de auxiliar a mestre em suas aulas, optei por apresentar a oficina voltada, exclusivamente, para a Mesopotâmia, encontrando um meio de incluir o papel da mulher naquele contexto. Para isso, montei um resumo com as principais informações para os alunos absorverem o assunto, expliquei todo o conteúdo, e realizei uma pequena atividade lúdica com eles a qual intitulei “Desvende a frase”. Ao concluir essa prática, entreguei uma atividade escrita para que os discentes pudessem escolher uma das frases desvendadas e comentassem sobre elas. Por fim, como lembrança, premiei os alunos com bombons.

A segunda oficina foi diferente. Aconteceu na sexta-feira (18/11/2022) na mesma instituição de ensino, com a turma do 1º Ano D do ensino fundamental, a qual tem como professora titular Viscléia Lins. Fui uma semana antes da realização da oficina conversar com a mesma para saber se ela consentia minha apresentação e aproveitar para conhecer previamente a turma e delinear minha oficina baseada nas informações adquiridas.

Tendo em vista que era uma turma formada por crianças, exibi minha oficina da seguinte forma: primeiro me apresentei para a turma comentando o motivo de estar ali, fiz pequenas perguntas introdutórias para instigar a participação deles durante a apresentação e iniciei falando para eles a História de vida e os feitos positivos de Malala para a educação. Levei uma imagem da mesma e pequenas plaquinhas com palavras-chaves para eles lerem (um incentivo e reforço na leitura). Para finalizar, entreguei a cada aluno uma folha e pedi, como atividade, que eles desenhassem Malala da forma que conseguissem e entreguei uma bala grampeada a uma imagem de Malala em formato de desenho como lembrança.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Ao final de todo processo de planejamento, organização e aplicação da oficina, pude concluir que houve um entendimento mais amplo do conhecimento repassado pela primeira turma (1º Ano) em relação a segunda (6º Ano).

Durante toda a preparação foi possível conhecer melhor as etapas de planejamento de uma aula como todo professor precisa ter, o cuidado com o limite

cognitivo de cada turma e como encontrar maneiras de atraí-los as atividades propostas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Elaborar as oficinas, planejar conteúdo, pesquisar, preparar material pedagógico e apresentar foi um processo bastante produtivo e de grande eficiência. Os alunos foram participativos e demonstraram muita curiosidade ao que estava sendo apresentado. Eles buscavam fazer perguntas, pontuar realidades já vividas e conhecimentos que já tinham sobre o assunto.

Esse tipo de atividade me fez estar no lugar de um professor e identificar pontos que no período discente não o fiz. A educação é uma valiosa forma de incentivar e renovar o presente visando o futuro, e isso os docentes fazem com valia.

Encarar duas turmas de níveis diferentes (na questão do desenvolvimento intelectual, idade, aprendizagem) e abordar um tema tão simples, mas de grande merecimento foi enriquecedor. Ao fim de cada oficina pude perceber a necessidade de se falar mais sobre isso, pelo próprio bem da História.

5. REFERÊNCIAS

A HISTÓRIA DE MALALA, 2013. Disponível em: <https://malala.org>. Acesso em: 17/11/2022.

DAMÁZIO, Itallo. Mesopotâmia, 2020. Disponível em: [PROFESSOR ITALLO DAMÁZIO: 6º ANO AULA 09 - CIVILIZAÇÕES ANTIGAS - MESOPOTÂMIA \(professoritallodamazio.blogspot.com\)](http://professoritallodamazio.blogspot.com). Acesso em: 23/10/2022.

PLURALIDADE CULTURAL: A CONVIVÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR E NO MEIO SOCIAL

Marisa Nascimento Lima

RESUMO

Este projeto do programa de bolsas para universitários (PROUNI) tem por base trazer uma melhor compreensão por parte dos estudantes acerca das questões que envolvem o respeito à seus colegas de classe dentro do ambiente escolar, assim como

também fora da escola, ou seja, em sociedade, pois a educação deve começar sim dentro de casa e ser continuada na comunidade escolar para que ao sair da mesma os alunos não sejam apenas reprodutores de conhecimento, mas também de valores, assim tendo a consciência de que podem e devem ser agentes participantes das transformações sociais por meio da educação.

Palavras-chave: pluralidade cultural, educação, respeito.

1. INTRODUÇÃO

Durante pesquisas em torno do tema em questão ficou em evidência a necessidade de se trabalhar a questão escola x cultura, com o intuito de dar ênfase a autoestima do alunado, enriquecendo e ampliando seu conceito sobre cultura e identidade dos mesmos.

O tema em questão tem grande importância para os dias atuais pelo fato de que sempre existirão diferenças e por conseguinte, preconceitos, desigualdade, e o medo de ser quem é e mostrar seus gostos, expor sua cultura, suas raízes, pelo medo do julgamento das pessoas de fora dessa realidade e que também muitas vezes não buscam desenvolver a empatia para com o outro buscando saber mais sobre sua história de vida e os costumes presentes nela. É aí que entra o projeto para quem sabe com a propagação de mais conhecimento cultural, conseguir superar ao menos um pouco os paradigmas acerca da diversidade cultural brasileira e mesmo mundial.

2. METODOLOGIA

A metodologia que foi utilizada consistiu no levantamento bibliográfico, de artigos e projetos científicos, uso dos conhecimentos aderidos através do meio acadêmico, e com todos os dados obtidos o foco voltou-se para a produção, que ao cabo do cumprimento da parte teórica, obteve sua aplicação na prática em si com as oficinas, desse modo repassando todo o conhecimento adquirido nas pesquisas.

Foram feitas 2 oficinas nos 7º anos na Escola Mun. Engenheiro Klaysson de Freitas Araújo localizada na cidade de Buíque-PE. Onde ambas oficinas se utilizaram de apresentação de slides expondo o tema e apresentando os pontos principais da discussão, onde os alunos também foram participando fazendo perguntas durante a

apresentação sobre coisas que eles não conheciam, assim como a verdade por trás dos estereótipos presentes na sociedade e na história sobre as diversas culturas existentes, como exemplo a indígena. O projeto teve embasamento no pensamento filosófico de alguns intelectuais, dentre eles: Chimamanda Ngozi Adichie e Pierre Félix Bordieu.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi falado na primeira oficina no dia 27/10/2022 em uma turma e na segunda no dia 16/11/2022 em outra turma idem sobre o que é a pluralidade cultural, de onde vem a palavra e qual significado, explicado o conceito de pluralidade que significa alguma coisa em grande quantidade, múltiplo e/ou diverso, a cultura que diz respeito ao conjunto de tradições, crenças e costumes aprendidos e partilhados socialmente, e a junção de ambos por fim irá discutir a valorização das características étnicas e culturais, as desigualdades socioeconômicas e assim criticar essas relações sociais de discriminação e exclusão dentro da sociedade.

Ademais, como ressalta: Trazem, além de mais conhecimento sobre a dimensão cultural do nosso país e do mundo, a melhora na questão da convivência deles entre si e no mundo, a compreensão sobre os outros também traz a eles compreensão de si mesmos no mundo, pois assim podem perceber-se e conhecer-se melhor para alguém da sala de aula, como seres humanos, com gostos diferentes, aparências diferentes e ainda assim unidade como sociedade.

Segundo Pierre Félix Bordieu “escola é o reflexo da sociedade”, há racismo, homofobia, e preconceitos contra outras culturas causados pela falta de conhecimento sobre as mesmas, ou seja, a partir de como se dá a convivência dentro da sala de aula teremos um espelho dos futuros cidadãos responsáveis por todas as transformações sociais, econômicas e culturais que teremos futuramente.

Também foi levantado o contexto histórico do país como ele é hoje e por onde tudo teve início, para entender como nosso país se tornou tão rico e diversificado culturalmente temos que entender seu processo histórico, o que é miscigenação e como ela foi unindo a sociedade. Então foi explanado sobre essa mistura, chegada dos portugueses em território brasileiro e como foi esse conflito entre eles e os indígenas até então únicos residentes do lugar e

encontro esse tão romantizado, mas que foi fruto de grande violência e conflito. Falou-se então das contribuições de franceses, holandeses e africanos nesse processo. Fato esse que os alunos não conheciam.

Dando seguimento com Chimamanda Ngozi Adichie uma escritora e feminista nigeriana, que conta em seu livro os perigos de uma história única, que quando você pega uma única parte da história de um povo e conta somente aquele pedaço, é somente isso que aquele povo será, como a África por exemplo, que é conhecido como um “país” onde há apenas pobreza, fome e guerras, sendo que se trata de um continente extenso e tem sim seus pontos negativos como nos outros, assim como tem muita riqueza socioeconômica e cultural a oferecer.

Prossigui dizendo que cada pessoa integrante dessa grande variedade existente em nosso país e no mundo com línguas diferentes, costumes, religiões, cor de pele e muito mais, merecem respeito assim como eles e eu. Tudo começa pelo respeito, a partir do momento que eu respeito as suas diferenças e você também as minhas, a convivência flui muito melhor. Então, eu dei um exemplo prático sobre ainda na questão do respeito e convivência, se um colega de classe seu tem uma religião diferente dos demais, então todos vão se afastar dele, não vão mais falar com ele e nem precisar dele em algum momento? As respostas foram unânimes: não. E isso é devido ao livre arbítrio que todos nós seres humanos temos para fazer as escolhas que queremos de acordo com o que gostarmos e quem somos, o único dever dos demais é respeitar.

Ao final da apresentação agora que souberam um pouco mais sobre cultura, os alunos foram requisitados que escrevessem em uma folha a parte, coisas que fazem parte de sua cultura própria e compartilhada, como música, filme ou time de futebol por exemplo, dizendo o porquê de gostar daquilo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do projeto notou-se que os alunos corresponderam de forma satisfatória aos objetivos destacados no artigo, pois pela participação ativa dos mesmos nas apresentações e durante atividades e dinâmica que correram conforme esperado. O foco da atividade foi saber um pouco mais sobre os estudantes e mostrar-lhes também como seus gostos são diversos e ao mesmo tempo semelhantes.

Esse projeto também foi interessante para mim como pessoa aprender mais sobre a história do meu próprio país durante as pesquisas, além de poder estar fazendo uma diferença positiva na vida dessas crianças que um dia também estarão fazendo a diferença na vida de outras pessoas dentro dos caminhos que seguirem. E para isso é necessário desconhecer, conhecer e reconhecer-se. Desconhecer aquilo que achavam que era o correto e único, conhecer a verdadeira história das culturas e sua origem e assim poder também reconhecer-se como parte desse processo que é a formação cultural.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de história: fundamentos e métodos**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

NAPOLITANO, Marcos. Cultura. In. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Novos temas nas aulas de História**. São Paulo: Contexto, 20

Significados.com.br. Disponível em:

https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://www.significados.com.br/pluralidade/&ved=2ahUKEwjwnKSJiL77AhUnppUCHSu_CjwQFnoECAsQAQ&authuser=1&usg=AOvVaw0-c_3tg4BXxyoJXczjy-WD visto em: 27,10,2022.

A INFLUÊNCIA DA MÚSICA NO DESENVOLVIMENTO DE CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO JOVEM

Felipe Alves de Siqueira Oliveira

RESUMO

O seguinte projeto do PROUNI visa utilizar da música como espelho da identidade do jovem. Com o decorrer da leitura será apresentado que o foco do trabalho não é a música em si, mas sim o jovem e suas individualidades, tendo a música como um norte teórico para a concepção e construção do projeto. Para entender como funciona a construção da personalidade, explicações de conceitos como nicho social, pertencimento de grupo e um esclarecimento sobre o que significa ser um indivíduo serão abordados ao decorrer do trabalho. Coletando bases de diversos campos de estudo, autores como Zygmunt Bauman, Marcos Napolitano, Pierre Bourdieu e artigos escritos por estudantes de psicologia, um forte alicerce argumentativo foi montado, criando uma interseção entre linhas distintas do pensamento. Entender e dar espaço de fala a juventude é de extrema importância, especialmente quando consideramos que o futuro da nação e do mundo depende das próximas gerações. Para que esse pilar seja respeitado, foram montadas oficinas com o público alvo deste projeto, aonde

suas opiniões e participações receberam a mais indivisível das atenções. Com isso, anotações foram feitas e registros fotográficos que servirão para um melhor entendimento do conteúdo do trabalho. Nada mais valido do que dedicar um foco a vislumbre do que esse futuro carrega em seu presente.

Palavras-chave: Música. Jovem. Identidade.

1. INTRODUÇÃO

A música é muito provavelmente uma das primeiras manifestações artísticas criadas pelos homens, tendo o seu surgimento com aquilo que classificamos como os primórdios da humanidade. Os antigos usavam de sons criados pelas mãos, pedaços de madeira e pedras para criar ruídos que serviram para o início da atividade musical que conhecemos atualmente.

Avançando em milênios e eras, encontramos na Grécia antiga a arte das musas que colocou um eixo nessa produção cultural. Com o passar dos anos a música evoluiu de ser apenas um caos de sons e virou algo mais, uma real manifestação da alma do ser humano. Tendo aproveitamento em questões religiosas, militares, populares e até mesmo sarcásticas, a música passou a ser inseparável do homem, pois, apenas com a música, encontramos representações para sentidos e ideias cujas meras palavras e atos não podem expressar em sua magnitude.

Chegando aos dias atuais, com diversos movimentos musicais que tiveram berço no século passado e foram aprimorados com o tempo, vemos na música uma fina representação do interior humano. Fazer parte de um estilo, utilizar certas roupas, pronunciar vocabulários específicos e até mesmo conversas com pessoas de um mesmo grupo, todos esses fatores apontam para a ideia de pertencimento de grupo que podemos analisar com a ajuda da quarta arte; classificação essa atribuída após o manifesto das sete artes escrito por Ricciotto Canudo.

2. METODOLOGIA

Partindo de um levantamento teórico em livros e artigos, a metodologia utilizada vem da mistura entre a experiência teórica, prática e empírica. Na parte teórica foram revisados artigos e livros que serão citados de modo específico ao fim do trabalho,

sempre tentando unir diversos campos de estudo. E com isso podemos unir a minha paixão natural pela música, que teve clara influência no atual projeto.

Na Escola Antônio Japiassú, as oficinas e aulas foram aplicadas, aonde o levantamento concreto das informações dadas pelos estudantes do sexto ao nono servirá para a confecção do presente trabalho. E vale mencionar a ajuda do professor Veriscleison Barbosa, que permitiu a utilização de suas aulas para as dinâmicas pensadas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na primeira oficina foi apresentada uma breve aula sobre conceitos sociológicos e psicológicos, utilizando de Bauman e Boff como fontes principais nesse primeiro momento. Foi explicado aos alunos conceitos de nicho social, pertencimento de grupo e individualidade, com o exemplo da história do encontro de Diógenes e Alexandre como um exemplo extremo de até aonde o homem pode ir para encontrar a felicidade e explicando brevemente sobre o cinismo filosófico.

Durante esse instante inicial, alguns dos alunos levantaram as mãos para compartilhar de relatos pessoais e ideias. Detalhe interessante ser citado é que em determinado momento a discussão partiu para a opinião dos alunos sobre a escola, aonde opiniões ácidas foram mencionadas pelos alunos, desde a incapacidade intelectual e sentimental de alguns profissionais até mesmo preconceitos que alguns deles sofriam no terreno da escola, preconceitos esses que vinham exatamente da diferença de personalidades. Por fim, vale o pensamento do autor culturalista Tomaz Tadeu da Silva (2005) que nos diz que a identidade é simplesmente a diferença entre os diversos seres humanos.

Na segunda oficina foram apresentadas aos alunos cinco músicas que carregam mensagens diferentes. A sala foi dividida em cinco grupos que ficaram com as seguintes letras cada grupo: Metamorfose Ambulante (Raul Seixas), Pequeno Perfil de um Cidadão Comum (Belchior), Cotidiano (Chico Buarque), Admirável Gado Novo (Zé Ramalho) e Fotografia 3 x 4 (Belchior). Aos grupos foram oferecidos vinte minutos para analisar as letras e produzir interpretações e reflexões que seriam apresentadas ao fim do tempo disposto a leitura.

Na oficina final, um grande debate foi montado na sala, aonde cada um dos grupos apresentou sua leitura das músicas. Os alunos inclusive disseram da importância da música na vida deles, com uma aluna comentando que a música servia como reflexo das emoções dela, com ela dando o exemplo de que quando estava em um momento ruim da vida, bastava escutar uma música para dá-la forças ou até mesmo escutar uma letra que invocava memórias do seu ser, pois, ela afirmou veementemente que as lágrimas também são importantes para a felicidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No geral, os resultados do projeto foram satisfatórios, tanto pessoalmente quanto na exposição dos pensamentos elaborados. Muitos dos temas estudados agregaram a construção de novas ideias e linhas de pensamento, com o uso na própria graduação.

Da parte das oficinas, o momento ápice da coleta de informações, os alunos se mostraram dispostos a participarem do projeto, especialmente após o professor orientador comentar a existência de uma bonificação de quatro pontos para aqueles que fizessem as atividades propostas. Claro, sempre existem as exceções e aqueles que por motivos diversos desejam ver o mundo acabar, mas nenhuma interrupção ao menos é significativa ou suficiente para sofrer menção.

REFERÊNCIAS.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Edição eletrônica. Rio de Janeiro: Zahar, 2011. 241 p.

BOFF, Leonardo. **A águia e a galinha**. Edição eletrônica. 64 p.

COLLE, Luana. **A influência da música na construção da identidade dos adolescentes do projeto balakubatuki na cidade de Florianópolis**. Universidade do extremo sul catarinense, UNESC. Criciúma: Dezembro de 2004. 129 p.

NAPOLITANO, Marcos. **História e Música, História cultural da música popular**. Edição eletrônica. Belo Horizonte: Autêntica, 2002. 80 p.

NOGUEIRA, Cláudio. **A sociologia da educação de Pierre Bourdieu: Limites e contribuições**. Educação e sociedade. Abril: 2022. 17 p.

OLIVEIRA, Vilmar. **A influência do gosto musical no processo de construção da identidade da juventude.** Graduado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais – PUC. Minas Gerais: 2012. 21 p.

A LITERATURA BRASILEIRA NO SÉCULO XX: RECORTES NA OBRA DE MANUEL BANDEIRA

Severina Luiza Américo da Silva Alves

Carlos Alberto de Assis Cavalcanti

RESUMO

Esta pesquisa apresenta como tema central, um apanhado sobre a vida e obras do artista Pernambuco Manuel Bandeira. Ao longo deste artigo será apresentado a importância do poeta para a literatura nacional, como por exemplo a declamação do poema que gerou grande espanto nos espectadores da Semana de Arte Moderna. Porém, mesmo com tamanha singularidade, as obras de Bandeira não são trabalhadas com alunos do ensino médio, principalmente da rede pública do ensino, e isso é revoltante. Por isso, foram levantados dados por meio de plataformas como: Google Forms, WhatsApp, Instagram e Discord, e por meio de tais respostas foi possível traçar meios para sanar todos ou quase todos os impasses. Também fez-se necessário a criação de um projeto que visa enfatizar as obras e a importância que tal artista tem para a literatura nacional. Por tudo isso, foi colocado em prática toda teoria deste artigo em duas escolas municipais da região (Escola Municipal João Galindo e Escola Municipal Celina Tenório Vaz), com o intuito de democratizar o ensino da literatura em escolas municipais, e, nesse caso, da zona rural.

Palavras-chave: Projeto. Escola Pública. Manuel Bandeira.

INTRODUÇÃO

*“Escuta, eu não quero contar-te o meu desejo
Quero apenas contar-te a minha ternura
Ah se em troca de tanta felicidade que me dás
Eu te pudesse repor
-Eu soubesse repor_
No coração despedaçado*

As mais puras alegrias de tua infância!”
(Manuel Bandeira, poema: *O Impossível Carinho*)

Tal citação trata-se de um dos poemas de Manuel Bandeira, *O Impossível Carinho*, um poema de amor que recorre aos sentimentos vividos durante a infância. O eu-lírico não deixa transparecer nenhum aspecto físico ou psicológico da amada, o que sabemos são apenas descrições do sentimento que o arrebatava. Já pela primeira palavra vemos que o sujeito se dirige a alguém, a dona do seu afeto. É com ela que ele deseja partilhar o seu mais íntimo desejo que resulta do sentimento de gratidão. A moça faz com que ele se sinta tão bem que o que brota nele é a vontade de retribuir tudo de bom que recebe.

As alegrias da infância são o oásis (pequena região fértil em pleno deserto, graças à presença de água. Sentido figurado: coisa, local ou situação que, em um meio hostil ou numa sequência de situações desagradáveis, proporciona prazer) sonhado, o lugar de plenitude que o sujeito poético pretende oferecer à amada como forma de agradecimento.

Manuel Bandeira nasceu em 1886, na cidade de Recife-Pernambuco. Foi um poeta, crítico literário e de arte, professor de literatura e tradutor brasileiro. É considerado como parte da geração de 1922 do modernismo no Brasil, seu poema "Os Sapos" foi o abre-alas da Semana de Arte Moderna. Juntamente com escritores como João Cabral de Melo Neto, Gilberto Freyre, Clarice Lispector e Joaquim Cardozo, representa o melhor da produção literária do estado de Pernambuco.

Os temas abordados por Bandeira são amplos e variados. Dentre os temas constantemente presentes, estão o erotismo, o pessimismo e a morte, dentre tantos outros. Apesar de ser ateu, temas como a mística cristã aparecem em sua poesia, ao lado de uma poesia voltada ao amor libertino e ao desejo carnal.

Filho do engenheiro Manuel Carneiro de Sousa Bandeira e de sua esposa Francelina Ribeiro de Sousa Bandeira, era neto paterno de Antônio Herculano de Sousa Bandeira, advogado, professor da Faculdade de Direito do Recife e deputado geral na 12ª legislatura. Tendo dois tios reconhecidamente importantes, sendo um, João Carneiro de Sousa Bandeira, que foi advogado, professor de Direito e membro da Academia Brasileira de Letras e o outro, Antônio Herculano de Sousa Bandeira Filho, que era o irmão mais velho de seu pai e foi advogado, procurador da coroa,

autor de expressiva obra jurídica e foi também Presidente das Províncias da Paraíba e de Mato Grosso. Seu avô materno era Antônio José da Costa Ribeiro, advogado e político, deputado geral na 17ª legislatura.

Com 10 anos mudou-se com sua família para o Rio de Janeiro, em função da profissão do pai, engenheiro civil do Ministério da Viação, estudou no Colégio Pedro II (Ginásio Nacional, como o chamaram os primeiros republicanos). Foi aluno de Silva Ramos, de José Veríssimo e de João Ribeiro, e teve como condiscípulos Álvaro Ferdinando Sousa da Silveira, Antenor Nascentes, Castro Menezes, Lopes da Costa, Artur Moses.

Em 1903, terminou o curso de Humanidades, a família se muda para São Paulo, onde iniciou o curso de arquitetura na Escola Politécnica de São Paulo, que interrompeu por causa da tuberculose (1904). Para se tratar buscou repouso em Campanha, Teresópolis e Petrópolis. Com a ajuda do pai que reuniu todas as economias da família foi para a Suíça, onde esteve no Sanatório de Clavadel, onde permaneceu de junho de 1913 a outubro de 1914, onde teve como colega de sanatório o poeta Paul Eluard. Em virtude do início da Primeira Guerra Mundial, volta ao Brasil. Já no País de origem iniciou na literatura, publicando o livro "A Cinza das Horas", em 1917, numa edição de 200 exemplares, custeada por ele mesmo. Dois anos depois, publica seu segundo livro, "Carnaval".

Em 1935, foi nomeado inspetor federal do ensino. Em 1936 foi publicada a "Homenagem a Manuel Bandeira", coletânea de estudos sobre sua obra, assinada por alguns dos maiores críticos da época, alcançando assim a consagração pública. De 1938 a 1943, foi professor de literatura no Colégio D. Pedro II, e em 1940 foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras. Posteriormente, nomeado professor de Literaturas Hispano-Americanas na Faculdade de Filosofia da Universidade do Brasil, cargo do qual se aposentou, em 1956.

Manuel Bandeira faleceu no dia 13 de outubro de 1968, com hemorragia gástrica, aos 82 anos de idade, no Rio de Janeiro, e foi sepultado no túmulo 15 do mausoléu da Academia Brasileira de Letras, no Cemitério São João Batista.

Ademais, neste relatório será apresentado os resultados das obras da autora e as contribuições na formação educacional. Buscando uma maior ênfase das suas produções, assim, podendo produzir maior facilidade aos docentes ao trabalharem

com obras de Bandeira, e também, a exploração dos matérias pelos alunos com o intuito de gerar uma maior bagagem cultural, literária e acadêmica.

JUSTIFICATIVA

Em primeira análise, foi feito um levantamento com o apoio de professores e colegas a fim de situamo-nos sobre a visibilidade do poeta Manuel Bandeira. Notamos que, apesar de ser um escritor singular e um dos representantes pernambucanos, alguns cidadãos e estudantes no período escolar, não sabem quem foi Manuel Bandeira, crescendo a desvalorização, de certa forma, do autor, e conseqüentemente, o número de jovens que desistem de seguir carreira, já que correm o risco de terem trabalhos desvalorizados.

Assim, é de suma importância trabalhar e pensar em projetos que pausem essa desvalorização de trabalhos literários tão importantes e que trazem ensinamentos grandiosos.

OBJETIVO GERAL:

De modo geral, esse projeto de contrapartida educativa terá o objetivo de mostrar a importância das obras do autor, e acabar, de fato, com a falta de visibilidade que as obras do escritor já citado possuem no ambiente escolar, principalmente no ensino público de regiões mais pobres do País. Dessa forma, podendo traçar ações que possibilitem uma maior visibilidade, principalmente em livros didáticos, pois assim algumas obras vão ser lidas por alunos que geralmente não têm o capital suficiente para comprar obras literárias, e nem possuem familiares que incentivem a leitura literária. É possível também, com essa leitura, aumentar o número de jovens encantados pelas obras, o que pode despertar uma paixão pela vida literária, crescendo o número de novos autores nacionais.

OBJETIVO ESPECÍFICO

Foram feitas pesquisas da vida, obra e prêmios de Manuel Bandeira, com o intuito de consumir fatos da carreira do autor. Nessa perspectiva, tomando como base as pesquisas feitas, é notório como o escritor, mesmo com uma bagagem imensa e

sendo um dos maiores escritores do Nordeste, ainda permanece no anonimato para alguns habitantes brasileiros, principalmente para alunos da rede pública do ensino, alunos esses que mal têm aulas de português e quando tem não fala-se sobre literatura, muito menos de autores.

Por tudo isso, o objetivo é conseguir aumentar o índice de escolas públicas que trabalhem e debatam sobre importantes autores nacionais, possibilitando mostrar aos jovens, que, na maioria das vezes, não possuem acesso a obras literárias, o quão lindo e emocionante é o universo literário. Para que isso aconteça em todas as escolas do Brasil (evitando ao máximo aumentar a desigualdade no ensino, já que o Governo Federal não se preocupa com esses requisitos, o que vai contra os artigos 205- Educação é um dever do Estado (...) e 07- Todos somos iguais perante a lei (...) da Constituição Federal de 1988), faz-se necessário que as editoras de livros didáticos, como: editora Saraiva e editora Moderna, comecem a colocar mais trechos de obras literárias, em especial de Manuel Bandeira, grande e histórico autor pernambucano, visando que os alunos da rede pública de ensino consigam ter o contato com essas obras.

Para fazer essas pesquisas também foi possível utilizar as redes sociais, assim, foram feitas algumas perguntas para moradores de sua cidade de origem e também da cidade onde cresceu, Recife e Rio de Janeiro, respectivamente. As respostas foram as mesmas, “na escola raramente tinha contato com obras literárias, e quando tinha era algo rápido e chato”. Com essa resposta é notável que suas obras não possuem o reconhecimento e a visibilidade que deveria ter, também é notável o modo que as obras literárias são apresentadas aos alunos, como foi citado, de forma rápida cansativa, o que deixa evidente que os professores, em especial professores de português, devem “repaginar” a didática utilizada.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Tomando como base para discursão, não podemos esquecer do preconceito no meio literário, visto que até os dias atuais os nordestinos são menosprezados e menos reconhecidos que os artistas de outras regiões do Brasil, e são por meio das lutas de artistas como Manuel que hoje temos uma visibilidade maior. Pode-se citar uma fala do ex presidente da OAB, César Britto:

“Certa vez, ao terminar uma palestra na XVIII Conferência Nacional da Advocacia, na baiana Salvador, fui procurado por um entusiasmado advogado catarinense. Queria me cumprimentar pelo conteúdo e pela forma com que eu expusera sobre o delicado tema das opções econômicas ou sociais na efetivação da Constituição. Olhando-me com a admiração refletida no forte aperto de mão, soltou sua elogiosa pérola:

– Parabéns, Britto, o senhor mudou a minha opinião sobre os nordestinos. É que eu não sabia que havia pessoas inteligentes no Nordeste. Vou contar ao pessoal sobre o senhor e eles também irão mudar de opinião”.

Também é possível citar o livro: “A língua de Eulália” do escritor Marcos Bagno - famoso linguista e crítico da gramática tradicional -. A obra que foi publicada em 1997 defende que o uso de uma linguagem 'diferente', não pode ser considerado um "erro de português", mesmo que a tradição educacional negue a existência de uma pluralidade dentro do universo da língua portuguesa.

Com base nesse pensamento notamos que a desvalorização do nordestino, mesmo ocupando qualquer cargo na sociedade, e principalmente quando esse cargo é elitizado como a literatura, onde sempre vai ter um sulista, por exemplo, tendo um reconhecimento melhor e maior, mesmo sua obra não sendo tão boa, ou seja, na maioria das vezes não se preocupam com o conteúdo, mas sim com quem fez, de onde o autor é, se era negro ou branco e se era rico ou pobre. Este problema social é inaceitável nos dias atuais, não deve fechar os olhos e tapar os ouvidos para tamanho absurdo, e com esse projeto esperamos, de fato, poder apresentar ideias para que essa realidade mude de forma positiva.

METODOLOGIA

A pesquisa que foi escolhida pode ser considerada como exploratória, pois foi realizada de modo pouco sistematizado em relação ao tema, cujo foi pouco explorado. Já a metodologia é algo histórico e que abrange uma comparação de gêneros. Isso pois os métodos que foram escolhidos para a realização do projeto nos permite traçar a linha histórica, essa linha começaria com o primeiro registro literário em terras brasileiras: a carta de Pero Vaz de Caminha, onde relatava para Pedro Álvares Cabral as belezas do Brasil, e “termina” com essa nova geração que nos desperta uma grande admiração e interesse, já que sabemos todas as suas lutas cotidianas, ainda mais quando se trata de uma forma de arte tão elitista.

Além do mais, o procedimento do trabalho apresenta observação direta, pois foram levantados dados com habitantes da região que o escritor nasceu onde deveria ser mais reconhecido, porém, a realidade é outra. Para fazer a pesquisa foram utilizados recursos da internet (Discord, WhatsApp, Instagram e Google Forms) e também o Google, fazendo pesquisas voltadas para biografia do escritor. Esses recursos possibilitaram dados mais específicos e claros da vida, obras e conquistas de Manuel Bandeira. Os sites que foram utilizados para fazer as pesquisas serão apresentados no fim desse relatório.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Por tudo isso é esperado alguns resultados com à aplicação desse projeto. De modo geral espera-se que os grandes autores consigam uma maior visibilidade e reconhecimento no campo escolar, isso deve acontecer o quanto antes, para que possam possibilitar a alegria de terem suas obras circulando em todas as escolas do Brasil, seja em escola pública ou privada.

Ademais, para ter uma maior visibilidade nas escolas, atingindo principalmente os estudantes que não possuem uma boa condição financeira, é necessário que as editoras dos livros didáticos (Editora Saraiva, Editora Moderna etc.), possam começar à apresentar obras literárias de grandes autores brasileiros, como Manuel Bandeira. E isso contribuirá não só para a vida do jovem aluno, mas também contribuirá para a literatura brasileira, isso porque acenderá o “fogo literário” nesses jovens, e quem sabe, futuramente, seguirão essa profissão singular.

Já o Governo Federal e Estadual com o apoio do Tribunal de Contas da União deverá implantar projetos nas escolas, principalmente públicas, para que as crianças e adolescentes tenham um forte contato com a literatura brasileira, enfatizando a literatura regional. Tais feitos devem ser apresentados na mídia, como aplicativos de redes sociais, rádio e televisão, para ganhar maior visibilidade, tanto nos feitos das editoras (isso faria com que elas ganhassem visibilidade) e do governo quanto na vida e obra dos autores. Espera-se também que essas ações sejam introduzidas o quanto antes, e que possam ser ensinadas e apresentadas de uma forma mais completa e divertida, colocando um estudo com gamificação, onde o aluno ganharia uma determinada recompensa, e isso estimularia o aluno.

CRONOGRAMAS DE ATIVIDADES

Com a entrega desse relatório final, pretende-se formular as soluções e o levantamento de dados mais amplos com ajuda de ferramentas, como a internet. Tem a meta de investigar quais os métodos serão usados para conseguir utilizar obras de autores, como Manuel Bandeira no âmbito escolar, e conseguir conscientizar os professores, para que possam apresentar algumas iniciativas para a valorização de escritores nacionais nas suas aulas, e com um formato mais atrativo.

FASES	INTERVALOS
Escolha do tema e apropriação com o tema a ser trabalhado	Junho 2022
Levantamento de informações	Julho 2022
Pesquisa para ampliação dos dados	Agosto 2022
Verificação e estudos dos resultados	Setembro 2022
Apropriação do resultado final e adequações	Outubro a novembro 2022
Retificação e apresentação do relatório final	Dezembro 2022

GRÁFICO

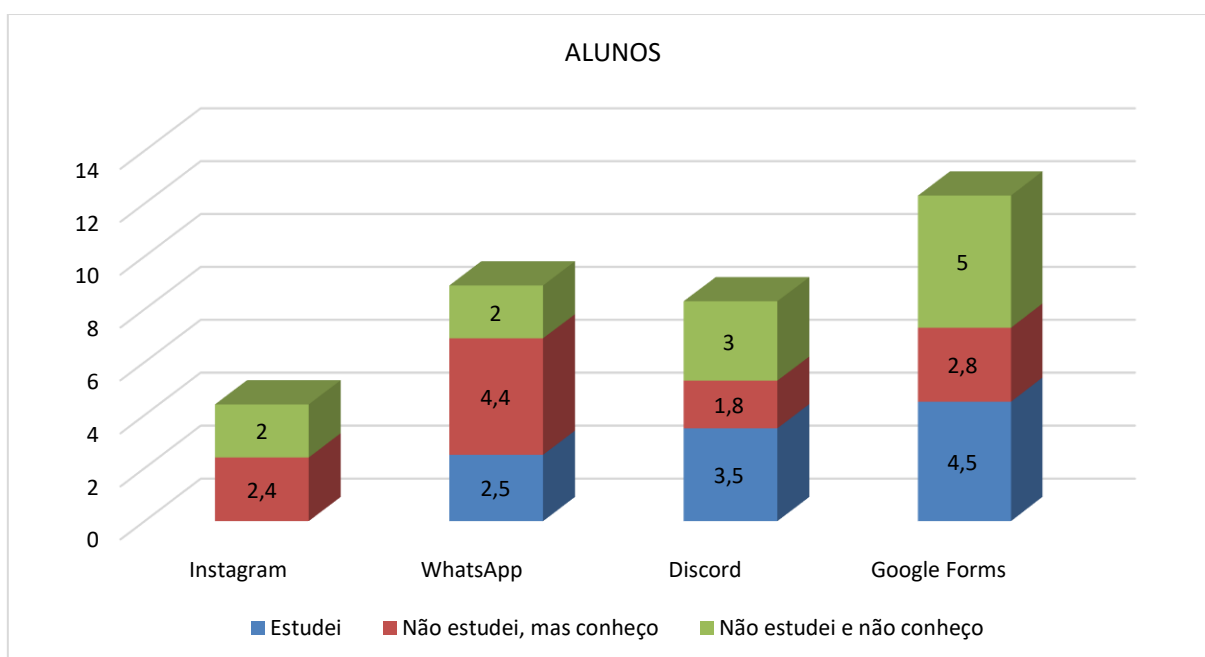
Levando em consideração as respostas dos alunos entrevistados nas mídias sociais, segue o gráfico onde mostra o número de alunos que tem ou tiveram contato com algumas das obras do autor, alunos que não tiveram mais conhecem e alunos que não tiveram e não sabem quem foi Manuel.

É notável o grande número de pessoas, principalmente de moradores do interior, que nem se quer ouviram falar no autor, e isso é o retrato da desigualdade da educação brasileira, o que é revoltante e mostra as marcas do governo.

Para mudar esse cenário, o governo federal deve cumprir o que está previsto na Constituição de 1988, possibilitar uma boa educação para todos os habitantes, independentemente de raça, status social ou localidade. Fazendo isso, os estudantes de todas as escolas, ou seja, públicas e privadas, terão acesso ao ensino da literatura na sala de aula, principalmente de obras de artistas nordestinos, que é o nosso foco. Assim, os estudantes se encantarão pela literatura e vão procurar saber mais sobre a vida do autor.

Em segundo lugar, é preciso mudar e/ou alertar o profissional de letras quando vai ensinar literatura, visto que, o número de alunos que reclamam sobre a forma que o conteúdo de literatura é passado é exponencial. Assim, seria necessário uma

mudança na metodologia utilizada por eles atualmente, o que permitiria uma melhora significativa no desempenho escolar. Para essa melhora acontecer, o docente deverá se atentar a novas formas de ensino, isto é, observar o que os jovens gostam de ver na atualidade, como determinadas séries, jogos, aplicativos, fazer novos tipos de frequência escolar (responder com um elogio, por exemplo, o que não vai só mudar o ensino mais a forma com que os alunos se tratam, gerando respeito, empatia e evitando o bullying), realizar atividades extras e etc, fazendo isso ele ganhará uma atenção grandiosa dos alunos, pois ele deixará, de fato, as metodologias arcaicas e abrirá as portas do “novo ensino”, respeito dos professores e corpo gestor, “fará seu nome”, e isso sem pôr em jogo todo prazer que irá sentir saindo da rotina de anos, ou seja ambas as partes só têm a ganhar.



CONCLUSÃO

O estudo foi pensado e teve a intenção de analisar, compreender, refletir e relatar sobre as problemáticas da escassez literária nessa etapa do ensino, e assim, traçar soluções eficazes para mudar o cenário atual em grande parte das escolas, enfatizando, nesse caso, a escola pública.

Sob esse viés, faz-se necessário democratizar o ensino de literatura, principalmente no ensino médio, já que é o aluno necessita de um bom ensino de literatura para ir bem preparado para os vestibulares, como o ENEM - o mais famoso

deles -. Assim, a partir das alternativas oferecidas nesse artigo, com o apoio dos gestores das escolas e contando com a atualização dos livros didáticos, tais impasses serão solucionados.

REFERÊNCIAS

BAGNO, Marcos. Novela sociolinguística: “A língua de Eulália”, 1997. <https://silو.tips/>

BANDEIRA, Manuel. Biografia do autor. Pernambuco (Estado), Ebiografia, 2022. <https://www.ebiografia.com>

BRASIL (País), Tribunal de Justiça. Artigo 205 da Constituição Federal de 1988. <https://www.tjdf.tjus.br/>

BRASIL (País), Tribunal de Justiça. Artigo 7 da Constituição Federal de 1988. <https://www.planalto.gov.br/>

BRITTO, César. Artigo: “Os nordestinos e o preconceito nosso de cada dia”, 2017. <https://www.oab-ro.org.br/>

REFORMA AGRÁRIA E MST: A NECESSIDADE DA REFORMA AGRÁRIA PARA A DIMINUIÇÃO DA DESIGUALDADE SOCIAL

Gabriel Henrique Santana da Silva³³

RESUMO

O projeto traz consigo a necessidade de informar aos alunos a formação territorial do Brasil desde a chegada dos portugueses ao território, apresentando detalhes históricos que contribuíram para a estruturação territorial atual. Iniciando com as capitanias hereditárias que foi o primeiro sistema de divisão de terras usado para repartir as terras colonizadas por Portugal e entregue aos donatários que também faziam doações de sesmarias para investidores individuais. Em seguida abordamos as leis abolicionista que colocaram na rua a população negra desprovida de terras e políticas públicas. A partir do século XX muitos movimentos sociais se iniciaram como intuito de reduzir as desigualdades territoriais, em 1970 nasce o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) como tentativa do governo de neutralizar os conflitos de terra e atuar na avaliação de latifúndios que devem ser expropriados e entregues à famílias sem-terra. O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surgiu oficialmente em 1984, dentro do Encontro Nacional de Trabalhadores Sem Terra, hoje sendo o maior movimento social da América Latina, luta pela

³³ Graduando em História do Centro de Ensino Superior de Arcoverde – CES A. Email: gabrielh1502@gmail.com

expropriação de terras improdutivas para o cumprimento e funcionalidade da reforma agrária prevista na constituição de 1988. O objetivo do trabalho é incentivar um pensamento crítico quanto a desigualdade social e suas causas. Através desse trabalho podemos concluir que muitos alunos se enxergam frutos diretos dos acontecimentos históricos.

Palavras-chave: Desigualdade social. Reforma Agrária. MST.

1. INTRODUÇÃO

O projeto surge com a finalidade de induzir ao pensamento crítico histórico e a formação territorial do nosso país, com objetivo de informar aos alunos um dos grandes fatores da desigualdade social. A importância do tema advém do pouco ou nenhum conhecimento da população sobre a formação territorial e fundiária.

2. METODOLOGIA

A partir de pesquisas de levantamento biográfico, artigos e entrevistas, foram reunidas informações e expostas em mídia para exercer na prática o conhecimento adquirido. Foram aplicadas três oficinas sendo uma delas na EREM Senador Vitorino freire e duas dessas na escola EREF Antônio Japiassu, onde abordamos a chegada dos portugueses, o processo de colonização e leis posteriores para a divisão territorial brasileira, em seguida discutimos as consequências causadas por tais.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nas 3 oficinas, foram abordadas nas aulas temáticas que interagiam diretamente com a formação fundiária e com seus impactos negativos na sociedade em seguida abordamos a necessidade do apoio populacional e seu entrosamento com a discursão da reorganização da economia brasileira a fim das necessidades sociais.

Assim como sugere:

Nós achamos que a reforma agrária, embora com todo este apoio popular, é uma luta agora muito mais difícil. Da forma como a concebemos e queremos a reforma agrária, ela só é possível e só vai se realizar se estiver casada com a luta por um outro modelo de desenvolvimento, com a reorganização de toda economia brasileira em função das necessidades populares. No final de cada oficina pedimos para que os alunos fizessem um círculo onde eles debatiam questões sobre desigualdade social, a importância da reforma agrária e a necessidade do MST para o cumprimento dessas leis. Onde os alunos teriam que responder as perguntas e debater entre si.

Os alunos emergiram na experiência, debateram pontos e analisaram situações baseadas na introdução teórica.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tivemos como resultado o aprendizado por parte dos alunos sobre a construção territorial histórica do Brasil e todos os acontecimentos que levaram a atual divisão do território. Os alunos conseguiram entender que boa parte da desigualdade social decorre da má divisão territorial e segregação racial, podendo assim ter conhecimento sobre um assunto não antes abordado por grande parte dos brasileiros.

Os alunos se interessaram muito pelo tema, fizeram perguntas, comentaram situações individuais e familiares, e debateram sobre o tema. O projeto despertou o interesse para possíveis pesquisas com essa temática por parte dos alunos.

REFERÊNCIAS

CALDART, Roseli Salete. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo**. Estudos Avançados [online]. 2001, v. 15, n. 43

[Acessado 26 Julho 2022] , pp. 207-224. Disponível em:

<<https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300016>>. Epub 16 Mar 2005. ISSN 1806-9592. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142001000300016>.

MARTINS, José de Souza. Reforma agrária – o impossível diálogo sobre a História possível. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 11(2): 97-128, out. 1999 (editado em fev. 2000).

SILVA, Daniel Neves. "Capitanias Hereditárias"; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/historiab/capitanias-hereditarias.htm>. Acesso em 07 de novembro de 2022

STÉDILE, João Pedro. **Reforma agrária e o MST**. Crítica Marxista, São Paulo, Xamã, v.1, n.5, 1997, p.81-95. Entrevista concedida a Luiz Antonio Cabello Norder.

TÁVORA, Fernando Lagares. **A constituição Federal, a legislação agrária e a disputa de terra: o país ainda à procura de uma política pública eficaz**. Constituição, [s. l.], p. 1-18, [2008?].

TERCEIRO, Ivanildo. Como a Lei de Terras perpetuou a opressão dos negros: LIVRE INICIATIVA E RESPONSABILIDADE MORAL. Students For Liberty Brasil, [S. l.], p. 1, 20 nov. 2020.

O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO PROCESSO EDUCACIONAL DO ENSINO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE ARCOVERDE-PE

Maria Isabelly Bezerra dos Santos³⁴

Vanialúcia de Barros e Silva³⁵

RESUMO

O objetivo deste estudo é realizar vivências de atividades físicas para os alunos da Educação Infantil da rede pública no município de Arcoverde- PE, por meio de atividades físicas e jogos, pois nesta etapa escolar não temos o profissional de Educação Física na grade curricular. Gerando a inquietação, pois no hodierno, enquanto bolsista ProUni (Programa Pernambuco na Universidade), e estudante do Curso de Educação Física, identifico através de estudos, a importância do trabalho da disciplina no processo educacional, e visando contribuir para mostrar a importância destas aulas para este público escolar, e conquistar esta aquisição educacional par este público, elaboramos este projeto, contrapartida ProUni-PE. Elaborando este relato de experiência, com o público da Educação Infantil, por meio do desenvolvimento e vivência de atividades numa proposta interdisciplinar, baseado nas unidades temáticas da Educação Física, orientação da BNCC. A problemática deste estudo é: Como trabalhar a ausência do professor de Educação Física no processo educacional do Ensino Infantil no município de Arcoverde-PE? Assim, além da construção e realização das atividades também coletamos os dados através da avaliação diagnóstica da escola e das turmas trabalhadas, além de buscar informações com a gestão e os professores multidisciplinares das turmas trabalhadas, como também da observação estruturada quanto a vivência das crianças nas atividades, quanto aos movimentos fundamentais básicos, como correr, salta, entre outros. Posteriormente iremos aplicar testes para melhor avaliação motora. Neste relato de experiência, Como resultado pudemos notar dificuldades na realização de alguns movimentos fundamentais básicos, mas a felicidade e empolgação durante a realização das vivências, observamos também ser possível realizar o trabalho por um profissional de Educação Física, mesmo sem uma quadra e materiais esportivos formais, além de construir conhecimentos que ajudam na nossa formação profissional, somando positivamente no processo educacional dos alunos em estudo, em especial os bolsistas ProUni.

Palavras-chave: Educação. Educação infantil. Educação Física.

1. INTRODUÇÃO

³⁴ Graduando(a) no Curso de Educação Física, na Escola Superior de Saúde de Arcoverde (ESSA).

E-mail: isabellymaria240803@outlook.com

³⁵ SILVA, V. B. Docente orientadora. E-mail: vanialuciaprof@hotmail.com

Este estudo tem como objetivo realizar vivências de atividades físicas através de atividades e jogos destinados aos alunos da rede pública da Educação Infantil no município de Arcoverde- PE, pois nesta etapa escolar não temos o profissional de Educação Física na grade curricular, mas quando buscamos pesquisar sobre os benefícios do trabalho deste profissional com este público, percebemos a necessidade de um trabalho direcionado atendendo as especificidades da clientela. A rede pública de ensino não tem o profissional de Educação Física no quadro educacional, mas na privada temos e aqui buscamos mostrar a relevância deste profissional nesta etapa escolar.

Esta inquietação surgiu por fazer parte deste município, que enquanto estudante desta fase escolar também não vivenciei a disciplina. No hodierno, enquanto bolsista ProUni e estudante do Curso de Educação Física, identifiquei através de estudos, a importância do trabalho da mesma no processo educacional, visto que, a Educação Física não é somente o desenvolvimento de habilidades motoras e capacidades físicas, mas também, visa ajudar os alunos a descobrirem as práticas corporais e a qualidade de vida que promovem a saúde e bem-estar, por meio das diversas atividades que podem ser aplicadas no âmbito escolar, como nos mostra a homepage da SportsJob (2022), que também relata que a prática da Educação Física vem para somar e contribuir com a educação integral, como a educação intelectual e moral no ambiente escolar, e tem como uma das responsabilidades, orientar para saber opinar e ter posicionamento crítico quanto a sua cultura corporal e movimento.

Destacando a importância do profissional de um Educação Física e da função que exerce nas escolas, nota-se uma carência do mesmo em determinados ambientes escolares como nas escolas públicas municipais, principalmente na etapa do Ensino Infantil.

Visando responder a problemática: Como trabalhar a ausência do professor de Educação Física no processo educacional do Ensino Infantil no município de Arcoverde-PE? Construimos este projeto de contrapartida ProUni-PE (Programa Pernambuco na Universidade), de uma bolsa, possibilitando o acesso dos universitários que não teriam como manter o pagamento dos seus estudos no Ensino Superior, sendo possível por meio destas bolsas ProUni. Assim vimos uma oportunidade de contribuir com uma ação que possa mostrar a importância das aulas de Educação Física, assim vivenciamos este projeto permitindo a construção deste

estudo, objetivando desenvolver atividades numa proposta interdisciplinar tendo como base as unidades temáticas conforme a BNCC, com atividades propostas e ações educacionais para este fim, além de ajudar nas vivências profissionais para a nossa formação, bolsistas ProUni, na busca de somar positivamente neste processo educacional dos alunos da escola e na formação dos futuros formandos acadêmicos, e proporcionar uma melhor qualidade de vida das crianças e nós estudantes.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

No livro “Pedagogia do Oprimido”, em sua Terceira Carta Pedagógica, Paulo Freire escreveu: “Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.” (FREIRE, 2000, p.67). Concordando com o ideal do educador e filósofo brasileiro, e com sua crença de que a educação poderia ser revolucionária, visto que, com ela, até problemas político-sociais poderiam ser resolvidos na sociedade.

Concordando com Freire e ciente que a educação necessita começar o mais cedo possível, como é ofertada a Educação Infantil, apresentando estudos como a própria LDB 9.394/96 afirma “que a Educação Física é componente curricular da Educação Básica, a qual compreende a Educação Infantil,...” Além de grupos como o Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação Física Escolar, GEPEFE, desenvolvido na Faculdade de Educação Física da PUC-Campinas, que realizando seus estudos nos faz refletir sobre a Educação Física na Educação Infantil, sabendo que gestores, pais e professores polivalentes sabem do significado e a importância da Educação Física neste segmento escolar, embora nem sempre o discurso corresponda à prática, e este não oferecimento nos faz perceber uma desvalorização histórica da Educação Física no cenário educacional, pois parece desconhecer a real contribuição na formação do indivíduo, além de relacionar a Educação Física na Educação Infantil, não só a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional e o Referencial Curricular para a Educação Infantil, como também vários autores, como, GALLAHUE, 2005; FREIRE, 1997; TANI et al, 1988), que “estudaram a relevância do desenvolvimento integral do indivíduo, compreendendo os aspectos motor, cognitivo e afetivo-social, havendo uma interdependência entre esses aspectos, e estes também destacam ser na idade de dois a sete anos, faixa etária da criança na Educação Infantil, a primeira etapa escolar,

fase da aquisição dos movimentos fundamentais, que não são explorados por profissionais que não estudaram para este fim, pois este trabalho deve ter uma visão nas especificidades destes alunos”.

Enquanto futura profissional em Educação Física, buscamos trabalhar neste projeto com a proposta da nova forma de relacionamento entre professor-aluno-escola defendida por Paulo Freire, trabalhando a Educação Física não somente o desenvolvimento de habilidades motoras e capacidades físicas, mas também, visa ajudar os alunos a descobrirem as práticas corporais e a qualidade de vida que promovem a saúde e bem-estar, por meio das diversas atividades que podem ser aplicadas no âmbito escolar.

A Educação Física enquanto componente curricular no Ensino Infantil, conta com a necessidade da atividade corporal, visto que, se trata de um elemento essencial para a formação das crianças, levando em consideração que a estimulação psicomotora está inteiramente ligada ao desenvolvimento cognitivo e social das crianças nessa faixa etária. Portanto, atividades interdisciplinares como, desenvolvimento de habilidades motoras básicas, jogos e brincadeiras, são exemplos de atividades que foram trabalhadas no referido projeto.

2. METODOLOGIA

Esta pesquisa é de caráter qualitativo, e tem o intuito de fazer um relato de experiência da contrapartida ProUni através de uma pesquisa bibliográfica. O presente estudo descritivo de abordagem qualitativa na modalidade de Relato de Experiência, “permite correlacionar problemas emergentes do cotidiano da prática profissional; a partir das experiências, facilitando a percepção das situações relevantes” (MINAYO, MCS). Já CESED (2017) relata que “os relatos de experiências consistem numa modalidade de investigação científica, sendo obrigatório, a demonstração de uma experiência prática para maior compreensão e fundamentação de uma teoria”.

Para realização da presente pesquisa, foram utilizados método bibliográfico, pela necessidade de buscar dados em algo já publicado, para obter conhecimento detalhado sobre o tema da pesquisa supracitada.

Assim, os dados que fundamentam esta pesquisa, coletados entre julho e novembro do corrente ano, 2022, possuem embasamento na realização de leituras de artigos, textos e aulas, aplicação de atividades, observação estruturada quanto à participação nas atividades, rodas de conversa antes e após a aplicação das atividades e registros visuais das atividades realizadas buscando entender e analisar o papel do profissional de Educação física na etapa escolar do Ensino Infantil.

O público alvo do projeto foram os alunos da rede pública de ensino da Educação Infantil que estudam na Escola pública Municipal Antônio Joaquim da Silva no município de Arcoverde-PE, que conta com um uma estrutura formada por 4 salas e em média 14 funcionários em geral, ausência de ginásios, mas com amplo espaço para práticas.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a construção das atividades foi realizada uma pesquisa diagnóstica da escola e das turmas a serem trabalhadas, buscando informações com a gestão e os professores multidisciplinares das turmas envolvidas, em posse de informações buscamos orientações da BNCC (Base Nacional Comum Curricular), para o desenvolvimento da disciplina Educação Física, passando então para a observação estrutural das turmas e nesta, observamos a dificuldade das crianças na realização dos trabalhos desenvolvidos quanto aos movimentos fundamentais básicos, como correr, posteriormente iremos aplicar um teste para melhor avaliação. No entanto, nota-se uma felicidade e empolgação durante a realização das vivências práticas, podendo ser observadas nos registros visuais, o que nos mostra que é possível ter a realização deste trabalho por um profissional de Educação Física.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas considerações finais deste estudo percebemos que foi possível realizar vivências através de atividades física e jogos para os alunos da Educação Infantil da rede pública no município de Arcoverde- PE, mostrando um pouco do trabalho de um profissional de Educação Física e ficamos na esperança de despertar nos gestores desta etapa escolar a necessidade do profissional de Educação Física para este

público escolar, alunos da Educação Infantil da rede pública de ensino do município de Arcoverde/PE. Além da satisfação de realizar esta ação enquanto um projeto de contrapartida do ProUni/PE, possamos ganhar experiências profissionais e buscou mostrar a relevância que a atuação do profissional de Educação física no trabalho que contribui para promover o desenvolvimento das crianças, visto que, os alunos nesta etapa possuem a necessidade da atividade corporal, um elemento essencial para a formação das crianças, levando em consideração o desenvolvimento não só motor, como também o cognitivo e social das crianças nesta etapa escolar.

5. REFERÊNCIAS

ANDREOLA, B. A. Por uma pedagogia das grandes urgências planetárias. **Educação**, [S. l.], v. 36, n. 2, p. 313–330, 2011. DOI: 10.5902/198464443050. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/3050>. Acesso em: 12 julho de 2022.

BETTI, Mauro. ZULIANI, Luiz R. Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte – Ano 1, Número 1, 2002. Disponível em: https://scholar.google.com.br/scholar?q=related:C0xs2k8OdAUJ:scholar.google.com/&hl=ptBR&as_sdt=0,5#d=gs_qabs&t=1658337097912&u=%23p%3DC0xs2k8OdAUJ. Acesso em: 12 de julho de 2022

BNCC, Base Nacional Comum Curricular. Educação é a Base, Ed. MEC, 2017.

CESED. Centro de Ensino Superior e Desenvolvimento. Caminhos para a Produção de um relato de e Experiências. Disponível em: <<http://livrozilla.com/doc/1434644/roteiro-para-elabora%C3%A7%C3%A3o-do-relato-de-experi%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 12 de jul 2022

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 44^a ed. 2006. FREIRE, Papel da Educação na Humanização. Rev. da FAEEBA, Salvador, n. 7, p. 9-17, jan./jun. 1997. Disponível em: http://www.acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/1128/1/FPF_OPF_01_0018.pdf. Acesso em: 25 julho 2022

GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C.; GOODWAY, J. D. Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos. 7 ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

MAGALHÃES, Joana S. KOBAL, Marília C. DE GODOY, Regiane P. Educação física na educação infantil: uma parceria necessária. Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte – 2007, 6 (3): 43-52.

O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO PROCESSO EDUCACIONAL DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS EM BUIQUE/PE

Autora: Thais Ventura Magalhães
MAGALHÃES, T. V.
Orientador: Vanialúcia de Barros e Silva.
SILVA, V.B.

RESUMO

Este estudo tem por objetivo relatar vivências promovidas através de atividades físicas destinadas para alunos da rede pública de ensino da etapa do Ensino Fundamental Anos Iniciais do município de Buíque/PE. Possibilitando momentos de reflexão referente ao fato da disciplina da Educação Física não ser oferecida para este público escolar. Esta inquietação surgiu por fazer parte deste município, enquanto estudante nesta etapa escolar, e também não vivenciei a disciplina, hoje enquanto bolsista do Programa Universidade para Todos, ProUni, e estudante do Curso de Educação Física percebi a importância do trabalho da mesma no processo educacional. O ProUni oferece bolsas de estudo do Ministério da Educação com o propósito de promover a inclusão de jovens de baixa renda no ensino superior, dando a oportunidade de mostrar a importância da atuação do professor de Educação Física, os benefícios desta prática. Assim desenvolvemos este projeto, numa contrapartida do ProUni, visando responder a problemática: porque o Ensino Fundamental Anos Iniciais da cidade de Buíque não tem a Educação Física, trabalhada por um profissional da área, no quadro curricular? Vocês sabem que a Educação Física promove conhecimento e qualidade de vida? Assim realizamos esta pesquisa qualitativa, com um relato de experiência com os alunos do Ensino Fundamental anos iniciais da cidade de Buíque/PE, coletando os dados através aplicação das atividades; observação estruturada; Roda de conversa e registros visuais. Percebemos que de acordo com as vivências com o Ensino Fundamental Anos Iniciais, com a unidade temática com o conteúdo brincadeiras e jogos foi possível concluir com êxito esta ação, como também verificar que através de cada jogo ou brincadeira construído pelos alunos, podemos contribuir no processo de ensino e aprendizagem, com aulas atraindo o interesse dos alunos, saindo da rotina escolar, realizando práticas que somam para o seu desempenho escolar integral.

Palavras chaves: Educação Física. Ensino Fundamental Anos Iniciais. Processo Educacional.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo tem por objetivo relatar as vivências promovidas através de atividades físicas destinadas para os alunos da rede pública de ensino da etapa do

Ensino Fundamental Anos Iniciais do município de Buíque/PE, baseado nas orientações das BNCC, e assim possibilitar momentos de reflexão referente ao fato da disciplina da Educação Física não ser oferecida para este público escolar.

Esta inquietação surgiu por fazer parte deste município, enquanto estudante nesta etapa escolar, e também não vivenciei a disciplina, e hoje enquanto bolsista do ProUni e estudante do Curso de Educação Física identificando através de estudos a importância do trabalho da mesma no processo educacional, segundo a homepage SportsJob(2022) pois a Educação Física vem para somar, contribuindo com a educação intelectual e moral na escola, trabalhando a cultura corporal de movimento, objetivando despertar nos alunos o interesse pela prática da atividade física, exercícios corporais, promovendo convivências harmoniosas e construtivas com outros cidadãos.

O Programa Universidade para Todos, ProUni, é um programa de bolsas de estudo do Ministério da Educação e tem o propósito de promover a inclusão de jovens de baixa renda no ensino superior, oferecendo bolsas de estudos parciais e integrais a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior, e com esta bolsa tivemos a oportunidade para mostrar a importância da atuação do professor de Educação Física e quanto aos benefícios esta prática contribui para o desenvolvido dos alunos, para esta prática desenvolvemos atividades interdisciplinar considerando a Educação como um todo, integrando os conhecimentos do processo educacional, aplicando através de vivencias com a realização de atividades físicas, buscando despertar a conscientização dos corpo administrativo desta etapa escolar da importância e da necessidade da disciplina, e assim ver ser incluída no quadro curricular dos discentes do ensino Fundamental anos iniciais da cidade de Buíque/PE.

Através das atividades que vai ser aplicada ao longo desse projeto com a unidade temática jogos e brincadeiras, dando continuidade no que já foi realizado no semestre anterior. Sendo abordagens mais profunda, analisando se está tendo resultados positivos através das práticas realizadas com os mesmos

Assim desenvolvemos este projeto, numa contrapartida do ProUni, visando responder a problemática: porque o Ensino Fundamental Anos Iniciais da cidade de Buíque não tem a Educação Física, trabalhada por um profissional da área, no quadro curricular? Vocês sabiam que a Educação Física promove conhecimento e qualidade de vida?

Assim estamos realizando este projeto de oferecer a atividade Física tentando suprir analisar, em parte, a ausência do profissional da área, e assim diagnosticar os malefícios da ausência do trabalho do não desenvolvido, mostrando a importância dos mesmos no processo educacional, somando as ações educacionais.

Por tanto, a produção desse projeto a qual, estamos apontando alguns possíveis caminhos para trabalhar a conscientização desta importância, mostrando o trabalho da Educação Física na fase escolar do ensino fundamental anos iniciais.

Fundamentação teórica

Na BNCC (2017), a unidade temática Brincadeiras e Jogos explora aquelas atividades voluntárias exercidas dentro de determinados limites de tempo e espaço, caracterizadas pela criação e alteração de regras, pela obediência de cada participante ao que foi combinado coletivamente, bem como pela apreciação do ato de brincar em si. Essas práticas não possuem um conjunto estável de regras e, portanto, ainda que possam ser reconhecidos jogos similares em diferentes épocas e partes do mundo, esses são recriados, constantemente, pelos diversos grupos culturais. Mesmo assim, é possível reconhecer que um conjunto grande dessas brincadeiras e jogos é difundido por meio de redes de sociabilidade informais, o que permite denominá-los populares.

Essa afirmação tem uma grande importância para os profissionais da área de educação física, no qual apresenta a valorização para a implementar um professor da área nas instituições escolares, para desenvolver atividades física para o aluno. A Educação Física nos anos iniciais, segundo a Legislação, tem recebido sempre uma acentuação global do desenvolvimento integral da criança. De acordo com Rosamilha (1979) no Edital nº20 de 04/04/61, da cidade do Rio de Janeiro, tomamos o conhecimento de que:

A Educação Física nas escolas primárias terá por fim [...] promover, por meio de atividades físicas adequadas, o desenvolvimento integral da criança, permitindo que cada uma atinja o máximo de sua capacidade física e mental, contribuindo na formação de sua personalidade e integração no meio social, [...] (p.74).

Percebe-se então que o profissional de educação física, deve realizar atividades físicas com os alunos dos anos iniciais, dentro da temática jogos e brincadeira, para propor aos alunos uma participação ativa de diversas atividades.

2. METODOLOGIA

Tipo de pesquisa: Os métodos utilizados foi a pesquisa qualitativa, através de uma pesquisa bibliográfica com um relato de experiência. O presente estudo descritivo de abordagem qualitativa na modalidade de Relato de Experiência, permite correlacionar problemas emergentes do cotidiano da prática profissional; a partir das experiências, facilitando a percepção das situações relevantes.” (MINAYO, MCS). Já CESED relata que “os relatos de experiências consistem numa modalidade de investigação científica, sendo obrigatório, a demonstração de uma experiência prática para maior compreensão e fundamentação de uma teoria”. Pois a pesquisa qualitativa é baseada na qualidade para entendermos o fenômeno com mais profundidade. O relato de experiência trata-se de uma apresentação de reflexão e um relato vivenciado na escola.

Público: Ensino Fundamental Anos Iniciais do 1º ao 5º ano.

Local da coleta: Escola no município de Buíque, localizada no Centro.

Coleta dos dados: Aplicação das atividades como: Morto-vivo, maré alta e maré baixa, jogo de precisão, amarelinha; observação com a estrutura de espaço e realizando sempre o bem-estar dos alunos; a roda de conversa antes e após a aplicação das atividades, para conceituar e explicar a atividade, além das sugestões para a próxima atividade a ser desenvolvidas; e os registros visuais das atividades realizadas.

3. RESULTADOS E DISCURSÕES

Para a construção das atividades foi realizada uma avaliação diagnóstica da escola e das turmas a serem trabalhadas, buscando informações com a gestão e os professores multidisciplinar das turmas envolvidas, de posse destas informações buscamos as orientações da BNCC, quanto as orientações para o desenvolvimento da disciplina, Educação Física, passamos para a observação estruturada das turmas

e nesta observamos a dificuldade do trabalho em equipe, coordenação motora, atenção, entre outros. Quando iniciamos a vivência das atividades de forma prática identificamos alguns déficits no desenvolvimento dos alunos, como a dificuldade quanto a realização dos movimentos fundamentos básicos, como o pular, rolar, agarrar, entre outros, posteriormente iremos aplicar um teste para melhor avaliação dos resultados. Já nos registros visuais percebemos a felicidade da vivência, e mostra que é possível ter a realização deste trabalho por um profissional que estudou para este objetivo, trabalhar o processo educacional através do movimento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as vivencia com o Ensino Fundamenta Anos Iniciais, com a unidade temática, brincadeiras e jogos, foi possível concluir que esta foi uma ação desempenhada com êxito, pela satisfação percebida na fisionomia de cada criança presente, foi possível verificar que através de cada jogo ou brincadeira construído com os alunos, contribuiu para o processo de ensino e aprendizagem, onde aulas atraíram o interesse dos alunos, saindo da rotina dos mesmo, apenas na sala de aula, realizando práticas que o ajudam para o seu desempenho escolar integral .

5. REFERENCIAS

Base Nacional Comum Curricular. Disponível em: Acesso em: 17 nov. 2022

COLETIVO DE AUTORES, Metodologia do Ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.

Disponível em:

http://editorarealize.com.br/editora/anais/enid/2017/TRABALHO_EV100_MD1_SA2_ID338_29112017185407.pdf Acesso em: 18 nov 2022.

MACIEIRA, J. DE A.; CUNHA, F. J. DE P.; XAVIER NETO, L. P. Livro Didático Público: Educação Física. Editora Universitária da UFPB – João Pessoa, 2012.

R. N. Psicologia do Jogo e Aprendizagem Infantil. São Paulo: Livraria Pioneira, 1979.

SPORTSJOB. Disponível em: <https://sportsjob.com.br/a-importancia-da-educacao-fisica-escolar-na-formacao-do-individuo/>. Acesso em: 18 nov 2022.

O PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO PROCESSO EDUCACIONAL DO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS NA CIDADE DE VENTUROSA/ PE.

Autora: Maria Rita Oliveira Vieira³⁶.

Orientadora: Vania Lúcia de Barros e Silva².

RESUMO

Este estudo tem por objetivo relatar as vivências promovidas através de atividades físicas destinadas para os alunos do Ensino Fundamental Anos Iniciais da rede pública do ensino do município de Venturosa-PE, baseado nas orientações das BNCC visando possibilitar momentos de reflexão da gestão escolar do município, referente ao fato da disciplina da Educação Física não ser oferecida para este público escolar. Fui estudante na minha época desta etapa escolar e também não vivenciei a disciplina, e hoje enquanto bolsista do ProUni e estudante do Curso de Educação Física identificando através de estudos os benefícios do trabalho da mesma no processo educacional, estamos desenvolvendo este estudo. Foi desenvolvido este projeto, numa contrapartida do ProUni, visando responder a problemática: porque no Ensino Fundamental Anos Iniciais da cidade de venturosa/PE não tem a Educação Física, trabalhada por um profissional da área, no quadro curricular? Vocês sabiam que a Educação Física promove conhecimento e qualidade de vida? Assim realizamos esta pesquisa qualitativa, com um relato de experiência com os alunos do Ensino Fundamental anos iniciais da cidade de Venturosa/PE. Finalizamos este estudo onde pudemos perceber que esses alunos demonstraram o querer, o que ajuda a ter um bom desempenho nas atividades propostas, assim como os movimentos fundamentais básicos, como: correr, saltar, andar, rolar, equilíbrio, além de noção tempo e espaço. No relato dos alunos foi importante para a coleta dos dados, pois perceberam a importância de vivenciar as atividades que seriam a realizadas nas aulas de Educação Física, trabalhando o desenvolvimento integral.

Palavras-chave: Ensino fundamental. Brincadeiras. Jogos.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo tem por objetivo relatar as vivências promovidas através de atividades físicas destinadas para os alunos da rede pública de ensino da etapa do Ensino Fundamental Anos Iniciais do município de Venturosa-PE, baseado nas

³⁶ Aluno do curso de graduação em educação física da Escola Superior de Saúde de Arcoverde (ESSA). E-mail: mariaritaoliveiravieira@gmail.com

² Professora do curso de Educação Física da Escola Superior de Saúde, ESSA. E-mail: vanieluciaprof@hotmail.com

orientações das BNCC, e assim possibilitar momentos de reflexão da gestão escolar do município, referente ao fato da disciplina da Educação Física não ser oferecida para este público escolar.

O Programa Universidade para Todos, ProUni, é um programa de bolsas de estudo do Ministério da Educação e tem o propósito de promover a inclusão de jovens de baixa renda no ensino superior, oferecendo bolsas de estudos parciais e integrais a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior, e com esta bolsa tivemos a oportunidade para mostrar a importância da atuação do professor de Educação Física e quanto aos benefícios esta prática contribui para o desenvolvimento dos alunos, para esta prática desenvolvemos atividades interdisciplinar considerando a Educação como um todo, integrando os conhecimentos do processo educacional, aplicando através de vivências com a realização de atividades físicas, buscando despertar a conscientização dos corpo administrativo desta etapa escolar da importância e da necessidade da disciplina, e assim ver ser incluída no quadro curricular dos discentes do ensino Fundamental anos iniciais da cidade de Venturosa/PE.

Através das atividades que vai ser aplicada ao longo desse projeto com a unidade temática jogos e brincadeiras, dando continuidade no que já foi realizado no semestre anterior. Sendo abordagens mais profunda, analisando se está tendo resultados positivos através das práticas realizadas com os mesmos. Assim desenvolvemos este projeto, numa contrapartida do ProUni, visando responder a problemática: porque o Ensino Fundamental Anos Iniciais da cidade de Venturosa/PE não tem a Educação Física, trabalhada por um profissional da área, no quadro curricular? Vocês sabiam que a Educação Física promove conhecimento e qualidade de vida? Por isso, estamos realizando este projeto para oferecer a atividade Física tentando suprir analisar, em parte, a ausência do profissional da área, e assim diagnosticar os malefícios da ausência do trabalho do não desenvolvido, mostrando a importância dos mesmos no processo educacional, somando as ações educacionais.

Portanto, a produção desse projeto a qual, estamos apontando alguns possíveis caminhos para trabalhar a conscientização desta importância, mostrando a importância da Educação Física no âmbito escolar no ensino fundamental anos iniciais.

2. METODOLOGIA

Os métodos utilizados foi a pesquisa qualitativa, através de uma pesquisa bibliográfica com um relato de experiência. Algumas características básicas identificam os estudos denominados qualitativos".

Os relatos de experiência trazem uma descrição de determinado fato, na maior parte das vezes, não provém de pesquisas, pois é apresentada a experiência individual ou de um determinado grupo/profissionais sobre uma determinada situação. Contudo eles, também, podem prover de pesquisas originais.

Público: Alunos do Ensino fundamental Anos Iniciais da rede pública, localizada no município da cidade de Venturosa/PE.

Coleta dos dados: Aplicação das atividades; observação estruturada quanto à participação nas atividades; Roda de conversa antes e após a aplicação das atividades; e registros visuais das atividades realizadas;

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a construção das atividades foi realizada um avaliação diagnóstica da escola e das turmas a serem trabalhadas, buscando informações com a gestão e os professores multidisciplinar das turmas envolvidas, de posse destas informações buscamos as orientações da BNCC, quanto as orientações para o desenvolvimento da disciplina, Educação Física, passamos para a observação estruturada das turmas e nesta observamos a dificuldade no trabalho de concentração e de ouvir as atividades ditas onde necessitava da atenção deles, da memorização, agilidade dos movimentos, coordenação motora e o cognitivo.

Quando iniciamos a vivência das atividades de forma prática identificamos alguns déficits no desenvolvimento dos alunos, como a dificuldade quanto a realização dos movimentos de coordenados, como o pegar, agarrar, balançar entre outros, posteriormente iremos aplicar um teste para melhor avaliação, onde iremos desenvolver esses movimentos com mais facilidades e aperfeiçoamento dos alunos. Na escola já nos registros visuais percebemos a felicidade da vivência, e mostra que é possível ter a realização deste trabalho por um profissional da área.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste projeto em andamento, porém, percebemos ser possível alcançar o objetivo proposto, pois foi possível realizar as atividades propostas, ver a alegria, os resultados, ver a necessidades da realização por identificar dificuldades na realização de movimentos fundamentais básicos. Quanto a problemática do estudo estamos na busca da resposta, apensar da lei dar espaço para os gestores retirem a Educação Física do quadro curricular.

Porém, podemos perceber um bom desenvolvimento dos alunos quanto as atividades propostas, com a unidade temática Jogos e brincadeiras, além de realizar um resgate cultural, estas brincadeiras e jogos também contribuíram para vivencias sociais, além da escola.

Com a satisfação de estar na busca do caminho, com este projeto em andamento, para a inclusão da Educação Física enquanto componente curricular para a etapa escolar do Ensino Fundamental Anos Iniciais, mas ciente que estamos trabalhando um pouco do que esta disciplina poderá contribuir na formação educacional destas crianças.

5. REFERÊNCIAS

A importância da educação física nos anos iniciais. Disponível em:<
<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao-fisica/a-importancia-educacao-fisica-nos-anos-iniciais.htm>>. Acesso em: 19 nov. 2022.

BNCC, Base Nacional Comum Curricular. Educação é a Base, Ed. MEC, 2017.

CASARIN, S. T.; PORTO, A. R.; Relato de experiência e estudo de caso algumas considerações. Disponível em:<
<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/enfermagem/article/view/21998/13686>>. 2021.

CESED. Centro de Ensino Superior e Desenvolvimento. Caminhos para a Produção de um relato de e Experiências. Disponível em: <
<http://livrozilla.com/doc/1434644/roteiro-para-elabora%C3%A7%C3%A3o-do-relato-de-experi%C3%A7%C3%A3o>>. Acesso em: 16 nov.2022.

COLETIVO DE AUTORES, Metodologia do Ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez, Disponível em:
<http://editorarealize.com.br/editora/anais/enid/2017/TRABALHO_EV100_MD1_SA2>

ID338_29112017185407.pdf>. Acesso em: Base Nacional Comum Curricular.
Disponível em: Acesso em: 17 nov. 2022

152

ELLERY, H. S.; FAUSTON, N.; RAVENA, F. G.; A percepção docente sobre a educação física nos anos iniciais do ensino fundamental. Disponível em:<
<https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/21/31/a-percepcao-docente-sobre-a-educacao-fisica-nos-anos-iniciais-do-ensino-fundamental>>. Acesso em: 17 nov. 2022.

GALLAHUE, D. L.; OZMUN, J. C.; GOODWAY, J. D. Compreendendo o desenvolvimento motor: bebês, crianças, adolescentes e adultos. 7 ed. Porto Alegre: AMGH, 2013.

Introdução a pesquisa qualitativa e suas possibilidades. Disponível em:<
<https://www.scielo.br/j/rae/a/ZX4cTGrqYfVhr7LvVyDBgdb/?lang=pt&format=pdf>>. São Paulo, 1995.

MACIEIRA, J. DE A.; CUNHA, F. J. DE P.; XAVIER NETO, L. P.. Livro Didático Público: Educação Física. Editora Universitária da UFPB – João Pessoa, 2012.

MINAYO MCS. (Org.) Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

ROSAMILHA. N. Psicologia do Jogo e Aprendizagem Infantil. São Paulo: Livraria Pioneira, 1979.

EDUCAÇÃO FÍSICA E APREDIZAGEM: OPERACIONALIZAÇÃO DE ATIVIDADES NO ENSINO FUNDAMENTAL ANOS INICIAIS EM ÁGUAS BELAS/PE

Autor: Fernando Gabriel Galvão de Barros
BARROS, F.G.G.

fernannogbarros@gmail.com

Orientadora: Vanialúcia de Barros e Silva.
SILVA, V.B.

vanialuciaprof@hotmail.com

RESUMO

O objetivo deste estudo é relatar vivências promovidas através de atividades físicas destinadas para alunos da rede pública de ensino da etapa do Ensino Fundamental Anos Iniciais do município de Águas Belas/PE. Possibilitando momentos de reflexão referente ao fato da disciplina da Educação Física não ser oferecida para este público escolar. Esta inquietação surgiu por fazer parte deste município, enquanto estudante nesta etapa escolar, e também não vivenciei a disciplina, hoje enquanto bolsista do Programa Universidade para Todos, ProUni, e estudante do Curso de Educação Física percebi a importância do trabalho da mesma no processo educacional, através da

contrapartida da bolsa do ProUni estamos tendo a oportunidade de mostrar a importância da atuação do professor de Educação Física, os benefícios desta prática. Assim desenvolvemos este projeto, vivenciado e elaboramos este estudo, visando responder a problemática: porque o Ensino Fundamental Anos Iniciais da cidade de Águas Belas não tem a Educação Física, trabalhada por um profissional da área, no quadro curricular? Vocês sabiam que a Educação Física promove conhecimento e qualidade de vida? Assim realizamos esta pesquisa qualitativa na forma de um relato de experiência, tendo como público alvo, os alunos de uma escola da rede pública do Ensino Fundamental anos iniciais da cidade de Águas Belas/PE, coletando os dados através aplicação das atividades; observação estruturada; Roda de conversa e registros visuais. Percebemos que de acordo com as vivencia com o Ensino Fundamental Anos Iniciais, com a unidade temática com o conteúdo brincadeiras e jogos foi possível concluir com êxito esta ação, como também verificar que através de cada jogo ou brincadeira construído pelos alunos, pudemos contribuir no processo de ensino e aprendizagem, com aulas atraindo o interesse dos alunos, saindo da rotina escolar, realizando práticas que somam para o seu desempenho escolar integral, e as próprias mudanças de posturas observadas.

Palavras chaves: Educação Física; Ensino Fundamental Anos Iniciais; Processo Educacional.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo tem por objetivo relatar as vivencias promovidas através de atividades físicas destinadas para os alunos da rede pública de ensino da etapa do Ensino Fundamental Anos Iniciais do município de Águas Belas/PE, baseado nas orientações das BNCC, e assim possibilitar momentos de reflexão referente ao fato da disciplina da Educação Física não ser oferecida para este público escolar.

Esta inquietação surgiu por fazer parte deste município, enquanto estudante nesta etapa escolar, e também não vivenciei a disciplina, e hoje enquanto bolsista do ProUni e estudante do Curso de Educação Física identificando através de estudos a importância do trabalho da mesma no processo educacional, como podemos fundamentar por meio dos estudos publicados na homepage SportsJob (2022) que nos mostra que a Educação Física vem para somar, contribuindo com a educação intelectual e moral na escola, trabalhando a cultura corporal de movimento, objetivando despertar nos alunos o interesse pela prática da atividade física, exercícios corporais, promovendo convivências harmoniosas e construtivas com outros cidadãos.

O Programa Universidade para Todos, ProUni, é um programa de bolsas de estudo do Ministério da Educação e tem o propósito de promover a inclusão de jovens de baixa renda no ensino superior, oferecendo bolsas de estudos parciais e integrais a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior, e com esta bolsa tivemos a oportunidade para mostrar a importância da atuação do professor de Educação Física e os benefícios que esta prática contribui para o desenvolvimento dos alunos, por isto, desenvolvemos atividades práticas interdisciplinar considerando a Educação como um todo, integrando os conhecimentos do processo educacional, aplicando para o público da Educação Infantil através de vivências com a realização de atividades físicas, construídas com base na BNCC(2017), buscando despertar a conscientização do corpo administrativo desta etapa escolar da importância e da necessidade da disciplina, e estudarem e perceberem a necessidade de incluir no quadro curricular dos discentes do ensino Fundamental anos iniciais da cidade de Águas Belas/PE.

Através das atividades que foram aplicadas ao longo desse projeto com a unidade temática jogos e brincadeiras, dando continuidade no que já foi realizado no semestre anterior, aprofundando nas abordagens, analisando os resultados através da observação estruturada quanto a participação das crianças, buscando detectar os pontos positivos e negativos, a partir da vivência das atividades elaboradas.

Assim desenvolvemos este projeto, numa contrapartida do ProUni, visando responder a problemática: porque o Ensino Fundamental Anos Iniciais da cidade de Águas Belas não tem a Educação Física, trabalhada por um profissional da área, no quadro curricular? Vocês sabem que a Educação Física promove conhecimento e qualidade de vida?

Assim estamos realizando este projeto de oferecer a atividade Física, buscando levar um pouco da vivência que estes alunos teriam, se não fosse a ausência do profissional da área, e assim diagnosticar os malefícios da ausência do trabalho não desenvolvido, mostrando a importância dos mesmos no processo somando as ações educacionais.

Por tanto, a produção desse projeto, levou a construção deste estudo, no qual, estamos apontando alguns possíveis caminhos para trabalhar a conscientização desta importância, mostrando o pouco do trabalho do profissional em Educação Física na fase escolar do ensino fundamental anos iniciais.

Fundamentação teórica

Na BNCC (2017), a unidade temática Brincadeiras e Jogos explora aquelas atividades voluntárias exercidas dentro de determinados limites de tempo e espaço, caracterizadas pela criação e alteração de regras, pela obediência de cada participante ao que foi combinado coletivamente, bem como pela apreciação do ato de brincar em si. Essas práticas não possuem um conjunto estável de regras e, portanto, ainda que possam ser reconhecidos jogos similares em diferentes épocas e partes do mundo, esses são recriados, constantemente, pelos diversos grupos culturais. Mesmo assim, é possível reconhecer que um conjunto grande dessas brincadeiras e jogos é difundido por meio de redes de sociabilidade informais, o que permite denominá-los populares.

Essa afirmação tem uma grande importância para os profissionais da área de educação física, no qual apresenta a valorização para a implementar um professor da área nas instituições escolares, para desenvolver atividades física para o aluno.

Após a fase infantil é possível perceber um destaque em alunos que vivenciaram a prática de movimentos, notando facilidade de concluir atividades e exercícios na fase juvenil e adulta. A coordenação é a base para o aprendizado sensório-motor e facilita a aprendizagem e correção de movimentos novos e automatizados.

A utilização de atividades com aspectos lúdicos para desenvolver movimentos básicos e habilidades fundamentais ou especializadas estimulam a participação frequente do educando. Oportunizando o movimento e a criatividade, deixando com que a criança perceba sua liberdade de expressar seus sentimentos e explorar seus movimentos, através do espaço e do ritmo. Vivenciar e experimentar variações conduz ao desenvolvimento e a aprendizagem. (BALBÉ, p.17, 2009).

Percebe-se então que o profissional de educação física, deve realizar atividades físicas com os alunos dos anos iniciais, dentro da temática jogos e brincadeira, para propor aos alunos uma participação ativa de diversas atividades.

6. METODOLOGIA

Tipo de pesquisa: Os métodos utilizados foi a pesquisa qualitativa, através um relato de experiência e fundamentação através da pesquisa bibliográfica. O presente estudo descritivo de abordagem qualitativa na modalidade de Relato de Experiência, permite correlacionar problemas emergentes do cotidiano da prática profissional; a partir das experiências, facilitando a percepção das situações relevantes.” (MINAYO, MCS). Já CESED (2017) relata que “os relatos de experiências consistem numa modalidade de investigação científica, sendo obrigatório, a demonstração de uma experiência prática para maior compreensão e fundamentação de uma teoria”. Pois a pesquisa qualitativa é baseada na qualidade para entendermos o fenômeno com mais profundidade. O relato de experiência trata-se de uma apresentação de reflexão e um relato vivenciado na escola.

Público: Ensino Fundamental Anos Iniciais do 1º ao 5º ano de uma escola da rede pública municipal da cidade de Aguas Belas/PE.

Coleta dos dados: Aplicação das atividades como: Morto-vivo, maré alta e maré baixa, jogo de precisão, amarelinha; observação com a estrutura de espaço e realizando sempre o bem-estar dos alunos; a roda de conversa antes e após a aplicação das atividades, para conceituar e explicar a atividade, além das sugestões para a próxima atividade a ser desenvolvidas; os registros visuais das atividades realizadas, rodas de conversas antes e após as atividades, questionamentos orais.

7. RESULTADOS E DISCURSÕES

Para a construção das atividades foi realizada um avaliação diagnóstica da escola e das turmas a serem trabalhadas, buscando informações com a gestão e os professores multidisciplinar das turmas envolvidas, de posse destas informações buscamos as orientações da BNCC, quanto as orientações para o desenvolvimento das atividades correspondente a disciplina, Educação Física, passamos para a observação estruturada das turmas durante a vivência das atividades, observando as facilidades e dificuldade do trabalho em equipe, coordenação motora, atenção, entre outros.

Quando iniciamos a vivência das atividades de forma prática identificamos alguns déficits no desenvolvimento dos alunos, como a dificuldade quanto a realização

dos movimentos fundamentos básicos, como o pular, rolar, agarrar, entre outros, posteriormente iremos aplicar um teste para melhor avaliação dos resultados motores quanto a realização dos movimentos fundamentais básicos, Já nos registros visuais percebemos a felicidade da vivência, além desta vivência mostrou ser possível ter a realização deste trabalho por um profissional que estudou para este objetivo, trabalhar o processo educacional através do movimento enquanto um processo educacional, deixando o fazer por fazer.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as vivencia com o Ensino Fundamenta Anos Iniciais, com a unidade temática, brincadeiras e jogos, foi possível concluir que esta foi uma ação desempenhada com êxito, pela satisfação percebida na fisionomia de cada criança presente, foi possível verificar que através de cada jogo ou brincadeira construído com os alunos, contribuiu para o processo de ensino e aprendizagem, onde aulas atraíram o interesse dos alunos, saindo da rotina dos mesmos, apenas sala de aula, apresentando a realização das práticas que o ajudam para o desempenho escolar integralmente.

Quanto a problemática do estudo, ainda não tivemos uma resposta quanto aos motivos de não ter um profissional de Educação Física e oferecer a disciplina, mas pudemos mostrar um pouco que a Educação Física promove conhecimento e qualidade de vida, e esperamos causar inquietação a gestão, levando-os a repensar para mudar esta condição. Porém, quanto ao objetivo do estudo detectamos ser alcançado, pois foram e estão sendo vivenciadas atividades físicas para alunos da rede pública de ensino da etapa do Ensino Fundamental Anos Iniciais do município de Águas Belas/PE, mostrando um pouco do que seria a Educação Física.

REFERENCIAS

BALBÉ, G. P.; DIAS, R. G.; SOUZA, L. da S. **Educação Física e suas contribuições para o desenvolvimento motor na educação infantil**. Revista Digital/ Buenos Aires, ano 13, n. 129, 2009. Disponível em: Acesso em: 08 jan. 2018.

BNCC. 2017 Disponível em:

http://editorarealize.com.br/editora/anais/enid/2017/TRABALHO_EV100_MD1_SA2_ID338_29112017185407.pdf. Acesso em: 17 nov. 2022

CESED. Centro de Ensino Superior e Desenvolvimento. Caminhos para a Produção de um relato de e Experiências. Disponível em: <
<http://livrozilla.com/doc/1434644/roteiro-para-elabora%C3%A7%C3%A3o-do-relato-de-experi%C3%Aancia>>. Acesso em: 29 jun.2017.

COLETIVO DE AUTORES, Metodologia do Ensino de Educação Física. São Paulo: Cortez, 1992.

MACIEIRA, J. DE A.; CUNHA, F. J. DE P.; XAVIER NETO, L. P.. Livro Didático Público: Educação Física. Editora Universitária da UFPB – João Pessoa, 2012.

MINAYO MCS. (Org.) Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. 22. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.

R. N. Psicologia do Jogo e Aprendizagem Infantil. São Paulo: Livraria Pioneira, 1979.

SPORTSJOB. Disponível em: <https://sportsjob.com.br/a-importancia-da-educacao-fisica-escolar-na-formacao-do-individuo/>. Acesso em: 18 nov 2022.

AVALIAÇÃO MOTORA FUNDAMENTANDO A NECESSIDADE DA ATUAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO PROCESSO EDUCACIONAL DO ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS

Luiz Henrique de Oliveira Lima³⁷

Vanialúcia de Barros e Silva²

RESUMO

Este projeto tem como objetivo realizar uma avaliação motora dos estudantes do Ensino Fundamental anos Iniciais do município de Sertânia/PE, visando identificar possíveis caminhos para o planejamento das atividades físicas ajudando ofertar um pouco do que poderia oferecer um profissional de Educação se estivessem dentro do quadro curricular dos alunos desta etapa escolar. Assim estamos realizando este, um relato de experiência, pra assim identificar as habilidades, mostrar o quadro do desenvolvimento motor das crianças, partindo dos movimentos fundamentais básicos, porém cientes do trabalho holísticos, e assim serão as atividades planejadas, mostrando a importância do profissional de Educação Física no processo educacional do ensino fundamental Anos Iniciais, e ao mesmo tempo promover vivências com a unidade temática jogo, numa proposta interdisciplinar, envolvendo esta unidade temática da Educação Física e suas tipologias conforme orienta a BNCC. O projeto foi realizado durante os meses de fevereiro a novembro do ano de 2022, onde

³⁷ Aluno do curso de graduação em educação física da Escola Superior de Saúde de Arcoverde (ESSA), e-mail: henriqueoliveiraete@gmail.com.

² Professora do curso de Educação Física da Escola Superior de Saúde, ESSA, e_mail: vanialuciaprof@hotmail.com.

realizou-se atividades com todas as turmas numa frequência semanal de 2 dias, e em média atividades de no mínimo 50 minutos com cada grupo de alunos, em uma escola que não possuía professor de Educação de Física nos anos iniciais (1º ao 5º ano) e no decorrer das atividades realizadas observou-se que os alunos tinham dificuldades em realizar algumas tarefas básicas como andar em linha reta, saltar, se equilibrar em uma perna, chutar e agarrar. A partir daí iniciou-se um processo de oferecer atividades direcionadas para ajudar na construção destes fundamentos básicos, que deveriam ter construído até uma média dos sete anos, assim como também habilidades de estabilidade e manipulação, ao final do projeto observou uma melhora significativa dos grupos de alunos estudados, quanto aos pontos avaliados, além de perceber o prazer na vivência das atividades propostas.

Palavras-chave: Educação Física. Anos Iniciais. Habilidades motoras.

1. INTRODUÇÃO

Quando falamos do ensino fundamental anos iniciais que é composto por crianças de 6 a 10 anos, em média, e pensamos no jogo, com seus diversos tipos, como os populares, nesta relação vem o pensamento, "criança, brincar, aprender, conviver", ações privadas pela falta do professor de Educação Física que em suas ações educativas muito tem a somar para a conquista do desenvolvimento holístico dos seus alunos.

Assim foi realizada a construção deste projeto o qual foi apresentado o trabalho do professor de Educação Física no Ensino Fundamental Anos Iniciais e ao mesmo foi realizado uma avaliação motora dos grupos de alunos estudados.

Através da análise da proposta da Educação Física para os anos iniciais, pôde-se observar, a ausência de profissionais indicados para atuar nos anos iniciais. Diante disso a LDB – Lei 9.394/96 (BRASIL, 1996) deixa para que as escolas tenham a decisão de quem vai ministrar essas aulas de Educação Física nessa fase escola, com isto, nos fez despertar a necessidade de um olhar crítico sobre a realidade, detectando ser fundamental a investigação da importância da atuação do profissional de Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental, através das vivências práticas.

Seguindo essas considerações apresenta-se como tema desse estudo o profissional de educação física no processo educacional nos anos iniciais, e a avaliação das habilidades motoras fundamentais dos alunos. Os principais objetivos desse estudo foram promover vivências com o jogo numa proposta interdisciplinar

envolvendo a unidade temática Jogo e Brincadeiras, para mostrar a importância do trabalho do professor de educação física nessa fase de ensino dos anos iniciais, e para isso foi realizado uma avaliação motora para fundamentar a relevância do profissional e promover ações para somar ao processo educacional já existente.

A realização do estudo justifica-se pela relevância que a Educação Física tem para o desenvolvimento global do ser humano, sendo fundamental maior atenção para esse componente curricular principalmente nos anos iniciais. O profissional de Educação Física contribui para o enriquecimento das experiências pedagógicas, pois possui um conhecimento aprofundado acerca das vivências motoras, favorecendo o desenvolvimento dos aspectos físicos, cognitivos e emocionais.

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais de 1997 (PCNs), o trabalho da Educação Física nas séries iniciais do Ensino Fundamental é importante, pois possibilita aos alunos terem desde cedo, a oportunidade de desenvolver habilidades corporais e de participar de atividades culturais, como jogos, esportes, lutas, ginásticas e danças, com a finalidade de lazer, expressão de sentimentos, afetos e emoções.

A BNCC nos mostra em seus escritos que os alunos nesta fase escolar precisam brincar, fazer uso das brincadeiras de forma pedagógica, introduzindo a compreensão do mundo que estão inseridos, dando vida e sentido a cultura corporal vivida, pois estas experiências, também ajudam para a compreensão de mundo. Para compreender melhor e apresentar o projeto iremos nos basear na BNCC (Base Nacional Comum Curricular) e nos PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) que traz toda essa questão em seus escritos.

2. METODOLOGIA

Este projeto foi um relato de experiências e foi realizado na Escola Municipal José Sérgio Veras – Sertânia – PE, tendo como público os discentes dos anos iniciais, onde foram feitas avaliações motoras e conseqüentemente foi demonstrado a importância do profissional de educação física nessa etapa de ensino, também houve a aplicação de um questionário com duas perguntas para os docentes envolvidos com a fase escolar em estudo e para a professora de Educação Física da Instituição de Ensino.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para estes resultados buscamos dois caminhos um foi aplicar um questionário para os docentes dessas turmas referente a falta da Educação Física no Ensino Fundamental anos iniciais e se eles notavam alguma diferença no comportamento motor dos alunos, e detectamos que:

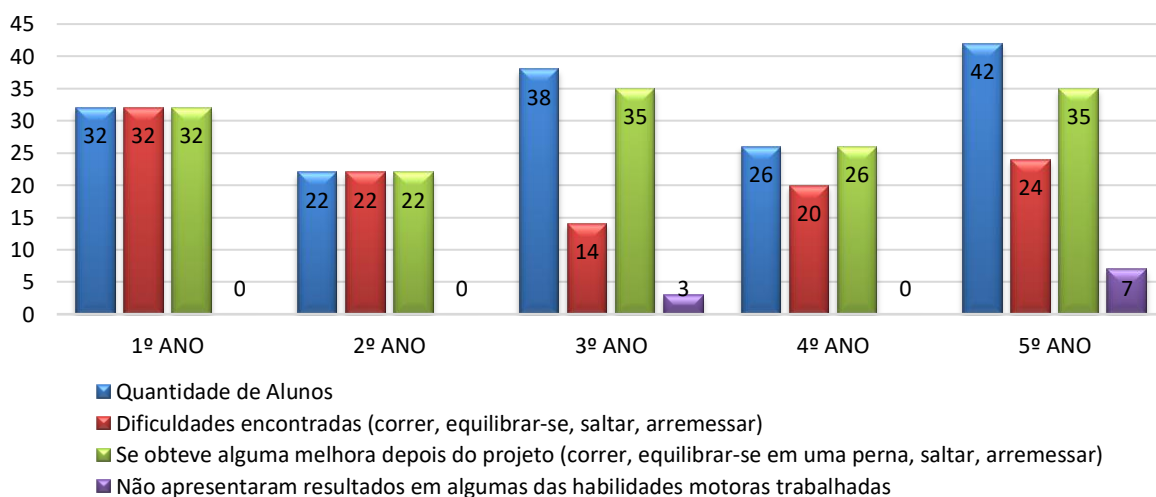
Na primeira pergunta que foi a seguinte: porque não é trabalhado as aulas de educação física na sua turma?

Todas as professoras e professores (1º ao 5ª ano) responderam que um fator primordial é devido a pouca ou nenhuma experiência com a área de esportes, isso acaba dificultando as mesmas de ministrarem suas aulas, outro fator que contribui para a não realização das aulas com frequência é a falta de materiais adequados para as práticas esportivas.

A segunda pergunta questionou, se as mesmas achavam as aulas de educação física importantes para essa fase escolar?

Todas as professoras responderam que com certeza eu acho importante, porque contribui em muito no desenvolvimento do aluno como um todo, ajuda na melhoria da sua coordenação motora, na atenção que esse aluno vai ter nas aulas e também melhora o seu convívio social com seus amigos.

A segundo momento podemos verificar os resultados expressos nos gráficos abaixo que foram detectados nas vivências práticas realizadas com os alunos, onde podemos ver melhoras quanto aos aspectos motores fundamentais:



4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo foi possível observar que a educação física compõem uma lacuna muito importante nesta fase escolar dos alunos, apesar de não ser oferecida em muitas realidade como esta estudada, mas aqui estamos para mostras a importância do trabalho desta área de conhecimento e suas unidades de conhecimentos, como o Jogo, e através das próprias crianças, mostrar e cobrar esta necessidade, pois a Educação não resumi em as escolas ofertarem apenas o português e matemática, pois como relata a BNCC a Educação Física esta presente na área de linguagem.

Também destacaremos concluímos esta parte do estudo deste projeto destacando que as escolas precisam buscar profissionais para o desenvolvimento do trabalho educacional da Educação Física adequados para acompanhar os alunos em sua caminhada inicial na escolar, pois por Lei a unidocência permite que o professor das séries iniciais ministrem todas as disciplinas, não desmerecendo esse profissional, que em sua formação tiveram cadeiras de recreação para dar uma bagagem de conhecimento para atuarem, o que se defende é que se tenham profissionais habilitados e com conhecimento amplo e específico na área para assim poder realizar um trabalho mais completo, sempre sabendo que esse profissional tem o amplo conhecimento da Educação Física.

5. REFERÊNCIAS

Blog SAE digital. **Educação Física na BNCC**. Disponível em:
<https://sae.digital/educacao-fisica-na-bncc/>. Acesso em 20 de outubro de 2022.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (9394/96). Ministério da Educação e Cultura, Brasília: Ed. Brasil, 1996. Acesso em: 16 de novembro/2022.

MINISTÉRIO PÚBLICO. **Educação**. Disponível em:
https://www.mpba.mp.br/system/files_force/biblioteca/educacao/organizacao_e_estrutura_da_educacao_brasileira/educacao_conceito_legislacao.pdf? Acesso em 21 de julho/2022.

O que é educação? <https://www.edools.com/faq/o-que-e-educacao/>. Acesso em 21 de julho/2022.

Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs). Educação Física. V.7. Brasília:1997. Acesso em: 20 de outubro/2022.

ESCOLA E FAMÍLIA COMO BASE NA PREVENÇÃO: DISCUTINDO SOBRE DOENÇAS SEXUALMENTE TRANSMISSÍVEIS NA ADOLESCÊNCIA

Ially Damiana Ferreira Albuquerque Santos

1. INTRODUÇÃO

Considera-se adolescência o período de 10 a 18 anos de idade, conforme o artigo 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), sendo compreendida como o período de vida a partir do qual surgem as características sexuais secundárias e se desenvolvem processos psicológicos e padrões de identificação que evoluem da fase infantil para a adulta, entre eles a transição de um estado de dependência para outro de relativa autonomia (BRASIL, 1997).

Nos últimos anos houve um crescimento do número de diagnósticos de Doenças Sexualmente Transmissíveis (DST) e AIDS entre adolescentes, como mostra o Boletim Epidemiológico de AIDS publicado pelo Ministério da Saúde, onde foram registrados 362.364 casos de AIDS no Brasil, sendo 4.331 (1,2%) entre adolescentes na faixa etária de 12 aos 19 anos. A este percentual deve-se acrescentar, ainda, os indivíduos com 10 a 13 anos, uma vez que o Programa Nacional de DST/AIDS os inclui no grupo infantil (FREIRE, 2020).

Apesar das campanhas e da divulgação em massa sobre os métodos de prevenção, continua a se expandir rapidamente entre as mulheres e entre os jovens de 15 a 19 anos. Muitas vezes, ela se dissemina por meio das primeiras experiências sexuais, atingindo jovens desinformados, psicologicamente despreparados ou precocemente iniciados na vida sexual (PATRICIO, 2015).

A vulnerabilidade dos adolescentes os torna cada vez mais propensos a entrar em relacionamentos sem o devido cuidado com a saúde. A falta de diálogo com os pais faz com que a informação não chegue de forma adequada. O assunto sexualidade ainda é um tabu entre as famílias e a escola (MINAYO, 2020). Pois, a adolescência é caracterizada pela vulnerabilidade decorrente das características da própria idade, da falta de habilidades para a tomada de decisões, das dificuldades e, por que não dizer, da inexperiência destes jovens ao lidarem com os seus sentimentos e com os sentimentos dos outros, bem como da responsabilidade nem sempre

existente ao se envolverem em relacionamentos afetivos e sexuais. Esse aspecto do desenvolvimento adolescente representa uma condição de vulnerabilidade às DST e à AIDS (PATRICIO, 2020).

Diante do exposto torna-se relevante aprofundar as discussões sobre as práticas de prevenção utilizadas pelos jovens. A intervenção entre a família e a escola visa desenvolver práticas educativas no desenvolvimento do conhecimento sexual, introduzindo-as no assunto que diz respeito à sexualidade, para assim trazê-las para um diálogo saudável sobre o tema com o público alvo. Mesmo sendo um tema delicado é importante que a família e escola estejam presentes no desenvolvimento sexual do adolescente, pois são a base do conhecimento.

Avaliar ações de saúde que tragam para o adolescente maior interesse pela sexualidade segura e com isso diminuir a incidência de DST's entre eles. Levar às escolas novas formas de se abordar o tema, para que assim desperte um maior interesse, e um aprendizado mais leve e eficaz. Promover rodas de conversas com profissionais da saúde que abordem o tema de forma clara e objetiva.

2. METODOLOGIA

O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa de pesquisa, que de acordo com Cooper (1982) consiste num método que agrupa os resultados obtidos de pesquisas sobre o mesmo assunto, com o objetivo de sintetizar e analisar esses dados para desenvolver uma explicação mais abrangente de um fenômeno específico.

Foram incluídos todos os estudos originais brasileiros que tratassem sobre a temática. A pesquisa foi realizada no período de 2022, e teve como critérios de inclusão artigos publicados em português, no período entre 2015 a 2021. E como critérios de exclusão aqueles que não estavam relacionados ao tema e que não atendiam aos critérios estabelecidos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dentre os resultados espera-se que ocorra a conscientização do jovem acerca da prevenção, conhecendo os métodos e sua importância através de palestras educativas de forma correta de sua utilização e as possíveis consequências do seu

não uso. Que as práticas educativas sejam passadas de acordo com a cultura, a visão de mundo e a realidade da faixa etária a que se quer atingir, uma vez que o tipo de informação fornecido, na maioria das vezes, seja apresentada como sendo simples diante da complexidade do assunto. Pois assim, teia uma maior interação entre família e escola nos assuntos relacionados ao bem-estar do adolescente e aumentaria o nível de informação, para com isso tirar o adolescente da posição de vulnerabilidade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a realização de pesquisas feitas com base em informações encontradas em artigos, notou-se que a informação ainda chega de forma inadequada e imprecisa aos jovens, que por sua vez, demonstram falta de interesse por esse tema. Notou-se também que o tema ainda é um tabu entre as famílias e a escola.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL, Ministério da Saúde. **Coordenação Nacional de Doenças Sexualmente Transmissíveis e AIDS**. Boletim Epidemiológico. a.10, n.4– Semana Epidemiológica – 36a 48 – Setembro a Novembro de 1997, p. 8-24.

FOSTER, Peggy Coldwell. Dorothea E. Orem. In: GEORGE, J.B. **Teorias de enfermagem**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2015. p.90-107. GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo

FREIRE, P. **Educação como prática de liberdade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

FONSECA, A. D.; GOMES, V. O. L.; TEIXEIRA, K. C. **Percepção de adolescentes sobre uma ação educativa em orientação sexual realizada por acadêmicos (as) de enfermagem**. Esc Anna Nery Rev Enferm, v. 14, n. 2, p. 330-337, 2018.

GIRALDO, P. C. et al. **Prevenção da infecção por HPV e lesões associadas com o uso de vacinas**. DST - J bras Doenças Sex Transm, v. 20, n.2, p. 132- 140, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org) et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 2020.

MOURÃO, Maria Lúcia Matos. **Nível de conhecimento dos adolescentes sobre educação sexual numa escola pública**. Fortaleza: UFC, 2017. 44p. Mimeografado.

PATRÍCIO, Zuleica Maria. **Construindo estratégias para a atenção à saúde do adolescente com a comunidade: um movimento participante com indivíduos, famílias e grupos**. Florianópolis: Núcleo TRNASCRIAR-UFSC, 2015.

PINHEIRO, Patrícia Neyva C. et al. **Doenças sexualmente transmissíveis: uma porta de entrada para AIDS**. 2017.13p. Mimeografado.

_____. **A família frente ao doente de AIDS**. Fortaleza: UFC, 2017.28p. Mimeografado.

O PAPEL DO ENFERMEIRO NO SERVIÇO DA FARMÁCIA HOSPITALAR

Francisca Elisama Aleixo Lopes

Katiane Estandislau da Silva

Elisângela de Sousa Branco

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo destacar a importância do enfermeiro no âmbito hospitalar ao qual engloba diversas atividades relacionada ao medicamento e em especificidade no processo de administração que é uma atividade que exige muito da equipe de enfermagem em específico do enfermeiro ao qual exige responsabilidade, aplicação correta da prática e aprimoramento proporcionando segurança necessária para o paciente. Tem como principal objetivo evidenciar a importância da atuação do enfermeiro na farmácia hospitalar na prevenção dos possíveis erros associados ao processo de administração de medicamentos, a farmácia hospitalar é uma unidade responsável pelo processo de armazenamento, gestão e distribuições de medicamentos ao qual associa-se diretamente aos serviços clínicos prestados pelos enfermeiros, além disso gerencia as medicações necessárias nos setores hospitalares assegurando o uso seguro e apropriado dos medicamentos sendo o enfermeiro responsável pelo manejo dos pacientes. Para construção do presente trabalho utilizou-se o método de pesquisa um estudo de caso no âmbito hospitalar da farmácia hospitalar e o processo de gerenciamento da mesma, os procedimentos técnicos a pesquisa representa um estudo de caso de pesquisa em campo ao qual englobou pesquisa, observação e documentos. Foi realizada uma visita técnica a um hospital de pequeno porte, ao qual o enfermeiro em parceria com a farmácia hospitalar é responsável pela checagem das medicações nos setores hospitalares principalmente a sala vermelha de urgência e emergência e carrinho de parada com todas as drogas necessárias, informando caso esteja em falta comunicar ao farmacêutico da farmácia hospitalar. Portanto é imprescindível o monitoramento por parte do enfermeiro acerca das medicações fornecidas.

Palavras-chave: Farmácia. Hospitalar. Enfermeiro.

1. INTRODUÇÃO

A Enfermagem no contexto hospitalar possui dentre suas inúmeras atividades aquelas relacionadas ao medicamento, atuando principalmente na sua administração. Para tal, enfermeiros atuam em parceria com o Serviço de Farmácia Hospitalar, e essa atuação está voltada na prevenção de erros relacionados aos medicamentos e na garantia da segurança dos pacientes (NERE, 2018).

Segundo Duarte e Jesus Morais (2021) a farmácia hospitalar é definida como uma unidade técnica, administrativa e clínica, responsável pelo ciclo de gestão de medicamentos (seleção, aquisição, recebimento, armazenamento, distribuição e sistema de informação relacionada aos medicamentos), ligada hierarquicamente à gestão hospitalar e aos serviços clínicos, incluindo enfermagem e medicina.

De acordo com Silva (2019) o sistema de distribuição de medicamentos adotados pelos hospitais é dependente do seu porte e dos recursos disponíveis. No Brasil, o sistema mais adotado é o sistema individualizado, cuja dispensação é realizada por paciente a partir da prescrição medicamentosa hospitalar.

Porém, Souza (2018) enfatiza que nesse tipo de sistema os medicamentos injetáveis não são dispensados prontos para uso, e seu preparo (diluições ou reconstituições) ficam sob responsabilidade da Enfermagem, aumentando sua carga de trabalho relacionada aos medicamentos e reduzindo o seu tempo disponível para assistência aos pacientes. Isso poderia ser evitado através da implantação do sistema de dose unitária, no qual todos os medicamentos são dispensados pela farmácia prontos para a administração. Esse tipo de sistema é pouco adotado pelos hospitais brasileiros devido ao seu alto custo de implantação e aumento de recursos humanos necessários.

Por isto, enfermeiros atuam em parceria com o Serviço de Farmácia Hospitalar, e essa atuação está voltada na prevenção de erros relacionados aos medicamentos e na garantia da segurança dos pacientes. O papel da enfermagem dentro do serviço de farmácia hospitalar é, conforme Nere (2018), principalmente, gerenciar os estoques e passar orientações sobre os medicamentos para o resto da equipe. Esse profissional faz ainda a seleção e aquisição, garante o armazenamento correto e pode ainda fazer a prescrição de alguns remédios.

2. METODOLOGIA

Este estudo terá como método de pesquisa um estudo de caso, os procedimentos técnicos a pesquisa configurou se em um estudo de caso de pesquisa e ação, o estudo de caso abrange uma ampla variedade de diversas evidências documentais, entrevista e observação que irá direcionar o trabalho científico o que necessita uma dedicação, estudo e análise pelo pesquisador que irá executar o trabalho científico e tem como objetivo reunir e analisar os acontecimentos contemporâneo promovendo a interpretação do fenômeno estudado, para apoiar o trabalho, a pesquisa apresentara caráter exploratório descritivo pois os fatos são observados, registrado e analisado para conclusão do projeto de pesquisa.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foi realizada uma visita técnica no hospital Maria Alice Gomes Lafayette no setor da farmácia hospitalar onde foram entrevistadas duas funcionárias da farmácia. O funcionamento da farmácia hospitalar é realizado por escala de plantões e conta com uma diarista para suporte no abastecimento. Através da entrevista realizada foi constatado que o enfermeiro tem como principal responsabilidade a verificação das medicações do carrinho de parada, além de informar a falta de alguma medicação no setor responsável, conferindo fármaco e dosagem correta.

Durante a entrevista foi observada a influência do enfermeiro no processo de assistência aos pacientes visto que o mesmo deve atentar para as medicações fornecidas pela farmácia, verificando se condiz com as prescrições médicas, para que não haja nenhum erro na administração de medicamentos, garantindo desta forma para a eficiência do serviço prestado.

Vale destacar que a farmácia hospitalar além de armazenar e gerenciar os medicamentos a serem utilizados pela rede do hospital, abrange também materiais injetáveis, oral, material para curativo, material para intubação e pequenas cirurgias.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É de suma importância a parceria do enfermeiro com a farmácia hospitalar na prevenção dos possíveis erros de distribuição e administração de medicamentos, considerando que os conhecimentos técnicos científico no gerenciamento do processo execução de administração de medicamentos.

REFERÊNCIAS

DUARTE, G. B. M., & de JESUS MORAIS, Y. Padronização de medicamentos e seu impacto na assistência farmacêutica hospitalar e nos custos dos medicamentos. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 14, p. e112101421201-e112101421201, 2021.

MELO, E. L. De; OLIVEIRA, L. De S. . Farmácia Hospitalar E O Papel Do Farmacêutico No Âmbito Da Assistência Farmacêutica. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos** , [S. l.], v. 4, n. 8, p. 287–299, 2021. DOI: 10.5281/zenodo.4641016.

NERE, Jaime da Silva. **O papel do enfermeiro na gestão de uma farmácia hospitalar: estudo de caso no Hospital Adventista de Belém**. 2018. Dissertação de Mestrado. Disponível em: <https://recil.ensinulusofona.pt/handle/10437/10373>.

SILVA, Anderson Lourenço da. **O desafio de garantir acesso integral a medicamentos no Sistema Único de Saúde e a pressão exercida pela judicialização da saúde** 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/24891>. Acesso em 25 de maio de 2022.

SOUZA, Éricka Cecília Resende de. **Práticas seguras na administração de medicamentos em pediatria**. 2018. Dissertação de Mestrado. Brasil. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/26595>.

ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA

Débora Andreyra de Souza Siqueira¹

RESUMO

Estudo de revisão integrativa da literatura que objetivou descrever a atuação da enfermagem na UTI e analisar a importância dessa assistência para o paciente. A busca foi realizada nos bancos de dados Lilacs, BDENF e Scielo. O recorte temporal utilizado foi de 1998 a 2022 e os dados foram analisados por análise de conteúdo. A produção do conhecimento acerca do tema é bastante incipiente, reduzindo-se a 9 publicações. O enfermeiro tem papel fundamental na assistência ao paciente na UTI, e não se tem como pensar a melhoria da qualidade da assistência

uma práxis segura sem a observância dos pressupostos da atuação . E o papel constitui-se em importante estratégia para transformação da práxis em direção à melhoria constante da qualidade, bem como melhoria das condições de trabalho.

Palavras-chave: Enfermagem. Paciente. Unidade de Terapia Intensiva.

1. INTRODUÇÃO

A unidade de terapia intensiva (UTI) foi estruturada com fundamento nas ações de Florence Nightingale. Onde aconteceu em 1954 a guerra da Criméia em que a Inglaterra, França e Turquia declaram guerra à Rússia, os soldados vinham a óbito por as situações em que eles se encontravam, as quais eram instáveis, entretanto o percentual de mortalidade reduziu com intervenções de cuidados mais complexos e especializados, em outras palavras, foram separados de acordo com o nível de gravidade, onde os mais graves estivessem próximo a Enfermagem com monitoramento constante. Desta maneira o objetivo essencial da unidade de terapia intensiva é restabelecer ou dar assistência às funções vitais dos pacientes em um ambiente físico e psicológico apropriado (OUCHI et al., 2018).

O enfermeiro deve prestar cuidado a partir da assistência ao paciente em estado crítico. Além da assistência, o enfermeiro deve estar ciente da coordenação e organização da equipe de enfermagem, e conseqüentemente possui o compromisso de manter o equilíbrio do paciente e o bom funcionamento da unidade. Nesse sentido, o enfermeiro intensivista terá duas funções: a de coordenador e a de assistencial.

Na ideia de coordenação, o enfermeiro é capacitado para a organização da equipe com a supervisão das atividades estabelecidas, mantendo comportamento em aspectos que precisam ser revisados para elevar a qualidade assistencial e o bem-estar do paciente. Dentro destas funções cabe ao enfermeiro a utilização de elementos norteadores como: planejar, supervisionar, compor, atender e manter o domínio de recursos materiais e humanos que permitam o funcionamento do cargo desta unidade com equipamentos específicos, recursos humanos especializados, e tecnologias destinadas a detectar de forma terapêutica as condições clínicas do paciente crítico.

O enfermeiro que trabalha nessa unidade deve ter “conhecimento científico, prático e técnico, a fim de que possa tomar decisões rápidas e concretas, transmitindo

segurança a toda a equipe e principalmente diminuindo os riscos que ameaçam a vida do paciente”.

No conceito assistencial, o enfermeiro está atento a obtenção do histórico do paciente, efetivação de exame físico e avaliação das condições clínicas, execução de procedimentos e intervenções relacionadas ao tratamento, orientação acerca da continuidade do tratamento, registrar a evolução do estado clínico, intercorrências e cuidados prestados, além de gerenciar o planejamento, e a supervisão. (GOMES et al, 1998)

“A função dos enfermeiros na UTI é esta ao lado do paciente atentando-se a sua história de vida, mudanças fisiológicas, exames de rotinas, cuidados higiênicos e execução de terapias na busca pela cura e restauração da saúde, além de realizar a distribuição executiva da equipe atuante e coordenar uma aproximação com membros das famílias que ajudam no processo do cuidado.” (GOMES et al, 2019)

É verificado em estudos que a proporção enfermeiro-paciente impacta o resultado no atendimento ao paciente crítico. Foi achado que enfermeiros com uma proporção de 1: 1 tem menos carga de estresse e resulta na melhora dos resultados do paciente crítico em UTI. Sendo necessário estar atento à carga de trabalho do enfermeiro que envolve múltiplas funções. Daí a importância do dimensionamento da equipe. (ALOUSH et al, 2018).

2. METODOLOGIA

Para este estudo será realizado um levantamento bibliográfico nas bases de dados indexadas: Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde (LILACS) e Base de Dados de Enfermagem (BDENF) e Scientific Electronic Library Online (SciELO). Para o levantamento dos artigos, utilizaram-se os descritores controlados da Biblioteca Virtual em Saúde por meio dos Descritores em Ciências da Saúde, como "unidade de terapia intensiva " e "enfermagem" e "assistência ao paciente ".

Os critérios utilizados para a seleção da amostra foram: artigos completos disponíveis eletronicamente, no idioma português; artigos que abordam a temática de enfermagem em centro cirúrgico e a segurança do paciente; pesquisas realizadas no Brasil sobre a temática e divulgada no período de 1998 a 2022. Como critérios de exclusão, os artigos repetidos foram retirados da análise do estudo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em estudos, apontam que a Sistematização da Assistência de Enfermagem (SAE) é uma ferramenta essencial e importante na gestão do cuidado ao paciente. Considerando os pacientes da unidade de terapia intensiva (UTI) que necessitam de cuidados complexos, buscamos sistematizar e organizar o cuidado e prestar um cuidado baseado na ciência por meio da SAE. (SANTOS et al, 2022)

Nesse sentido, a equipe de enfermagem na UTI deve colocar em prática a assistência, pois irá facilitar o dia a dia dos seus pacientes, tendo também a organização com toda a equipe de enfermagem, ressaltando a SAE como uma coluna principal da enfermagem. Conseguindo então desenvolver uma boa relação entre os profissionais, pacientes e familiares.

É retratado em estudos que a ocorrência de Eventos Adversos (EAs) na Unidade de Terapia Intensiva (UTI) é mais propícia, dessa forma, os profissionais de enfermagem são aqueles que estão diretamente ligados ao paciente, sendo assim, torna-se necessário prevenir a ocorrência destes na assistência para promover a segurança do paciente. (LIMA et al, 2022)

Os profissionais de enfermagem devem sempre buscar o melhor conhecimento para atender seus pacientes, sendo de suma importância ressaltar o uso da EAs nas UTIs como forma de segurança a todos tendo um melhor desempenho e qualidade de serviços.

Segundo pesquisas realizadas o trabalho em Unidades de Terapia Intensiva envolve uma série de características específicas, tais como a convivência diária dos profissionais e dos indivíduos doentes em situações de risco; a ênfase no conhecimento técnico-científico, a tecnologia do atendimento, a constante presença da morte, a ansiedade dos pacientes, familiares e trabalhadores de saúde, as rotinas rígidas e inflexíveis, e a rapidez no atendimento, são características da rotina diária dos profissionais de saúde que implicam para fatores associados à qualidade de vida, como: ansiedade, estresse, distanciamento familiar, sobrecarga emocional, dentre outros. (LIMA et al, 2022)

Mostrasse então que além de ótimos profissionais capacitados, os enfermeiros devem ter empatia no âmbito hospitalar pois não se trata apenas de pacientes mas de pessoas e muitas famílias angustiadas e preocupadas com seus familiares. Por

esse motivo que na rotina do dia a dia não se deve esquecer o quanto é difícil para aquela pessoa, e lembrar todos os dias que estão auxiliando para uma melhoria na vida das pessoas.

Já a humanização na UTI é importante, já que se deve considerar o paciente como um todo, pois seu estado emocional pode estar tão comprometido quanto seu físico. A equipe de saúde deve estar preparada para uma assistência humanizada, estimulando o autocuidado, na medida em que o tipo de atendimento recebido dos profissionais de saúde também influencia os sentimentos das pessoas internadas. (RODRIGUEZ et al, 2013)

Validar o processo de humanização da assistência na unidade de terapia intensiva é uma estratégia importante, ajuda a melhorar as condições de trabalho e a qualidade do atendimento ao paciente, pois facilita o fornecimento de assistência segura e eficaz ao paciente e o desenvolvimento e valorização dos profissionais de enfermagem.

Contudo afirma que, o enfermeiro de UTI se encarrega de prestar cuidados ao enfermo, tanto em situação de emergência como no suporte à vida. Tal profissional, precisa estar apto, independente do quadro clínico ou do diagnóstico, a prestar cuidados a todos os pacientes, utilizando-se de uma abordagem abrangente que lhes certifique sua integridade e apreço. A UTI exige ainda, vasto pilar científico e de especializações, no qual os enfermeiros necessitam unir suas capacidades técnicas e intelectuais à prática cotidiana. (CAIRES et al, 2021)

Além disso, os enfermeiros da UTI desempenham um papel importante em determinados períodos, os pacientes enfrentam fragilidades, deficiências físicas e emocionais, e o mesmo representa um importante ponto de apoio para a equipe assistencial, que envolve ensino e organização, ambos sob a supervisão dos serviços de enfermagem. Os enfermeiros de UTI precisam de agilidade e habilidades para capacitá-los a realizar atividades que efetivamente ligam conhecimentos e áreas científicas e técnicas, tecnologia para personalizar e humanizar o atendimento.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observou-se com a análise dos trabalhos que o enfermeiro tem papel fundamental na promoção da atuação da enfermagem ao paciente na UTI e que não

há como dissociar a melhoria da qualidade da assistência umas práxis segura e livre de iatrogenias sem a observância dos pressupostos da humanização da assistência em todos os aspectos. Quanto à importância do papel da assistência para o enfermeiro, pode-se concluir que esta é uma importante estratégia para transformação da práxis em direção à melhoria constante da qualidade, assim como a melhoria das condições de trabalho. Assim, promovendo uma assistência digna, humana tanto para o paciente quanto para o profissional. Ressalta-se que novas pesquisas sobre o tema devem ser realizadas principalmente os estudos de campo que muito poderão contribuir para desvelar as questões acerca da humanização da assistência na UTI vivenciadas pelos pacientes, profissionais e familiares, contribuindo para uma visão múltipla sobre o fenômeno.

5. REFERÊNCIAS

- OUCHI, Janaina et al. O PAPEL DO ENFERMEIRO NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA DIANTE DE NOVAS TECNOLOGIAS EM SAÚDE. Revista Saúde em Foco, Brasil, ano 2018, n. 10, 18 jul. 2018. saúde, p. 412-428. Disponível em: https://portal.unisepe.com.br/unifia/wp-content/uploads/sites/10001/2018/07/054_O_PAPEL_DO_ENFERMEIRO_NA_UNIDADE_DE_TERAPIA_INTENSIVA.pdf. Acesso em: 1 nov. 2022.
- GOMES, A . M. Enfermagem na unidade de terapia intensiva, 2 ed., São Paulo, EDU, 1988. P 3-5; 17-31.
- GOMES, Diógenes Farias et al. Papel do enfermeiro no cuidado intensivo neonatal no Brasil. Essentia-Revista de Cultura, Ciência e Tecnologia da UVA, 2019.
- ALLOUSH, S.M; ALSARAIREH, F.A. Cumprimento dos enfermeiros com as diretrizes de prevenção de infecção da corrente sanguínea associadas ao cateter central. Saudi Medical Journal March. 2018. v 39 .3, p 273-279.
- MORAIS, Daniela Aparecida et al. Liderança do enfermeiro dentro da unidade de terapia intensiva: Sistematização da assistência de enfermagem para empoderamento do enfermeiro. Processo da Enfermagem: Processos de Enfermagem, EAD, v. 1, ed. 1, p. 11, 2022.
- ARAUJO, Shayanne Moura Fernandes et al. Estratégias utilizadas pelos profissionais de enfermagem para promover a segurança do paciente e prevenir eventos adversos em Unidades de Terapia Intensiva (UTI). Ciências da Saúde, UNP / Salgado Filho, ano 1, v. 1, n. 1, ed. 1, p. 1-13, 2022

REGO, Fernanda et al. A humanização e o acolhimento na UTI: Uma reflexão acerca da atenção e cuidado com foco no usuário. *Sus, EAD*, ano 1, v. 1, n. 1, ed. 1, p. 1-15, 2022

RODRIGUES, Ana Paula Laender Muñoz et al. O papel do enfermeiro na humanização da assistência ao paciente na Unidade de Terapia Intensiva. *Humanização*, Niterói RJ, v. 1, ed. 1, p. 298-304, 2013.

CAIRES, Elon Saúde et al. ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NA UNIDADE DE TERAPIA INTENSIVA. *Unidade de terapia intensiva, Revista Transformar*, v. 15, ed. 1, p. 523-532, 2021.

ESTUDO DA DERMATITE ATÓPICA EM ADULTOS – A PATOLOGIA NA ATUALIDADE BRASILEIRA

João Paulo Fernando Lira Matos Silva

RESUMO

A dermatite atópica afeta pelo menos 10% a 15% da população mundial. A doença não tem fator desencadeante, embora esteja diretamente relacionada a prováveis pais com rinite, alergia ou asma. O presente projeto traz uma discussão em torno da complexidade do diagnóstico. A D. A. pode ter um efeito prejudicial na vida dos pacientes e de suas famílias ao longo da vida. Este efeito inclui impactos na qualidade de vida relacionados à convivência social, à economia e às ocupações. Apesar dos muitos avanços no estudo desse tema, pesquisas sobre a patologia e suas características clínicas em adultos são bem mais consideradas devido à escassez quanto às pesquisas científicas publicadas, especialmente quanto ao fenótipo da D. A. No Brasil, a prevalência da D. A. apresenta variação conforme a faixa etária acometida e a região brasileira em que se manifesta o número de pacientes diagnosticados e em tratamento. As regiões Norte e Nordeste do Brasil são as regiões nas quais um número um pouco maior de casos é detectado. A prevalência é ainda maior entre crianças com idade entre seis e sete anos. A dermatite atópica (D. A.), também chamada de eczema atópico, é a condição cutânea recidivante crônica mais prevalente em bebês e crianças. É caracterizada por uma inflamação crônica da pele decorrente de defeitos na barreira fisiológica. O início tardio da D. A., na idade adulta, também está ligado a gatilhos hormonais, autoimunes e/ou emocionais. Leituras prévias sobre a patologia Dermatite Atópica, embora ainda escassas em relação aos adultos com DA, contribuirão para um melhor entendimento da doença e das consequências que ela traz para o cotidiano dos pacientes, principalmente daqueles que manifestam a patologia em estágios mais avançados. O foco do estudo de casos patológicos em adultos com dermatite torna-se a referência deste projeto de pesquisa, a fim de buscar e garantir a realização de leituras científicas.

Palavras-chave: Dermatite Atópica. Eczema. Adulto.

1. INTRODUÇÃO

No decorrer dos anos, pesquisas apontam que a dermatite atópica vem se exacerbando nas últimas três décadas e tal aumento das pessoas acometidas com essa patologia chega a ser considerada alarmante, conforme estatísticas providas pela Associação de Apoio à Dermatite Atópica - AADA (2021), indicando que a doença atinge, pelo menos, 10% a 15% da população mundial, ressaltando, então, que os números de indivíduos que convivem com a patologia avultam em quantidade, o que é perceptível pelas pesquisas mundiais apresentadas por órgãos de saúde e, face ser sabido – até o momento - que a doença não tem um fator desencadeante, embora tenha relação direta com prováveis pais portadores de rinite, alergias ou asma.

O presente projeto traz uma discussão em torno da complexidade do diagnóstico da Dermatite Atópica apontando que, mesmo com tantos casos relatados no mundo, ainda é uma dermatose com difícil diagnóstico, sendo facilmente confundida com outros casos clínicos, tais como: rinite alérgica, asma, psoríase e até seborreia.

Nessa perspectiva, o estudo do tema proporcionará uma análise gradativa dos ajustes nos conceitos relativos à problemática, haja vista que as dificuldades apresentadas nas pesquisas científicas, seja acerca do diagnóstico até a proposição de tratamentos específicos para os pacientes de acordo com as condições que os mesmos apresentem, indicam a urgência de um entendimento especial quanto ao tratamento da dermatite atópica em suas diferentes nuances.

A Dermatite Atópica é um dos eczemas mais comuns que acomete a humanidade, sobretudo na infância, embora seja possível também aparecer em pessoas adultas, segundo a Sociedade Brasileira de Dermatologia (2020). Tal característica requer uma atenção neste estudo, visto que, por ter relação com a genética e, não raro, com o acometimento de outras doenças como rinite, asma e conjuntivite, por agredir o maior órgão do corpo humano, essa doença em foco ocasiona outros tantos sofrimentos físicos e psíquicos, trazendo o convite para mudanças de hábitos até para os familiares do paciente acometido pela doença desde a tenra idade, conforme destacou Rosemary Humphreys quando falou no Japão, em

nome dos pacientes, no 5º Simpósio Internacional de Dermatite Atópica organizado pelo dermatologista brasileiro, doutor Roberto Takaoka.

Em se tratando da pessoa adulta portadora de Dermatite Atópica, o olhar requer o estudo aprofundado e cuidadoso do tema, sobretudo porque ainda são poucas as informações disponíveis sobre a epidemiologia de DA em adultos, até mesmo pelo fato de que a doença impacta significativamente a qualidade de vida cotidiana do paciente, geralmente agravada pelos equivocados diagnósticos anteriores, o que gera um aumento significativo nos custos de cuidados com a saúde do adulto com dermatite.

2. METODOLOGIA

Por tratar-se de um projeto de revisão bibliográfica, cuja abordagem pretende ser descritiva – exploratória, a partir das leituras de artigos publicados por diversas fontes, entre outros, revistas, específicas, periódicos, internet, priorizando aquelas consideradas mais confiáveis por fazerem parte do cotidiano científico, dentre as quais ressaltamos a Sociedade Brasileira de Dermatologia, bem como fontes secundárias cuja abrangência tornou-se pública em relação ao tema desse projeto proposto, considerando-se desde a publicação de artigos na internet, bem como boletins, monografias, tese e possível estudo futuro de caso de paciente adulto, do sexo feminino, na faixa etária dos 50 anos de idade, com evidência comprovada do diagnóstico de Dermatite Atópica, que apresentava sintomas desde a sua infância, mas que só possui diagnóstico recentemente comprovado por médico dermatologista.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Realizar um estudo bibliográfico e traçar, paralelamente, aspectos científicos que possibilitem a futura reorientação de pessoa adulta, voluntária, afetada pela Dermatite Atópica, com vistas a robustecer o tratamento do paciente com o uso dos dados obtidos e diante a manifestação e a prevalência da patologia durante o período de estudo deste projeto.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como até o presente momento a causa da Dermatite Atópica do Adulto ainda está desconhecida, o prosseguimento de pesquisas metodológicas com pacientes portadores de D. A. é muito importante nas diferentes faixas etárias, porém o foco do estudo dos casos patológicos em adultos portadores da dermatite se torna a referência deste projeto de pesquisa, a fim de se buscar e garantir a realização de leituras científicas que apresentem tratamentos capazes de minimizar e até, num futuro breve, eliminar os problemas causados pela dermatose.

5. REFERÊNCIAS

Associação Brasileira de Alergia e Imunologia e da Sociedade Brasileira de Pediatria. Guia prático de atualização em dermatite atópica - Parte I: etiopatogenia, clínica e diagnóstico, 2017.

_____. Guia prático de atualização em dermatite atópica - Parte II: abordagem terapêutica, 2017.

Dermatite atópica e filagrina: restaurando barreiras para o controle da doença. *Jornal Brasileiro de Alergia e Imunologia*, 2013; 1(5): 239 - 42.

DO ROSÁRIO, L. S. Dermatite Atópica: perfil de sensibilização alérgica e comparação com outras doenças alérgicas em indivíduos da Grande Florianópolis, Santa Catarina / Lucas Silveira do Rosário – Florianópolis, 2020.

FAS, Addor AOKI, V. Barreira cutânea na dermatite atópica, 2010; 85 (2): 184 - 94.

LEITE, CRAVEIRO e COSTA. Rubens Marcelo Souza; Adriana Aragão Leite; Izelda Maria Carvalho. Dermatite atópica: uma doença cutânea ou uma doença sistêmica? A procura de respostas na história da dermatologia. *An Bras Dermatol*.007;82 (1): 71- 8.

ROSÁRIO, Lucas Silveira do. Dermatite Atópica: perfil de sensibilização alérgica e comparação com outras doenças alérgicas em indivíduos da Grande Florianópolis, Santa Catarina.

Residência Pediátrica – Doenças Dermatológicas e Fatores de Risco: Artigo Original, Ano 2021 - Volume 11 - Número 1.

Sociedade de Pediatria de São Paulo. Publicado por Zeppelini Publishers, 2017.

GASTRONOMIA HOSPITALAR

Alice Oliveira Freire do Nascimento

Ingryd Michaelly Batista Calado Nunes de Siqueira

Maria Fernanda Paulino Nogueira Nunes

RESUMO

Este projeto tem como objetivo apontar a influência da cozinha hospitalar na recuperação dos pacientes hospitalizados, em primeiro momento enfatizando a importância da necessidade de implementação da gastronomia hospitalar que tem o objetivo de unir as necessidades básicas nutricionais do paciente e a alta gastronomia, como também compreender os atributos voltados ao profissional de enfermagem atuante no mesmo âmbito. Este estudo é um relato de experiências, com metodologia qualitativa, o mesmo foi realizado em um hospital público brasileiro, no qual se foi permitido o estudo a respeito do fluxo de etapas necessárias para o preparo das refeições, os profissionais responsáveis pelas referidas etapas, a importância terapêutica e nutricional da alimentação humanizada, e os tipos de dietas ofertadas aos pacientes. As discussões pautaram o entendimento dos profissionais presentes acerca das reais necessidades dos pacientes e como a gastronomia hospitalar colabora para com a evolução do quadro clínico geral da pessoa internada e de sua melhor estadia na unidade de saúde. O projeto foi desenvolvido com êxito, tanto na sua esfera bibliográfica quanto na vivência prática em campo. A pesquisa conclui a necessidade de investimento e reconhecimento para com o ramo da cozinha hospitalar. Espera-se com este estudo apontar a importância da gastronomia hospitalar na recuperação mais rápida de pacientes hospitalizados.

Palavras-chave: Enfermagem. Gastronomia. Hospitalar.

1. INTRODUÇÃO

A alimentação hospitalar tem como objetivo principal favorecer a recuperação do paciente e não permitir que a desnutrição ocorra no ambiente hospitalar (SILVA, 2021).

(SOUZA, MOLERO E MOLINA, 2021), enfatizam em seus estudos que a gastronomia hospitalar surgiu para aumentar a aceitação das refeições oferecidas aos pacientes, pois além de utilizar técnicas científicas para construir pratos nutricionalmente equilibrados e proporcionais à patologia que o paciente apresenta,

ela trabalha para que todos os aspectos visuais, olfativos e gustativos atendam às necessidades dos pacientes hospitalizados.

A alimentação hospitalar ainda é vista apenas como uma fonte de aporte energético e proteico pela grande maioria de unidades hospitalares, mesmo sabendo-se que comer não se trata apenas de um ato vital, mas também de uma manifestação cultural, de função terapêutica e tratamento humanizado, tendo em vista a melhora significativa dos pacientes quando bem ofertado tal serviço.

No entanto, como dito por (PEDRON, 2013) a realidade enfrentada pelos pacientes quanto à oferta de uma alimentação humanizada nos hospitais ainda é algo a ser revisto, não pela falta de nutrientes nas refeições, mas, pela ausência de humanização na oferta das mesmas. A questão apresentada ocorre em decorrência de diversos fatores, sejam eles, a carga excessiva de trabalho enfrentada pelos poucos profissionais responsáveis, que são eles da linha de frente de preparação como os manipuladores ou mesmo os responsáveis pela elaboração do cardápio, monitoramento nutricional e cuidado personalizado como os nutricionistas, além do não reconhecimento sobre a tamanha importância das funções desempenhadas pelos mesmos.

(GONÇALVES, 2016) relata ser notória a importância da equipe multidisciplinar envolvida e responsável pela alimentação nos hospitais, além de ser clara a necessidade de reconhecimento do importante trabalho realizado pelos mesmos, a princípio por parte das instituições hospitalares, como também, pela sociedade em geral, reconhecendo o impacto causado pela ausência de uma nutrição hospitalar humanizada, não apenas em razão dos custos de tratamento do paciente, mas também pela evolução quanto ao reconhecimento acerca de seu acompanhamento clínico-nutricional.

Por isto, o atual estudo tem como intuito compreender de forma clara como funciona a sessão responsável pela produção de alimentos no âmbito hospitalar e quais os papéis desempenhados e atribuídos aos profissionais de enfermagem.

2. METODOLOGIA

Este estudo é um relato de experiências e foi realizado no hospital público municipal Maria Alice Gomes Lafayette, sediado na cidade de Sertânia, no estado de

Pernambuco. Tendo em suas dependências a presença da cozinha hospitalar, foi-se permitido o estudo a respeito do fluxo de etapas necessárias para o preparo das refeições, os profissionais responsáveis pelas referidas etapas, a importância terapêutica e nutricional da alimentação humanizada, e os tipos de dietas ofertadas aos pacientes.

No presente estudo foi aplicada uma metodologia qualitativa, a coleta de dados foi realizada no período de junho a agosto/2022 para a análise a respeito do funcionamento da cozinha hospitalar. Nela consta que o trabalho em conjunto da equipe multidisciplinar ocorre a fim de cumprir as seguintes etapas necessárias: garantia das devidas condições higiênico sanitárias do alimento a ser preparado, seleção e prescrição de dietas a partir das necessidades específicas do paciente, o preparo, o transporte e a administração final das refeições.

Considerando o exposto e os objetivos propostos neste estudo, optou-se por elaborar um roteiro semiestruturado de entrevista com questões abertas, suficientemente para captar os conhecimentos acerca do tema promoção da saúde de uma forma descritiva. Esses instrumentos permitem que os entrevistados se expressem livremente.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos resultados obtidos evidencia-se a gastronomia hospitalar como fonte de contribuição energética, afetiva e terapêutica. É salienta-se a importância do bom desempenho do trabalho da equipe multidisciplinar, a fim de melhorar ao máximo a experiência do paciente internado. Além de sua necessidade de reconhecimento e reavaliação de cargas horárias e atribuições diversas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa conclui a necessidade de investimento e reconhecimento para com o ramo da cozinha hospitalar e espera-se com este estudo apontar a importância da gastronomia nas unidades hospitalares.

5. REFERÊNCIAS

GONÇALVES, Nilce. O nutricionista que atua em Serviços Hospitalares de Nutrição: competências profissionais e estratégias gerenciais. **Tese de Doutorado**. Universidade de São Paulo. 2016.

PEDRON, Cecília. O cuidado leigo e profissional na prematuridade tardia: Fatores culturais relacionados ao período pós alta hospitalar. **Lume Repositório digital**, 2013.

SILVA, Francilene. Nutrição e gastronomia: aliados no bem estar e na recuperação de pacientes hospitalizados. **Diálogos em Saúde**, v. 2, n. 2, 2021.

SOUZA, Beatriz; MOLERO, Mariana; MOLINA, Viviane. Gastronomia e humanização hospitalar. **Revista Multidisciplinar da Saúde**, v. 3, n. 1, p.14-26, 2021.

LAVANDEIRA HOSPITALAR

Ingyrd Michaelly Batista Calado Nunes de Siqueira³⁸

Maria Fernanda Paulino Nogueira Nunes³⁹

Alice Oliveira Freire do Nascimento⁴⁰

RESUMO

Tem como objetivo mostrar a importância do trabalho da equipe de enfermagem durante todo o processo da lavanderia hospitalar, no qual este projeto foi elaborado com o intuito de demonstrar para o leitor os funcionamentos primordiais e de extrema importância, não apenas para o melhor funcionamento do hospital, mas também para garantir a segurança de todos que estão presentes no hospital, principalmente para os pacientes, pois são eles que irão receber as roupas e também são eles que irão utilizar os lençóis, por exemplo. É importante citar que a lavanderia e todo o processo de lavagem de roupa, que no fim de todas as etapas de lavagem as roupas não precisam ficar estéreis, mas sim livres de microrganismos patogênicos que causam doença nos seres humanos, assim trará para o paciente e funcionários do hospital, menos casos de infecção. Também se pode citar que a segurança do paciente não se esta somente na lavagem das roupas e de sim todo o ambiente hospitalar. A lavanderia deve estar posicionada perto da área de serviços gerais e estar numa posição onde as correntes de ar não devem atingir as roupas já limpas, por isso existem os dois tipos de barreiras. É se suma importância manter o ambiente da lavanderia hospitalar sempre limpo, e utilizar toso os EPI's (equipamentos de proteção individual) que estão contidos em touca, luvas, galochas ou botas, entre outros. As luvas têm um papel importante para a proteção do enfermeiro atuante na lavanderia,

³⁸ Granduando(a) ou professor(a) de (enfermagem), no Centro de Ensino Superior de Arcoverde (CESA).

³⁹ Granduando(a) ou professor(a) de (enfermagem), no Centro de Ensino Superior de Arcoverde (CESA).

⁴⁰ Granduando(a) ou professor(a) de (enfermagem), no Centro de Ensino Superior de Arcoverde (CESA).

pois é este equipamento de lavandaria com que tenha contato direto com os produtos químicos, estes que podem trazer reações alérgicas.

Palavras-chave: Enfermagem. Lavandaria hospitalar.

1. INTRODUÇÃO

A lavandaria hospitalar é um dos serviços de apoio ao atendimento dos pacientes, responsável pelo processamento da roupa e sua distribuição em perfeitas condições de higiene e conservação, em quantidade adequada a todas às unidades do hospital (LIMA, 2022).

De acordo com Souza et al (2019) a lavandaria hospitalar é especializada que tem a função de lavar roupas de hospital, ela funciona como um dos serviços de apoio ao atendimento dos pacientes responsável pela higiene e conservação da roupa.

Leite; Oliveira Costa; Oliveira Mariano (2019) ressaltam que ela é importante no controle das infecções, na recuperação, conforto e segurança do paciente, na facilidade, segurança e conforto da equipe de trabalho, na racionalização de tempo e material, e na redução dos custos operacionais.

Conforme Soler e Oliveira (2011) a operacionalização da lavandaria abrange todo o circuito da roupa, desde sua utilização nas diversas unidades do hospital, separação e acondicionamento da roupa suja nestas unidades, coleta e transporte, até sua redistribuição e armazenamento após o devido processamento.

Toda roupa contaminada é gerada por hospitais, casas de saúde, casas de repouso e similares, bem como no contexto dos cuidados em casa, em qualquer lugar que o cuidado dos doentes e enfermos é realizada.

Silva e Gatto (2012) reforçam que a importância da lavandaria dentro do complexo hospitalar é grande, uma vez que a eficiência de seu funcionamento contribui diretamente na eficiência do hospital, refletindo especialmente no controle de infecções; recuperação, conforto e segurança dos pacientes; facilidade, segurança e conforto da equipe de trabalho.

Acrescentam Silva; Sousa; Moura (2021) em seus estudos que a lavandaria hospitalar tem como objetivo transformar a roupa contaminada e suja em uma roupa higienicamente limpas. Essa transformação deve ser feita com segurança, no tempo apropriado e em uma quantidade sempre estabelecida. No fim dessa transformação

as roupas não precisam ficar estéreis, mas sim livres de microrganismos patogênicos que causam doença nos seres humanos.

2. METODOLOGIA

Foi realizado um estudo de caso em um Hospital Maria Alice Gomes Lafayette na Cidade de Sertânia, no qual foram observados in loco, sob supervisão de um enfermeiro, as etapas do processamento das roupas na lavanderia hospitalar. Foi feito um levantamento da importância da lavanderia para a contenção de contaminação hospitalar, onde se conheceu os equipamentos e materiais bem como seu funcionamento.

Dentre as etapas foram observados os enxágues iniciais e intermediários, umectação, pré-lavagem, lavagem, alvejamento, acidulação, amaciamento e engomagem, embalagem, identificação e entrega aos setores específicos.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A lavanderia no Hospital Maria Alice Gomes Lafayette, apesar das condições de alguns aparelhos, apresenta bastante suporte para todo o hospital. Ocorre a distribuição de todos os tecidos de forma livre de contaminação, produtos químicos, carrinhos de transporte, entre outros... Além de carrinho de limpeza para sempre manter, também, o ambiente da lavanderia sempre limpo.

Esta lavanderia, em específico, com relação a todos os materiais, equipamentos, produtos em geral. Tem coerência com todos os casos bibliográficos que também foram citados neste documento.

Os impactos que este estudo pode gerar, é que mesmo em hospitais com pouca estrutura, junto com a capacitação de bons profissionais, se pode ter um ambiente favorável para todos o hospital, principalmente para os pacientes e toda a equipe que trabalha no local. Por outro lado, não houve limitações.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lavanderia hospitalar tem como objetivo transformar a roupa contaminada e suja em uma roupa higienicamente limpas. Essa transformação deve ser feita com segurança, no tempo apropriado e em uma quantidade sempre estabelecida. No fim dessa transformação as roupas não precisam ficar estéreis, mas sim livres de microrganismos patogênicos que causam doença nos seres humanos.

5. REFERÊNCIAS

DINIZ, Allan Marcio Oliveira [et al]. **Panorama de pesquisa sobre gestão da hotelaria hospitalar e a comparação de prestação de serviços de lavanderia hospitalar do HC-UFU**. 2019. Disponível em:
<http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/24896> Acesso em 23 de maio de 2022.

LEITE, Jaqueline Conceição; DE OLIVEIRA COSTA, Mônica; DE OLIVEIRA MARIANO, Farana. **Análise dos processos de avaliação e certificação dos serviços de saúde no processamento de roupas, no procedimento de acreditação hospitalar pelos critérios da ONA: estudo de caso em um hospital filantrópico de médio porte**. Pensar Acadêmico, v. 5, n. 2, p. 19-30, 2019.

PERES, Braccialli Luzmarina et al. **Roupa hospitalar e cuidado em saúde: Visão dos Profissionais e Estudantes**. 2018. Disponível em
<https://www.redalyc.org/journal/4836/483655548009/html/> Acesso em 24 de maio de 2022.

RODRIGUES, Rennata Oliveira. **Análise e gerenciamento de riscos em uma lavanderia hospitalar**. 89 p. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Produção) – Universidade Federal do Pampa, Campus Bagé, Bagé, 2021. Disponível em <https://dspace.unipampa.edu.br/handle/rii/7282> Acesso em Setembro de 2022.

RUFINO. **Processos de lavagem de roupa hospitalar**. 2020. Disponível em
<https://www.rufinoequipamentos.com.br/processos-de-lavagem-de-roupa-hospitalar/> Acesso em 23 de maio de 2022.

SILVA, Jameson Vinicius; SOUSA, Valter Joao; MOURA, Roque Antonio. **Estudo Da Utilização De Ozônio Nos Processos De Uma Lavanderia Hospitalar**. CIMATech, v. 1, n. 8, p. 12-20, 2021.

SILVA. Lavanderia Hospitalar. 2020. Disponível em:
<https://www.coladaweb.com/medicina-e-enfermagem/lavanderia-hospitalar> Acesso em 24 de maio de 2022.

SOLER, Madalena Temponi; DE OLIVEIRA, Márcia Maria Benevenuto. **Lavanderia: Setor Fundamental No Combate À Infecção Hospitalar**. UNIFUNEC CIENTÍFICA MULTIDISCIPLINAR, v. 1, n. 1, 2011.

Ministério da Saúde. **Manual de Lavanderia Hospitalar**. 2002. Brasília. Disponível em <https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/lavanderia.pdf> Acesso em 24 de maio de 2022.

A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO CENTRO DE MATERIAIS E ESTERILIZAÇÃO

Maria Fernanda Paulino Nogueira Nunes

Ingrid Michaelly Batista Calado Nunes de Siqueira

Alice Oliveira Freire do Nascimento

RESUMO

O artigo traz a importância do enfermeiro no centro de materiais e esterilização e seu desempenho profissional, além de conscientizar os profissionais da enfermagem que atuam na CME, a respeito de sua responsabilidade e compromisso com a qualidade dos serviços prestados. Ademais, é ratificado a qualificação do centro de materiais enxergue ação como um local essencial para o hospital onde o trabalho dos funcionários ali presentes é além de tudo passar segurança para o paciente que irá precisar de tal material posteriormente.

Palavras-chave: Enfermagem, Centro de Materiais e Esterilização (CME).

1. INTRODUÇÃO

O Centro de Material e Esterilização (CME) é definido por um ambiente institucional por onde irá ocorrer o processamento necessário e especializado de produtos sanitários (ATHANÁZIO, 2020).

Conforme Costa et al (2020) algumas de suas funções incluem adquirir, receber, limpar, descontaminar, embalar, esterilizar e fornecer produtos reutilizáveis e seguros em procedimentos clínicos realizados em unidades consumidoras como hospitais, unidades de terapia intensiva, ambulatórios e centros cirúrgicos. Esses procedimentos necessitam de equipes qualificadas e bem treinadas, além de equipamentos especializados.

Para Lima et al (2020) o CME é fundamental para controlar as Infecções Relacionadas à Assistência à Saúde (IRAS), conceitualmente infeccionava a saúde como agentes adversários ou a interferências, que não estavam presentes ou se

aproximavam no momento da admissão em um estabelecimento de saúde. Embora comuns, as IRAS são responsáveis pelos graves danos à saúde e aumento dos custos com tratamento.

2. METODOLOGIA

Este estudo será desenvolvido no Hospital Municipal Maria Alice Gomes Lafayette, que tem o Centro de Materiais e Esterilização (CME) como referência para o Estado de Pernambuco.

Para a elaboração deste trabalho serão observados in situ, as etapas de Recepção dos materiais hospitalares; Limpeza dos mesmos; Preparo do material e embalagem; Esterilização e distribuição na rede Hospitalar.

Nesta pesquisa será avaliada a atuação do enfermeiro no CME, levando-se em conta os principais indicadores existentes, que se baseiam na avaliação da limpeza dos respectivos materiais que começa no setor de expurgo, o seu preparo, acondicionamento e esterilização, seguido do armazenamento e distribuição do material, de acordo com a estrutura física do ambiente, fluxo de trabalho e ferramentas de controle de qualidade.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O perfil dos profissionais entrevistados incluiu as seguintes características: idade entre 32 a 49 anos, tempo médio de serviço de quatro anos e jornada de trabalho de seis horas. As descrições e a documentação das falas revelaram o significado contextual dos processos de esterilização de materiais tanto no CME, quanto do Centro Cirúrgico (CC), surgindo determinados tópicos: procedimentos envolvidos no processo de esterilização; dificuldades encontradas no processo de trabalho; educação permanente dos profissionais como forma de superar um caminho difícil.

Procedimentos envolvidos no processo de esterilização:

De acordo com a Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (BRASIL, 2010) a recomendação para efetuar uma pré-limpeza dos instrumentos devem seguir as

seguintes etapas: no CME, os materiais sujos devem ser colocado em água morna potável com detergente, deixando a solução em contato com o instrumento por no mínimo três minutos, ou conforme orientação do fabricante. Em seguida, a superfície externa de cada instrumento deve ser limpa com uma esponja e escova até que a sujeira visível seja removida (movimentos de fricção). Após a limpeza, deve-se lavar o instrumento externamente com água potável sob pressão.

Dificuldades encontradas no processo de trabalho:

Neste tópico, os entrevistados identificaram barreiras inerentes ao processo de esterilização. A área física da central de material e esterilização deve ter sentido contínuo de mão única com barreiras físicas para evitar que os trabalhadores mudem de área e impedir o cruzamento de itens sujos e limpos. Também deve incluir um local para de descanso para os trabalhadores. Os trabalhadores da CME trabalham em ritmo acelerado e enfrentam demandas físicas e mentais e riscos químicos, físicos e biológicos, além de trabalhar em espaços físicos confinados e o calor de uma autoclave. Todos esses fatores geram cansaço, ansiedade e medo que podem afetar não só a saúde, mas também a qualidade do serviço, como demonstram os depoimentos a seguir: [...] velocidade inexplicável; tudo deve ser feito pra ontem; espaço físico instável e pequeno; acaba não obedecendo o tempo [...].

Educação permanente dos profissionais como forma de superar um caminho difícil:

A educação permanente em saúde conforme Campos (2018) é uma estratégia que tem se mostrado favorável e efetiva na formação dos profissionais de saúde, possibilitando transformações do trabalho e de suas relações no setor. O trabalho em conjunto modifica, qualifica e propicia o crescimento pessoal e profissional dos profissionais.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os profissionais observaram que inconsistências no ambiente físico dificultam o fluxo de materiais, pois não há barreiras físicas visíveis que possam separar as

áreas limpas das sujas, o que leva ao manuseio incorreto dos artigos e possível poluição do mesmo.

A importância do enfermeiro em qualificar o trabalho de esterilização de materiais e identificar as necessidades da equipe quanto ao seu ceticismo quanto ao fluxo de trabalho do CME, além de contribuir, ressalta a eficiência do processo de prevenção de infecções hospitalares. Ao apresentar o processo de trabalho e as dificuldades, esta pesquisa é capaz de facilitar a reflexão dos participantes sobre o assunto e o cotidiano, além de facilitar a produção de conhecimento nesse campo. O reconhecimento de algumas dificuldades suscitou outras reflexões sobre a produção de conhecimento no setor, com o objetivo de mobilizar os sujeitos a implementar mudanças no processo de trabalho para superar essas debilidades.

5. REFERÊNCIAS

ATHANÁZIO, Alcinéa Rodrigues. Percurso profissional da equipe de enfermagem do centro de material e esterilização de um hospital público: narrativas de vida. 2020. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/16715>. Acesso em 26 de maio de 2022.

CAMPOS, Katia Ferreira Costa. Educação permanente em saúde e mudança de modelo assistencial: avanços e desafios no cotidiano da atenção primária a saúde. 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/ENFC-B9EHP8>. Acesso em Agosto de 2022.

FERREIRA, L., BARBOSA, J. S. D. A., ESPOSTI, C. D. D., & CRUZ, M. M. D.. Educação Permanente em Saúde na atenção primária: uma revisão integrativa da literatura. Saúde em Debate, v. 43, p. 223-239, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sdeb/a/3wP8JDq48kSXrFMZqGt8rNQ/abstract/?lang=pt>. Acesso em Agosto de 2022.

FONSECA, Michelle Carneiro. Gestão de materiais de consumo do Hospital Maternidade do Divino Amor. 2021. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/45861>. Acesso em Agosto de 2022.

TRANSTORNOS ALIMENTARES: ANOREXIA E A NÃO ACEITAÇÃO DO PRÓPRIO CORPO

Luiza Graziela Freires de Sá Castro¹

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma objetiva discussão acerca das problemáticas que giram em torno do distúrbio alimentar conhecido como anorexia, com o intuito de compreender de que modo a anorexia traz prejuízos ao convívio social e familiar do paciente e os principais fatores relacionados aos crescentes casos notificados. Para um melhor desencadeamento de ideias, de modo mais específico, é buscado, primeiramente, analisar qual a faixa etária e o sexo das pessoas que mais são comprometidas por este transtorno, além de entender as causas fundamentais que levam ao aparecimento da doença e os problemas ligados ao bem-estar do paciente e, por fim, identificar quais as principais formas de prevenção e tratamento direcionadas a pessoas acometidas pela anorexia. Assim, almejando construir uma investigação de aspecto quantitativo e qualitativo, respaldado em uma perspectiva bibliográfica e se utilizando de meios coesos para construir esse estudo, foi possível observar nos resultados desta pesquisa que a anorexia afeta em sua maior parte as meninas na fase da adolescência, que inúmeros são os fatores de riscos encontrados para alguém que tem esse distúrbio e que os preconceitos arraigados nas famílias se apresentam como precursor para que continue sendo elevado o número de pessoas que convivem com esse mal.

Palavras-chave: Anorexia. Riscos. Família.

1. INTRODUÇÃO

Na atualidade, problemas ligados à estética e à vontade de seguir um padrão de beleza imposto pela sociedade se tornaram pautas corriqueiras e extremamente comentadas em todos os espaços, sejam eles públicos ou privados. Sendo assim, uma problemática não tão atual, porém complicada, é a anorexia que, segundo Schmidt e Mata (2008, p. 388), “se caracteriza pela recusa à alimentação associada a uma alteração na percepção subjetiva da forma e do peso corporais, levando a uma preocupação absolutamente descabida com a possibilidade de ganho ponderal”.

Tomando isso como base, é notório que não há uma causa concreta que justifique o surgimento da doença, contudo, problemas de cunho sociocultural, psicológico, biológico ou até mesmo familiar são motivos para que haja o aparecimento desse mal (MORGANA; VECCHIATTIA; NEGRÃO, 2002). Nesse sentido, é perceptível que com as grandes e incontáveis mudanças nas sociedades

atuais o número de pessoas anoréxicas é muito elevado e diversificados são os fatores que propiciam o aparecimento dos primeiros sintomas, já que a vontade de ter o corpo livre de imperfeições se tornou um desejo a nível mundial.

Ademais, é evidente que essa problemática necessita de um conjunto de profissionais altamente especializados para o seu tratamento. Dentre eles estão os profissionais da enfermagem que utilizando de técnicas específicas tornam o processo de cura mais efetivo e claramente mais ágil. Além disso, são os enfermeiros que conseguem, de modo mais evidente, transmitir um sentimento de alegria, fazendo com que o paciente ao se sentir seguro, compartilhe suas emoções e tenha seu quadro clínico firme e que haja evoluções (CORAS; ARAÚJO, 2011).

Diante do exposto, é possível perceber a importância que tem os enfermeiros no enfrentamento da anorexia, pois como são os responsáveis pelo controle de medicação e acompanhamento dos pacientes, em casos de internação, se tornam indispensáveis personagens para que se tenha um tratamento adequado, eficiente e, acima de tudo, útil. Nessa conjuntura, os momentos de diálogos realizados por esses profissionais têm fundamental importância no processo de cura dessas pessoas, pois como esse momento de troca de experiência é uma forma do paciente compartilhar e dividir suas dificuldades, há um significativo progresso do caso.

2. METODOLOGIA

Neste trabalho como recurso metodológico foi empregada a pesquisa bibliográfica, na qual foram utilizados o Scielo -*Scientific Electronic Library Online*- e o Google Acadêmico como principais dispositivos para que fosse obtida literatura suficiente e compatível com a temática abordada, a fim de fundamentar e tornar proveitoso o estudo. Tomando como base a semelhança entre as publicações localizadas, a exemplo de artigos científicos, as informações presentes nos textos foram colhidas e arranjadas e a discussão exposta a seguir foi realizada de acordo com as obras reunidas. Isso foi viável em virtude da estratégia adotada que consiste em colocar no espaço de pesquisa das plataformas, palavras-chaves que possuem ligação direta com o tema abordado.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Inicialmente, é indispensável pensar na anorexia como um problema de grande magnitude e que necessita de uma atenção excepcional. Tendo isso em mente, a anorexia possui como fatores de risco para a sua ocorrência o sexo e a faixa etária das pessoas, sendo comprovado o seu maior índice de prevalência entre adolescentes e pessoas do sexo feminino, principalmente (FLEITLICH *et al*, 2000). Logo, é relevante pensar na juventude como uma fase de incontáveis preconceitos e repleta de um sentimento de descobrimento de tudo que está no seu entorno, aumentando consideravelmente as chances de possuir uma perturbação dessa natureza.

Então, muitos são os malefícios que comumente são enfrentados por um paciente que possui um transtorno alimentar, uma vez que esse problema não só prejudica o portador de diversas formas começando pelo seu bem-estar social, que indiscutivelmente é transformado, até chegar no próprio convívio familiar como também é evidente o quão complicado fica para os familiares conviverem diante de uma situação dessas. Portanto, por se tratar de um caso atípico, fica difícil o seu controle e, mais ainda, a identificação de uma pessoa que é implicada pelo mal.

Dessarte, é notório que a própria família acaba se prendendo e se impregnando de estereótipos, simplesmente por conviver com um indivíduo portador de uma disfunção alimentar, tornando a problemática seu principal assunto de conversas (COBELO; SAIKALI; SCHOMER, 2004). Sendo assim, é de grande importância que a família esteja disposta e preparada o suficiente para a enfrentar a doença, servindo como um impulso para o progresso e eficácia do tratamento, se utilizando da carga afetiva como forma de cuidado e não como um dos fatores agravantes para a permanência da patologia.

Acrescentado ao que foi exposto, é evidente que alguns aspectos atinentes à família tornam maior o risco de ter anorexia como, na concepção de Santos (2016, p. 17), “emaranhamento e controle materno forte; pouco envolvimento emocional paterno; regras familiares rígidas e crônicas; e sistema familiar negligente às necessidades individuais”. Nesse sentido, é urgente que as bases familiares – sejam revistas e, se necessário, mudadas e que o afeto esteja presente em todos os lares como forma de estímulo para se ter uma vida saudável e melhor gerenciamento de conflitos que inevitavelmente venha a surgir.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do que foi exposto, é perceptível que os crescentes casos de anorexia são devido à constante pressão social exercida contra as jovens que são submetidas a um padrão corporal que segrega e suprime outros estilos, ideia essa que impregna no imaginário humano um único e idealizado corpo que deve ser seguido à risca e caso não seja atendido difícil se torna a inserção de pessoas na sociedade e dificulta a aceitação do seu corpo, provocando, na maior parte dos casos, a anorexia.

5. REFERÊNCIAS

COBELO, Alícia Weisz; SAIKALI, Maria Olímpia; SCHOMER, Ester Zatytko. A abordagem familiar no tratamento da anorexia e bulimia nervosa. **Rev. Psiqu. Clínica**, v. 31 (4), p. 184-187, 2004.

CORAS, Priscila Melo; ARAÚJO, Ana Paula Serra de. O Papel da Enfermagem no Tratamento dos Transtornos Alimentares do Tipo Anorexia e Bulimia Nervosas. **UNOPAR Cient Ciênc Biol Saúde**, v. 13(Esp), p. 315-324, 2011.

FLEITLICH, Bacy W. *et al.* Anorexia nervosa na adolescência. **Jornal de Pediatria**, v. 76, Supl.3, p. 323-329, 2000.

MORGANA, Christina M; VECCHIATTIA, Ilka Ramalho; NEGRÃO, André Brooking. Etiologia dos transtornos alimentares: aspectos biológicos, psicológicos e sócio-culturais. **Revista Brasileira Psiquiatria**, v. 24(Supl III), p. 18-23, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1516-44462002000700005>. Acesso em: 13/07/2022.

SANTOS, Fábio. O papel da família sobre a anorexia nervosa: breve discussão teórica. **Clínica & Cultura**, v. 2, n. 1, p. 11-20, Jul/Dez, 2016.

SCHMIDT, Eder; MATA, Gustavo Ferreira da. Anorexia nervosa: uma revisão. **Fractal: Revista de Psicologia**, v. 20, n. 2, p. 387-400, Jul/Dez, 2008.

O PAPEL DA ENFERMAGEM NO CUIDAR DA SAÚDE MENTAL DOS ADOLESCENTES (CIÊNCIAS DA SAÚDE)

Ana Cecília Magalhães Ferreira

RESUMO

O presente trabalho apresenta uma discussão sobre as problemáticas que giram entorno da enfermagem no cuidar da saúde mental, a fim de pensar que a capacitação em psiquiatria é indispensável, mas ao mesmo tempo é algo que nos hospitais, não vemos! No entanto, é importante saber que para cuidar de pessoas com problemas mentais, o enfermeiro ou médico, precisa ter uma boa estabilidade emocional, para poder lidar com os pacientes e ajudar os mesmos com os seus devidos problemas. Quanto aos resultados deste estudo, há de se observar que o enfermeiro tem um papel excepcional na vida do paciente, seja qual for o problema, mas nota-se principalmente a importância na área psiquiátrica, pois o enfermeiro consegue dar uma atenção maior que o médico, assim se tornando uma rede de apoio para o paciente, ajudando e acompanhando de perto a sua melhoria, trata-se também do aumento de doenças mentais, devido a pandemia na qual foi vivenciada em todo o mundo, isolando e proibindo qualquer tipo de socialização, o que levou ao aumento e agravamento dos casos psiquiátricos, que passou a ser desenvolvidos também pelas crianças. Toda a vivência trouxe bastantes aprendizados, e muitos traumas. Tem-se como objetivo, traçar a importância dos profissionais na área básica da saúde mental no adolescente.

Palavras-chave: Enfermagem. Saúde mental. Importância.

INTRODUÇÃO

De acordo com Mauricio Silva de Lima (1999) nos últimos 15 anos, teve pesquisa de base populacional em epidemiologia psiquiátrica, e foi visto fatores de risco e incapacidade social. O impacto da depressão inclui na incapacidade individual e tem-se como um fardo familiar. Os sintomas depressivos são problemas comuns na saúde pública, mas que ainda não se tem tantas pessoas capacitadas, e os custos de uma assistência médica particular, são bem altos, como a busca aos tratamentos mentais são altos, deveria dar uma atenção maior no agir da saúde pública, com esses pacientes.

Os enfermeiros desempenham atividades de assistência direta e indireta, nas diferentes intervenções terapêuticas, a função do enfermeiro não é a “cura” mas sim a ajuda na reabilitação nos meios sociais. Para poder readequar os saberes e as necessidades dos enfermeiros, foi criada em 1980, uma escola profissionalizante de enfermeiros (MAGNAGO C; TAVARES CMM,2012). Pois, principalmente na atuação psiquiátrica, deve-se ter capacitações para melhor atender e lidar com os pacientes.

A reforma psiquiátrica no Brasil, é um movimento histórico, de caráter político e social, influenciado pela ideologia de grupos dominantes (GONÇALVES, SENA, 2001) Teve início na década de 1970, envolvendo a desconstrução de manicômios,

que seria apenas para loucos, e assim começou também o papel do enfermeiro, onde foi focado na ajuda ao paciente, a enfrentar as dificuldades das doenças, onde os mesmos passaram a ter um contato mais próximo com o paciente e a construir um trabalho mais elaborado com outros profissionais, para a estabilização mental do paciente.

A saúde mental é um importante fator que possibilita o ajuste necessário para lidar com as emoções positivas e negativas. Investir em estratégias que possibilitem o equilíbrio das funções mentais, é essencial para um convívio social mais saudável. Com a saúde mental ajustada, consegue-se alcançar coisas inimagináveis, e o principal, consegue-se está bem consigo mesmo e com as pessoas ao seu redor.

METODOLOGIA

A metodologia empregada possui caráter qualitativo, descritivo informativo, e pretende contribuir na compreensão do assunto estudado, que envolve pessoas com problemas de saúde mental.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

1. Saúde mental e psicologia na área de trabalho.

Nos dias atuais, tudo que se faz, envolve o afeto, a emoção, o psicológico, e quando tenta-se fazer algo diferente, tende a ficar ansioso, pois está saindo da rotina, da zona de conforto. Dejours(1992) afirma que executar uma tarefa sem envolvimento material ou afetivo, exige esforço. Se tem como exemplo, o trabalho, pois sempre está saindo da rotina, exigindo esforços, tendo desafios, cobranças, os pensamentos se será demitido, ou se está fazendo algo bom. O bem-estar no ambiente de trabalho é fundamental, caso não esteja bem, não terá um bom desempenho.

Uma pesquisa realizada pelo instituto britânico de saúde mental Mind, revela que 90% das pessoas que ficaram longe do trabalho devido ao estresse, além das vezes de quando contaram aos seus patrões sobre suas dificuldades, seus problemas, e foram julgados, ou até mesmo dispensados, vendo esse cenário, promover um ambiente de trabalho saudável, é uma forma de cuidar de si mesmo e

dos demais. Muitas empresas tem um certo cuidado com seus colaboradores, seja dando a oportunidade de ter um psicólogo sempre a disposição, como também promovendo palestras motivacionais, que não só serve para melhoras os problemas mentais, como também os problemas sociais.

6. O cuidado da saúde mental na atualidade

A humanidade, desde os primórdios, tem dificuldade em lidar com as diferenças e com a convivência comum. Porém, no Brasil, como em muitos outros países, esta rede de serviços ainda está em desenvolvimento e carece de ampliação da implantação de infra-estrutura extra-hospitalar mais próxima ao cotidiano de seus clientes. Desde antigamente que já se tinha problemas psicológicos, a diferença é que antes, tudo era diagnosticado como loucura.

O tempo foi passando, as coisas foram mudando, mas a infraestrutura hospitalar ainda é mínima, o quantitativo de pessoas especializadas, também é muito pouco, e o caso de pessoas com problemas psicológicos seja do mais grave, ao menos grave, só aumenta. E nos hospitais, como muitos não são especializados, ou não sabem como agir, aplica uma injeção de clonazepam, e manda para casa, e muitas vezes só é uma ``solução`` momentânea, precisando cuidar novamente, do que já era para estar em tratamento, mas por ignorância só foi se agravando mais os casos. Nos dias atuais, ainda temos os mais velhos que falam que é frescura, loucura, falta de deus, sendo que está se vivenciando tempos diferentes, onde a ansiedade, depressão, entre outros, prevalece no cotidiano das pessoas.

7. Benefícios da atividade física e do exercício físico na depressão:

A depressão está associada a uma alta incapacidade e perda social. Muitos estudos indicam a possibilidade de pessoas fisicamente ativas, em qualquer idade, apresentarão uma melhor saúde mental do que sedentários. Os médicos especializados na área psiquiátrica, sempre falam que além do tratamento com o medicamento via oral, tem que ter uma boa alimentação e fazer exercícios físicos, pois junto ao remédio auxilia na melhora dos problemas psicológicos, pois além de cuidar do mental, também ocupa seu tempo com o físico, que mexe com tudo do corpo.

Além dos benefícios fisiológicos, acarreta benefícios psicológicos, tais como: melhor sensação de bem estar, humor e autoestima, assim como, redução da ansiedade, tensão e depressão, sabe-se também que ajuda a reduzir o estresse, é como se funcionasse como um analgésico natural, aliviando as tensões e regulando as emoções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Espera-se incentivar mais aos profissionais de saúde, a buscar especializações na área psiquiátrica, já que é uma área pouco procurada e que muito se precisa. Busca mostrar a importância do saber em todas as áreas, e não somente em uma.

REFERÊNCIAS

Carvalho, Marissol Bastos de e Felli, Vanda Elisa Andres O trabalho de enfermagem psiquiátrica e os problemas de saúde dos trabalhadores. **Revista Latino-Americana de Enfermagem** [online]. 2006, v. 14, n. 1 [Acessado 9 Novembro 2022] , pp. 61-69. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0104-11692006000100009>>. Epub 08 Mar 2006. ISSN 1518-8345. <https://doi.org/10.1590/S0104-11692006000100009>.

Estevam, A. dos S.; Feitosa D. V. dos S.; Silva N. S. de O.; Melo S. N. de; Aragão A. P. S.; Almeida T. F. A enfermagem em saúde mental pós reforma psiquiátrica. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, n. 45, p. e2631, 9 abr. 2020.

LACCHINI, A. J. B.; RIBEIRO, D. B.; SOCCOL, K. L. S.; TERRA, M. G.; SILVA, R. M. da. A ENFERMAGEM E A SAÚDE MENTAL APÓS A REFORMA PSIQUIÁTRICA. **Revista Contexto & Saúde**, [S. l.], v. 11, n. 20, p. 565–568, 2013. DOI: 10.21527/2176-7114.2011.20.565-568. Disponível em: <https://revistas.unijui.edu.br/index.php/contextoesaude/article/view/1579>. Acesso em: 9 nov. 2022.

LIMA, Maurício Silva de. Epidemiologia e impacto social. **Brazilian Journal of Psychiatry** [online]. 1999, v. 21, suppl 1 [Acessado 9 Novembro 2022] , pp. 01-05. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1516-44461999000500002>>. Epub 06 Jun 2000. ISSN 1809-452X. <https://doi.org/10.1590/S1516-44461999000500002>.

Villela, Sueli de Carvalho e Scatena, Maria Cecília Moraes A enfermagem e o cuidar na área de saúde mental. **Revista Brasileira de Enfermagem [online]**. 2004, v. 57, n. 6 [Acessado 9 Novembro 2022] , pp. 738-741. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-71672004000600022>>. Epub 10 Mar 2009. ISSN 1984-0446. <https://doi.org/10.1590/S0034-71672004000600022>

O LIXO HOSPITALAR: IMPORTÂNCIA DO SEU CORRETO DESCARTE

Pâmella Mikaelly Tavares de Góis

RESUMO

O lixo hospitalar, também chamado de resíduo hospitalar e de resíduo de serviços de saúde, é todo tipo de lixo descartado pelas redes de saúde ou de unidades que execute atividades de natureza de atendimento médico. Este lixo pode ser representado por milhares de materiais que são manipulados nestes lugares. O destino incorreto destes resíduos pode provocar disseminação indesejada de doenças e causar impactos ambientais, por estes motivos, são considerados contaminantes prejudiciais à saúde humana e agressivos ao meio ambiente. O presente estudo tem como objetivo geral apontar a importância de se descartar corretamente o lixo hospitalar, devido ao seu alto grau de contaminação ambiental e humana. Trata-se de um estudo de caso que corresponde a uma investigação sobre uma situação específica, em um hospital privado na cidade de Arcoverde-PE. Para isto, realizou-se in lócus a identificação de como o lixo hospitalar é tratado, foi feito um levantamento dos dados, posteriormente fez-se uma análise do contexto e para finalizar são sugeridas possíveis soluções/conclusões sobre o problema. Constatou-se que o gerenciamento é a parte mais importante do destino dos resíduos hospitalar. É fundamental que haja um plano de gerenciamento em cada estabelecimento de saúde. Através deste estudo pôde-se concluir a importância de se fazer o descarte correto do lixo hospitalar como forma de diminuir os impactos ambientais bem como prevenir doenças contagiosas.

Palavras-chave: Resíduos Hospitalares. Impacto Ambiental. Saúde Pública.

1. INTRODUÇÃO

O lixo hospitalar, também chamado de resíduo hospitalar, é todo tipo de lixo proveniente do atendimento a pacientes ou de qualquer estabelecimento de saúde ou unidade que execute atividades de natureza de atendimento médico, tanto para seres humanos quanto para animais (BERNATAVICIUS e BRUNO, 2019).

Este lixo pode ser representado por milhares de matérias que são manipulados nestes lugares, entre alguns deles: luvas, seringas, fraldas, vacinas vencidas, resíduos químicos, matérias cortantes, rejeitos radioativos, bolsas de sangue ou hemocomponentes, etc.

Silva (2021) reforça que o destino incorreto destes resíduos pode provocar disseminação indesejada de doenças e causar impactos ambientais: se descartado sem o prévio tratamento, em contato com o solo poderá contaminá-lo, e até o próprio ar.

Oliveira Bandeira et al. (2019) vão além quando mencionam que o descarte incorreto de resíduos de saúde pode não apenas afetar o meio ambiente, mas também a vida das pessoas, bem como, com isso, colocar o sistema de saúde em risco.

Com base no que foi dito acima, o destino correto desse lixo hospitalar ajuda na diminuição dos impactos ambientais e conseqüentemente controla a disseminação de doenças.

O conhecimento produzido pode contribuir para que profissionais sejam sensibilizados a implementarem o gerenciamento de resíduos nos seus serviços, bem como refletirem sobre a importância do processamento adequado do lixo no âmbito das unidades de saúde e de que maneira o enfermeiro pode contribuir para a redução do descarte incorreto do resíduo hospitalar.

Este estudo teve como objetivo geral apontar a importância de se descartar corretamente o lixo hospitalar, devido ao seu alto grau de contaminação ambiental e humana.

2. METODOLOGIA

Para esta pesquisa foi abordado um estudo de caso que corresponde a uma investigação sobre uma situação específica, procurando encontrar as características e o que há de essencial nela. Esse estudo poderá ajudar na busca de novas teorias e questões que servirão como base para futuras investigações.

Para isto, foram realizadas in lócus a identificação de como o lixo hospitalar é tratado, foi feito um levantamento dos dados, posteriormente fez-se uma análise do contexto (variáveis) e para finalizar foram sugeridas possíveis soluções/conclusões sobre o problema.

Esta pesquisa se deu em um hospital privado da cidade de Arcoverde no mês de agosto de 2022, sob a supervisão da gerente geral do local.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resíduos de serviços de saúde são todo o lixo gerado por qualquer tipo de estabelecimento de saúde. Nesse contexto os resíduos sólidos podem ser classificados de várias formas: por sua natureza física, por sua composição química, pelos riscos que pode causar ao meio ambiente.

Nesse contexto, como dito por Gonçalves (2021) é importante que haja um plano de gerenciamento eficaz e adequado em cada estabelecimento de saúde, entretanto cada rede tem a responsabilidade de seguir de acordo com normas e leis brasileiras regularizadas pela Agência Nacional Sanitária Brasileira-ANVISA.

Oliveira (2019) reforça que o plano de gerenciamento é muito importante em estabelecimentos de saúde, pois precisamos nos preocupar com as pessoas que neles se encontram, desde funcionários, visitantes e pacientes. Há um grande risco de infecções para população, por isso há a necessidade de um plano de gerenciamento que contemplem a segregação, o tratamento, o acondicionamento, a coleta e o transporte interno, o armazenamento externo, a coleta externa e a disposição final. Se ocorrer tudo corretamente nestes processos não tem como haver contaminação com pessoas e com o meio ambiente.

Em se tratando deste gerenciamento, Oliveira et al. (2019) acrescentam em seus estudos sobre como deve orientar os funcionários da instituição quanto às rotinas a serem adotadas nas várias etapas de manejo dos resíduos e também nas situações de emergência e acidentes, sendo considerado de suma importância.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante aos dados coletados na pesquisa de campo em determinado hospital foi possível observar uma sistematização no processo de organização, entre os funcionários de limpeza, que desempenharam as etapas corretamente agindo conforme a lei vigente para o processo de coleta e separação de resíduos hospitalares.

Portanto é fundamental nas redes hospitalares preparar, reforçar a importância e contribuir para uma postura ética e consciente dos funcionários diante do correto manuseio e descarte do lixo hospitalar. Para assim, reduzir impactos ambientais e evitar a proliferação de doenças no seu destino final.

Observou-se ainda a disciplina e conduta ética da equipe de enfermagem, devido aos cuidados na utilização e no despojamento correto dos equipamentos e materiais hospitalares, assim contribuindo na redução do descarte incorreto e prevenindo a segurança dos profissionais que trabalham na coleta desses materiais.

Essa atuação da enfermagem diante do processo de redução contribui não

somente no âmbito hospitalar, mas também, evitando possíveis danos ambientais irreversíveis devido à periculosidade no solo por esses resíduos.

Através deste estudo pôde-se mostrar a importância de se fazer o descarte correto do lixo hospitalar como forma de diminuir os impactos ambientais bem como prevenir doenças contagiosas.

5. REFERÊNCIAS

BERNATAVICIUS, SÉRGIO TADEU; BRUNO, DANIEL OTÁVIO TABASCO. Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde. **Revista Brasileira de Mecatrônica**, v. 1, n. 3, p. 58-75, 2019.

GONÇALVES, G. D. S. **Plano de gerenciamento de resíduos sólidos (PGRS) para empreendimentos: etapas e análise crítica**. 2021. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/23357>. Acesso em 01 de junho de 2022.

OLIVEIRA BANDEIRA, E. de et al. Medicine dispoasal: a socio-enviromental and health issue/Descarte de medicamentos: uma questão socioambiental e de saúde. **Revista de Pesquisa Cuidado é Fundamental Online**, 11(1), 1-10. 2019.

OLIVEIRA, ISABELE NOVAIS. **Análise do gerenciamento de resíduos em um hospital: um estudo de caso**. 2019. 84 f., il. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia de Produção) — Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

SILVA, PRISCILA LONGO SILVESTRE. **Proposta de gerenciamento de resíduos de serviço de saúde domiciliar no município de Apucarana-PR**. 2021. Dissertação de Mestrado. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Disponível em: <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/26163> acesso em 23 de maio de 2022.

ATUAÇÃO DA ENFERMAGEM NA ESCOLA

Charlles Vitor Nunes Da Silva
Francisca Elisângela Aleixo Lopes
Katiene Estandislau da Silva
Elisângela de Sousa Branco

RESUMO

O trabalho tem como objetivo destacar a importância da enfermagem nas escolas, buscando o melhor atendimento e desenvolvimento para alunos, professores e servidores em geral. O principal objetivo é levar conhecimento para as escolas, através de conversas, palestras e possibilitar o cuidado à saúde em casos de doenças, acidentes e mal-estar. É importante ter essa ligação entre a educação e saúde, para assim compreender a realidade e a necessidade no ambiente escolar. Para a construção do presente trabalho foi realizado uma pesquisa de estudo de caso. Foi realizado uma visita a escola Secundária Honório, zona rural de Arcoverde, para entender quais maiores necessidades a serem implantadas na saúde e educação. No entanto, essa atuação da enfermagem nas escolas contribuirá para o desenvolvimento e a manutenção de hábitos de vida saudáveis dos escolares, através da análise das ações de promoções à saúde sobre a perspectiva do professor da educação básica.

Palavras-chave: Educação. Saúde. Enfermagem.

1. INTRODUÇÃO

Com a atuação da enfermagem nas escolas, existe o cuidado maior com a saúde, promovendo conversas, esclarecendo dúvidas e possibilitando prevenções de doenças, além de fortalecer as relações entre os profissionais da educação e o da saúde. A contribuição da enfermagem é significativa, na qual o enfermeiro direciona o conhecimento na formação da criança e do adolescente o seu real autocuidado. Outro fator importante, é suas contribuições na identificação dos riscos da vulnerabilidade social existentes, possibilitando o planejamento do cuidado (SILVA, 2016). Assim, a desenvoltura deste profissional necessita de um espaço planejado e com estrutura técnica que ajude nas suas atividades para atuar. Neste sentido, as escolas da rede pública da cidade de Arcoverde se tornam um espaço perfeito para o profissional da saúde desenvolver suas atividades.

Segundo Cavalari Neto (2019) a atuação do enfermeiro nessa prática exige análise crítica de seu papel como educador, devido a sua proximidade com esse fazer e com as escolas, posto que cuidar e educar são atribuições indissociáveis no processo de trabalho da enfermagem.

Para Costa et al (2021) a presença do enfermeiro na escola torna possível e é determinante para a atenção aos processos de promoção em saúde ao desencadear ações, promover discussões, estimular debates técnicos e apresentar sua perspectiva em relação aos processos de saúde e doença, além de fortalecer as relações sociais entre os profissionais da educação e da saúde. O enfermeiro torna-se responsável

pelo cuidado e observação da rotina escolar, atentando para os problemas encontrados e suas possíveis soluções.

Enfermeiro educador, conforme relata Pereira e Corrêa (2017) em seus estudos, direciona o conhecimento de estudos na garantia de imersões disciplinares no campo de ensino da criança e do adolescente o seu real autocuidado. O aluno irá analisar ações do seu eu, com um agir seguro na sua própria promoção e prevenção de saúde e bem-estar.

Ainda de acordo com o mesmo autor, dentre as ações de promoção da saúde nas escolas, tem-se como estratégia ampliar os conhecimentos e habilidades para o autocuidado e bem-estar da saúde do indivíduo, bem como na prevenção de condutas de risco, proporcionando melhor qualidade de vida para as crianças, bem como da sua família.

Com base nisto, a importância deste estudo consiste em promover projetos ou programas educativos sobre a saúde no ambiente escolar, contribuindo significativamente para a melhora do desempenho individual dos alunos e, conseqüentemente, na qualidade de vida dos mesmos e da comunidade em geral. Tendo como objetivo geral destacar a atuação da enfermagem nas escolas e sua contribuição à promoção a saúde.

2. METODOLOGIA

Dentre os métodos que são utilizados na atualidade, serão destacados neste estudo a promoção de encontros, palestras, roda de conversas, com o intuito de esclarecer dúvidas, passando conhecimento sobre a importância do cuidado com a saúde individual e coletiva. Este estudo foi realizado numa escola municipal na cidade de Arcoverde no período de agosto de 2022.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O enfermeiro é considerado um agente transformador do ensino infantil e médio prevenindo os índices de agravos à saúde primária, apontando uma vida adulta diferenciada (SANTOS et al, 2020). Na atuação profissional como enfermeiro no ambiente escolar, procuramos construir um trabalho inovador para o bem-estar,

desenvolvendo melhorias na saúde, buscando novas propostas para o ambiente escolar, utilizando experiências, apontando caminhos nas necessidades educacional, tendo como objetivo assegurar o máximo de saúde para com crianças, adolescentes e jovens.

Luquez (2021) relata que a escola é um cenário importante para a construção de uma nova cultura de saúde, fortalecendo as capacidades individuais e da comunidade e a criação de ambientes saudáveis. Com base nos resultados encontrados é grande a oportunidade de promover saúde positiva, desde que foi pautado em roda de conversa com alunos e professores a importância do conhecimento na saúde, deve-se estimular o cuidado com a saúde, conquistar um novo espaço na educação, desenvolvendo ações informativa para o conhecimento, criando práticas de ensino.

Inserindo estes aspectos no campo escolar torna-se de grande importância a atuação do enfermeiro, pois trata-se de um local onde crianças e adolescente tem seu senso crítico, moral, ético, e hábitos de saúde básicos para com a manutenção de sua própria saúde e para o ambiente em que vivem. Sabemos que a educação em saúde continua sendo desafio, por isso é necessário que ocorra formação para promover conhecimento, assim foi observado o dever de esclarecer dúvidas e mostrar o cuidado básico com a saúde individual e coletiva.

Dessa forma, a escola, conforme menciona Carvalho (2015) é como um ambiente inserido em todas as dimensões do aprendizado, deve oferecer oportunidades de crescimento e desenvolvimento em um ambiente saudável e com a participação dos setores da saúde e educação, da família e da comunidade. A inserção da saúde no ambiente escolar guia a família e a sociedade para a assistência às crianças, além da manutenção e obtenção da saúde, baseando-se em orientações ao educando para escolhas seguras e saudáveis. Essa sensibilização às crianças pode repercutir tanto nos seus hábitos como no de seus pais no ambiente familiar. Em vista, busca-se eliminar costumes viciosos para desenvolver práticas de bons hábitos para com a saúde, criando práticas fundamentais, como alimentação, higienização e atividades físicas.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A enfermagem pode contribuir na educação básica através da promoção de atividades recreativa e dinâmicas relacionadas à saúde da criança e do adolescente, contribuindo com a redução dos vícios entre jovens e adolescentes, destacando a importância da enfermagem nas escolas.

5. REFERÊNCIAS

CARVALHO, FABIO FORTUNATO BRASIL DE. A saúde vai à escola: a promoção da saúde em práticas pedagógicas. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 25, n. 4, p. 1207-1227, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73312015000400009>. Acesso em 5 de junho de 2022

CAVALARI NETO, RANULFOL. **As práticas intersetoriais no programa saúde na Escola (PSE) de Niterói-RJ**. 2019. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/9987>. Acesso em 30 de maio de 2022.

COSTA, A. F., DO VALE LOPES, A. C., DA SILVA, E. S., & DA COSTA, R. S. L.. Enfermagem Escolar: Uma Alternativa Viável?. **Dê Ciência em Foco**, v. 5, n. 1, p. 52-62, 2021. Disponível em: <https://revistas.uninorteac.com.br>. Acesso em 10 de junho de 2022

LUQUEZ, TATIANE MARINS DE SOUZA. **Diálogos sobre promoção da saúde no contexto do Programa Saúde na Escola: polinizando ideias na prática educativa em saúde**, 2021. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/24911>. Acesso em 30 de maio de 2022.

PEREIRA, D. M., & CORRÊA, H. B. A Importância Do Enfermeiro Na Educação básica: Do Ensino Infantil ao Médio. **Revista Científica Educ@ção**, v. 1, n. 2, p. 258-264, 2017. Disponível em: <https://www.revistarebram.com>. Acesso em 29 de maio de 2022.

SILVA, TALITA MARCHIÓRO DE LIMA. **A prática de educação em saúde na escola: um ambiente de cuidado de enfermagem**. 2016. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/2352>. Acesso em 30 de maio de 2022

AS CONTRIBUIÇÕES DA ENFERMAGEM NO CENTRO CIRÚRGICO

Danielle Britto Campos Siqueira⁴¹;

Elisângela Sousa Branco⁴².

⁴¹ Danielle Britto Campos Siqueira na (Enfermagem), no Centro de Ensino Superior de Arcoverde (CESA). brittodanielle773@gmail.com.

⁴² Elisângela Sousa Branco na (Enfermagem), no Centro de Ensino Superior de Arcoverde (CESA). brancoesb@hotmail.com.

RESUMO

O estudo tem como objetivo ressaltar a atuação do enfermeiro no centro cirúrgico. No bloco cirúrgico, o enfermeiro tem como responsabilidade o acompanhamento do paciente desde seu encaminhamento ao processo de intervenção cirúrgica até em todo período perioperatório. O profissional de enfermagem prestará papel assistencial e gerencial. Cabe ao enfermeiro a avaliação das condições físicas e emocionais do paciente ainda durante o período transoperatório. O estudo tem como objetivo discutir a execução destas atribuições por parte do profissional. Como metodologia, trata-se de um estudo descritivo, de abordagem qualificativa, identificando a humanização no centro cirúrgico acerca papel da equipe de enfermagem. Para a seleção dos artigos utilizaram-se bases de dados Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde (LILACS) e Bases de Dados de Enfermagem (BDENF). Os resultados deste estudo poderão contribuir de maneira satisfatória, com o enriquecimento do conhecimento a respeito das contribuições do enfermeiro no bloco cirúrgico, proporcionando uma reflexão do impacto que o perioperatório pode provocar na saúde dos pacientes.

Palavras-chave: Salas Cirúrgicas. Segurança do paciente. Abordagem pré-operatória.

1. INTRODUÇÃO

No momento da intervenção cirúrgica, os profissionais de enfermagem têm como função oferecer auxílio ao cirurgião com os instrumentos que serão utilizados durante o procedimento. Ainda é sua responsabilidade recolher biópsias que serão posteriormente analisadas e esterilizar as indumentárias de toda a equipe de cirurgia.

Berwanger et al. (2018), em seus estudos apontaram que dentre os principais cuidados de enfermagem com o paciente no centro cirúrgico estão: estar ciente das cirurgias marcadas para serem realizadas na sala de operações. Nesse mesmo sentido, a equipe de enfermagem também será responsável por promover a sala de operações com materiais, equipamentos e instrumental cirúrgico adequado para cada cirurgia; verificar a limpeza das paredes e pisos da sala; verificar se há sujidade em equipamentos expostos e superfícies.

Outrossim, o enfermeiro no centro cirúrgico é habilitado a prestar assistência ao paciente, no perioperatório e transoperatório. Além da assistência, o enfermeiro no centro cirúrgico pode realizar atividades gerenciais que contribuem diretamente para que o centro cirúrgico funcione de forma eficiente.

Nesse viés Silva et al. (2019), enfatizaram que o enfermeiro possui duas funções: a assistencial e a administrativa. No conceito administrativo, ocorre a organização de materiais necessários para o suporte no centro cirúrgico e o gerenciamento da equipe de enfermagem contribuindo para o desenvolvimento e o aprimoramento da equipe. No conceito assistencial, a enfermagem está diretamente relacionada no cuidado integral do paciente.

Em se tratando de prestar assistência, Silva e Brasileiro. (2018), acrescentam que significa incumbir-se do cuidado integral do paciente antes, durante e após a cirurgia. Desse modo, o profissional zela pelo bem-estar e pela recuperação da pessoa que sofre determinado problema de saúde. Vale destacar que a abordagem pré-operatória é, essencial para criar um laço de confiança e preparar o emocional do enfermeiro

No momento da intervenção cirúrgica, Souza et al. (2019), ressaltam que o profissional de enfermagem tem a função de oferecer ajuda ao cirurgião com os instrumentais utilizados. Ainda, é sua responsabilidade recolher biópsias que serão posteriormente analisadas e esterilizar as indumentárias de toda a equipe de cirurgia.

Para além da assistência ao paciente, Botelho et al. (2018), reforçam que o profissional de enfermagem que atua em centros cirúrgicos também está incumbido de tarefas de gestão administrativa, as quais integram suas funções, por exemplo, a capacitação e o desenvolvimento constantes de sua equipe, o controle de medicamentos, anestésicos e materiais, a utilização adequada de instrumentos e equipamentos e a implementação de medidas de segurança, tanto em benefício dos pacientes como dos colaboradores.

Diante os aspectos apresentados, o profissional de enfermagem no centro cirúrgico possui atuações de extrema relevância assistencial, possui um papel estratégico para a liderança da equipe de profissionais, fato que se torna imprescindível para a formação do enfermeiro no centro cirúrgico.

Devido à função que a enfermagem desempenha no bloco cirúrgico, vale ressaltar sua importância, pois está habilitada a presidir todas as etapas do ato anestésico-cirúrgico, ou seja, ele acompanhará o paciente em todo o período perioperatório, assim como irá priorizar atender as necessidades do paciente, sendo ela a responsável em garantir o sucesso do procedimento cirúrgico.

Por isto, analisar a atuação do enfermeiro no centro cirúrgico é de extrema relevância, visto que, os profissionais de enfermagem são responsáveis por garantir a segurança e o bem-estar dos pacientes. Este estudo teve como objetivo geral mostrar a importância da atuação da enfermagem no centro cirúrgico e como específicos: descrever a atuação da enfermagem no centro cirúrgico; apontar as atribuições da enfermagem no centro cirúrgico e ressaltar a importância da enfermagem no centro cirúrgico.

2. METODOLOGIA

Para este estudo foram utilizados um levantamento bibliográfico nas bases de dados indexadas: Literatura Latino-Americana em Ciências da Saúde (LILACS) e Base de Dados de Enfermagem (BDENF). Para o levantamento dos artigos, utilizaram-se os descritores controlados da Biblioteca Virtual em Saúde por meio dos Descritores em Ciências da Saúde, como "salas cirúrgicas", "Enfermagem" e "segurança do paciente".

Os critérios utilizados para a seleção da amostra foram: artigos completos disponíveis eletronicamente, no idioma português; artigos que abordam a temática de enfermagem em centro cirúrgico e a segurança do paciente; pesquisas realizadas no Brasil sobre a temática e divulgada no período de 2017 a 2022. Como critérios de exclusão, os artigos repetidos foram retirados da análise do estudo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos seus estudos, Gutierrez et al. (2018), apontaram que a busca pela qualidade dos cuidados em saúde, o enfermeiro é um profissional com potencial para desenhar processos de melhoria contínua da assistência, a partir do planejamento de estratégias para boas práticas assistenciais. Nesse sentido, a posição da equipe de enfermagem no centro cirúrgico ressaltando os planos estratégicos deve-se à atuação dos profissionais em diversas áreas de organizações da saúde, visto que, o desenvolvimento de cargos assistenciais e gerenciais contribuem para a proximidade com o paciente e seus familiares.

Considerando os cargos exercidos por esses profissionais, Martins et al. (2021), ressaltaram o papel desempenhado pelo enfermeiro, responsável pelo

processo de tratamento cirúrgico em todas as fases (pré, trans e pós-operatório). Além disso, ocorre organização do trabalho para a gestão de pessoa, realizando a integração da equipe de enfermagem, através de comunicação, tomada de decisões e avaliação das práticas de enfermagem. Diante disso, torna-se fundamental a importância do conjunto de elementos para a prestação de serviços à saúde. A equipe de enfermagem, é responsável por adquirir competências para o cargo gerencial no centro cirúrgico, visando a qualidade assistencial ao paciente em tratamento cirúrgico. Dado isso, é evidente o conceito da gestão do cuidado, em que envolve o processo de cuidar e administrar, tendo como foco atender as necessidades do paciente.

Santos et al. (2022), retrataram o enfermeiro dentro do CC, também responsável por garantir a execução correta de protocolos cirúrgicos para que seja possível minimizar os erros durante a realização dos procedimentos nesse setor, como: identificação incorreta do paciente, demarcação errada da lateralidade, falha na administração de medicamentos ou anestésicos e infecção em sítio cirúrgico, podendo transcorrer antes, durante ou após a finalização do procedimento.

Nesse viés, segundo as informações evidenciadas, é nítido a importância do profissional de enfermagem diante a prática gerencial no centro cirúrgico. Atuando diretamente nesse contexto, o enfermeiro contribui para o reforço de práticas de segurança estabelecidas no bloco cirúrgico, diminuindo assim os eventos adversos durante os procedimentos realizados.

À vista disso, Ribeiro et al. (2019), retrataram a relevância do enfermeiro com protocolo de cirurgia segura em seus estudos, expondo que o cuidado seguro irá refletir direta e intimamente a qualidade da assistência prestada a população. Assim sendo, é atribuição do enfermeiro, portanto, informar o paciente cirúrgico sobre seu problema de saúde, procedimento cirúrgico e, principalmente, como ele poderá participar de sua recuperação pós-operatória, orientando-o no pré e pós-operatório.

Dessa maneira, é tido como papel fundamental do enfermeiro no CC o exercício de forma educativa, pois terá um contato maior com o paciente, trabalhando com a orientação sobre o cuidado cirúrgico, prevenido complicações potenciais. Além disso, o enfermeiro é encarregado de verificar os sinais vitais e monitorar o paciente, eliminando a presença de qualquer risco. Com isso, o profissional de enfermagem no centro cirúrgico é tido como profissão de extrema relevância e necessária para o tratamento do paciente.

Segundo pesquisas realizadas por Salimena et al. (2019), o trabalho no CC é realizado por uma equipe multiprofissional, entre elas a equipe de enfermagem, a equipe cirúrgica, a equipe da limpeza, a equipe de anesthesiologistas e, em alguns hospitais, também faz parte a equipe administrativa. Esse trabalho multiprofissional torna-se fundamental que ocorra uma atuação harmônica e integrada entre as equipes, para a segurança do cliente e eficiência de todo o serviço.

Dado isso, é imprescindível o conhecimento das relações multiprofissionais em centro cirúrgico, sendo necessário e fundamental para o desenvolvimento de metas e qualidade da assistência de enfermagem. Consequentemente, é um fato essencial acarretando o processo do cuidar em enfermagem, fortalecendo a comunicação e parceria entre as equipes, pacientes e familiares. Com isso, é nítido que a enfermagem no centro cirúrgico é de extrema necessidade visando a qualidade do cuidar ao próximo, e serviços prestados à organização da saúde.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados dos estudos bibliográficos permitiram concluir que os profissionais de enfermagem atuantes durante o período perioperatório elaboram uma entrevista para levantamento de informações acerca do paciente. Nesse sentido, ocorre a organização de dados do paciente, estabelecendo os devidos cuidados.

Observou-se que esse procedimento realizado pela equipe de enfermagem no centro cirúrgico contribui não somente para o bem-estar do paciente, mas também, favorece a realização dos cuidados adequados, de forma individualizada e direta. Evidenciou-se que a equipe de enfermagem deve levar em consideração o contexto no qual o paciente está inserido, procurando solucionar conflitos e administrar os mesmos. Sendo assim, o enfermeiro com o papel de coordenar deverá proceder o seu gerenciamento visando o cuidado ao paciente desde sua cultura organizacional.

Em suma, a relevância do enfermeiro no centro cirúrgico é colocada como processo educativo, visto que, ocorre o contato com o paciente e a comunicação de todas as etapas que serão realizadas. Além disso, o instrumentador cirúrgico auxilia em todo o procedimento, nesse mesmo sentido, o enfermeiro atua de diferentes formas juntamente com a equipe e familiares.

5. REFERÊNCIAS

BERWANGER, D. C. et. al. **Ligações entre diagnósticos, resultados e intervenções de enfermagem para Pacientes no período transoperatório.**

Revista SOBECC, [S. I.], v. 23, n. 4, p. 195–204, 2018. DOI: 10.5327/Z1414-4425201800040002. Disponível em: <

<https://revista.sobecc.org.br/sobecc/article/view/418> >. Acesso em: 5 out. 2022.

BOTELHO, A.R.M. et. al. **A atuação do enfermeiro na**

segurança do paciente em centro cirúrgico de acordo com os protocolos de cirurgia segura e segurança do paciente. Revista Presença, [S.I.], v. 4, n. 10, p. 1-

28, mar. 2018. ISSN 2447-1534. Disponível em: <

<https://revistapresenca.celsolisboa.edu.br/index.php/numerohum/article/view/138> >.

Acesso em: 05 oct. 2022.

GUTIERRES, LS. et. al. **Boas práticas para a segurança do paciente no centro cirúrgico: recomendações do enfermeiro.** Rev Bras Enferm [Internet].

2018;71(Suppl 6):2775-82. Questão temática: boas práticas no processo de cuidar como centralidade da

e n f e r m a g e m] Disponível em < [https://www.scielo.br/j/reben/a/](https://www.scielo.br/j/reben/a/9tLBPnJcq4YpLb59jVyVLDs/?format=pdf&lang=pt)

9tLBPnJcq4YpLb59jVyVLDs/?format=pdf&lang=pt >. Acesso: 5 out. 2022.

MARTINS KN. et. al. **Processo gerencial em centro cirúrgico sob ótica de enfermeiros.** Acta Paul Enferm. 2021;34:eAPE00753. Disponível em: <

<https://www.scielo.br/j/ape/a/FDnJLDgqz6vdXv4BKdx6mwN> >. Acesso: 5 out. 2022.

RIBEIRO, W. A. et. al. **Cirurgia segura: a enfermagem protagonizando a segurança do paciente no Centro Cirúrgico.** Revista Pró-UniverSUS. 2019

Jan/Jun; 10 (1):66-71. Disponível em <

[http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RPU/article/](http://editora.universidadedevassouras.edu.br/index.php/RPU/article/view/1684)

view/1684 >. Acesso: 5 out. 2022.

SALIMENA, A. M. et. al. **Relações interpessoais no centro cirúrgico: equipe de enfermagem e equipe médica.** Revista de Enfermagem do Centro-Oeste Mineiro, [S. I.], v. 9, 2019. DOI: 10.19175/recom.v9i0.3328. Disponível em:<

<http://seer.ufsj.edu.br/recom/article/view/3328> >. Acesso em: 5 out. 2022.

SANTOS, J.V.N. et. al. **Atribuições e dificuldades apresentadas pelos enfermeiros em relação ao cuidado de enfermagem à população indígena.** Pesquisa, Sociedade e Desenvolvimento, [S. I.], v. 11, n. 4,

pág. e2511426834, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i4.26834. Disponível em < [https://](https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/26834)

rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/26834 >. Acesso em: 5 out. 2022.

SILVAM. J. M. et. al. **Atividades gerenciais desempenhadas pelo enfermeiro no centro cirúrgico: obstáculos enfrentados pelo profissional no setor.** Revista Eletrônica Acervo Saúde, n. 17, p.e652, 8 jul. 2019. Disponível em: <

<https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/652> >.

Acesso: 5 out. 2022.

SILVA, M.S.L; BRASILEIRO M.E. **Principais Indicadores de Qualidade da Assistência de Enfermagem em Bloco Cirúrgico: Revisão Integrativa da Literatura**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 03, Ed. 04, Vol. 05, pp. 77-98, Abril de 2018. ISSN:2448-0959. Disponível em: <10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/saude/indicadores-de-qualidade-da-assistencia-de-enfermagem >. Acesso em: 5 out. 2022.

SOUZA, I. B. et. al. **Percepção do cliente no perioperatório sobre o cuidado de enfermagem no centro cirúrgico**. Revista Eletrônica Acervo Saúde, n. 26, p. e840, 18 jul. 2019. Disponível em: <<https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/840> >. Acesso: 5 out. 2022.

DISCUTIR AS DIFICULDADES DOS PACIENTES DE DIÁLISE

Palloma Kerlly Souza Cavalcante

RESUMO

Atualmente temos um número crescente no Brasil de pacientes com alteração renal e com isso se deu uma maior visibilidade a essa doença e maior conhecimento aonde hoje a grande maioria sabe que pode ser de forma aguda ou crônica aonde a primeira pode ter cura e outra só com o transplante para poder cessar o tratamento que chamamos de diálise que é extremamente importante mais que também é muito desgastante tanto para o paciente quanto para a família, pois o desgaste não é só físico e também psicológico é um conjunto com isso discutimos um pouco dessas dificuldades com intuito de levar mais conhecimento embasado por pesquisas de projetos, artigos e por um pouco de conhecimento prático proveniente de estágios em uma clínica de diálise. Com isso podemos ver que as principais dificuldades são relacionadas a aceitação do tratamento, o apoio família, ao transporte, a quantidade dias que precisar está presente na clínica, as restrições que precisam seguir tendo ao longo do tratamento e a falta de conhecimento do tratamento que acaba intensificando toda a dificuldade e que se extremamente importante uma equipe multiprofissional para além de acompanhar melhor também é necessário melhorias a assistência psicológica que influencia em todo o contexto, pois é necessário ter com quem desaba e relatar os problemas e dificuldades.

Palavras-chave: Diálise. Renal. Crônica.

1. INTRODUÇÃO

No Brasil temos atualmente cerca de 10 milhões de brasileiros apresentando alguma alteração renal e temos cerca de 100 mil pacientes que necessitam de diálise podemos observar cada vez mais o aumento dos números crescentes de pessoas que

apresentam alterações renais alguns iniciasse com forma aguda que é a forma que pode se reverter outras da forma crônica que não se tem reversão e que podem ter inúmeras causas a alteração renal pode ser causada por alteração da pressão arterial e diabetes (WCN 2007/ NURSING MEETIN,p.204). A doença renal aguda pode ser revertida de acordo com o tratamento e também pode ser causada por uso de medicações fortes que acabam atingindo os nossos rins mais que acabamos tratando e recuperando a funcionalidade dos mesmos já a doença renal crônica e a forma que não consegue se reverte e sim seguir o tratamento para se ter uma melhor qualidade de vida.

Nesse contexto poderemos ver e entender a importância do Sistema Único de Saúde para esses pacientes e como funciona a assistência prestada a eles e aos seus familiares para seguirem essa batalha. A DRC também é responsável direta ou indiretamente por altas taxas de hospitalização, morbidade e mortalidade (J BRAS NEFROL 2016, p.412). Tenho como objetivo mostrar e passar mais conhecimentos para estudantes e profissionais de saúde para que os mesmos possam se aprofundar e possam adquirir mais conhecimentos de como lidar e como ajudar não só os pacientes e sim também os familiares, pois a qualidade de vida depende de um contexto complexo e necessário. Compreender como funciona este tratamento. Identificar e melhorar a assistência para que esses pacientes possam ter uma melhor qualidade, além de poder entender as dificuldades para poder obter soluções e visualizar as principais dificuldades.

Como falamos anteriormente podemos ver cada dia mais os números de pacientes dialíticos aumentarem no nosso país e com isso aumentaram o número de pesquisas e discussões relacionadas a qualidade do mesmo. Em uma determinada pesquisa se evidencia que os sentimentos iniciais dos pacientes são indignação e negação estão se modificando, pois os mesmos estão se fortalecendo para o enfrentamento da doença. As restrições de hábitos alimentares e hídricos, incapacidade ou a limitação das atividades físicas, profissionais e de lazer foram as principais dificuldades identificadas. Que o apoio familiar e da equipe de saúde pode contribuir para maior superação e adaptação dessa nova forma de vida (REBEN,2009, p.840).

E seguindo os dados de outra pesquisa, mostram que a maioria dos pacientes portadores de insuficiência renal crônica em terapia substitutiva por hemodiálise e do

sexo masculino (REV PESQ SAÚDE DE 2010, p.13) essa é uma informação bastante importante e pode estar ligada à fato do mesmo demorarem mais a procurar ajuda medica. A forma de enfrentamento da doença e suas implicações dependem dos recursos inter e intrapsíquicos que o paciente possui. E comum apresentarem comportamentos agressivos, ansiosos e depressivos (J BRAS NEFROL,2016, p. 415).

2. METODOLOGIA

Se deu por meio de pesquisa, projetos e artigos já existente para embasar o conhecimento além de um pouco de vivencia e aproximação a profissionais que trabalham diretamente ligados a esses pacientes e a familiares nesse momento. No período de 2019 foi realizado um estágio curricular na unidade do SOS RIM que acrescentou como base de conhecimento para o desenvolvimento da temática.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como relatado anterior apesar de se ter alguns projetos e artigos relatando e falando sobre esse tema ainda se tem muito o que apreender e se discutir e a se melhora para que estes pacientes tenham uma melhoria e que se é de extrema importância se ter esta discursão e todas as mesas e categorias de saúde, devido a ser necessário uma equipe de profissionais para se ter esta melhoria e que o conhecimento seja ofertado a todos para que se chegar um dia a precisar ou até mesmo algum família o choque não ser tão grande além de se ter o conhecimento que é um tratamento como qualquer outro que é difícil mais que e extremamente importante e que com o passar estas dificuldades vão diminuindo e com apoio familiar e uma estrutura multidisciplinar vai da tudo certo.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pesquisa se observa que as principais dificuldades são transporte, aceitação família, aceitação do próprio paciente com relação a toda dificuldade do tratamento, a restrições tanto alimentar quanto motora o não conhecimento da doença e podemos observa que todas estas dificuldades podem ser resolvidas ou até mesmo

amenizadas para melhoria da qualidade de vida perante o tratamento. Além disso e necessário se fazer novas clínicas para que seja mais perto e mais fácil de se locomover até o tratamento e dessa forma ser mais cômodo, que o conhecimento chegue a toda a população para que se cuide e evitem chegar a necessitar do tratamento e se ter uma assistência melhor psicológica para todos, pois está bem psicologicamente influencia no tratamento.

5. REFERÊNCIAS

Araíê P. B. O., Debora B. S., Thaís M. A., Jéssica C. S., Luiza H. R. C. e Renate B. M. **Qualidade de vida de pacientes em hemodiálise e sua relação com mortalidade, hospitalizações e má adesão ao tratamento**, p. 411-420, 2016.

Disponível em

<https://www.scielo.br/j/jbn/a/wmYjFp3sZVNRZBHQcS3StDq/?lang=pt&format=pdf>.

Acesso:25/07/2022

Alessandra S. S., Rosemary S. S., Geani F. M. F., Valéria L. L. e Vânia M. S. B. **Percepções e mudanças na qualidade de vida de pacientes submetidos à hemodiálise**, p.839-840, 2011. Disponível em [REBEN_64-5_miolo.indd \(scielo.br\)](#).

Acesso: 23/07/2022.

[BPC/ML | Brasil tem 10 milhões de pessoas com disfunção renal Acesso: 23/07/2022](#)

Cristiane S. M. G., Erika C. L. C., Talita P. S., Patrícia B. B. e Roberta R. S.

Avaliação da qualidade de vida dos pacientes submetidos à hemodiálise.

p.503-507,2012. Disponível: [RBCM_v10_n6.indb \(sbcm.org.br\)](#). Acesso: 18/07/2022

Karina H., Michele T.K., Dora M.S., Marcos C.M. e Bianca R.G.P. **Qualidade de vida de pacientes portadores de insuficiência renal crônica em tratamento de hemodiálise.** p. 1-4, 2007. Disponível: [art_11_qualidade \(scielo.br\)](#).

Acesso:15/07/2022

Nair P. S. C., Gabriella M. V., Maria L. H. L., Waldeney C. A. W. e Maria C. H. T.

Qualidade de vida de pacientes renais crônicos em hemodiálise, p.13-17,2010.

Disponível: [233150887.pdf \(core.ac.uk\)](#). Acesso: 20/07/2022.